

**ATA DA XXI REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

25 e 26 de Maio de 2009

Anexo I – Encaminhamentos

8 Abertura - No início da reunião, o **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH)**
9 pediu a todos que tomassem assento. Vamos dar início à 21ª Reunião Ordinária do Conselho
10 Nacional de Recursos Hídricos. Vamos dar início a nossa 21ª Reunião Ordinária do Conselho
11 Nacional, desejar bom dia e boas vindas a todos os conselheiros e as conselheiras aqui presentes.
12 Essa é uma reunião além de importante com um simbolismo bastante grande porque é a reunião
13 que dará posse aos conselheiros que comporão o triênio 2009/2012. Eu gostaria inicialmente de
14 justificar a ausência nessa abertura do nosso Presidente do Conselho e Ministro Carlos Minc, que
15 estará conosco às 14 horas quando serão também apresentados os resultados finais do Projeto do
16 Aquífero Guarani, e por conta de agenda o Ministro não está aqui presente conosco na abertura,
17 mas estará durante essa solenidade prevista para 14 horas. Seguindo aqui o roteiro a prova de erros,
18 ou pelo menos uma tentativa de ser a prova de erros, tem aqui um informe, todos os conselheiros e
19 conselheiras titulares receberam uma tabela com a proposta de agenda para 2009, então nós
20 pediríamos que cada conselheiro preenchesse e entregasse à equipe técnica até às 12h30min. Nós
21 vamos fazer uma compilação e no dia de amanhã nós vamos apresentar um conjunto dessas
22 prioridades. Então só para recordar muito rapidamente a origem. Isso foi uma sugestão havida
23 numa oficina com todos os membros das câmaras técnicas ocorrida no final do ano passado, aonde
24 se pretendeu buscar que a agenda do conselho fosse também uma agenda pública, uma agenda de
25 natureza política e que o conselho deliberasse a agenda a ser seguida pelas câmaras técnicas. Então
26 esse é um procedimento que nós estamos adotando de forma inédita já quase na metade do ano. A
27 idéia se isso funcionar é que uma nova consulta seja feita a todos os conselheiros. A idéia inclusive
28 é ampliar a consulta para 2010 para todos os membros do SINGREH e todos os componentes do
29 SINGREH que isso seja feito em outubro e que a gente na última reunião de 2009 a gente consiga
30 produzir qual seria então a agenda do Conselho Nacional para o ano de 2010. Então eu pediria que
31 todos devolvessem esse material até às 12h30min. Também nesse momento uma vez que ela é
32 fruto de uma consulta feita aos conselheiros durante 2009 nós não estamos incluindo novos temas
33 agora para essa tabelinha, mas permitir que na nova consulta que será feita prevista para outubro
34 deste ano a gente possa eventualmente evidentemente incluir todos os temas que forem relevantes
35 se assim for entendido pelos conselheiros e pelas conselheiras. A posse dos conselheiros para o
36 triênio 2009/2012 se dará com a leitura da Portaria 50 seguida da assinatura do termo de posse pelo
37 respectivo conselheiro. Informar também que a amanhã dia 26 à tarde e 27 de maio ocorre à
38 oficina de planejamento do SINGREH aqui nesse auditório, uma realização da Secretaria, todos
39 estão convidados, o convite já foi encaminhado por e-mail no dia 24 de abril. Informar também
40 que nós mais uma vez concorreremos com... Qual é o programa agora da Globo? Ana Maria Braga.
41 Estamos concorrendo com a audiência da Ana Maria Braga, nossas reuniões estão sendo
42 transmitidas ao vivo pela internet, inclusive o CONAMA na última reunião também utilizou desse
43 método da transmissão das suas reuniões ao vivo e a audiência tem crescido vertiginosamente. O
44 intervalo para o almoço se dará às 12h30min às 14 horas. Eu queria pedir ao Marley para eu não
45 ficar aqui como diria Olívio Dutra, “solito”, ou os gaúchos, “solito aqui na mesa”, por favor,
46 Marley me ajude já desde o início. Eu gostaria que o Marley... Eu declaro então aberta a sessão e o
47 Marley passasse alguns informes a respeito do processo eleitoral que se deu para a nova
48 composição do conselho, por favor, Marley. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de**
49 **Apoio ao CNRH).** Nós gostaríamos de lembrar que o processo eleitoral do Conselho Nacional de
50 Recursos Hídricos iniciou-se com a publicação de um edital no dia 30 de dezembro de 2008.

51 abrindo desde já o prazo para inscrição para as instituições interessadas em participar do conselho.
52 Esse prazo foi prorrogado posteriormente até o dia 16 de fevereiro de 2009 para a gente
53 proporcionar uma maior condição de participação e obtermos uma quantidade maior de inscrições
54 e com isso nós obtivemos um número recorde de inscrições. Foram 550 inscritos sendo 491
55 habilitados que participaram das suas assembleias setoriais realizadas no período de 27 de março a
56 02 de abril de 2009. Nós tivemos também a título de informação um percentual de renovação de
57 conselheiros de 29,8%. Então hoje aqui nesse plenário que vai tomar posse quase 30% de novos
58 conselheiros e 14,03% novas instituições. Nós gostaríamos de agradecer a participação de todos os
59 inscritos, não somente os habilitados, mas também os inhabilitados que com certeza aprenderam
60 como devem se habilitar no conselho e poderão participar de forma mais efetiva no próximo
61 processo que vai acontecer daqui a três anos, e parabenizar os conselheiros e as entidades eleitas.
62 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Marley. Nós
63 passaríamos então agora a leitura da Portaria 50 que dá posse aos conselheiros e as conselheiras.
64 Eu só queria fazer justiça. Eu fui procurado pelo Conselheiro João Clímaco que ele pensou numa
65 forma de solenizar essa nossa posse. Eu penso que foi uma boa contribuição, pena que nós não
66 tivemos tempo hábil para promovê-la, mas sem dúvida nenhuma dada à importância do conselho
67 cada vez maior na sociedade e dada também à contribuição e participação de cada um de vocês a
68 idéia seria talvez de hoje para amanhã, se a gente conseguir fazer um pequeno coquetel
69 conagração entre todas as pessoas aqui presentes. Infelizmente isso não foi possível organizar e
70 nós vamos fazer então a posse através da leitura da Portaria e depois da assinatura de cada um dos
71 membros do termo de posse que se encontra aqui à frente. Eu vou dar início à leitura da Portaria 50
72 de 04 de maio de 2009. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O
73 Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no uso das suas atribuições legais e tendo
74 em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo 2º Decreto 4.613 de 11 de março de 2003 Resolve:
75 Artigo 1º - Designar para o encargo de membros titulares e suplentes do Conselho Nacional de
76 Recursos Hídricos – CNRH os representantes do Governo Federal abaixo indicado. 1 - Um
77 representante de cada um dos seguintes Ministérios. Eu vou dispensar a leitura nesse momento
78 para fazer a leitura no ato de posse de cada um de vocês. 2 – Dois representantes dos seguintes
79 Ministérios. Segue também uma relação de ministérios. Eu vou ler os ministérios. Eu vou fazer a
80 leitura então. 1 – Um representante de cada um dos seguintes ministérios: Fazenda; Planejamento,
81 Orçamento e Gestão; Relações Exteriores; Transportes; Educação; Justiça; Saúde; Cultura;
82 Desenvolvimento Agrário; Cidades; Turismo. 2 – Dois representantes de cada um dos seguintes
83 ministérios: Integração Nacional; Defesa; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
84 Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência e Tecnologia. 3 – Três representantes dos
85 seguintes ministérios: Meio Ambiente; Minas e Energia. 4 – Um representante de cada uma das
86 Secretarias Especiais da Presidência da República: Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca;
87 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Artigo 2º - Designar para o encargo de membros
88 titulares e suplentes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH os representantes dos
89 conselhos estaduais de recursos hídricos dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos
90 com mandatos até 03 de maio de 2012 abaixo indicados. 1 – Dez representantes dos conselhos
91 estaduais de recursos hídricos. 2 – Doze representantes dos usuários de recursos hídricos, sendo
92 irrigantes, prestadores de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário,
93 concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, indústria, pescadores e usuários de recursos
94 hídricos com finalidade de lazer e turismo. 3 – Seis representantes de organizações civis de
95 recursos hídricos, comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; (b)
96 organizações técnicas de ensino e pesquisa; (c) organizações não governamentais. Artigo 3º - Esta
97 Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Artigo 4º - Ficam revogadas as Portarias
98 números: 35 de 03 de maio de 2006; 36 de 09 de agosto de 2006; 43 de 06 de dezembro de 2006;
99 37 de 15 de março de 2007; 40 de 07 de maio de 2007; 41 de 18 de junho de 2007; 43 de 19 de
100 outubro de 2007; 44 de 10 de dezembro de 2007; 45 de 27 de março de 2008; 46 de 04 de junho de

101 2008; 47 de 14 de janeiro de 2009; 48 de 08 de março de 2009, e 49 de 16 de abril de 2009. Assina
102 Carlos Minc, Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essas portarias são aquelas
103 que ao longo do tempo foram renomeando conselheiros e as conselheiras durante o mandato
104 anterior, especialmente os do governo federal. Não é isso Marley? Qual vai ser o procedimento?
105 Eu vou então chamar cada um dos representantes, o representante vem até a mesa e assina o termo
106 de posse. Em quantas vias? Em uma única via. Então começando pelo representante do Ministério
107 da Fazenda, o titular é Andrey Goldner Baptista Silva, se encontra? Suplente: Bruno Ferreira
108 Maceió, por favor, Bruno. Assinam os dois, então o titular e suplente serão chamados ao termo de
109 posse, os que não estiverem presentes... Vamos aplaudir todos. Representante do Ministério do
110 Planejamento, Orçamento e Gestão titular, Eduardo Rodrigues da Silva; suplente: Elisa Monteiro
111 Malafaia. Não estão presentes. Do Ministério das Relações Exteriores, titular: Fernando Estellita
112 Lins de Salvo Coimbra. Não se encontra. Suplente: Maitê de Souza Schmitz, por favor, Maitê, uma
113 salva de palmas para a Maitê, mais um mandato conosco. Muito obrigado Maitê. Do Ministério
114 dos Transportes, titular: Luiz Eduardo Garcia e suplente: Jairo Rodrigues da Silva. Não se
115 encontram. Da Educação, titular: Rachel Trajber, suplente: Luciano Chagas Barbosa. Uma salva de
116 palmas ao Luciano Chagas Barbosa do Ministério da Educação. Muito obrigado Luciano. Do
117 Ministério da Justiça, titular: Byron Prestes Costa, uma salva de palmas ao Byron, suplente do
118 Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio. Nosso companheiro Hugo. Muito obrigado.
119 Do Ministério da Saúde, titular: Johnny Ferreira dos Santos, suplente: Adriana Rodrigues Cabral.
120 Salva de palmas a Adriana, está aqui presente. Muito obrigado Adriana. Do Ministério da Cultura,
121 titular: Paulo Brum Ferreira, suplente: Keilah Diniz. Não se encontram. Do Desenvolvimento
122 Agrário, titular: Márcio Hirata, suplente: Evangelista Rodrigues Carneiro, também não se
123 encontram. Do Ministério das Cidades, Sérgio Antonio Gonçalves, suplente: Rodrigo Fraga
124 Massad. Muito obrigado Rodrigo. Do Ministério do Turismo, titular: Tânia Maria Brizolla,
125 suplente: Mara Flora Lottici Hrahl. Também não se encontram presentes. Dois representantes de
126 cada um dos seguintes Ministérios, então os ministérios a seguir serão dois titulares e dois
127 suplentes, titular: João Reis Santana Filho do Ministério da Integração, não está presente, seu
128 suplente José Luiz de Souza. Muito obrigado. Titular do Ministério da Integração Nacional Elias
129 Fernandes Neto, suplente Robeisa Erbenia Miranda de Holanda. Não se encontram. Do Ministério
130 da Defesa, titular: José Luis Ribeiro Filho, não está presente, suplente: Tarcisio Alves de Oliveira,
131 também não se encontra presente, titular do Ministério da Defesa: Luiz Gustavo Couto Costa
132 Evelyn Soares, não está presente. Suplente do Ministério da Defesa: Sebastião Moraes de Carvalho
133 Junior. É o Sebastião? Os dois se encontram? É o Luiz Gustavo? Uma salva de palmas para o Luiz
134 Gustavo. Muito obrigado. Do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
135 titular: Francelino Lamy de Miranda Grando, não está presente. Suplente: Sérgio Ferreira de
136 Figueiredo. Também não está presente. Titular do Ministério do Desenvolvimento Indústria e
137 Comércio Exterior Fernanda Borcorny Messias, não está presente, suplente: Wallinson José de
138 Souza Carvalho, também não está presente. Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento titular: José
139 Silvério da Silva, aqui presente, uma salva de palmas. Muito obrigado José Silvério. Suplente: Luis
140 Novaes de Almeida, aqui presente também. Muito obrigado pela presença. Titular do Ministério da
141 Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Lineu Neiva Rodrigues, suplente: Antonio Divino Moura.
142 Muito obrigado. Do Ministério da Ciência e Tecnologia, titular: Luiz Antônio Barreto de Castro,
143 suplente: Darly Henrique da Silva. Darly se encontra aqui presente, uma salva de palmas. Do
144 Ministério da Ciência e Tecnologia, titular: Eliana Maria Gouveia Fontes, suplente: Jorge
145 Alexandre Carvalho da Silva. Não estão presentes. Três representantes de cada um dos seguintes
146 ministérios. Do Meio Ambiente, titular: João Bosco Senra, muito obrigado João Bosco. Suplente:
147 Marley Caetano Mendonça. Do Meio Ambiente, titular: José Machado, Presidente da Agência
148 Nacional de Águas, não muito feliz como eu pelo empate de 0 x 0 ontem, mas não estamos tão
149 tristes. Suplente do Ministério do Meio Ambiente, também da Agência Nacional de Águas o
150 Diretor Paulo Lopes Varella, torcedor do América do Rio Grande do Norte eu acredito. Acertei

151 Paulo? Não vou mais me arriscar com mais ninguém. Do Ministério do Meio Ambiente, titular:
152 Roberto Messias Franco, suplente: Reinaldo Aparecido de Vasconcelos. Está aqui presente, uma
153 salva de palmas. Muito obrigado Reinaldo. Do Ministério de Minas e Energia, titular: Altino
154 Ventura Filho, suplente: Pedro Alves de Melo, titular do Ministério de Minas e Energia Josias
155 Matos de Araújo, suplente: Gualter de Carvalho Mendes. Uma salva de palmas ao Gualter.
156 Também mais um mandato conosco. Titular do Ministério de Minas e Energia, Roberto Ventura
157 Santos, suplente: Marina Gutierrez Brandão Scalon. Uma salva de palmas, a Marina está aqui
158 conosco. Muito obrigado Marina. Um representante de cada uma das Secretarias Especiais da
159 Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca titular Marcelo Barbosa
160 Sampaio, suplente: Karim Bacha. Da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, titular:
161 Teresa Cristina Nascimento Sousa, suplente: Suzana da Rocha Cabral. Artigo 2º - Designar para o
162 encargo de membros titulares e suplentes do Conselho Nacional os representantes dos Conselhos
163 Estaduais de Recursos Hídricos dos Usuários e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos
164 abaixo indicados. Representante dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Titular: Conselho
165 Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo representado por Fábio Ahnert. Suplente:
166 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, representando por Shelley de
167 Souza Carneiro. Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso do
168 Sul, Roberto Ricardo Machado Gonçalves, uma salva de palmas, muito obrigado Roberto.
169 Suplente: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins Ana Iraci Coelho dos
170 Santos. Ana se encontra aqui conosco também. Muito obrigado. Titular: Conselho Estadual de
171 Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso, representado por Luis Henrique Magalhães
172 Noquelli, muito obrigado. Suplente: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Goiás,
173 representado por Roberto Gonçalves Freire. Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
174 Estado de São Paulo, representado por Rosa Maria Oliveira Machado Mancini. Suplente: Conselho
175 Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro representado por Rosa Maria Formiga
176 Johnson. Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina,
177 representado por Flávio Renê Brea Victoria, está aqui presente conosco. Suplente: Conselho
178 Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul, representado por Antonio Berfran
179 Acosta Rosado. Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, representado
180 por Maria Zita Timbó. Muito obrigado. Suplente: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
181 Estado do Piauí, representado por Dalton Melo Macambira. Titular: Conselho Estadual de
182 Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, representado por Márcio Costa Macedo. Suplente:
183 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia representado por Júlio Cesar de Sá da
184 Rocha. Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte,
185 representado por Carlos Ivan de Câmara Ferreira de Melo. Suplente: Conselho Estadual de
186 Recursos Hídricos do Estado de Alagoas representado por Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes.
187 Titular: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, representado por Lindsley
188 da Silva Rasca Rodrigues. Suplente: Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Distrito Federal,
189 representado por Moacir Bueno Arruda. Muito obrigado. Titular: Conselho Estadual de Recursos
190 Hídricos do Estado do Amazonas representado por Daniel Borges Nava. Suplente: Conselho
191 Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará representado por Manoel Imbiriba Júnior. Doze
192 representantes dos usuários de recursos hídricos. Irrigantes: Titular: Confederação Nacional de
193 Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, representado por Jairo dos Santos Lousa. Suplente:
194 Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, representado por
195 Lincoln Corrêa Curado, se encontra aqui conosco. Titular: Associação dos Arrozeiros de Alegrete,
196 representado por Ivo Melo, está aqui conosco. Muito obrigado Ivo. Suplente: Associação dos
197 Usuários das Águas da Região de Monte Carmelo – AUA, representado por Inocêncio Candido
198 Borges Neto. Está aqui conosco. Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e de
199 Esgotamento Sanitário, titular: Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, representado
200 por Maria Arlete Rosa. Suplente: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN,

201 representado por Cláudio Ramos Floriane Júnior. Titular: Companhia Estadual de Águas e Esgotos
202 – CEDAE, Rio de Janeiro, representado por Jaime Teixeira Azulai. Suplente: Serviço Municipal de
203 Águas e Esgoto de São Leopoldo – SEMAE, representado por Carlos Ronaldo Vieira Fernandes.
204 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica. Titular: Associação Brasileira das
205 Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGEE, Representada por Flávio Antonio Neiva, o
206 mais jovem e mais antigo representante do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele é o
207 representante que está no conselho há mais tempo, uma salva de palmas especial. Suplente:
208 Companhia Paranaense de Energia – COPEL, representado por Raul Munhoz Neto. Titular: EDP –
209 Energias do Brasil, representado por Luiz Otávio de Assis Henriques. Suplente: BRASCAN
210 Energética S/A, representado por Antonio Fonseca dos Santos. Setor Hidroviário. Titular:
211 Confederação Nacional do Transporte – CNT, representado por Marcos Machado Soares. Titular:
212 Rebelo Indústria Comércio e Navegação Ltda., representado por Hernani Goulart Fortuna. Não há
213 suplente indicado para a Confederação Nacional e para Rebelo Indústria, Comércio e Navegação.
214 Indústrias. Titular: Confederação Nacional da Indústria – CNI, representado por Vanessa Lucena
215 Empinotti. Suplente: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN,
216 representado por Luis Augusto Carneiro Azevedo. Titular: Federação das Indústrias do Estado de
217 Minas Gerais – FIEMG, representado por Patrícia Helena Gambogi Boson. Suplente: Federação
218 das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, representado por Marco Antonio Caminha. Muito
219 obrigado. Titular: Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, representado por Maria de Lourdes
220 Pereira dos Santos. Suplente: Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS, representado por Maria
221 Cristina Yuan. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de lazer e turismo.
222 Titular: Companhia Termas do Rio Quente, representado por Emerson Martins Costa. Suplente:
223 Rio Quente Mineração, representado por Wilson de Azevedo Filho. Está aqui? Seis representantes
224 de organizações civis de recursos hídricos. A – Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais
225 de Bacias Hidrográficas. Titular: Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo, representado por Carlos
226 Eduardo Nascimento Alencastre. Suplente: Comitê das Bacias Hidrográficas da Região
227 Metropolitana de Fortaleza, representado por João Batista Ponte. Muito obrigado. Titular:
228 Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí,
229 representado por Dalto Favero Brochi. Ele pediu para anunciar também mais um palmeirense aqui
230 na grandiosa delegação. Suplente: Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias –
231 COMLAGO, representado por Sílvia Freedman Ruas Durães. Organizações Técnicas de Ensino e
232 Pesquisa. Titular: Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, representado por
233 Francisco José Lobato da Costa. Suplente: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
234 Ambiental – ABES, representado por Paulo Renato Paim. Titular: Instituto de Pesquisas
235 Hidráulicas – IPH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representado por Luiz Fernando
236 de Abreu Cybis. Suplente: Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza –
237 CEHPAR, representado por Ingrid Ilich Muller. Organizações Não Governamentais. Titular:
238 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia – FONASC – CBH, representado por
239 João Clímaco Soares de Mendonça. Suplente: Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental –
240 CEDEA, representado por Laura Jesus de Moura e Costa. Titular: Cooperativa dos Técnicos em
241 Proteção Ambiental do Parque Estadual do Mirador – COOPERMIRA, representado por Theresa
242 Christina da Silva Pereira Castro. Suplente: Centro de Direitos das Populações da Região de
243 Carajás, Fórum Carajás, representado por Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro. Não está
244 presente. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Então aqui estão os 57 titulares e
245 suplentes que a partir de agora até 2012 compõem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
246 Uma grande salva de palmas a todos os representantes do Conselho Nacional. Em sequência a
247 nossa reunião de hoje eu gostaria de convidar o Secretário Executivo da Secretaria Geral da
248 Presidência da República, Sr. Antonio Roberto Lambertucci para proferir palestra a respeito de “O
249 Papel dos Conselhos Nacionais na Formulação de Políticas Públicas”, Secretaria Geral da
250 Presidência da República, por favor, Roberto. Agradecemos a sua presença, abrir a agenda para

251 estar aqui conosco e passo então imediatamente a palavra. O tempo previsto para sua apresentação
252 é de vinte minutos. **Sr. Antonio Roberto Lambertucci. (Secretaria Geral da Presidência da**
253 **República).** Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar eu gostaria de externar aqui os
254 cumprimentos da Secretaria Geral da Presidência da República, especialmente do Ministro Luiz
255 Dulci pela posse dos senhores e das senhoras conselheiras que se inicia agora, esse mandato que se
256 inicia agora. Queria cumprimentar também aqui pessoas já de conhecimento, de amizade,
257 Machado, nosso companheiro Machado, amigo e companheiro, da ANA, o João Bosco Senra,
258 também companheiro, amigo de Belo Horizonte de muitos anos. E gostaria Vicente de agradecer o
259 convite para participação na posse dos novos conselheiros desse importantíssimo conselho e
260 desejar a todos boa sorte e um bom mandato. Falando um pouco sobre política de participação
261 social neste governo. Eu não sei se é de conhecimento de todos, mas hoje nós temos no Brasil eu
262 diria um sistema de participação social bastante consolidado que obviamente foi conquista da
263 sociedade brasileira. Há muitos anos que a sociedade brasileira vem lutando por espaços de
264 interlocução social nos quais ela possa influenciar para além das eleições parlamentares, das
265 eleições majoritárias periódicas, que ela possa atuar cotidianamente e externar suas demandas,
266 vocalizar suas demandas de modo que elas pudessem ser incorporadas na elaboração das políticas
267 públicas no Brasil. Especialmente nesses anos do governo Lula esse sistema de participação social
268 vem se consolidando, crescendo, se confirmando como um importantíssimo método de gestão
269 pública. A participação social no Brasil, a participação das entidades da sociedade civil, abrindo
270 um parêntese aqui, a sociedade civil brasileira talvez seja como organização social das mais
271 consistentes do mundo inteiro. O Brasil tem hoje uma democracia consolidada e forte com
272 características que permitem dizer que nós temos além de uma grande estabilidade institucional
273 democrática um sistema democrático extremamente vigoroso. A democracia participativa
274 brasileira além de ela ser consolidada e estar presente na Constituição de 1988, confirmada pelos
275 constituintes de 1988, incorporada a institucionalidade jurídica brasileira ela é extremamente
276 consolidada. Nós temos hoje no Brasil 132 órgãos colegiados na esfera federal, só falando da
277 esfera federal. Praticamente todos os ministérios têm algum órgão colegiado em que há
278 participação em alguns casos mais acentuados em outros menos, mas desses 132 órgãos
279 colegiados, 40 deles são conselhos com forte participação social. 40 deles. Alguns ministérios têm
280 mais alguns órgãos colegiados, mais de um, outros apenas um, mas de modo geral há presença de
281 espaços de participação, de órgãos colegiados. Eu me refiro quando falo de órgãos colegiados a
282 conselhos ou a comissões. Conselho a nomenclatura é um conceito mais evidente, mais comum
283 que existe nesses órgãos de modo geral. Além dos conselhos nós temos outro espaço de
284 participação social bastante importante que tem consolidado como instrumento fundamental de
285 participação da população brasileira que são as conferências nacionais. Durante o governo Lula
286 foram realizadas 55 conferências nacionais, estão previstas para este ano mais 13 conferências.
287 Conferências nacionais que além de terem sua plenária nacional, sua fase nacional na qual
288 desembocam na verdade, na qual se consolidam se concluem os debates que são realizados nos
289 diversos estágios com participação municipal, estágios estaduais. E em alguns casos com o que nós
290 chamamos de conferências livres, que são aquelas conferências, aqueles espaços de debate que
291 acumulam propostas; em que se formulam propostas sem que necessariamente as conferências
292 livres tenham que eleger delegados para as conferências nacionais, mas cujos debates, cujas
293 propostas são consolidadas e encaminhadas para as demais fases das conferências. Isso permite
294 que uma quantidade extremamente significativa da população brasileira organizada possa
295 participar dos debates da elaboração das políticas públicas. Nessas conferências nós computamos
296 até agora quase 4 milhões de pessoas participando nesses últimos 7 anos de espaços de
297 participação. Quase 4 milhões de pessoas. Na Conferência da Juventude, só da Conferência da
298 Juventude participaram cerca de 406 mil pessoas, registrados, com ata, com lista de presença.
299 Além disso, no Brasil esse espaço de participação ele é bastante capilarizado nos estados e
300 municípios, quem participa dos governos estaduais e muitos dos senhores que têm essa atuação

301 importantíssima nesse órgão de formulação de uma importante política pública que é a questão da
302 água, os senhores conhecem, sabem que determinadas políticas públicas no Brasil hoje têm
303 verdadeiras redes capilarizadas de participação da sociedade. Em algumas delas os recursos
304 públicos, a liberação dos recursos públicos estão condicionados a existência desses espaços de
305 participação. Então nós temos a saúde com os respectivos conselhos estaduais e municipais.
306 Estima-se que haja cerca de 50 mil conselheiros de saúde no Brasil, para vocês terem uma idéia,
307 conselhos de assistência social, conselhos de acompanhamento do FUNDEB, da merenda escolar,
308 conselhos de segurança, conselho de meio ambiente. Então não foi feita ainda uma pesquisa
309 aprofundada para se computar a totalidade dos conselhos em todos os níveis da administração
310 pública brasileira. Mas certamente a julgar por essa referência do conselho de saúde, o meio
311 ambiente eu não sei, o João Bosco com certeza sabe melhor do que eu a quantidade de conselhos
312 de meio ambiente que tem Vicente, possivelmente vocês tem mais referência do que nós, porque
313 ainda não foi possível fazer um levantamento dessa totalidade. Mas com certeza essa rede de
314 participação social é extremamente grande e significativa. Falando mais do que essa parte formal
315 de participação social é importante se considerar que a democracia participativa no Brasil, ou seja,
316 os espaços de participação social no Brasil eles não são absolutamente contraditórios com a
317 democracia representativa, com as instituições parlamentares do Brasil, muito pelo contrário, são
318 espaços de participação que permite a vocalização das demandas da sociedade de forma mais
319 cotidiana, mais permanente. Na verdade eles complementam e fortalecem à democracia brasileira,
320 eles permitem que as instituições democráticas, tanto o parlamento quanto outras instituições
321 mesmo o executivo possam ter maior acuidade com as demandas sociais e possam estar
322 permanentemente dialogando sobre as suas prioridades e afinando essas prioridades com a vontade
323 da sociedade civil brasileira. Poucos países têm o que o Brasil tem. Eu diria que talvez o Brasil
324 seja, mesmo comparando com países desenvolvidos, o país que tenha essa rede de participação
325 social mais consolidada e tão ampla. Então falando mais do que apenas a parte formal dessa
326 participação, políticas sociais importantíssimas foram incorporadas a ação do estado, a gestão
327 pública que até algum tempo atrás sequer eram consideradas como políticas importantes. Mesmo a
328 questão da água, vocês sabem que não é tão antiga, é bastante nova, as questões ambientais embora
329 sejam preocupações antigas, mas a questão da água ela não é tão antiga, e mais recente ainda são
330 políticas públicas relacionadas a determinadas camadas da população, setores da população que
331 eram absolutamente desconhecidos, demandas desconhecidas, eu diria assim, não setores
332 desconhecidos, mas as demandas não eram incorporadas. Aqui estão incorporadas a esse conselho
333 duas dessas políticas que agora estão incorporadas como parte do estado brasileiro que são
334 políticas para as mulheres, tem aqui também uma secretaria de aquicultura e pesca, mas setores
335 sociais que seriam mulheres, os jovens, política para a juventude, política para os negros, e
336 também políticas para as minorias. Eu não chamaria mulheres e negros de minorias, por isso que
337 eu estou dizendo setores sociais, mas para as minorias também, como o caso de LGBT. Ano
338 passado foi realizada a 1ª Conferência em dois casos, a 1ª Conferência Nacional da Juventude que
339 elencou uma série de propostas que estão sendo incorporadas no Plano Nacional para a Juventude
340 que já está no Congresso, já foi remetido ao Congresso Nacional. Foi realizada a 1ª Conferência
341 Nacional de LGBT que a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos está formulando um plano
342 nacional de combate a homofobia no Brasil, que está em discussão, em consulta pública que se
343 originou dessa conferência. A Secretaria Nacional de Promoção de Políticas de Igualdade também
344 foi constituída no governo Lula está elaborando um plano nacional de promoção da igualdade
345 racial, brevemente estará também sendo encaminhado ao Congresso Nacional. São exemplos de
346 políticas públicas novas, muito recentes que estão sendo incorporadas à discussão da agenda
347 parlamentar, à discussão da sociedade brasileira muito motivada por essa possibilidade de canais
348 de participação social. Eu estou dando aqui alguns exemplos que são importantíssimos para a
349 expansão, consolidação e fortalecimento da democracia brasileira. Além desses canais de
350 participação mais formais que estão sendo, e também obviamente de possibilidades de

351 incorporação de políticas para setores da sociedade até então desconhecidos, até então
352 marginalizados da elaboração da política pública no Brasil, alguns outros espaços, eu gostaria de
353 também mencionar alguns outros espaços de participação social e de interlocução e diálogo social
354 importante que acontecem na vida nacional, política nacional atualmente. Eu gostaria de
355 mencionar aqui as chamadas mesas de diálogo que têm sido criadas pelo governo como
356 instrumentos também de elaboração de política pública, mas, sobretudo como instrumentos de
357 resolução de conflito, o método deste governo para resolução de conflito. Cito a mesa do salário
358 mínimo, ou seja, a política de reajuste do salário mínimo no Brasil hoje ela se originou de uma
359 mesa de diálogo da qual participaram centrais sindicais, fortemente as centrais sindicais. A mesa
360 de diálogo do setor canavieiro que está concluindo os seus trabalhos está produzindo um
361 importantíssimo acordo de compromisso de melhoria das práticas trabalhistas no setor do etanol
362 brasileiro. Todos os senhores sabem que os países importadores do etanol brasileiro e mais a
363 imprensa internacional permanentemente buscam constituir um conceito equivocado do nosso
364 ponto de vista sobre a produção do etanol no Brasil, alegando que o etanol brasileiro é produzido
365 com condições trabalhistas praticamente escravistas e com degradação ambiental. Isso não é
366 verdade. Ainda esse compromisso em que os empresários buscarão instituir práticas trabalhistas
367 mais avançadas até mesmo que a legislação determina, é um compromisso que está sendo
368 produzido numa mesa de diálogo que é outro método de elaboração de políticas públicas com
369 participação da sociedade, do empresariado brasileiro, dos trabalhadores, das ONGs, fundamental.
370 E por fim, para concluir a minha exposição, eu estou procurando ser rápido, eu sei que os senhores
371 têm uma agenda extremamente cheia pela frente então procurarei não tomar muito tempo Vicente.
372 Este ano como eu disse serão realizadas 13 conferências. Uma delas é a Conferência Nacional de
373 Comunicação, essa conferência é a 1ª Conferência, vai tratar de um tema extremamente
374 importante, delicado e um tema cujo tratamento, cujo debate pela primeira vez também vai
375 incorporar a participação da sociedade civil brasileira como um todo, ou seja, demonstrando que
376 não há política pública no Brasil que não seja passível da participação social. Eu estou citando a
377 Conferência Nacional das Comunicações porque é uma conferência talvez das 13 seja a mais
378 aguardada, eu diria assim, pela sociedade brasileira devido à delicadeza do tema, importância,
379 complexidade, extensão do tema e novidade, essa abertura para discussão com participação social.
380 Eu procurei fazer um relato breve sobre todos os canais, os espaços de participação social, e
381 gostaria agora finalizando colocar os seguintes pontos: a política de participação social neste
382 governo é uma política não só consolidada, mas é uma política incorporada no método de gestão,
383 no método de governo, isso é um princípio deste governo. Os senhores podem observar que
384 mesmo no início, nos primeiros anos do mandato do presidente Lula ele já afirmava essa convicção
385 que tem se consolidado, tem prosseguido e os outros espaços que já existiam têm sido fortalecidos.
386 E isso tem sido de um enorme valor para a consolidação da democracia, para arejamento da
387 democracia brasileira e fortalecimento das políticas públicas como política de estado, permitindo
388 que haja no Brasil um diálogo social muito mais acentuado do que existia até então. Isso é um bem
389 precioso que a sociedade brasileira vem conquistando, conquistou com a Constituição de 1988,
390 conquistou com as eleições diretas para presidente da república e vem conquistando como marca
391 vigorosa da nossa democracia. Então com isso eu concluo e agradeço a atenção de todos. Eu só me
392 esqueci de fazer uma pequena propaganda aqui. Posso fazer Vicente? É o seguinte, a Secretaria
393 Especial da Presidência da República está desenvolvendo em convênio com o UFMG, na verdade,
394 a UFMG é que está desenvolvendo um curso de capacitação de conselheiros nacionais. Esse curso
395 é um curso que foi solicitado pelos conselhos, pelos secretários executivos dos conselhos e pelos
396 gestores dos órgãos aos que os conselhos estão vinculados e ele tem duas modalidades. É um curso
397 que tem uma parte de atualização e tem uma parte de pós-graduação, especialização lato senso,
398 com certificação da UFMG. É um curso à distância, quer dizer, ele é feito por computador, mas
399 tem alguns encontros presenciais e obviamente tem todo o rigor que a UFMG tem nos seus cursos,
400 nos seus programas de pós-graduação. O João Bosco está articulando aqui com os nossos

401 companheiros da Secretaria Geral um curso aqui para o conselho que possivelmente depois ele vai
402 falar. Mas eu deixei ali fora o folder se os senhores quiserem ler um pouco mais a respeito sobre a
403 programação e etc., vocês podem buscar informações aqui no folder e tem informação a respeito
404 dos sites, tanto da Secretaria Geral da Presidência quanto da UFMG que dispõe de informações
405 mais detalhadas sobre esse programa de capacitação. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
406 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Lambertucci eu queria que você ficasse aqui
407 conosco mais um pouco porque muito embora não esteja previsto aqui no nosso regimento eu
408 queria muito aproveitar a sua vinda e a sua experiência. Eu queria abrir para o plenário em até
409 cinco inscrições de cinco minutos caso alguém deseje fazer algum comentário ou alguma questão a
410 respeito do tema aqui abordado que é o papel dos conselhos nacionais na formulação de políticas
411 públicas. Eu até me adianto enquanto alguém se inscrever Marley, eu queria fazer duas colocações.
412 A primeira é de que nós estamos trabalhando, a gente tem passado essa idéia principalmente nas
413 plenárias que prepararam as eleições dos conselheiros, nós estamos trabalhando a idéia de uma
414 Conferência Nacional de Águas. Nós acreditamos que há uma maturidade, uma necessidade do
415 setor que integra o SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na
416 busca de um espaço que possa congrega efetivamente os participantes, diretamente as pessoas que
417 militam nesse tema. O Conselho Nacional cumpre um papel importante, é a instância máxima, mas
418 é uma instância de representação. Então nós estamos trabalhando a idéia de constituir para o ano
419 de 2010, evidentemente tem toda dificuldade orçamentária de preparação, mas nós achamos que é
420 uma idéia que conta com bastante vigor e bastante apoio da Conferência Nacional de Águas. E
421 buscando também que a sua representação, diferentemente de outras conferências que têm na
422 representação municipal a base da sua tirada de delegados, que a gente possa trabalhar
423 fundamentalmente com a representação dos comitês de bacia; porque lá já se integram os diversos
424 segmentos que compõem os comitês que compõem aqui também o Conselho Nacional e essa é
425 uma idéia com a qual nós estamos trabalhando. Uma segunda questão Lambertucci eu quero te
426 deixar muito a vontade para fazer os comentários que desejar e também nem esse foi o espírito,
427 porque o espírito foi realmente conhecer as informações que você aqui apresentou. Mas há uma
428 demanda do Conselho Nacional, é uma demanda histórica, no sentido de que esse conselho até
429 pela sua natureza e representatividade assim como todos os conselhos que têm uma função
430 importante também deliberativa em vários aspectos, não simplesmente consultiva, que os
431 conselhos não tenham na sua composição nenhum segmento que a princípio seja majoritário. E o
432 Conselho Nacional que tem 57 representantes ele conta com 29 representantes já indicados pelo
433 governo federal, e isso tem sido apresentado como uma demanda histórica. Eu aqui queria me
434 somar também àqueles que entendem que isso não é para o governo federal, é para qualquer
435 segmento, fosse ele da sociedade civil, fosse dos usuários, do meio acadêmico, que ele a princípio
436 tenha como partida uma maioria já consolidada que em alguns casos de natureza polêmica;
437 evidentemente sinalizam um resultado ou ainda na formulação de algumas polêmicas que não haja
438 nem a necessidade de mediação daquela proposta visto que ela pode a princípio pela sua
439 representação se tornar majoritária no plenário. Então eu queria que você pudesse comentar como
440 é que os demais conselhos também tratam dessa questão da representação dos diversos segmentos.
441 Evidentemente sem nenhum comprometimento em relação a qualquer resposta, mas no sentido de
442 sinalizar; porque essa é uma bandeira que tem sido mantida pelo plenário do conselho e que nós
443 evidentemente com todo cuidado na busca de um convencimento também por parte das pessoas
444 que decidem essa questão no âmbito do governo federal vir no futuro a permitir ou aumentando o
445 conselho ou através de uma mudança na sua representação que nenhum segmento tenha de partida
446 maioria no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu não sei se mais alguém se inscreveu
447 Marley, não? Por favor, João Bosco e aí depois eu passaria para você no final Lambertucci. João
448 Bosco. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** É só uma informação dentro
449 disso que o Secretário Executivo Antonio Lambertucci colocou. É que nós estamos trabalhando
450 junto com a Secretaria Geral da Presidência numa perspectiva como vocês viram é um curso de

451 formação para conselheiros nacionais e nós no sistema de recursos hídricos temos outros
452 colegiados como os conselhos estaduais de recursos hídricos e os comitês de bacia. Então a idéia é
453 que a gente possa ter um curso que possa abranger também para além dos conselheiros nacionais
454 também possa abranger os membros dos conselhos estaduais e dos comitês de bacias. Então
455 estamos em tratativas com a UNB, teria um foco mais dentro dessa perspectiva que esse curso para
456 os conselheiros nacionais traz o papel do estado, a questão da representatividade, essa discussão
457 mais política da representação e da representatividade no âmbito de conselhos e teríamos também
458 módulos na área de recursos hídricos. Então estamos trabalhando junto montando essa proposta
459 com o apoio da Secretaria Geral da Presidência, a Universidade Federal de Minas e a UNB de
460 forma que a gente possa estar oferecendo. A nossa perspectiva é que a gente já possa lançar isso já
461 no segundo semestre, a gente já possa iniciar com o curso abrangendo todos os membros do
462 sistema desses outros órgãos colegiados que temos. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
463 **(Secretário Executivo CNRH).** Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? Então eu passo ao
464 Lambertucci para os seus comentários finais aqui agradecendo desde já a sua presença.
465 Lambertucci. **Sr. Antonio Roberto Lambertucci. (Secretaria Geral da Presidência da**
466 **República).** O Vicente abordou um tema importantíssimo porque a sociedade brasileira ela não é
467 de hoje vem lutando para ter espaço de participação. Não é novidade para nenhum dos senhores e
468 das senhoras aqui. Mesmo antes da Constituição de 88 obviamente que as lutas sociais elas
469 recorrentemente abordavam temas que diziam respeito obviamente a reivindicações mais
470 específicas. Mesmo as lutas sindicais do início do século XX, e posteriormente com o
471 fortalecimento de diversas organizações sociais fossem elas dos trabalhadores ou dos empresários
472 posteriormente reivindicavam espaços em que o estado não fosse um estado hermeticamente
473 fechado como nós tivemos alguns períodos no Brasil. Nós tivemos períodos no Brasil primeiro que
474 a democracia com seu advento no Brasil era uma democracia de baixa qualidade, como chamam os
475 acadêmicos, como classificam os acadêmicos, sobretudo, na república velha, depois tivemos
476 períodos ditatoriais grandes em que o estado era absolutamente fechado, hermeticamente fechado a
477 qualquer tipo de demanda social, e mais recentemente nós vivemos agora no período mais longo da
478 democracia brasileira. Este é o período mais longo, ele não só é o período mais longo, mas cuja
479 qualidade da democracia brasileira é a melhor. Eu estou usando esse conceito de qualidade porque
480 são conceitos que os teóricos usam, não achei termo melhor para falar a respeito, mas a democracia
481 brasileira vive talvez o seu momento de maior pujança na história brasileira. Uma estabilidade
482 institucional grande, nós vamos aí para quinta eleição presidencial ou sexta, quinta eleição
483 presidencial, o Congresso Nacional funciona perfeitamente, as eleições brasileiras são
484 transparentes, são universais, os setores que não participavam, participam das eleições, mas
485 somente o canal formal de participação representativa não assegura obviamente a participação
486 mais cotidiana da sociedade. Então essa vontade, esse desejo, essas reivindicações de promover
487 uma interlocução entre o estado e a sociedade civil ela já vem de muito tempo. Especialmente
488 nesses anos do governo Lula essa vontade popular se incorporou a uma concepção de governo, ao
489 método de governo, de gestão que é ouvir, dialogar e promover uma forte interlocução com a
490 sociedade civil, com as organizações da sociedade civil. Se os senhores compararem a democracia
491 brasileira hoje com a de outros países certamente não encontrarão país que tenha de forma tão
492 consistente e ampla essa forma de interlocução com a sociedade civil, tem outras, outras formas.
493 Então esse desejo ele veio se incorporando e todos obviamente espaços de participação social, os
494 conselhos, as conferências são muito mais consolidados, são muito mais fortes se a sociedade civil
495 busca pressionar o estado para que a sua capacidade de interlocução, sua capacidade de
496 participação de definição de políticas possa crescer e se fortalecer. Nem por isso aqueles conselhos
497 do meu ponto de vista, aqueles conselhos que a gente chama de “consultivos” deixam de ter
498 importância, pelo contrário, me parece que é justamente a capacidade de buscar o diálogo e o
499 consenso nessas instituições, nesses espaços é que dão força na elaboração dessas políticas
500 públicas. Essa capacidade de convencimento dos setores entre si é que buscamos, é que dão força,

501 dão solidez e conseguem de fato vocalizar com maior força as políticas às demandas sociais que
502 são aí trazidas pelos representantes que vem dos diversos setores sociais. Existem vários conselhos
503 no Brasil, e como eu disse muitos são apenas consultivos, outros deliberativos, outros são
504 consultivos em algumas questões e deliberativos em outras, alguns definem e normatizam
505 determinados setores, então há uma diversidade grande das modalidades desses conselhos todos no
506 Brasil. Em princípio eu diria que não há nenhuma restrição, nenhuma objeção por parte do governo
507 que haja demanda dos conselhos para que se altere a composição dos conselhos, em princípio não
508 há uma posição de princípio contra isso. É natural que os conselhos, que a sociedade reivindique
509 maior espaço. Obviamente que as políticas públicas elas são mediadas por diversas questões, elas
510 são mediadas pelos setores que atuam em determinados aspectos da sociedade, por representantes
511 de determinados setores, mas é necessário que as políticas públicas setoriais sejam mediadas
512 também por uma visão e pelas posições da sociedade como um todo. Então eu acho que essa é uma
513 coisa natural da democracia, é assim mesmo, é através do diálogo, através da pressão política, da
514 participação, da mobilização que os setores sociais buscam convencer os outros setores, mediar
515 suas posições com as posições de outros setores da sociedade brasileira e assim conformarem
516 caminhos que possam ser satisfatórios para a sociedade como um todo. Então faz parte da
517 democracia essas reivindicações, essa mobilização faz parte e nós vamos convivendo com elas.
518 Pode ser que seja o melhor caminho uma composição que não haja setor majoritário em
519 determinados conselhos, pode ser que em outros não, depende muito. Então faz parte das
520 características de uma sociedade democrática e não há por parte do governo nenhuma restrição a
521 isso por princípio. Não é uma posição do governo unificada que em todos os conselhos tem que ser
522 de uma determinada maneira ou de outra. Depende muito do setor, depende muito do desejo da
523 sociedade, da organização e obviamente mediado por interesse de outros setores da sociedade. E
524 também obviamente eu não posso aqui omitir, claro, seria demagogia da minha parte, omitir que
525 qualquer governo tem um programa, tem suas posições, foi eleito com base em determinadas
526 características, determinado plano que pode se alterar obviamente dialogando com os setores, deve
527 se alterar, deve se aperfeiçoar dialogando com a sociedade civil. Então em princípio é isso.
528 Democracia é isso. É lutando que se conquistam as demandas sociais que estão estabelecidas. É
529 isso Vicente. Eu só falei sobre essa questão porque foi à única que apareceu aqui. Obrigado. **Sr.**
530 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Lambertucci eu queria agradecer muito
531 a sua presença, abrir sua agenda, Ministro interino até poucos dias atrás, e esse é um tema
532 fundamental para a consolidação da democracia e que tem evoluído porque se a gente vai
533 acompanhando o processo histórico a sociedade vai encontrando formas de canais que dêem vazão
534 as suas principais demandas. E a gente tem percebido que a questão dos conselhos tem sido um
535 canal prioritário que a sociedade tem buscado no sentido da formulação e na participação da vida
536 política nacional. Então eu queria agradecer muito a sua presença. Eu queria te adiantar
537 Lambertucci e vou pedir a CTIL para que a gente indique três representantes, eu pensei aqui agora
538 em função da sua fala, e se você me permitir num prazo curto, 15 dias, a gente vai fazer uma visita
539 levando as reivindicações do Conselho que tratam dessa questão a respeito da não maioria a
540 princípio de nenhum segmento dentro do Conselho Nacional. Se você me permitir então fica aqui
541 essa sugestão, três representantes, eu pensei na CTIL por ser institucional e encaminhar já uma
542 reivindicação que já foi apresentada por uma moção há cerca de dois ou três anos, não é isso João
543 Bosco? E que ela tem sido recorrente em várias reuniões. Até no início do meu mandato aqui
544 também foi apresentada como uma demanda de natureza política e que evidentemente tem que ser
545 tratada nessa esfera. Então muito obrigado pela sua presença e uma salva de palmas ao
546 Lambertucci. Muito obrigado. **Sr. Antonio Roberto Lambertucci. (Secretaria Geral da**
547 **Presidência da República).** Eu agradeço novamente o convite e desejo uma ótima reunião a todos
548 vocês. Muito obrigado gente. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
549 obrigado. Eu já convidei formalmente ao Marley, Gerente de Apoio ao Conselho, para nos ajudar
550 na condução desses trabalhos. A agenda do dia consta da pauta que foi encaminhada anteriormente

551 aos conselheiros, à pauta é extensa, pedir a compreensão de todos para otimização dos trabalhos e
552 manutenção do quórum. Por favor, Marley, a verificação do quórum no plenário. **Sr. Marley**
553 **Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Senhor Secretário nós possuímos 44
554 conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade, portanto, temos quórum. **Sr.**
555 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Agradecer a presença
556 de todos os conselheiros e as conselheiras que abriram sua agenda para estar aqui conosco nesses
557 dois dias. Eu peço ao Marley então que leia os informes e os procedimentos regimentais. **Sr.**
558 **Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Informes. Solicitamos que a
559 cada intervenção os conselheiros informem o seu nome, entidade ou órgão que representam para
560 efeito de registro, facilitando o trabalho da Secretaria Executiva na elaboração da ata. Intervenções
561 não serão permitidas durante a apresentação de matérias, ficando facultada a cada conselheiro que
562 estiver com a palavra concedê-la ou não. Encerradas as discussões a matéria será submetida ao
563 plenário para votação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos
564 pronunciamentos, nem pedido de vista e apartes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada
565 por maioria simples dos membros presentes, ou seja, metade mais um dos votos dos conselheiros
566 que se encontrem presentes no momento de votação. Procedimentos. Somente terão direito a voto
567 os conselheiros titulares, os conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam
568 substituindo os titulares ausentes. Os conselheiros suplentes terão direito a voz. O relator de cada
569 matéria deverá fazer uso da palavra por 10 minutos para apresentá-la ao plenário com suas
570 respectivas justificativas. Após a apresentação das matérias serão abertas as inscrições para os
571 conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os conselheiros inscritos serão chamados
572 pela ordem de inscrição, farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos se ater exclusivamente
573 sobre o assunto em discussão. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
574 Obrigado Marley. Inicialmente eu gostaria de perguntar aos conselheiros e conselheiras se existe
575 alguma matéria de urgência ou se alguma matéria deve ser retirada de pauta. Eu vou fazer essa
576 pergunta em duas etapas porque a nossa equipe já recebeu três indicações de solicitação de
577 urgência, matérias com requerimento que eu vou ler a seguir quais são. Lembrando que o
578 requerimento de urgência deve estar assinado por no mínimo 15 conselheiros. Lembro ainda que
579 caso o plenário não aprove a inclusão do pedido de urgência nesta reunião fica automaticamente
580 incluída a matéria para a reunião da sessão seguinte do conselho. Os requerimentos que foram
581 apresentados. Primeiro: foi um requerimento de proposta de resolução que estabelece as
582 prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos referidos no
583 inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 9648 de 1998, com a redação dada pelo artigo 28 da
584 Lei 9984 de 2000 para o exercício orçamentário de 2010/2011. Ela foi encaminhada pelo
585 Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, a pedido da Câmara Técnica de
586 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. O segundo requerimento de urgência trata da proposta
587 de moção que recomenda a órgãos e entidades ações para efetivação dos fundos estaduais de
588 recursos hídricos; também encaminhada pelo Conselheiro do MMA João Bosco Senra a pedido
589 também da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. O terceiro requerimento
590 de urgência é uma proposta de moção que recomenda ao Congresso Nacional a retirada de pauta
591 dos projetos de lei que tratam das alterações no Código Florestal Brasileiro, encaminhada pelo
592 Conselheiro dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas o Sr.
593 Dalto Favero Brochi a pedido da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e
594 Informação em Recursos Hídricos. Há mais alguma solicitação de pedido de urgência para esta
595 sessão? Não havendo a pergunta é: há alguma solicitação de retirada de alguma matéria que deva
596 ser retirada de pauta? Também não há. Então, por favor, Marley, a votação então será feita em
597 plenário requerimento por requerimento. Eu daria dois minutos a cada um desses requerimentos
598 para apresentação da proposta de resolução ao plenário encaminhado em seguida da votação
599 sumária. Então a primeira é a proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação
600 dos recursos provenientes pela cobrança do uso da água. Por favor, João Bosco ou outro

601 representante que queira fazê-lo. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Na
602 hora da discussão eu vou pedir ao Rodrigo Speziali que possa falar em nome da CTCOB, mas
603 apenas para ser acatada em regime de urgência, eu não vou me estender muito, é uma proposta de
604 resolução que é de praxe ser votada aqui pelo conselho definindo as prioridades de aplicação de
605 recursos. Essa discussão ela foi feita no âmbito da CTCOB a partir de uma consulta ampla que foi
606 feita aos conselhos estaduais e aos comitês, e que a partir das contribuições que chegaram desses
607 órgãos colegiados foi apresentada essa proposta. Então eu pediria que pudesse ser acatada em
608 regime de urgência exatamente porque nós estamos aí num processo de formatação dos
609 orçamentos para os próximos anos e ela se reflete a isso. Então podendo ser votada nessa reunião
610 ela vai poder intervir no processo de formatação dos orçamentos para o próximo ano. **Sr. Vicente**
611 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado João Bosco. Eu fui informado
612 aqui pelo Marley, é a minha primeira votação em regime de urgência, de que na verdade são duas
613 votações. Uma se o pedido é acatado ou não, se ele é incluído ou não na pauta do conselho e a
614 segunda votação se é incluída ou não nesta reunião. Está claro isso? Então primeiro é se o
615 conteúdo é acatado...**Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** A
616 primeira votação é de admissibilidade. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
617 **CNRH).** De admissibilidade...**Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao**
618 **CNRH).** Se entra na pauta, aí depois no momento da pauta ela...**Sr. Vicente Andreu Guillo.**
619 **(Secretário Executivo CNRH).** No momento seguinte? **Sr. Marley Caetano de Mendonça.**
620 **(Gerente de Apoio ao CNRH).** Mais na frente. Agora nós vamos apreciar a admissibilidade dos
621 três. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Então nós estamos votando, nós
622 vamos votar a admissibilidade e depois no momento da pauta, segundo o Marley me informa aqui
623 é que nós vamos votar a inclusão ou não dessas matérias na reunião de hoje. **Sr. Marley Caetano**
624 **de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Aí a gente vota o mérito. **Sr. Vicente Andreu**
625 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Isso. Acho que entendi. Então em regime de votação da
626 admissibilidade da proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos
627 provenientes da cobrança apresentada aqui pelo João Bosco, por favor, em votação. Os
628 conselheiros e as conselheiras que são favoráveis pela admissibilidade dessa moção, por favor,
629 levantam os seus crachás. Muito obrigado, podem abaixá-los. Abstenções? Contrários? Então
630 aprovada por unanimidade à admissibilidade da resolução aqui apresentada. O segundo
631 requerimento de urgência trata de proposta de moção que recomenda a órgãos e entidades ações
632 para efetivação dos fundos estaduais de recursos hídricos; também encaminhada pela Câmara
633 Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos pelo Conselheiro João Bosco. Quem vai
634 fazer uso da palavra? Conselheiro João Bosco, por até dois minutos. **Sr. João Bosco Senra.**
635 **(Ministério do Meio Ambiente).** Pelo mesmo motivo, questão orçamentária, para que se possa
636 influir nos fundos estaduais essas sugestões que foram discutidas no âmbito da Câmara Técnica de
637 Cobrança e serviram de base todas essas contribuições ao sistema, feita das demandas, para que
638 não só a nível nacional a agência como votamos anterior, a nível nacional se incluam esses
639 critérios, mas também que isso possa ser usado no âmbito dos fundos estaduais. Então a urgência
640 se dá para isso possa influir no orçamento que está sendo construído nesse período para o ano que
641 vem. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Conselheiro
642 João Bosco. Então em regime de votação. Conselheiros e Conselheiras favoráveis à
643 admissibilidade da proposta de moção que recomenda órgãos e entidades ações para efetivação dos
644 fundos estaduais de recursos hídricos, os conselheiros e as conselheiras favoráveis, por favor,
645 ergam seus crachás. Muito obrigado. Abstenções? Votos contrários? Então também aprovado por
646 unanimidade. E o terceiro requerimento de urgência apresentado é também de proposta de moção
647 que recomenda ao Congresso Nacional a retirada de pauta dos projetos de lei que tratam de
648 alterações no Código Florestal Brasileiro. Encaminhado a pedido da Câmara Técnica de Educação,
649 Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos apresentada aqui pelo
650 Conselheiro Dalto Favero Brochi. Por favor, Dalto, por até dois minutos. **Sr. Dalto Favero**

651 **Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** Bom
652 dia a todos. Dalto Brochi. Eu sou representante dos Consórcios, Comitês e Associações
653 Intermunicipais. Essa é uma proposta da Câmara Técnica - CTEM, Mobilização, Educação,
654 Capacitação e Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos cuja presidente é a Suraya
655 e não pode estar aqui hoje, ela estará somente amanhã, mas ela nos pediu para apresentar essa
656 moção em face de no Congresso Nacional estarem avaliando vários projetos de lei que vão tratar
657 da questão do Código Florestal, alteração na redação do Código Florestal que é de 65. E a proposta
658 da CTEM é que através dessa moção que o Congresso Nacional suspenda essas discussões e
659 tragam esses assuntos aqui também para o Conselho Nacional para que nós possamos avaliar e dar
660 sugestões, propostas e emendas. Então é nesse sentido que existe essa proposta de moção
661 apresentada pela CTEM. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
662 Muito obrigado Dalto. Então o sentido da moção é que esses projetos que tratam da alteração no
663 Código Florestal sejam sustados para maior debate na sociedade incluído aí também esse Conselho
664 Nacional de Recursos Hídricos. Não é isso? Então em regime de votação. Conselheiros e
665 Conselheiras que aprovam a proposta de moção que recomenda ao Congresso Nacional a retirada
666 de pauta dos projetos de lei que tratam de alterações no Código Florestal Brasileiro. Conselheiros e
667 Conselheiras favoráveis, por favor, ergam os seus crachás. Muito obrigado. Abstenções? Por favor,
668 mantenham para registro. 9 abstenções. Votos contrários? Dois votos contrários. Então a proposta
669 está aprovada. Essa moção depois ela vem à discussão, não é isso? Então na ordem do dia depois
670 vem à discussão também, uma vez que ela passa a integrar a ordem do dia. Ainda em relação a
671 nossa agenda de trabalho solicito a seguinte aprovação de inversão de pauta. É uma solicitação que
672 nós apresentamos para que o item 6.3... Para restabelecer o plenário... Restabelecendo o plenário
673 nós estamos solicitando aqui a inversão do item 6.3 da pauta que trata de resultados finais do
674 Projeto Aquífero Guarani a ser feita pelo Luiz Amore, Ex-Secretário Geral do Projeto de Proteção
675 Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Aquífero Guarani, para que ele seja transferido para
676 as 14 horas; visto que há uma produção de material a ser distribuído inclusive, para que ele possa
677 ser realizado junto com a presença do Ministro Carlos Minc. Há alguma outra solicitação de
678 inversão de pauta apresentada pelos Conselheiros ou pelas Conselheiras? Também não, então, por
679 favor, em regime de votação rapidamente, a aprovação dessa inversão de pauta. Conselheiras e
680 Conselheiros favoráveis a inversão? Muito obrigado. Abstenções? Uma abstenção pela inversão de
681 pauta. Contrários à inversão? Nenhum voto contra. Então, por favor, Conselheiro Marley apresente
682 a nova ordem do dia que será seguida da votação final em relação a esse tema. **Sr. Marley**
683 **Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Senhor Secretário, a nova ordem do dia
684 é a seguinte: Item 1 – Aprovação das atas da XXIV e XXV reuniões extraordinárias do Conselho
685 Nacional de Recursos Hídricos. Item 2 – Deliberação sobre proposta de resolução que: 2.1. –
686 Proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da
687 cobrança pelo uso de recursos referidos no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 9648 de
688 1998, com a redação dada pelo artigo 28 da Lei nº 9984 de 2000, para o exercício orçamentário de
689 2010/2011, encaminhado pelo Conselheiro do Ministério de Meio Ambiente, Sr. João Bosco
690 Senra, a pedido da Câmara Técnica de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos. Item 3 –
691 Deliberação sobre proposta de moção que: 3.1. – Proposta de Moção que recomenda a órgãos e
692 entidades ações para efetivação dos fundos estaduais de recursos hídricos, encaminhada pela
693 Câmara Técnica de Cobrança através do Conselheiro João Bosco Senra do Ministério do Meio
694 Ambiente. 3.2. – Proposta de moção que recomenda ao Congresso Nacional a retirada de pauta dos
695 projetos de lei que tratam de alterações no Código Florestal Brasileiro, encaminhada pelo
696 Conselheiro dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas, Sr.
697 Dalto Favero Brochi, a pedido da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e
698 Informação em Recursos Hídricos. Item 4 – Deliberação sobre proposta de resolução que: 4.1. –
699 Cria unidades de gestão de recursos hídricos de rios de domínio da União e estabelece as diretrizes
700 e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacias hidrográficas, encaminhada

701 pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. 4.2. - Aprova o programa de
702 trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de
703 Recursos Hídricos para o exercício de 2010, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.
704 Item 5 - Deliberação sobre propostas de Moção que: 5.1. - Recomenda a formação de uma
705 estrutura nacional para, de forma continuada e articulada, em especial com os estados abrangidos
706 pelo Aquífero Guarani, coordenar e acompanhar o processo de cooperação nacional e regional e as
707 ações e atividades geradas pelo Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do
708 Sistema Aquífero Guarani-SAG, encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. 5.2. -
709 Recomenda a aplicação de investimentos em ciência e tecnologia para conhecimento estratégico
710 das potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades do Sistema Aquífero Guarani - SAG, no
711 âmbito dos estados abrangidos pelo Aquífero, encaminhada pela Câmara Técnica de Águas
712 Subterrâneas. Item 6 - Avaliação dos temas prioritários para composição da pauta do CNRH, em
713 2009. Item 7 – Apresentações. 7.1. - O Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a ser feito pela
714 Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. 7.2. - Os efeitos das
715 mudanças climáticas nas cidades litorâneas, a ser feito pelo Sr. Francisco Assis de Souza Filho;
716 7.3. - Resultados finais do Projeto Aquífero Guarani, a ser feito pelo Sr. Luiz Amore, Secretário
717 Geral do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero
718 Guarani, acompanhado de lançamento de publicações sobre o tema, item em inversão que ocorrerá
719 às 14 horas na tarde de hoje. Em seguida informes e encerramento. No dia 26 amanhã a partir das
720 14 horas, oficina de planejamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
721 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Obrigado Marley. Então em regime
722 de votação a aprovação da ordem do dia lida pelo Marley Mendonça. Por favor, conselheiros e
723 conselheiras que aprovam a ordem do dia, por favor, levantem seus crachás. Agradeço a
724 manifestação. Abstenções? Votos contrários? Então aprovada à ordem do dia. Passando
725 imediatamente ao item 1 da pauta, submeter à aprovação das atas da XXIV e XXV reuniões
726 ordinárias do CNRH. Lembrando aos conselheiros que nós estamos votando a ata que é o resumo
727 das deliberações apresentadas nas reuniões passadas havendo como anexo a essa ata a transcrição
728 literal das reuniões que foram realizadas. Então algum conselheiro tem alguma sugestão de
729 alteração em relação às atas aqui mencionadas? Nenhuma sugestão. (Intervenção fora do
730 microfone). Sobre as atas João? Não? (Intervenção fora do microfone). Uma correção para efeito
731 formal: é fundamental a aprovação das atas da XXIV e XXV reuniões extraordinárias. Cybis?
732 (Intervenção fora do microfone). É alguma sugestão de alteração Cybis? Não? Então eu vou fazer
733 o encaminhamento da votação e em seguida você apresenta a sua contribuição provavelmente com
734 relação à forma não é isso? Então em regime de votação. Os conselheiros e as conselheiras que são
735 favoráveis a aprovação das atas das duas reuniões passadas, por favor, levantem os seus crachás.
736 Muito obrigado. Abstenções? 4 abstenções. Votos contrários. Nenhum voto contrário. As atas
737 estão aprovadas. Então três minutos ao Conselheiro Cybis para que apresente suas considerações.
738 Por favor, faça aqui. Já deixou o microfone ali. **Sr. Luiz Fernando de Abreu Cybis.**
739 **(Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Bom dia a todos. Luiz Fernando Cybis das
740 Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa. É um comentário rápido. Eu acho que ela vai num
741 caminho bom essa proposta de se ter uma ata sintética e a transcrição, só que eu acho que ela ficou
742 sintética demais. Eu não tenho a cópia dela aqui, mas ao lê-la em alguns momentos eu fiquei em
743 dúvida sobre se tinha sido aprovado, o que tinha sido aprovado, principalmente naquela que tinha
744 parecer de vistas que pela leitura quando ficava em dúvida sobre se tinha sido aprovado o parecer
745 ou o relato inicial. Então eu acho que ficou sucinto demais. Eu acho que precisa um pouco mais de
746 cuidado, deixar bem claro, uma frase, não precisa mais do que isso. Eu acho que ficou, por demais,
747 sintético. Em alguns momentos há certa dúvida. Depois eu posso passar para vocês. **Sr. Vicente**
748 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Obrigado Cybis, a sugestão fica aceita para que a
749 gente busque que a ata seja inteligível, porque é real isso, as pessoas que acabam fazendo têm
750 todas as informações e eventualmente alguma informação relevante ou para que haja o

751 entendimento acaba não constando da ata conforme aqui apresentado pelo Conselheiro Cybis.
752 Muito obrigado pela contribuição. Vamos ao item 2.1 da pauta que trata de deliberação sobre
753 proposta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da
754 cobrança pelo uso de recursos que foi encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de
755 Recursos Hídricos, e foi apresentada pelo Conselheiro João Bosco Senra. O conselheiro terá até 10
756 minutos, eu estou informado aqui João que você deseja que o Senhor Rodrigo Speziali
757 representante do MMA na CTCOB faça a apresentação. Então, por favor, para que ganhemos
758 agilidade, por favor, Rodrigo por até 10 minutos para apresentação dessa proposta de resolução.
759 **Sr. Rodrigo Speziali. (CTCOB - Ministério do Meio Ambiente).** Bom dia a todos senhores
760 conselheiros e as senhoras conselheiras. Mais uma vez estamos aqui, é um prazer. A Câmara
761 Técnica solicitou que fizesse a apresentação da proposta de resolução sobre prioridade de aplicação
762 dos recursos da cobrança pelo uso da água para o biênio 2010/2011. Essa proposta é exatamente no
763 momento preliminar ao início das discussões da elaboração orçamentária que o governo federal
764 faz, então ela está no momento oportuno. O histórico desse processo começa com a Resolução 70
765 de 2007 onde foram estabelecidos os prazos, procedimentos e formas para promover a articulação
766 entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os comitês de bacias de rio de domínio da União
767 e os conselhos estaduais de recursos hídricos para discutir e verificar as formas e as prioridades de
768 aplicação dos recursos. A Resolução 97 alterou basicamente os procedimentos e prazos, ajustando
769 o cronograma antes apresentado na Resolução 70 com a realidade do ciclo orçamentário
770 estabelecido no país. Então houve uma adequação de prazos para facilitar o debate no âmbito dos
771 comitês e no âmbito dos conselhos estaduais. O processo se deu por um envio de correspondência
772 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos aos conselhos estaduais e aos comitês de bacia de rios
773 de domínio federal para que esses discutissem e estabelecessem as prioridades de aplicação a partir
774 de qual pressuposto, a partir dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos
775 Hídricos. Essa foi à lógica, partiu-se do Plano Nacional e pediu que cada um dos comitês e
776 conselhos estaduais estabelecesse suas prioridades. Foi solicitada a apresentação de três
777 prioridades, três prioridades por cada um. A Agência Nacional de Águas fez uma nota técnica,
778 048/2009, SAG, sobre a coordenação do Rodrigo Flecha e encaminhou para a reunião da Câmara
779 Técnica de Cobrança, a última reunião, onde foi debatida exatamente essa hierarquização que a
780 gente está apresentando. São atribuídas prioridades, três, e conforme demonstrado no próximo
781 gráfico. Essas foram às prioridades que foram encaminhadas, esse é o quadro encaminhado e essas
782 já são as respostas. Ali estão os programas, subprogramas e o nível de prioridade.
783 Desenvolvimento institucional do SINGREH no Brasil. Ação: organização dos sistemas estaduais
784 de gerenciamento. Teve três prioridades. Então essa foi à resposta consolidada pela Agência
785 Nacional de Águas e apresentada e discutida no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança. Na
786 sequência esses foram os programas que foram apresentados. Nós tivemos doze programas e
787 subprogramas que foram pontuados... (Intervenção fora do microfone). É porque quatro conselhos
788 e comitês votaram naquela prioridade. No plano de recursos hídricos, ele recebeu 4 pontos como
789 prioridade um, recebeu 2 pontos como prioridade dois, e recebeu 1 ponto como prioridade três.
790 Esse é o quadro de priorização a partir das manifestações. Esse é o final, distribuição de bacias
791 hidrográficas, o PRODES ficou também com 2 prioridades dois, 2 prioridades um, e 1 prioridade
792 um. Gestão também sustentável, por gentileza, entretanto, a CTCOB achou por bem, foi uma
793 discussão no âmbito da Câmara Técnica, de não estabelecer uma prioridade, até porque ela ainda
794 não tem definidos os critérios de hierarquização e não foi submetida a esse conselho uma proposta
795 de resolução da câmara optou-se então por elencar todos os 12 programas e subprogramas que
796 obtiveram votações, independente do grau de hierarquização. Esse foi o debate que saiu como
797 resultado da Câmara Técnica apresentado no conselho, ou seja, estão aqui como prioridade de
798 aplicação dos recursos para os dois biênios os 12 programas e subprogramas que receberam
799 pontuação, independente da hierarquização feita, ou independente do número de votos, e sim à
800 votação. É nesse sentido que a gente está apresentando a proposta de resolução que estabelece as

801 prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelos recursos hídricos referidos
802 no inciso II, do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 9648 de 1998, com redação dada pelo Artigo
803 28 da Lei 9984 de 2000 para o exercício 2010/2011. O artigo 1º. Aplicação dos recursos
804 provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II do parágrafo 1º, já lido, deverá
805 priorizar os exercícios orçamentários de 2010 os subprogramas do Plano Nacional de Recursos
806 Hídricos a seguir relacionados. Aí são todos os doze, a gente não quis hierarquizar, só
807 apresentamos, todo mundo tem uma cópia da resolução, só foram relacionados os doze, não foi
808 feito um debate sobre qual ordem de prioridade. O parágrafo único. A ordem numérica dos
809 programas não estabelece a hierarquia de prioridades. Isso decorrente inclusive das últimas
810 discussões quando isso foi apresentado onde se solicitou que não fosse hierarquizado. Então
811 mantivemos o mesmo padrão estabelecido na última votação dessa resolução que foi no ano
812 passado e mantivemos a mesma lógica. Essa é a estrutura da resolução em si e esses os debates. A
813 CTCOB entende que é necessário estabelecer um mecanismo para hierarquização, mas ela ainda
814 não fez e deverá fazer com calma nas próximas reuniões. É só isso muito obrigado. **Sr. Vicente**
815 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Rodrigo. Por favor, nos
816 acompanhe aqui durante o debate à mesa, por favor. Matéria em discussão. Algum conselheiro ou
817 alguma conselheira inscrita a respeito dessa proposta de resolução que estabelece às prioridades
818 para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos? Pois não, Ana
819 Catarina e depois João Clímaco. Por favor, Catarina. **Sra. Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes.**
820 **(Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Alagoas).** Só uma indagação. Existe uma avaliação
821 do que foi feito em outros anos, o que foi usado de recurso? Quais são as ações que nós fizemos?
822 Para nós não ficarmos sempre colocando informações e a gente não acompanhando o que
823 realmente foi decidido no Conselho. Então vamos priorizar doze, temos respostas das que nós
824 priorizamos em 2008? O que foi feito? O que foi gasto? Para a gente poder ter uma definição, se
825 não a gente vai ficar priorizando e o retorno efetivo dessa ação que a gente faz? Porque a gente
826 precisa disso para justificar aos comitês e conselhos estaduais o que está sendo executado. Então
827 gostaria de uma explicação. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
828 obrigado. João Clímaco. Mais algum inscrito logo em seguida? Aí depois eu gostaria que a
829 Agência Nacional de Águas se pudesse nos ajudar em relação à questão formulada pela Ana
830 Catarina. Por favor, João Clímaco, por até três minutos. **Sr. João Clímaco Soares de Mendonça.**
831 **(Organizações Não Governamentais).** Bom dia a todos. Eu vou cumprimentar a mesa e os
832 demais conselheiros pela nova caminhada de modo que a gente consiga construir um conselho
833 mais progressista e mais identificado com os anseios da sociedade brasileira. Eu estou aqui
834 reafirmando uma preocupação que nós temos encaminhado todas as vezes que tem essa discussão
835 na Câmara Técnica de Cobrança. E quando chega esse momento que vai definir essas prioridades
836 eu penso que está muito longe ainda do que foi colocado nas nossas preocupações em um
837 documento anterior que não foi aceito; onde nós recuperamos um pouco do que está escrito na
838 resolução 41 desse Conselho, onde nós priorizamos a aplicação dos recursos na construção e na
839 implantação prioritariamente na implantação das instâncias de gestão a nível local, tipo comitê, e
840 ao mesmo tempo fortalecimento institucional dos estados do sistema de gestão estadual. Quer
841 dizer, essas duas questões estão inclusas dentro dos vários itens que compõe o Plano Nacional.
842 Então o que eu sinto é que da forma como está sendo colocada essa questão ela fica muito genérica
843 e o conselho se abstém de tomar uma decisão mais objetiva no sentido da canalização dos recursos
844 para atender as demandas dos estados. Eu tenho certeza que os estados, e quando eu falo isso, os
845 estados são os conselhos estaduais, os comitês, quando coloca as demandas e encaminha para cá
846 eles certamente, qualquer tipo de demanda é enquadrada dentro das rubricas do plano nacional.
847 Mas eu sinto que esse modelo não está mais dando uma resposta às ansiedades. Cada estado tem a
848 sua, cada conselho estadual e até comitês tem as suas demandas. A realidade como se coloca em
849 alguns estados não me parece que privilegia uma objetividade por parte nossa para decidir, aquele
850 estado, aquele tipo de demanda é prioritário ou não. Essa decisão o conselho fica um pouco por

851 fora. A minha proposta eu quero aqui fazer um registro de que essa forma como está conduzida
852 não dá prioridade a nada, simplesmente reproduz o elenco de rubricas que já existe naturalmente e
853 esvazia uma objetividade do que seria mais prioritário ou não. E de certa forma enfraquece as
854 possibilidades das instâncias de gestão local poder dar opinião e reforçar aquilo que está se
855 dizendo que quer, porque são as bases, os setores locais que mandam. Mas na verdade do jeito que
856 a gente formata a coisa não corresponde a isso e em função disso fizemos uma proposta que não
857 foi considerada até hoje na CTCOB, mas nós vamos voltar a fazer para mudar esse processo. **Sr.**
858 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Conselheiro João
859 Clímaco. Eu gostaria de perguntar se a Agência deseja fazer uso da palavra? Eu tinha encerrado as
860 inscrições Neiva. Só um minuto José Machado. O Neiva se inscreveu. Eu só queria certa
861 observância. Eu vou abrir a palavra para o Neiva para que a gente no momento das inscrições eu
862 não fui claro, não encerrei efetivamente o momento das inscrições, então durante a fala do
863 Conselheiro Neiva aqueles que desejarem fazer uso da palavra sobre esse tema podem fazê-lo. Por
864 favor. Por até três minutos. Rodrigo depois. Os dois Rodrigo. **Sr. Flávio Antonio Neiva.**
865 **(Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica).** Eu gostaria de passar a palavra a
866 Martha Sugai para falar...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Claro, por
867 favor. **Sra. Martha Sugai. (CTAP – CNRH).** Bom dia a todos. Eu acho que é importante a gente
868 ressaltar que na verdade a Resolução 97 do Conselho estabeleceu que o conselho tem prazo até 30
869 de junho para definir as prioridades que estão nessa resolução. Eu participei bastante dessa
870 discussão. Na verdade o que acontece é o seguinte: esse processo de escolha de prioridades ainda
871 tem que ser bastante melhorado. Na verdade o que acontece é que a consulta técnica é feita aos
872 comitês só que os comitês não estão conseguindo juntar as suas prioridades com os planos de
873 recursos hídricos. Na verdade na próxima consulta vai ter que ser aprimorado esse processo. Isso já
874 foi colocado dentro da CTCOB para trabalhar para a próxima consulta. Nessa consulta aqui eu
875 acho que é importante a gente olhar para essas questões, há dificuldade de priorizar porque na
876 verdade só a questão do PRODES – Programa de Despoluição é realmente o programa que tem um
877 custo elevado, os demais são mais ou menos da ordem de grandeza. Outra coisa que é importante
878 levar em conta, na verdade, talvez nem todos tenham conhecimento da nota técnica da ANA que
879 fez o trabalho que elencou isso, poucos comitês responderam ao questionamento. Então a gente
880 definir prioridades dentro da Câmara Técnica de Cobrança é difícil em função de que ainda o
881 número de respostas é muito pequeno. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
882 **Executivo CNRH).** Muito obrigado. Não houve inscrições, então eu gostaria de passar então a
883 palavra ao Conselheiro José Machado que está passando a palavra ao Conselheiro Rodrigo Flecha
884 para sua manifestação. **Sr. Rodrigo Flecha. (CTCOB – CNRH).** Boa tarde. Só uma questão de
885 esclarecimento talvez o Rodrigo possa me ajudar, quer dizer, essa resolução é avaliada, a
886 prioridade de aplicação Catarina é avaliada pelo grupo técnico GTAC. É um grupo técnico que está
887 dentro Câmara Técnica de Cobrança. Certo? E anualmente esse grupo técnico elabora um relatório.
888 Rodrigo depois você acrescenta. Elaboro um relatório para verificar se a aplicação do recurso foi
889 realizada em consonância com essas prioridades. Então anualmente isso está sendo cumprido e
890 esse ano agora esse tema já foi discutido no grupo técnico e está fazendo agora uma avaliação e ele
891 deve encaminhar uma versão final agora para o segundo semestre de 2009. Está certo? Então só
892 esclarecendo a Catarina quanto a essa aplicação se está conforme ou não está conforme. Todo ano
893 o GTAC tem dito ok, e esse ano já fizemos uma primeira discussão na última reunião da CTCOP
894 não é Rodrigo? E os membros da CTCOB vão ter um prazo para sugestões que me parece que é até
895 22 de maio para que em sequência a gente consolide esse relatório e seja apresentado ao CNRH.
896 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, José Machado gostaria
897 também de complementar. **Sr. José Machado. (Ministério do Meio Ambiente).** Bom dia a todos
898 e a todas. Eu penso que essa questão se insere dentro desse contexto de discussão que a oficina de
899 amanhã vai abordar, porque na verdade nós temos que avaliar qual a eficiência desse instrumento
900 aqui, quer dizer, o que ele está acrescentando para o cotidiano desse conselho? Porque se nós não

901 avaliarmos isso, a política de recursos hídricos me parece que esse é o cerne desse conselho,
902 avaliar a política nacional de recursos hídricos. Esses recursos estão sendo aplicados para fomentar
903 essa política, se nós não discutirmos essa política esse mecanismo aqui se torna um mecanismo
904 burocrático e inócuo. E aí eu dou razão ao João Clímaco, quer dizer, se nós não tivermos uma
905 visão de como essa política está sendo implementada, que transformações nós estamos
906 promovendo no sistema do ponto de vista de fortalecê-lo ou direcioná-lo, quer dizer, simplesmente
907 checar se os recursos estão sendo aplicados naqueles itens ou não parece uma tarefa muito
908 rebaixada, muito pobre. Eu então preconizo que na oficina de amanhã se faça uma discussão sobre
909 o conselho porque eu tenho advogado a necessidade deste conselho uma vez por ano fazer um
910 profundo debate sobre a política nacional de recursos hídricos. Fazer uma avaliação do
911 funcionamento dos organismos do sistema, não só o conselho, o próprio conselho fazer uma
912 avaliação de si próprio, mas uma avaliação dos conselhos estaduais, uma avaliação das agências,
913 da ANA, das agências de bacia e dos instrumentos de gestão. Nós temos que fazer esse balanço,
914 caso contrário esse mecanismo de fiscalizar se os recursos estão sendo aplicados ou não pode ser
915 bom e etc., mas não acrescenta muito do ponto de vista da missão central desse conselho que é
916 avaliar a política de recursos hídricos e direcioná-la, já que é o órgão máximo do sistema. **Sr.**
917 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Conselheiro José
918 Machado. Por favor, manifestações. São livres as manifestações. Por favor, Rodrigo antes do
919 encaminhamento da votação. **Sr. Rodrigo Speziali. (CTCOB – CNRH).** Primeiro para responder
920 a Catarina. Efetivamente tem um grupo criado, um grupo de trabalho criado por esse conselho que
921 hoje opera dentro da Câmara Técnica de Cobrança, trabalha dentro da Câmara Técnica de
922 Cobrança que é o GTAC que o Rodrigo já falou e ele tem exatamente a atribuição de avaliar
923 quanto foi feito de aplicação, como é que foi feita a aplicação e se está em ordem com as
924 prioridades estabelecidas no ano anterior e etc. Nesse sentido eu acredito que na próxima reunião
925 do conselho deve ser feito um relatório. Ele já foi feito ano passado, anualmente é feita
926 apresentação do relatório referente ao exercício anterior. Então eu acredito que a presidência da
927 câmara deve estar submetendo o relatório para a próxima reunião para apresentar aqui no âmbito
928 do conselho, uma vez que ele foi discutido já na última reunião, mas por questão de prazo ele não
929 entrou em regime de urgência, mas existe sim um grupo. Depois a Câmara Técnica tem discutido
930 muito e a gente tem levado muito para dentro da câmara um pouco essa preocupação que o José
931 Machado apresentou de qual o papel dessa resolução. O papel dessa resolução é instigar
932 exatamente a priorização de políticas públicas, ou seja, quais são as políticas públicas a serem
933 priorizadas. Para isso demanda muito tempo ainda de aperfeiçoamento, de discussão, de
934 aprimoramento dessa resolução que ainda tem falhas no seu processo original de coleta de dados e
935 informações e também na sua aplicabilidade na definição das estratégias de políticas para o biênio.
936 Mas o que suscitou enquanto referência é a adoção pelo Conselho de Saúde que estabelece
937 prioridades, metas e prazos, essa é a discussão que tem sido feita, iniciada no âmbito da Câmara
938 Técnica que é como o Conselho Nacional de Saúde estabelece as suas prioridades de políticas
939 públicas setoriais. Então ele estabelece quais são as linhas prioritárias, qual vai ser a destinação
940 prioritária daqueles recursos. Essa é uma lógica que a Câmara tem debatido em cima dessa
941 discussão. Por fim a outra coisa é a questão das articulações com os conselhos estaduais. Essa é a
942 primeira vez que a resolução está com prazo mudado exatamente para fomentar os debates no
943 âmbito dos conselhos estaduais, então os conselhos estaduais conseguiram repassar para os
944 comitês de rios de domínio estadual o debate feito aqui e eles priorizaram em resoluções aquilo
945 que seria mais importante e encaminharam. Então houve de alguma forma um debate geral. **Sr.**
946 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Rodrigo. Nós vamos
947 fazer o encaminhamento da proposta, lembrando que as falas que tratam fundamentalmente da
948 eficiência desse instrumento e seu esgotamento para que a oficina... Nós temos um convite para
949 que a oficina de amanhã possa aprofundar a respeito do tema e caso a oficina não venha a formular
950 uma proposta em relação a torná-lo mais concreto aí a CTCOB também precisaria se debruçar

951 sobre as recomendações aqui apresentadas ao plenário no sentido de que esse instrumento seja
952 efetivo e a partir de uma avaliação da implementação da política nacional. Fica aqui essa
953 recomendação de apreciação desse tema amanhã pela oficina ou posteriormente novamente pela
954 Câmara, dadas as limitações. Porque realmente você tem 12 prioridades, consulta e diz que as 12
955 são prioridades, não avança muito. Eu vou encaminhar a votação. Em regime de votação com as
956 observações aqui já apresentadas, os conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a aprovação
957 dessa resolução, por favor, levantem os crachás. Muito obrigado, podem abaixá-los. Abstenções? 6
958 abstenções. Votos contrários, por favor? 3 votos contrários. Então a resolução está aprovada com
959 as limitações já apresentadas e que a gente possa alterá-la profundamente para o ano de 2010. Item
960 3.1 da pauta. Por favor, Rodrigo continue aqui conosco que o item aqui eu já estou vendo pelo
961 roteiro que você também vai se manifestar. Deliberação sobre proposta de moção que recomenda a
962 órgãos e entidades ações para efetivação dos fundos estaduais de recursos hídricos, encaminhada
963 pela CTCOB e foi apresentada aqui pelo Conselheiro João Bosco Senra. Serão dados 10 minutos
964 para encaminhar a matéria e pelas informações que eu tenho o Conselheiro João Bosco passa a
965 palavra ao Sr. Rodrigo Speziali para fazer a apresentação por até 10 minutos. Por favor, Rodrigo.
966 (Intervenção fora do microfone). Sobre a efetivação dos fundos estaduais? É o Dalto? Então o João
967 Bosco passa ao Rodrigo, o Rodrigo passa ao Dalto e o Dalto não se encontra. A seguinte é do
968 Dalto, sobre o Código Florestal. Então só um minutinho. Já vem? Em relação ao item anterior eu
969 queria só reafirmar enquanto recompõe, passa as informações para o Dalto... De que o Ministro
970 Minc juntamente com a presidência da ANA e nós temos nos somado a esses esforços para que nós
971 consigamos durante o ano de 2009 o descontingenciamento dos recursos da cobrança pelo uso da
972 água que são recursos anuais estimados entre 80 e 100 milhões de reais que acabam sendo
973 contingenciados pelo orçamento federal, pelo governo federal. Então reafirmar esse compromisso
974 pelo descontingenciamento desses recursos. Restabelecido aqui, por favor, Conselheiro Dalto. **Sr.**
975 **Dalto Favero Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias**
976 **Hidrográficas).** Desculpa senhor Secretário. A proposta de moção que recomenda aos órgãos e
977 entidades ações para efetivação dos fundos estaduais de recursos hídricos foi apresentada pela
978 CTCOB, pela Câmara de Cobrança no sentido de fomentar junto aos estados que possuem os seus
979 fundos de recursos hídricos, um exemplo, Minas Gerais tem o FHIDRO, São Paulo FEHIDRO, e
980 tantos outros, mas alguns estão ainda em fase embrionária ou ainda não os instituíram legalmente.
981 Então a proposta dessa moção é no sentido de que seja dirigida essa moção aos governadores,
982 ministérios públicos e também aos presidentes das assembleias legislativas, aos comitês de bacias,
983 aos conselhos estaduais para que os fundos estaduais de recursos hídricos principalmente dos
984 estados: Alagoas, Bahia, Goiás, Paraná, Piauí, Santa Catarina, sejam postos em operação. Esses já
985 estão regulamentados, porém estão ainda necessitando da sua efetivação. Também para que os
986 fundos dos estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,
987 Rondônia e Tocantins, sejam regulamentados e postos em operação. Em terceiro que sejam
988 estabelecidas as legislações nos estados de: Alagoas, Amapá, Goiás, Amazonas, Maranhão, Mato
989 Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins,
990 vinculações das receitas provenientes das compensações financeiras pelo uso dos recursos hídricos
991 aos respectivos fundos estaduais de recursos hídricos, bem como de outras receitas que possam
992 contribuir para a efetivação dos mesmos. Item 4, que sejam estabelecidas as legislações dos
993 estados: Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte, às vinculações dos recursos provenientes das receitas
994 que possam contribuir para efetivação dos respectivos fundos estaduais de recursos hídricos. Por
995 fim, item 5, que sejam criados, regulamentados e operacionalizados os fundos estaduais de
996 recursos hídricos aqui do Distrito Federal, Pará e Roraima. Por que a gente bate nessa tecla? Não
997 adianta também promoverem os comitês de bacias para eles não terem nada o que deliberar a não
998 ser propostas de planos de bacias, mas não ter nenhum recurso nem para contratar plano diretor ou
999 termo de referência para um plano. Então a idéia é de que esses governos sejam estimulados a
1000 efetivarem os seus fundos estaduais de recursos hídricos. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**

1001 **Executivo CNRH).** Muito obrigado Dalto. Por favor, fique conosco durante a apreciação da
1002 matéria à mesa. A matéria em discussão, às inscrições estão abertas. José Machado em seguida a
1003 Catarina. Por favor, nos ajudem nas inscrições. **Sr. José Machado. (Ministério do Meio**
1004 **Ambiente).** Muito bem, aí está um ponto extremamente relevante para a implementação da
1005 política nacional de recursos hídricos. A questão do financiamento do sistema de gestão de águas
1006 no Brasil carece de uma sustentabilidade financeira que nós não temos hoje. Eu estou falando aqui
1007 a favor da moção, mas reconhecendo que essa moção vai entrar por um ouvido e sair pelo outro.
1008 Ela não tem nenhuma eficácia no processo de tomada de decisão nos estados da federação. O que
1009 demonstra, portanto, a extrema fragilidade do nosso sistema. A lei nacional das águas não é uma
1010 lei vinculante, é uma lei que se os agentes, os atores decidirem incrementá-la será incrementada,
1011 caso contrário nós vamos ficar de moção em moção, nós vamos fazer um milhão de moções e não
1012 vai adiantar nada. Então é preciso que a gente descubra e esse é o papel desse conselho. O papel
1013 desse conselho ao meu juízo é se debruçar sobre essa questão de outra forma que não seja
1014 simplesmente aprovar moção, porque moção é um instrumento muito fraco, muito inócuo, não tem
1015 repercussão nenhuma na vida das instituições. A questão do pacto federativo tem que ser discutida
1016 nesse conselho. Nós não vamos implementar uma política de águas no Brasil enquanto os estados
1017 fizerem as coisas de acordo com o que achar. Tudo bem, nós estamos diante de uma federação
1018 onde os estados são autônomos e temos que respeitar essa autonomia, mas nós temos que debater
1019 outro pacto federativo, sob pena de não acontecer nada, simplesmente não acontece nada. Então eu
1020 entendo que nós devemos aprovar essa moção, mas ao mesmo tempo começar uma discussão para
1021 viabilizar novas ferramentas e novos instrumentos de articulação e pressão política sobre os
1022 tomadores de decisão para que a gente consiga incrementar o Sistema Nacional de Gerenciamento
1023 de Recursos Hídricos. Os órgãos gestores da maioria dos estados estão extremamente fragilizados,
1024 não tem quadros técnicos, não tem orçamento, não tem estabilidade. Não tem nada. Se nós não
1025 colocarmos esse dedo na ferida nós não vamos fazer a mudança que nós preconizamos. Nós vamos
1026 vegetativamente construindo, mas eu pergunto se o Brasil pode esperar uma política que cresce
1027 vegetativamente como nós estamos crescendo. Então eu acho que o financiamento do sistema é
1028 uma questão estratégica e esse conselho deveria avocar esse debate para fazer uma mudança no
1029 pacto federativo, se necessário a mudança na lei, na medida em que esses fundos são oriundos da
1030 compensação do setor elétrico. Então nós deveríamos, quem sabe, fazer um debate com o
1031 Congresso Nacional para mudar essa lógica, porque essa lógica hoje depende do espontaneísmo do
1032 governante que estiver no seu mandato. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1033 **CNRH).** Muito obrigado. Próxima inscrita. Catarina, em seguida João Clímaco. **Sra. Ana**
1034 **Catarina Pires de Azevedo Lopes. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Alagoas).** Já
1035 assinando embaixo toda a fala do Machado e fazendo as observações. Uma proposta de moção já
1036 foi dito por que ela se torna inócua nessa oportunidade e falar até porque ela está desatualizada, o
1037 Estado de Alagoas tem fundo, tem sua aplicação definida, isso está tudo acontecendo e acontece
1038 aqui como se a gente não tivesse informação nenhuma. Nós recebemos há muito pouco tempo um
1039 quadro da câmara pedindo para que a gente faça, dê todo o detalhamento, e isso foi ótimo porque
1040 nós pudemos sentar com outros órgãos do estado para definir o nosso planejamento do ano de 2009
1041 mais efetivamente. Então eu acho que a gente trabalhar de novo em cima de uma moção, a gente
1042 fica em uma situação extremamente fragilizada o conselho, está levando moção desse nível. Então
1043 eu gostaria de contar com os estados para fazer uma reflexão mais profunda para a gente não estar
1044 aprovando regulamentos e moções que não tenham efetividade e que quando tenham que a gente
1045 não traga mais para o estado. Porque isso vai chegar a Assembléia, parece que o governador não
1046 está... Parece que a coisa não está acontecendo. Aí vão chamar a gente na discussão e a gente vai
1047 dizer que já está acontecendo. Agora, porque a gente não tem informação aqui é aí que a gente
1048 precisa ter um sistema de busca de informação mais consistente. Nós apresentamos isso, nós
1049 fizemos essa discussão onde deveria ter que foi no fórum de gestores de água do Brasil, nacional,
1050 FONAGUA. Nós levamos esse assunto, o assunto foi discutido em Alagoas, em Maceió, eu acho

1051 que não tem um mês, não é Cleide? Eu acho que menos de um mês que nós levamos essa discussão
1052 nos órgãos e a compensação pelos recursos hídricos do Estado de Alagoas é todo, então todo
1053 recurso da energia elétrica do Estado de Alagoas é no Fundo Estadual de Recursos Hídricos, então
1054 não tem uma parte, uma cota, uma pequena parte não. A gente tem todo o recurso para a gente
1055 poder partilhar isso onde deve ter, e não adianta nem levar para o comitê também se não tiver
1056 agência de bacia, o comitê não tem força política para isso se não tiver uma agência para que a
1057 gente possa deliberar e passar esse recurso e efetivar esse recurso. São essas observações que cabe
1058 a gente fazer para a gente não estar discutindo uma coisa sem sentido. **Sr. Vicente Andreu**
1059 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Próximo inscrito é o Conselheiro João Clímaco. Está
1060 também inscrita a companheira Ana Iraci. Então durante a fala do companheiro João Clímaco os
1061 conselheiros ou as conselheiras que desejarem fazer uso da palavra sobre esse tema se inscrevam.
1062 Logo em seguida as inscrições estarão encerradas. **Sr. João Clímaco Soares de Mendonça.**
1063 **(Organizações Não Governamentais).** Caros amigos sobre essa resolução eu tenho que repetir
1064 uma coisa muito boa e agradável que eu ouvi hoje de manhã quando o nosso presidente da ANA
1065 falou assim: - eu sou obrigado a reconhecer que o João Clímaco estava correto. Eu espero que um
1066 dia o senhor não precise ser obrigado, e telepaticamente já estejamos juntos nessas avaliações que
1067 estão sendo muito produtivas e felizes. Eu não estou me sentindo nem um pouco obrigado, eu
1068 estou me sentindo extremamente gratificado com as vossas considerações presidente. E aí eu sou
1069 também obrigado a concordar com essa questão das moções, mas no todo eu tenho que fazer
1070 alguma observação. Às vezes a gente pensa sob o ponto de vista nosso de quem está aqui à moção
1071 talvez não tenha uma função, mas se você olhar os interesses corporativos que estão dentro dos
1072 atores que estão dentro de uma moção, essa moção é importante. Eu chego com um papelzinho no
1073 Banco Mundial com uma moção, chego com um papelzinho a um banco financiador, numa agência
1074 de projetos então eu tenho esse olhar fiscalizador. Infelizmente eu não queria ter, mas eu tenho. Eu
1075 sugiro que a gente tenha outro cuidado quando for encaminhar a moção. Aproveitando eu vou
1076 resgatar Secretário que antes do senhor fechar a votação da cobrança eu ia propor uma
1077 porcentagem daqueles itens todos que fossem priorizados por alguns itens, aí o senhor fechou a
1078 votação e a gente ia contrariar um pouco o princípio daquela moção anterior, daquela resolução
1079 anterior, mas eu espero que amanhã a gente vá tentar resolver essa solução para o ano que vem.
1080 Mas a moção senhor presidente da ANA, ela tem essa função infelizmente, a gente aqui tem uma
1081 boa vontade, às vezes parece uma coisa inútil, mas ela tem uma função às vezes e poucas pessoas
1082 se beneficiam dela, então eu acho que a gente tem sempre que ter esse olhar quando for aprovar
1083 uma moção. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado
1084 Conselheiro João Clímaco. A próxima inscrita é a Conselheira Ana Iraci. Por favor, leia a lista de
1085 inscritos. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Após a
1086 Conselheira Ana Iraci os Conselheiros Patrícia Boson e João Batista. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
1087 **(Secretário Executivo CNRH).** Alguém ficou fora da lista de inscrições? Então esses são os
1088 inscritos para o tema. Por favor, Ana. **Sra. Ana Iraci Coelho dos Santos. (Conselho Estadual de**
1089 **Recursos Hídricos – Tocantins).** Bom dia a todos. Eu só queria falar da importância dessa moção.
1090 O estado está sendo indicado para regulamentar a implementação do fundo estadual de recursos
1091 hídricos. Eu coaduno com a idéia do primeiro conselheiro de que esse debate deve ser aprofundado
1092 e que tenha uma decisão mais incisiva em relação aos governos para que sejam realmente
1093 implementados e regulamentados esses fundos. A situação do Tocantins nós hoje temos o fundo
1094 criado em lei, temos propostas de regulamentação desse fundo e também temos proposta de que o
1095 dinheiro da cobrança do setor elétrico seja vinculado a esse fundo. Só a título de informação.
1096 Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Patrícia.
1097 Em seguida a Patrícia o Conselheiro João Batista. Então, por favor, Patrícia Boson. O Conselheiro
1098 está fazendo a inversão. **Sr. João Batista Ponte. (Comitês, Consórcios e Associações**
1099 **Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** A nossa proposta é que seja incluso aqui nessa
1100 proposta, nessa moção que o Estado do Ceará não tem o fundo, então seria oportuno que fosse

1101 incluso aqui no item 3º que o Estado do Ceará também providenciasse da sua receita o fundo de
1102 compensação. Eu agradeço. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1103 **CNRH).** Muito obrigado conselheiro. Patrícia Boson. É a última inscrita. **Sra. Patrícia Helena**
1104 **Gambogi Boson. (Indústrias).** Bom dia a todos. Desculpar pela voz, mas estou numa gripe
1105 danada. Eu queria reforçar um pouco as palavras do Presidente da ANA Dr. José Machado, da
1106 importância para o fortalecimento do sistema, do fortalecimento do sistema nos estados. Não tem
1107 como esse sistema ter um peso, ter uma força política, ter uma força institucional se nos estados
1108 esse peso e essa força não estar na mesma proporção, não estar na mesma condição. Nós
1109 estávamos ali num debate e eu na medida em que o Dr. José Machado falava perguntava assim: e
1110 na União esse sistema está fortalecido? Eu acho que a ausência do Ministro dá uma resposta um
1111 pouco clara de qual o valor desse Conselho Nacional em relação a todos os conselhos da União. O
1112 Ministro não falta a nenhuma reunião do CONAMA, nem que seja para falar: eu estou aqui e não
1113 vou poder ficar, e vou embora. Nesse aqui vem de vez em quando, quando tem uma pauta mais ou
1114 menos interessante, não para a posse o Ministro aparece. Mas tem razão o Dr. José Machado, até
1115 para isso, até para que tenha peso político federal é preciso que o peso político estadual esteja
1116 forte, presente para poder empurrar. O FHIDRO bem ou mal é um caminho muito interessante para
1117 fazer isso. Enquanto conselheira no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais nós
1118 participamos da aprovação de uma resolução para que o Conselho tivesse maior gerência sobre
1119 esse recurso. Infelizmente numa manobra essa resolução foi pedida vistas e nós estamos até
1120 preparando um parecer nesse sentido de fortalecer. Em Minas Gerais o dinheiro é usado para
1121 regularização fundiária de unidades de conservação. Na linha de que tudo é água, mas não vem
1122 0,5% da área de conservação para água, mas daqui para lá vai sempre. Então, quer dizer, isso é
1123 importante. Mas eu acho que o Dr. José Machado tem razão. Moção é muito frustrante e muito
1124 pouco. Eu lembro a primeira moção que nós fizemos aqui para não contingenciar 0,75%. Naquela
1125 época o contingenciamento estava em torno de 35% Dr. José Machado, aí no ano seguinte subiu
1126 para 50, e nós fizemos outra moção, aí naquela época subiu para setenta e tantos por cento. Então
1127 eu fico assim, esse negócio de ficar com a moção debaixo do braço mostrando para fulano, para
1128 cicrano, não adianta nada. Começamos com a moção para não contingenciar 35, contingenciaram
1129 50, depois 75, já está na casa dos 80 e fica por isso mesmo. O que precisa é alguma atitude que
1130 ponha efetivamente esse sistema na pauta. Eu não sei qual seria. Eu recomendaria na verdade uma
1131 moção para nós mesmos, para que nós façamos num grupo uma discussão para saber como, qual é
1132 o caminho disso, porque o da moção nos enfraquece. Eu me sinto ridícula nesse processo de ficar
1133 mandando moção para uma coisa, por exemplo, feito o Estado do Paraná onde o dinheiro já está
1134 absolutamente preso por mais de 20 anos a um pagamento de uma dívida com a União. Eles
1135 fizeram uma compensação lá por causa de dívida de INSS, o Estado do Paraná me ajuda aqui se é
1136 uma coisa parecida com isso. Então quer dizer o que adianta isso? Eu me sinto meio ridícula, fica
1137 parecendo coisa de menino. Não. Nós temos que dar o caminho para saber o que fazer para
1138 fortalecer esse sistema. Onde está o caminho e o FHIDRO é um instrumento efetivamente
1139 importante, mas a moção sinceramente, eu não acho que a moção seja o caminho. Ela não é o
1140 instrumento adequado para isso, nós temos que achar outro caminho e se a gente aprovar uma
1141 moção eu fico com a impressão que a gente lava as mãos cumprindo o nosso dever. Aí a minha
1142 proposta é de que a gente não aprove para saber que esse dever não foi cumprido ainda e nós temos
1143 que achar um caminho para que esse dever possa ser cumprido. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
1144 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigada Conselheira Patrícia. Está inscrita, solicitou a fala
1145 depois de encerradas as inscrições a Conselheira Rosa Mancini. (Intervenção fora do microfone).
1146 Está bem. Então, por favor. Fazer uma exceção, mas dada a importância do tema e a relevância das
1147 contribuições, por favor. **Sra. Cleide.** Obrigada eu queria agradecer ter me passado a palavra, mas
1148 concordo plenamente com tudo que o José Machado colocou aqui com a Patrícia Boson. Eu sei a
1149 luta e a aflição que ela tem com isso, mas eu gostaria de fazer uma pequena correção porque ficou
1150 uma questão que eu acho que deve ser esclarecida. Na questão do FHIDRO realmente foi

1151 apresentada uma resolução, uma proposta pelo conselho estadual que foi pedido vista e estão sendo
1152 colocados os pontos principais que foram abordados pelo conselho estadual. Então isso está sendo
1153 trabalhado. Essa proposta está sendo incluída no decreto de regulamentação do FHIDRO e a
1154 questão que se colocou que o dinheiro foi para regularização fundiária parte dos recursos que
1155 estavam constituindo o montante que não estava sendo utilizado, estava acumulado foi destinado.
1156 Então eu só queria corrigir as questões colocadas pelo conselho estão sendo levadas em conta na
1157 regulamentação e que o fundo tem colocado como priorização instrumentos de gestão. Então essas
1158 questões são coisas que realmente nós temos que corrigir, mas não apenas para regularização com
1159 outras ações fundamentais. Foi só uma...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1160 **CNRH).** Muito obrigado Cleide. Muito obrigado. Nós vamos fazer então agora o encaminhamento
1161 da proposta e eu vou pedir ao Marley que nos auxilie anteriormente quais são as alterações que já
1162 foram encaminhadas para alteração da proposta de moção. Eu só queria fazer um pequeno
1163 esclarecimento. Eu tenho me pautado na condução das nossas reuniões no sentido de que a
1164 manifestação dos conselheiros é livre e o estabelecimento de eventual polêmica ela parte do
1165 posicionamento dos próprios conselheiros e das conselheiras. Foram feitas algumas considerações
1166 a respeito da atuação do Ministério e mais precisamente a respeito do Ministro, mas eu quero aqui
1167 dizer que em obediência a esse mecanismo e a essa forma de condução da reunião eu mantenho
1168 exclusivamente as palavras da conselheira Patrícia Boson sem necessidade de estabelecer aqui
1169 nenhum tipo de contraditório. Então em relação à moção eu vou pedir que sejam apresentadas
1170 quais são as alterações para precisão da moção foram já apresentadas em plenário, em seguida
1171 encaminha a votação e em seguida encaminha a inclusão das alterações. Está claro isso? Então, por
1172 favor, Marley. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Foram duas
1173 propostas de alteração que nós conseguimos anotar. A primeira em relação ao inciso I do Artigo 1º
1174 feita pela Conselheira Catarina de exclusão do Estado de Alagoas. Uma segunda em relação a
1175 inciso III de inclusão do Estado do Ceará feita pelo Conselheiro João Batista e exclusão de
1176 Alagoas feita pela Conselheira Catarina. A Conselheira Ana Iraci fez uma fala com relação ao
1177 Tocantins eu não entendi se ela fez alguma proposta de exclusão. Não? Então são essas três
1178 propostas. Exclusão de Alagoas nos incisos I e III, e inclusão do Ceará no inciso III. **Sr. Vicente**
1179 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Esclarecido o plenário? (Intervenção fora do
1180 microfone). No considerando...

1181 **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** Qual considerando?
1182 (Intervenção fora do microfone). Ok. Então no quarto considerando complementando a proposta de
1183 inclusão do Estado de Alagoas. Ok? **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
1184 Por favor, leia esse considerando por orientação prévia dos conselheiros. **Sr. Marley Caetano de**
1185 **Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** O considerando é o seguinte...**Sr. Vicente Andreu**
1186 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Redação final.**Sr. Marley Caetano de Mendonça.**
1187 **(Gerente de Apoio ao CNRH).** Redação final com a proposta de alteração. Considerando que os
1188 Estados de Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul,
1189 Bahia e Sergipe definiram em lei que parte dos recursos recebidos da compensação financeira pela
1190 exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica deveriam ser depositados
1191 nos fundos estaduais de recursos hídricos. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1192 **CNRH).** Está claro? Então são quatro alterações. No considerando a inclusão nesse quarto
1193 considerando; a exclusão de Alagoas dos incisos I e III; a inclusão do Ceará no inciso III. Então eu
1194 vou encaminhar a votação. (intervenção fora do microfone). Encaminhamento de votação? Então,
1195 por favor, depois encaminhamos. Em regime de votação. Os conselheiros e as conselheiras que
1196 votam pela aprovação da moção, em seguida eu farei apresentação das alterações formalmente,
1197 então, por favor, os conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a moção aqui apresentada,
1198 por favor, levantem os seus crachás. Muito obrigado, podem abaixá-los. Abstenções? 5 abstenções.
1199 Votos contrários? 5 votos contrários também. Então a moção está aprovada. Agora o
1200 encaminhamento das alterações aqui apresentadas. Alguma manifestação... É bobagem fazer esse

1201 encaminhamento formal. Então no considerando que os estados que já define em lei a destinação
1202 de parte dos recursos a inclusão de Alagoas; no inciso I que os fundos estaduais que já estão
1203 regulamentados sejam postos em operação e se retire o Estado de Alagoas; e no inciso III que
1204 sejam estabelecidas pelas legislações a vinculação das receitas provenientes da compensação
1205 financeira à exclusão do Estado de Alagoas e a inclusão do Estado do Ceará. Então os conselheiros
1206 e as conselheiras que são favoráveis a essas alterações, por favor, levantem seus crachás. Muito
1207 obrigado. Abstenções? 4 abstenções. Votos contrários. Nenhum voto contra. As alterações foram
1208 aprovadas. Bem, eu penso que nós vamos caminhar para o encerramento em função do horário do
1209 almoço nesse item, mas seria muito importante acatando aqui as falas que eu acredito foi
1210 sintetizada pela fala do Conselheiro José Machado, há necessidade que a gente busque definir
1211 mecanismos de maior relevância em relação as nossas decisões e especialmente ao tema de
1212 recursos financeiros para manutenção do sistema. Eu queria, não foi feito aqui, mas me
1213 aproveitando de sua fala anterior também José Machado que a oficina que será realizada amanhã
1214 durante o período da tarde, amanhã e depois que ela também possa pensar em algum mecanismo
1215 que possa tornar isso mais efetivo; e algumas contribuições visto que há uma necessidade, uma
1216 demanda da nossa parte de caminhar nessa direção. Há um esforço da ANA nessa direção, há um
1217 esforço também da Secretaria e do próprio Ministro nessa direção, mas isso não está transformado
1218 efetivamente em deliberações do Conselho Nacional para que esses encaminhamentos sejam
1219 buscados. Só para dar uma informação do que está sendo buscado, mas é importante que o
1220 Conselho se aproprie, há uma preocupação no sentido de que as pequenas centrais hidrelétricas que
1221 estão isentas do pagamento de 0,75 sejam incluídas nesse pagamento. Então várias ações já foram
1222 feitas nessa direção, existem alguns outros mecanismos também onde se pretende aumentar o
1223 volume de recursos para efetividade do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos,
1224 mas fica aqui então o convite para que as oficinas apontem para que o conselho delibere quando
1225 julgar oportuno, em novos e mais efetivos mecanismos nesse sentido. Então... (Intervenção fora do
1226 microfone). Tem uma proposta de um GT dentro da CTCOB, mas que isso não elimine a discussão
1227 amanhã na oficina entre todos os presentes. A reunião está encerrada para o almoço, fica suspensa
1228 agora e retornaremos pontualmente às 14 horas. Muito obrigado pela presença de todos reiterando
1229 o convite para que todos estejam aqui. Por favor, também os conselheiros... Lembrete, por favor:
1230 entreguem aqui na saída aquele formulário que visa definir as prioridades de agenda do conselho
1231 para este ano de 2009. Tem alguém que está recebendo ali? Então, por favor, entregue aqui na
1232 saída esse formulário. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Senhoras e
1233 senhores conselheiros para nossa agilidade nos trabalhos eu confirmei a pouco com o secretário do
1234 Ministro, o Luciano, e está confirmada a presença do Ministro aqui na Reunião do Conselho
1235 Nacional. Nós pretendemos fazê-lo no momento em que faremos também a apresentação a respeito
1236 do projeto do Aquífero Guarani, o PSAG do Aquífero Guarani; porém como o Ministro ainda não
1237 chegou à idéia é que a gente retomasse os trabalhos do momento aonde eles foram encerrados no
1238 item 2.1 da pauta, passaríamos ao item 3.1 da pauta e avançaríamos até o momento da sua chegada
1239 quando então interromperíamos a reunião, faríamos a solenidade com relação à apresentação e
1240 solenidade do Aquífero Guarani e daríamos então continuidade ao restante da pauta em seguida.
1241 Há algum encaminhamento contrário a esse de que a gente possa... Nenhum? Aprovado por
1242 absoluta falta de atenção. Não é a primeira vez não é Rosa? Então não é um problema assim... Não
1243 é a primeira vez e mais, não é nem exclusivo também, não posso me arvorar de que só comigo
1244 acontece isso. Então a idéia é... O Rodrigo, não, o Dalto, então a idéia é retomar a reunião e nós
1245 faríamos isso e na chegada do Ministro concluiríamos o item da pauta e em seguida passaríamos ao
1246 Aquífero Guarani. Então iremos agora para o item 3.2 da pauta que trata de deliberação sobre
1247 proposta de moção que recomenda ao Congresso Nacional a retirada de pauta dos projetos de lei
1248 que tratam de alterações no Código Florestal Brasileiro. Ela foi encaminhada pelo Conselheiro
1249 Dalto Favero Brochi a pedido da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e
1250 Informação em Recursos Hídricos – CTEM. Então, por favor, Dalto. Dalto, por até 10 minutos

1251 para sua apresentação. **Sr. Dalto Favero Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações**
1252 **Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** Essa proposta encaminhada pela CTEM, Câmara
1253 de Mobilização ela recomenda ao Congresso Nacional, não sei se é muita petulância nossa pedir
1254 para os deputados retirarem de pauta o assunto sobre os projetos de lei, mas na verdade seria uma
1255 forma de a gente trazer para a representação da sociedade civil uma maior discussão sobre as
1256 propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro. Isso tem interferência direta na questão da
1257 qualidade e quantidade de água dos nossos mananciais, então essa é a proposta. Tem os
1258 considerandos aí e como recomendação dessa moção seria para que o Congresso Nacional retirasse
1259 de pauta os projetos todos de lei que estão atrelados e fazem referência as alterações do Código
1260 Florestal, tendo em vista a necessidade de ampliação do seu debate com a sociedade; e também
1261 outras propostas que não constam ainda nessa proposta de moção senhor Secretário, mas eu
1262 gostaria do apoio da Lara Montenegro para complementar essas propostas já que surgiram alguns
1263 debates, algumas contribuições no plenário. **Sra. Lara Montenegro. (CTEM – CNRH).** Boa
1264 tarde a todos. Eu venho aqui representando a Câmara Técnica de Educação, Capacitação,
1265 Mobilização Social e Informação do Conselho. Infelizmente a nossa presidente Suraya não pode
1266 estar presente aqui, ela vai chegar só amanhã, então eu venho trazer essa proposta que esteve em
1267 discussão na nossa Câmara Técnica em função da nossa preocupação com a discussão que é uma
1268 preocupação nacional. A Política Ambiental está num processo de debate no Congresso, tem uma
1269 implicação direta, uma ligação direta com a discussão de recursos hídricos, e a gente acreditava
1270 que era muito importante trazer esse debate para dentro do Conselho Nacional de Recursos
1271 Hídricos. Nos considerandos a gente traz as justificativas das interrelações das políticas, da política
1272 de gestão de floresta, de gestão do uso do solo. Esse debate ficou explícito também durante o
1273 Seminário de 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental e dali surgiu essa preocupação
1274 e a motivação para a nossa apresentação aqui. Aqui nos encaminhamentos o que a gente
1275 recomendava ao Congresso Nacional de retirada de pauta dos projetos de lei que tratam das
1276 alterações do código, a gente tinha uma preocupação em dar tempo à sociedade para se apropriar
1277 da discussão e que de fato houvesse um subsídio técnico consistente; porque o que a gente notou
1278 conversando com as pessoas é que tinha uma insuficiência, uma falta de clareza e falta de ponto de
1279 partida comum para o debate. Então a gente acreditava que era importante dar mais tempo para as
1280 pessoas realmente se apropriarem desse debate. A Câmara Técnica com sua atribuição de trabalhar
1281 a perspectiva da educação e da mobilização acredita que a discussão política sobre essa pauta é um
1282 processo educativo também. A gente precisa mobilizar a sociedade para participar disso. A
1283 Constituição Federal determina que é um direito de todos ter acesso a ambiente saudável. Então as
1284 pessoas todas... As alterações, as implicações disso vão afetar a sociedade como um todo
1285 diretamente, então o que a gente considera importante é o diálogo com a sociedade para que de
1286 fato a gente possa construir uma política de forma participativa. Conversando com alguns
1287 conselheiros antes desse debate aqui o que a gente notou foi que a forma como foi apresentado,
1288 talvez a petulância que o Dalto coloca não seja a melhor forma, a recomendação da retirada de
1289 pauta; mas sim a recomendação da ampliação do debate, uma recomendação às comissões de meio
1290 ambiente do Senado e da Câmara, a ampliação do debate, maior visibilidade do debate junto à
1291 sociedade em especial com as instituições de ensino e pesquisa para dar esse subsídio para um
1292 posicionamento mais responsável. E como segunda recomendação a acolhida de subsídios técnicos
1293 elaborados durante o Seminário Água e Floresta do grupo de trabalho da CTIL que promoveu isso
1294 eu acho que em 2005. 2006? O relatório ficou pronto esse ano. A gente cita aqui também nos
1295 considerandos a moção referente à integração de políticas que também foi elaborado por esse
1296 grupo de trabalho. Enfim, a proposta está colocada e qualquer esclarecimento a gente está à
1297 disposição. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, Lara e Dalto
1298 fiquem conosco aqui à mesa. Então estamos colocando a proposta em discussão, as inscrições,
1299 Rosa, Neiva, João Bosco, o companheiro... Por favor, Rosa. Lembrando que há uma proposta já
1300 aparentemente consensuada como emenda no sentido de que o enfoque principal da moção não

1301 seja à retirada de pauta, mas sim a ampliação do debate na sociedade. Então isso já está
1302 consensuado. Por favor, Rosa, por até três minutos. **Sra. Rosa Maria Oliveira Machado**
1303 **Mancini. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo).** Eu já partindo dessa proposta
1304 desse upgrade de ser uma ampliação do debate que eu acho importante. Mas eu acho que seria
1305 interessante que já fosse definida... Eu acho que não tem que necessariamente fazer parte do
1306 conteúdo da moção, mas eu acho que nós temos que definir aqui como vai ser o encaminhamento
1307 dentro do Conselho. Existe já o grupo de trabalho, eu acho que esse grupo de trabalho tem que não
1308 só ficar responsabilizado por isso, mas ter uma diretriz que deveria sair daqui para acompanhar as
1309 propostas que estão sendo feitas; ter um mapeamento do que está sendo discutido lá; trazer para o
1310 nosso conhecimento com detalhes o que está acontecendo e aí a gente efetivamente poder
1311 influenciar um debate que está acontecendo. Do contrário vai para lá e nós não vamos estar
1312 organizados. Então eu acho que a idéia é essa, não só alterar o texto para o debate, mas sair daqui
1313 já com uma estratégia clara sobre como deve ser conduzida a questão. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
1314 **(Secretário Executivo CNRH).** Próximo inscrito, por favor. Neiva. **Sr. Flávio Antonio Neiva.**
1315 **(Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica).** A minha contribuição é no sentido
1316 de indagar mais ou menos na linha que a conselheira disse. Se há um mapeamento, quais são os
1317 projetos, os PLs, Projetos de Lei que não seja mais possível contribuir dentro do processo de
1318 audiência pública que tem lá, porque senão simplesmente vai partir aqui do nosso Conselho um
1319 travamento diante do andamento de alguns projetos que eu nem sei quais são, quantos são, para
1320 que nós possamos ter essa idéia. E não só desse assunto do Código Florestal, não só isso impacta
1321 as águas, outros assuntos impactam as águas e, no entanto, nós não estamos pedindo para levantar
1322 ou sustar ou tirar de pauta tais projetos que impactam a água. O que devemos fazer é contribuir
1323 dentro do rito do Congresso, do rito dos PLs de lá, ou caso contrário se tem algum vencendo
1324 vamos atuar junto com rapidez nos que já estão impossibilitados de contribuir. Agora, eu gostaria
1325 de perguntar na CTIL, se é possível, eu estou um pouco indignado porque eu preparei para essa
1326 reunião aqui do Conselho assuntos que foram previamente enviados, no entanto já estamos quase
1327 no fim do primeiro dia examinando assuntos de urgência que eu nem tomei conhecimento. Então
1328 fica muito difícil isso, porque eu preparei com muito afinco os assuntos que foram previamente
1329 enviados, no entanto eles passam na frente de todos os assuntos. Porque incluir na pauta, eu votei
1330 para incluir, mas não incluir em primeiro lugar em detrimento dos outros assuntos. **Sr. Vicente**
1331 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Conselheiro Neiva. Só fazendo o
1332 esclarecimento de que aqueles assuntos que são aprovados em regime de urgência por força do
1333 nosso regimento que está em discussão, quer dizer, em apreciação na câmara técnica para uma
1334 proposta de alteração, por força do regimento atual eles devem ser colocados prioritariamente em
1335 relação à ordem do dia. Próximo inscrito, por favor, Ivo. **Sr. Ivo Melo. (Usuários de Recursos**
1336 **Hídricos – Irrigantes).** Ivo Melo, Associação dos Arrozeiros de Alegrete, representando os
1337 irrigantes. Senhor Secretário nós inclusive na abertura fomos uma das assinaturas para que fosse
1338 colocado aqui em regime de urgência, mas eu coloquei algumas observações que já foram
1339 colocadas. Mas eu queria só lembrar que a urgência que o Congresso tem hoje é por conta de um
1340 decreto presidencial que coloca em xeque a não observância do Código Florestal que tem muita
1341 história a respeito. Mas o decreto presidencial do ano passado, 6686, ele coloca em xeque
1342 principalmente atividade agropecuária no país inteiro e por isso o Congresso Nacional conseguiu
1343 uma negociação com a presidência da república de que esse decreto ficasse postergado até
1344 novembro deste ano. Então por isso corre com certa rapidez dentro do Congresso Nacional para
1345 que resolva esse assunto. Então eu queria colocar que talvez também a moção, o encaminhamento
1346 ou a preocupação do Conselho deveria também ser ao executivo para que se for proporcionado o
1347 debate que a gente concorda plenamente da forma como está colocado na moção discutir sobre
1348 ciência, tecnologia e fazer transversalidade dessa discussão com a sociedade como um todo é
1349 importantíssimo nesse momento. Exatamente para que a sociedade se aproprie disso, porque é
1350 importante para o país e que a gente então de certa forma que o Conselho possa também atuar a

1351 nível de executivo para dizer que não pode ser uma descasada da outra. O Congresso Nacional não
1352 pode deixar de atuar nessa parte porque tem uma data limite negociada com o Congresso Nacional
1353 do executivo por conta desse decreto. E gostaria também de colocar a nossa disponibilidade por já
1354 estar tratando desse assunto por vários meses em fórum de discussão onde a gente está
1355 proporcionando aos legisladores, ao grupo de legisladores que estão construindo novos projetos de
1356 leis. Nós temos uma turma no Rio Grande do Sul que está subsidiando com informações técnicas e
1357 assim por diante para que a gente possa construir negociando com a sociedade como um todo um
1358 novo Código Florestal ou um Código Ambiental como estão colocando. Então seriam essas as
1359 nossas sugestões. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
1360 Muito obrigado Ivo. Próximo inscrito, João Bosco. Na fala do Conselheiro João Bosco nós vamos
1361 encerrar as inscrições a respeito desse tema. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio**
1362 **Ambiente).** Eu queria dizer da importância dessa discussão. Nós em reuniões anteriores aqui do
1363 Conselho Nacional discutimos aqui as enchentes de Santa Catarina, discutimos o reflexo que foi do
1364 processo de desmate que ocorreu nesse estado recentemente e que poderia inclusive segundo
1365 vários textos e informações técnicas essa relação direta que tem a questão da vegetação com o
1366 processo dos eventos críticos. Eu fico me perguntando como estaria o Amazonas se a gente tivesse
1367 uma cobertura vegetal bem menor com essas chuvas que estamos tendo. O reflexo que teríamos
1368 hoje para as comunidades, para toda a economia do país inclusive. Então eu penso que a política de
1369 recursos hídricos deve trazer na pauta essa discussão como uma discussão importante que tem que
1370 ser pensada de maneira integradamente eu acho fundamental. Eu participei recentemente de um
1371 debate na Universidade Federal aqui de Brasília e esse era um dos temas que as universidades
1372 traziam, alguns setores acadêmicos apresentavam que é a importância de incluir o setor acadêmico
1373 para discutir melhor o Código Florestal, considerando os biomas, considerando outras variáveis
1374 que efetivamente na época que o código foi elaborado ele não contemplou; mas que é sem dúvida
1375 nenhuma fundamental que critérios técnicos possam ser incorporados nesse processo de discussão
1376 e não apenas critérios políticos. Eu acho que isso que é fundamental trazer. E esse Conselho com
1377 essa moção dá essa contribuição de chamar para uma discussão mais ampla com a participação da
1378 sociedade, com a participação da academia para que os critérios efetivamente possam vislumbrar
1379 um futuro que seja efetivamente mais sustentável e não um futuro trágico que possa se avizinhar
1380 com mudanças como às vezes costuma acontecer e corremos depois atrás do prejuízo. Eu acho que
1381 é um compromisso com o futuro, um compromisso com as próximas gerações e com a própria
1382 economia do país nesse debate, nessa discussão buscar se fundamentar em conhecimentos que já
1383 temos disponíveis nesse país que possam orientar efetivamente as leis que venham no sentido de
1384 aprimorar e não no sentido de voltar atrás nas conquistas do povo brasileiro. Muito obrigado. **Sr.**
1385 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Conselheiro João
1386 Bosco. O último inscrito para falar sobre o tema, o nosso Conselheiro José Machado. **Sr. José**
1387 **Machado. (Ministério do Meio Ambiente).** Eu não tive oportunidade de ver as falas anteriores a
1388 do João Bosco e quero externar aqui uma opinião pessoal, não é a opinião da minha instituição. Eu
1389 acho muito pertinente essa discussão. Eu acho que é uma discussão relevante e entendo que o
1390 Conselho pode dar uma grande contribuição, mas eu não sei se a melhor contribuição que o
1391 Conselho pode dar é pedir para retirar os projetos de tramitação. Eu tenho dúvida da eficiência
1392 dessa proposta. Eu acho melhor o Conselho promover um debate sobre o tema...**Sr. Vicente**
1393 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Houve apresentação da proposta, só
1394 esclarecendo, e uma construção de um consenso inicial em relação à redação que ao invés de
1395 propor a retirada houvesse uma proposta, uma nova proposta de redação que vai ser apresentada no
1396 sentido da solicitação da ampliação do debate junto à sociedade civil. **Sr. José Machado.**
1397 **(Ministério do Meio Ambiente).** Ah bom. Então não está mais aqui quem falou. **Sr. Vicente**
1398 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Mas com relação ao debate, como nós
1399 poderíamos fazer, tem alguma contribuição José Machado? Porque os conselheiros também se
1400 manifestaram a respeito disso, então nós podemos, em seguida vamos fazer a votação da moção

1401 com a proposta de redação que vai ser apresentada, porém vários conselheiros manifestaram o
1402 desejo de que esse debate prossiga no âmbito do conselho alertado inclusive por uma atribuição do
1403 Conselho, previsto na lei 9433 no capítulo 2º que trata do Conselho Nacional de Recursos
1404 Hídricos. No artigo 34 diz aqui: O conselho nacional é composto por, define sua constituição, e no
1405 artigo 35 ele diz textualmente: Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é
1406 competência do Conselho Nacional previsto na lei. Inciso V: analisar propostas de alteração da
1407 legislação pertinente a recursos hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos. E
1408 evidentemente o Código Florestal trata de legislação pertinente a recursos hídricos também, então
1409 temos aqui até mesmo uma atribuição legal, definida pela Lei 9433. Então com a palavra...**Sr. José**
1410 **Machado. (Ministério do Meio Ambiente).** Inteiramente de acordo com que o Conselho se
1411 pronuncie sobre essa matéria, mas se pronuncie de uma maneira qualificada e não de uma maneira
1412 ligeira. Eu acho que a tramitação desses projetos não será curta, é uma tramitação longa, é um
1413 debate longo, não creio que isso seja decidido em regime de urgência ou coisa do tipo. Então eu
1414 acho que nós teremos tempo suficiente para convocar especialistas e a gente fazer um debate
1415 qualificado nesse conselho e uma manifestação do conselho seguramente pode influenciar esse
1416 debate positivamente. Então eu me incorporo a essa visão de que essa é uma matéria relevante e
1417 devemos debatê-la intensamente e o conselho tirar uma posição, mas uma posição amadurecida.
1418 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Eu pediria então a
1419 Lara, não há mais inscritos, a Lara ou o Dalto para que procedesse... (Intervenção fora do
1420 microfone). Você não se inscreveu. Não é nem Floriane, eu estou falando com o João Clímaco.
1421 Você quer usar a palavra? Então, por favor, mas durante o período de inscrições dessa vez eu fui
1422 bastante claro que as pessoas se inscrevessem. Então excepcionalmente o Floriane e em seguida o
1423 João Clímaco para que façam uso da palavra em relação a esse tema e em seguida as inscrições
1424 estão encerradas. Floriane. **Sr. Cláudio Ramos Floriane Júnior. (Prestadores de Serviço**
1425 **Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CASAN).** Secretário obrigado.
1426 Eu só estou pedindo para me inscrever de forma extemporânea, reconheço isso, até porque nós
1427 tínhamos feito uma discussão aqui no conselho há três reuniões atrás em função do ocorrido em
1428 Santa Catarina com relação à catástrofe. E a gente discutiu aqui que precisava José Machado o
1429 conselho pautar a discussão, Secretário veja se me ajuda a recordar isso, de fazer uma discussão no
1430 conselho do que os eventos críticos ligados a recursos hídricos estão causando nos mananciais, na
1431 questão do solo e etc.. Então a minha dúvida Vicente é em relação a isso, é que se faça uma
1432 discussão Machado em cima da questão do Código porque eu acho absolutamente necessário, mas
1433 também nós temos outros eventos críticos que estão acontecendo no país e que também estão
1434 afetando de maneira significativa a questão de recursos hídricos, principalmente para nós que
1435 somos operadores do setor de saneamento. Então de repente por um evento crítico nós estamos
1436 com 1, 2, 10, 20 cidades sem você ter condição de garantir o abastecimento público. Então é nesse
1437 sentido que eu acho que precisa ficar mais entendido o que nós vamos discutir e por isso ainda me
1438 mantenho favorável a moção. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
1439 obrigado. Por favor, João Clímaco. **Sr. João Clímaco Soares de Mendonça. (Organizações Não**
1440 **Governamentais).** Senhor Secretário e demais membros do Conselho, nós estamos vivendo uma
1441 situação muito peculiar. Eu me sinto um pouco gratificado com o nível de elaboração das questões
1442 sociais, das questões que são pertinentes a recursos hídricos que tem de certa forma, chegado aqui
1443 ao Conselho como demandas prementes para ser tomada posição. Pode ser que até o formato
1444 conforme o senhor presidente da ANA coloca, não esteja de acordo, não vá ao agrado, mas nós
1445 estamos vendo que as demandas, as questões que estão afligindo a sociedade, os problemas que
1446 estão surgindo interrelacionados com a questão de recursos hídricos estão sendo bem colocados,
1447 bem prementes. E quando eu vejo o conselho falar, pensar e vir com uma proposta dessas é um
1448 cenário diferente que aponta que há uma evolução, e a gente não pode fugir dessas questões
1449 conjunturais sob pena de sermos deslegitimados pela sociedade. A sociedade brasileira tem que
1450 entender esse conselho como um ator político, não um sistema, mas um ator político de um

1451 sistema, de uma política pública que está ao lado da sociedade. Hoje no Brasil inteiro está tendo
1452 uma discussão seriíssima de uma ofensiva extremamente inapropriada e desmesurada de setores
1453 que querem retroceder a legislação que faz com que todos os nossos problemas ambientais se
1454 agravem. Eu acho que em que pese o meu respeito pelo senhor Presidente da ANA eu penso que
1455 nós temos, está na hora certa, no momento certo de se colocar diante das coisas. Podemos até
1456 aprimorar, fazer outra dinâmica para que essas questões sejam melhores colocadas conforme foi
1457 falado, mas não podemos ficar a reboque do que está acontecendo na sociedade. E hoje já há um
1458 clamor, uma ofensiva generalizada, em todas as assembleias legislativas está tendo propostas para
1459 retroceder as legislações que permitam o nosso patrimônio ambiental e hídrico retroceder na
1460 qualidade e a forma de uso do nosso patrimônio ambiental. Em nível federal existe essa discussão,
1461 a sociedade está se mobilizando e o conselho não pode ficar ausente disso. Eu parabenizo quem
1462 teve essa idéia de fazer essa proposta e espero que esse momento de evolução se aprofunde e a
1463 gente quem sabe atenda a ansiedade do Presidente da ANA e faça como rotina elaborações
1464 melhores. Mas que não percamos a oportunidade de nos colocarmos diante da conjuntura que
1465 estamos vivendo no resto da sociedade brasileira em relação ao retrocesso que ameaça se abater
1466 sobre a gestão no nosso patrimônio ambiental e nosso patrimônio hídrico. Obrigado. **Sr. Vicente**
1467 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado João Clímaco. Não há mais
1468 inscrições. Eu vou fazer a seguinte proposta de encaminhamento. Primeiro que a gente aprecie e
1469 seja apresentada ao plenário a proposta de redação fruto das intervenções e das conversas já
1470 havidas a esse respeito. Em seguida nós precisaríamos propor um mecanismo de como essa
1471 discussão deve prosseguir no âmbito do Conselho Nacional, então também se há alguma proposta
1472 mais específica, se ela retorna a Câmara Técnica que ora propõe a moção ou se há alguma outra
1473 sugestão que aprimore esse mecanismo de discussão no âmbito do Conselho Nacional. Então eu
1474 vou pedir para o Dalto... Quem vai fazer a leitura? Dalto? Por favor, faça a leitura com vagar do
1475 novo enfoque dessa moção. **Sr. Dalto Favero Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações**
1476 **Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** Na verdade teríamos até uma proposta de alteração
1477 de redação da ementa, já que a ementa falava da retirada de pauta e aqui agora a proposta seria de
1478 ampliação do debate, então teríamos que...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1479 **CNRH).** A emenda foi retirada de pauta? **Sr. Dalto Favero Brochi. (Comitês, Consórcios e**
1480 **Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** Não, da ementa. **Sr. Vicente Andreu**
1481 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Ah, retirada de pauta, perdão, perfeito. No Congresso.
1482 **Sr. Dalto Favero Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias**
1483 **Hidrográficas).** Exato. Então seria recomenda ao Congresso Nacional a ampliação do debate
1484 sobre os projetos de lei que tratam de alteração do Código Florestal Brasileiro. **Sr. Vicente**
1485 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Está claro isso? Continue. **Sr. Dalto Favero**
1486 **Brochi. (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** E aí
1487 no final seria retirada essa redação do recomendar ao Congresso Nacional e vamos alterar a
1488 proposta então ficando no último parágrafo: recomendar ao Congresso Nacional a ampliação do
1489 debate junto à sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, sobre as propostas de
1490 alteração do Código Florestal Brasileiro. E recomendar ao Congresso Nacional a acolhida dos
1491 subsídios técnicos elaborados no âmbito do Seminário Água e Floresta, promovido pela
1492 CTIL/CNRH em 2007. **Sra. (Não Identificada).** Eu acho que seria o caso já que a gente está se
1493 propondo a produzir um posicionamento do conselho eu acho que teria que ter espaço para a
1494 acolhida desse posicionamento do conselho; mas que virá num momento futuro. **Sr. Vicente**
1495 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu sugiro primeiro que passe a secretaria para
1496 que haja uma colocação para que todos os conselheiros e as conselheiras tenham acesso visual ao
1497 que está sendo proposto. E em seguida antes de encaminhar à votação eu gostaria de perguntar, eu
1498 não entendi assim, não sei se você viu Marley, houve várias falas no sentido de que o conselho
1499 possa discutir e se posicionar a respeito, mas eu não percebi alguma fala específica de como fazê-
1500 lo dentro do conselho. (Intervenção fora do microfone). Pois não João Bosco, enquanto está sendo

1501 transcrito ali o texto. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Só uma proposta de
1502 encaminhamento tentando pegar a proposta da Rosa com o que o José Machado apresenta de que a
1503 Câmara Técnica CTEM tem o GT... (Intervenção fora do microfone). A CTEM é que propôs a
1504 moção. E constitua um GT que levante as propostas de lei... (Intervenção fora do microfone). Não.
1505 Tem na CTIL, tinha na CTIL, mas encerrou. A CTIL encerrou agora. Encerrou não? Não? Então
1506 tem na CTIL. Não encerrou. Está bom. Então que o GT da CTIL talvez, eu acredito que possa
1507 incorporar alguns membros da CTEM que propuseram a moção que eles façam um levantamento
1508 dos projetos de lei; situação em que está cada projeto de lei; o processo de discussão e que prepare
1509 um debate para o plenário do conselho, propõe uma proposta de debate para o plenário do conselho
1510 na linha do que o José Machado propôs. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
1511 **CNRH).** Alguma outra proposta complementar? Pois não? (Intervenção fora do microfone). Pois
1512 não Neiva, por favor, nos ajude. É que enquanto está fazendo a redação nós estamos antecipando a
1513 discussão, em seguida nós vamos retornar para a votação da moção. **Sr. Flávio Antonio Neiva.**
1514 **(Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica).** A proposição que eu faço dado esse
1515 múltiplo entendimento que nós temos e que ninguém é contra nada. Nós estamos esclarecendo aqui
1516 o rumo que o CNRH deve tomar, é que essa proposta volte à câmara técnica e adapte a essas várias
1517 sugestões, do que a gente sugerir que amplie o debate. Eu fico imaginando chegando às mãos do
1518 Presidente da Câmara dos Deputados um pedido de ampliar o debate. Então é uma coisa sem
1519 sentido, o debate está posto, vamos lá debater. Agora, a proposta do Machado, presidente da ANA
1520 é sensata, vamos fazer uma proposta madura que possa ser acatada pelo Congresso e não há
1521 nenhum constrangimento de voltar e adaptar isso a essas idéias se for o caso. Essa é a minha
1522 proposta. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu entendi. Eu peço
1523 desculpas eu não havia compreendido assim, mas temos uma preliminar se é que nós vamos votar
1524 essa moção ou não mesmo com as alterações já propostas ou se a recomendação desse plenário é
1525 que essa moção retorne a Câmara Técnica que fez a proposta e eventualmente as outras que
1526 possam ser discutidas, me permita dizer isso Neiva, para aprofundamento para depois apresentação
1527 dessa questão aqui novamente em plenário. Então nós temos uma preliminar se eu entendi
1528 adequadamente que é a oportunidade da votação dessa moção neste plenário aqui e agora. Está
1529 correto? Então essa é uma preliminar. Então nós temos uma intervenção já feita favorável a que
1530 este plenário não aprecie a moção e, portanto ela recomeça junto as Câmaras Técnicas e aos seus
1531 GTs e você vai encaminhar provavelmente para que seja votação aqui agora. É isso? Então, por
1532 favor, Floriane. **Sr. Cláudio Ramos Floriane Júnior. (Prestadores de Serviço Público de**
1533 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CASAN).** Eu acho a gente tem que ter
1534 clareza do que está acontecendo no país e da demanda de tempo que nós temos. Para que a gente
1535 possa garantir que o Congresso Nacional abra espaço para essa discussão é absolutamente
1536 necessário que: a moção chegue ao Congresso para mostrar que o Conselho Nacional de Recursos
1537 Hídricos, instância responsável pelo estabelecimento da política entende que é preciso discutir
1538 melhor. Porque senão nós vamos correr o risco de estar sendo aprovado enquanto a gente propõe
1539 uma discussão algum projeto que vá prejudicar o que nós queremos. Então para mim o mais
1540 urgente é que o Congresso saiba que nós estamos tentando discutir isso. E quero dar para os
1541 senhores um exemplo do que eu estou vivendo, e acho que as questões não podem ser tratadas do
1542 ponto de vista local, mas tem que pensar que com a construção do código ambiental de Santa
1543 Catarina nós passamos a ter um problema jurídico: o que está valendo, o que a lei de recursos
1544 hídricos diz ou o que está colocado no código ambiental de Santa Catarina? Então eu acho
1545 extremamente importante que a gente encaminhe a aprovação dessa moção. **Sr. Vicente Andreu**
1546 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Posso encaminhar então à votação do
1547 nosso encaminhamento, se nós vamos apreciar a proposta de moção ou se nós vamos retorná-la à
1548 Câmara Técnica. Está claro isso para os conselheiros e para as conselheiras. Posso colocar em
1549 votação? São duas propostas. A primeira proposta de que este plenário aprecie a proposta de
1550 moção e a segunda proposta é que ela retorne à Câmara Técnica do Conselho. Está claro? Então os

1551 conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a proposta número um que é apreciar a moção
1552 aqui em plenário, por favor, levantem seus crachás. Ok. Podem abaixar. Os conselheiros e as
1553 conselheiras que votam pela proposta número dois, de que essa moção retorne a Câmara Técnica,
1554 por favor, levantem seus crachás. É bastante claro visualmente a vitória da proposta número 1.
1555 Alguém deseja que se faça contagem? Não. Então venceu a proposta número 1 que é esse plenário
1556 apreciar essa moção com as recomendações aqui também já feitas de que haja um aprofundamento
1557 da discussão no âmbito do conselho, mas haveria um primeiro posicionamento através dessa
1558 moção. A transcrição do texto está aqui? Então, por favor, na ementa. Você incluiu aqui na
1559 ementa? Recomenda a ampliação... Ampliar ou ampliação? (Intervenção fora do microfone).
1560 Ampliar a discussão dos projetos. É isso? (Intervenção fora do microfone). Recomenda ao
1561 Congresso Nacional ampliar a discussão dos projetos de lei que tratam de alterações no Código
1562 Florestal Brasileiro. (Intervenção fora do microfone). Como? Sobre os projetos. Isso. Então eu vou
1563 ler. (Intervenção fora do microfone). A discussão sobre os projetos de lei que tratam... (Intervenção
1564 fora do microfone). Parece claro. Está claro? Está bem? Então vamos para as recomendações. As
1565 recomendações. Recomendar ao Congresso Nacional a ampliação do debate junto à sociedade, em
1566 especial às instituições de ensino e pesquisa sobre as propostas de alteração no Código Florestal
1567 Brasileiro. Recomendar ao Congresso Nacional a acolhida dos subsídios técnicos elaborados no
1568 âmbito do Seminário Água e Floresta, promovido pela Câmara Técnica de Assuntos
1569 Institucionais/Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2007. Ok? Alguma dúvida em relação
1570 à nova redação? Alguma... Por favor, Rosa. Porque como está sendo construído em plenário está
1571 valendo tudo. Quem tiver sugestões sobre essas alterações, por favor, pode fazê-las. Use o
1572 microfone Rosa. **Sra. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini. (Conselho Estadual de**
1573 **Recursos Hídricos – São Paulo).** Eu acho que fica muito genérico apenas e tão somente indicar a
1574 acolhida do subsídio do Seminário Água e Floresta. Nós não sabemos, eu pelo menos não sei, eu
1575 acho que poucos daqui sabem o teor das discussões que estão acontecendo com detalhes. Então
1576 isso aí é uma coisa muito genérica. Eu acho que teria que ter... Caberia a nós, a partir do momento
1577 que tivéssemos esse detalhamento das propostas que estão sendo elaboradas que nós fizéssemos a
1578 correlação entre os subsídios e o que está sendo proposto. Agora, isso é muito genérico. **Sr.**
1579 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Então pela retirada desse último
1580 parágrafo, por favor, Wilson. **Sr. Wilson.** É sobre o destinatário da moção: ao Congresso Nacional.
1581 Quem é o Congresso Nacional? Não seria ao presidente do Congresso Nacional? Eu não sei, eu
1582 tenho dúvidas. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu acho que as duas
1583 casas, a Câmara e o Senado. **Sr. Wilson.** Sim, mas eu acho que ao Congresso vai bater onde, numa
1584 Secretária? **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** À presidência da
1585 Câmara e do Senado. Então para detalhamento: a presidência a Câmara e do Senado. Para eu
1586 colocar em votação, alguém sustenta que seja mantido esse último parágrafo que a Conselheira
1587 Rosa Mancini sugere a retirada? Alguém é pela sua manutenção? Não. Então, por favor, deleta.
1588 Nós vamos encaminhar à votação sem essa... (Intervenção fora do microfone). Perdão?
1589 (Intervenção fora do microfone). Eventualmente verificar a oportunidade de entre os considerandos
1590 citar essa questão, mas sairia da recomendação. Ok? Pois não. **Sr. Cláudio Ramos Floriane**
1591 **Júnior. (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**
1592 **– CASAN).** Eu acho que na redação ali que está colocada: recomendar ao Congresso Nacional
1593 ampliação do debate junto à sociedade e em especial às instituições de ensino e pesquisa. Eu acho
1594 que esse conselho tem que chamar atenção da sua condição de consultor de política, em especial
1595 primeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho que às instituições de ensino e
1596 pesquisa está perfeito, mas eu acho que nós temos que fazer referência primeiro ao próprio
1597 conselho não é? Se nós estamos propondo que o Conselho faça essa discussão não faz sentido
1598 que...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, são duas questões,
1599 eu havia comentado. Vamos fazer a votação. Primeiro: é uma moção que recomenda ao Congresso,
1600 a segunda é a discussão no âmbito do conselho. Foi feita aqui uma sugestão no sentido de que a

1601 Câmara Técnica de Água e Floresta da CTIL apresente o mecanismo de como fazê-lo, mas não
1602 conflita com essa moção Floriane. **Sr. Cláudio Ramos Floriane Júnior. (Prestadores de Serviço**
1603 **Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CASAN).** Não. Eu acho que não
1604 conflita. Eu sou estou querendo chamar atenção de que nós no Conselho devemos colocar que a
1605 discussão em especial seja do Congresso com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e não
1606 com as instituições de ensino e pesquisa. Com todo respeito. (Intervenção fora do microfone).
1607 Claro, se nós somos...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Incluir ali
1608 entre os entes com esse Conselho... (Intervenção fora do microfone). Por favor, Marley, nós
1609 estamos gastando um tempo longo. Quando isso ocorre há uma perda de qualidade porque a gente
1610 vai tentar fazer uma elaboração no coletivo e tem sempre muitas nuances. O Marley gostaria de
1611 usar a palavra. Por favor, Marley. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao**
1612 **CNRH).** É só com relação a essa proposta Floriane, porque o Secretário já leu aqui a atribuição do
1613 Conselho, está lá no inciso V, então se a gente incluir o Conselho aí parece que nós estamos
1614 fazendo uma moção para que nós sejamos ouvidos naquilo que a lei prevê que nós devemos nos
1615 manifestar. Então eu acho que é um trabalho em separado. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
1616 **(Secretário Executivo CNRH).** Por favor, nós vamos fazer o seguinte encaminhamento Floriane.
1617 Primeiro nós vamos buscar resguardar as prerrogativas do Conselho Nacional que estão aqui
1618 estabelecidas em lei, que é essa preocupação do Floriane e vamos encontrar a melhor maneira de
1619 fazê-lo. A segunda é a votação desta proposta de moção. E a terceira que não precisa ir à votação
1620 que é a recomendação do plenário que isso volte para o GT da Câmara Técnica da CTIL,
1621 institucional e legal, que trata de água e floresta. Então cabe ao plenário, eu vou colocar em
1622 votação, o Ministro já chegou também, penso que isso inclusive é um tema em seguida a votação
1623 muito importante no debate ambiental político nacional, então eu vou colocar em votação a
1624 redação conforme está aqui exposto. Na ementa a modificação e a recomendação com a sugestão já
1625 apresentada pela Conselheira Rosa Mancini. Ok? Pois não. Wilson. (Intervenção fora do
1626 microfone). Está suprimido aqui. (Intervenção fora do microfone). Recomendar às presidências da
1627 Câmara Federal e do Senado Federal. Ok? Posso encaminhar com essas observações? A gente fica
1628 sem condição aqui de acompanhar. Recomendar à presidência do Senado Federal e da Câmara
1629 Federal. Às Presidências do Senado e Câmara. Ok? Câmara dos Deputados. Ok? Senado Federal e
1630 Câmara dos Deputados. Está ok o texto aqui? Em regime de votação. Os conselheiros e as
1631 conselheiras que são favoráveis a essa moção, por favor, levantem os seus crachás. Muito
1632 obrigado. Conselheiros e Conselheiras que se absterem? Uma abstenção. Votos contrários? Um voto
1633 contrário. Então está aprovada essa moção que trata da ampliação do debate sobre os projetos de
1634 lei que tratam do Código Florestal Brasileiro e fica já apresentada pelo plenário a proposta de que
1635 o GT da CTIL que trata de água e floresta dê o encaminhamento de como esse debate deve
1636 prosseguir no âmbito do Conselho Nacional. Muito obrigado ao Dalto, a Lara. Eu vou pedir dois
1637 minutos apenas para convidar a fazer parte e continuar a nossa reunião... (Intervenção fora do
1638 microfone). Está dando entrevista? Mas para abrir o próximo ponto... Só um minutinho. O Marcelo
1639 se encontra aqui conosco? Eu não o vi. Marcelo Jorge Medeiros. Está ali fora? E o Amore. Por
1640 favor, Dalto, Machado. Só reiterar sem prejuízo dos afagos do PCJ, nem todos os conselheiros
1641 entregaram, segundo nós recebemos aqui, nem todos que assinaram a lista de presença entregaram
1642 aquele formulário com a definição de ordem de prioridade em relação aos temas para a pauta do
1643 Conselho Nacional, das câmaras técnicas do Conselho Nacional. Então eu só queria reiterar aqui
1644 rapidamente que quem não o fez, por favor, entregue para que a gente possa durante o dia de hoje
1645 fazer a tabulação desse formulário que vocês responderam para que a gente possa apresentar
1646 amanhã para deliberação desse plenário qual será a agenda prioritária, não é agenda única, mas
1647 qual será a agenda prioritária do Conselho Nacional ainda para o ano de 2009. Então, por favor,
1648 façam a entrega desse formulário. Mais um pedido. Qual é Rosa? (Intervenção fora do microfone).
1649 Eu passo então a palavra inicialmente ao Presidente do Conselho Ministro Carlos Minc para uma
1650 saudação a todos os conselheiros e as conselheiras, me permita lembrá-lo Ministro, que tomaram

1651 posse aqui no dia de hoje para o triênio 2009/2012 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

1652 **Sr. Ministro Carlos Minc Baumfeld. (Ministro de Estado do Meio Ambiente e Presidente do**

1653 **CNRH).** Boa tarde a todos e a todas. Queria saudar meu companheiro de mesa Vicente Andreu,

1654 nosso Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Queria saudar o Presidente

1655 da ANA José Machado e toda a sua diretoria. Queria saudar a todos os conselheiros que tomaram

1656 posse agora, os que já estão batalhando e militando há bastante tempo, representantes dos vários

1657 segmentos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, secretarias estaduais e municipais,

1658 governo federal, sociedade civil, em suma, todos os que compõem o nosso Conselho. Eu queria

1659 também começar falando da minha satisfação na reunião anterior do Conselho da aprovação do

1660 Plano Estratégico da Bacia Araguaia-Tocantins. Eu considero isso um marco, talvez tenha sido a

1661 primeira vez que um plano dessa natureza é aprovado por todos os votos, menos um, no Conselho.

1662 Isso teve um grande impacto nacional. Eu acho que a sociedade leu isso como um empoderamento

1663 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa também foi à leitura do presidente Lula e de

1664 vários ministros. Tanto é que essa semana ainda o presidente Lula chamou a uma reunião de vários

1665 ministérios para discutir com esses ministérios o plano Araguaia-Tocantins e ver quais são a partir

1666 dessa aprovação, então isso passa a ter um peso de um instrumento legal, eu entendo dessa forma

1667 como uma resolução do CONAMA, qual vai ser a participação dos vários ministérios. Por

1668 exemplo, Agricultura, Transportes, Integração, Cidades, porque tem a questão do saneamento, para

1669 cumprir aquilo que vocês votaram e que foi o Plano de Bacia Araguaia-Tocantins, o plano

1670 estratégico aguardando ainda a constituição definitiva do comitê de bacia. Então eu queria por um

1671 lado saudar esse conselho e por outro lado dizer que essa decisão está tendo desdobramento

1672 importante no mais alto nível da república, que é o presidente e os seus ministros. Eu acho isso. Eu

1673 acho que as pessoas, o respeito não é algo que brota, as pessoas tem que se fazer respeitar. E se

1674 fazem respeitar aprovando de forma contundente medidas sérias, consistentes que deixam de ser

1675 ignoradas e passam a ser levadas em conta na hora de pensar e planejar o desenvolvimento do país.

1676 Então parabéns aos conselheiros e as conselheiras do CNRH, parabéns ANA, parabéns Secretaria

1677 Nacional e espero que a gente repita a dose para as outras bacias onde couber e como couber no

1678 tempo devido, sem açodamento, mas com a celeridade para que não haja... Essa com todas as

1679 legitimidades de uma aprovação desse peso político específico e as outras num nível aguardando

1680 ter tal tratamento de honra como deve ser. Então essa é a minha primeira palavra ao conselho,

1681 elogiando por um lado e já dizendo do desdobramento por outro, e também conclamando que a

1682 gente avance onde puder e onde couber com outras bacias nesse sentido já que o que dá certo é

1683 para ser repetido, replicado e que vire uma prática nossa. Eu acho que todos os planos importantes

1684 devem vir a voto aqui neste Conselho. É uma forma de fortalecer os planos e obviamente fortalecer

1685 o conselho perante a sociedade, perante o presidente da república. Além disso, quero dizer que

1686 depois daquela reunião várias atividades pelo lado do ministério, da Secretaria de Recursos

1687 Hídricos e da ANA continuaram a acontecer. Nós tivemos uma reunião para lançar o Parque

1688 Fluvial do São Francisco com cerca de 15 prefeitos de vários estados do São Francisco, secretários

1689 estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, alguns estão aqui hoje e nós estamos levando

1690 adiante isso. O Presidente Lula está preparando uma viagem próxima ao São Francisco eu queria

1691 ver depois com o Vicente e com o Machado também as quantas nós estamos para incluir algumas

1692 dessas iniciativas no itinerário do presidente. Então essa já é uma informação. Uma segunda

1693 informação é que junto com o Ministério das Cidades nós estamos também avançando os últimos

1694 detalhes para o lançamento do Plano Decenal de Saneamento, com metas polpudas de recursos e

1695 ampliar as metas de coleta e tratamento de esgoto. Então eu acho que em algum momento Vicente

1696 e José Machado nós temos que ver como interagir essas metas mais ousadas para um Plano

1697 Nacional de Saneamento que incluía vulnerabilidade de bacias, medidas que incluía a parte da

1698 saúde, a parte de agricultura com recomposição de microbacias. Portanto, algo que não seja só

1699 tubo, estação de tratamento. Uma visão de saneamento ambiental que incluía resíduos sólidos, que

1700 incluía saúde da bacia hidrográfica. Eu acho que é assim que um bom plano de saneamento

1701 ambiental funciona. E eu já peço ao José Machado e ao Vicente para nós vermos como e de que
1702 forma este Conselho que naturalmente já interage, aqui tem muitas pessoas que são do Ministério
1703 das Cidades, do Ministério do Meio Ambiente, são secretários de recursos hídricos e de meio
1704 ambiente, portanto, são membros de comitês de bacias, de ONGs, universidades. Então esse tema
1705 seguramente não é estrangeiro a nenhum dos membros do nosso Conselho. Mas uma coisa é não
1706 ser estrangeiro a, a outra coisa é enquanto conselho ter uma voz no Plano Decenal de Saneamento
1707 Ambiental. Eu acho que a gente pode preparar isso. Então é outra demanda que eu faço para vocês.
1708 Para no momento oportuno e da forma oportuna e ouvindo conselheiros e as conselheiras
1709 organizem a participação do Conselho nesse debate tão importante e que vai definir para a próxima
1710 década quais vão ser os critérios, os volumes e quais as formas de a gente enfrentar um problema
1711 que talvez seja a pior agressão aos recursos hídricos no Brasil que é o esgoto sem tratamento. E
1712 que, além disso, talvez seja a pior causa da mortalidade infantil no Brasil por causa das doenças de
1713 veiculação hídrica, ou seja, exatamente as diarreias, hepatites causadas pela água poluída, pela
1714 água contaminada. Então já fica essa segunda informação que como sempre também vem embutida
1715 com uma demanda como costume proceder. Além disso, também quero dar uma informação para
1716 vocês que me deu bastante alegria. Há cerca de duas semanas atrás eu participei no Rio de Janeiro
1717 com a nossa Secretária Estadual do Ambiente, Marilene Ramos que é da área de recursos hídricos;
1718 todos aqui devem conhecer, foi presidente da SERLA, companheira de Vicente, do Machado e de
1719 vários de vocês, e com o Governador Sérgio Cabral que é do PMDB do Rio, também meu
1720 companheiro, estivemos na Bacia do Guandu, na área de Rio Claro, pagando para 120 famílias de
1721 agricultores o pagamento por serviços ambientais de recuperação de recursos hídricos. Ou seja,
1722 eles plantaram nas margens do Guandu e recompuseram margens de afluentes do Guandu, no
1723 município de Rio Claro e outros, isso foi verificado quanto plantaram, em que área e que árvores e
1724 que densidade e estivemos com o governador entregando o cheque a um por um. Isso a ANA já faz
1725 há algum tempo e deu no passado o nome de “produtores de água” que é o mesmo nome que nós
1726 adotamos achando que era original; e vimos que estávamos replicando um nome que é poético e
1727 oportuno de produtores de água. Então isso vai ser generalizado agora. Quero também dizer para
1728 vocês que agora no dia 5 de junho, dia do Meio Ambiente o presidente Lula vai criar algumas
1729 novas unidades de conservação, umas reservas extrativistas, a de Cassuruba no sul da Bahia e a
1730 Prainha do Canto Verde no Ceará. São reservas que pegam também a questão pesqueira, da pesca
1731 artesanal, e vai mandar também uma lei para o Congresso criando, formalizando com recursos o
1732 pagamento de serviços ambientais. Eu acho que vai beneficiar a todos que querem envolver a
1733 comunidade na recuperação das matas ciliares e proteção dos nossos recursos hídricos. Além disso,
1734 vai assinar um decreto também criando o manejo comunitário florestal, ou manejo florestal
1735 comunitário que eu acho que indiretamente está ligado ao nosso tema no sentido de que você
1736 envolvendo a comunidade no manejo florestal com recursos significa também a preservação de
1737 matas, muitas delas protetoras de mananciais, protetoras de nascentes. Tudo isso deve acontecer se
1738 tudo correr bem, o mundo é cheio de mistérios, se tudo correr bem deve acontecer agora na semana
1739 de meio ambiente. Quero dizer também que vejo com muita satisfação na pauta do CNRH a
1740 questão do Aquífero Guarani. Já fui bem pautado, informado sobre isso pela direção da ANA, pela
1741 nossa direção da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Presidi uma reunião do
1742 MERCOSUL com nossos países vizinhos, introduzi esse ponto de pauta e foi acatado porque havia
1743 algum problema. Não adianta um país cuidar bem do aquífero e os outros detonarem, não fazer um
1744 bom uso, um uso equilibrado controlando esgoto, agrotóxicos, vendo a questão da recarga, em
1745 suma, das aflorações, vendo tudo que deve ser feito para preservar isso. Vejo que há publicações a
1746 respeito, depois naturalmente Vicente e José Machado falarão sobre isso e quero dizer que eu
1747 considero isso estratégico. Quer dizer, uma das maiores se não a maior reserva de água doce do
1748 mundo e que nós temos a maior porção dela. Embora os nossos vizinhos tenham também uma
1749 parte importante, vendo que cada vez esses recursos hídricos serão mais escassos, mais caros e
1750 seguramente objeto se não for bem tratado até de disputas internacionais como hoje é o petróleo,

1751 então uma atenção, um olhar de carinho, de pesquisa, de normatização, de cuidados para preservar,
1752 manter, criar uma associação de países, de prefeituras, de governos para entender exatamente esse
1753 valor. Como se pode usar e como não se deve de forma alguma contaminar essa grande riqueza. Eu
1754 quero dizer que fico bastante emocionado e bastante honrado de ver que estamos avançando em
1755 algo que muitas vezes a população não tem um grande conhecimento. Está lá debaixo da terra e
1756 que nós temos inclusive a obrigação de divulgar bem para a população o que isso significa em
1757 termos estratégicos para o Brasil, para a humanidade, para toda a questão de gestão de um recurso
1758 tão importante como esse. Por fim eu fui comunicado também agora pelo Secretário Geral do
1759 Conselho Vicente Andreu que vocês aprovaram uma moção em relação à incorporação da
1760 sociedade, da área de recursos hídricos, do próprio conselho na discussão do Código Florestal.
1761 Quero dizer que vejo isso com muitos bons olhos. Eu estou muito preocupado com o que tem
1762 acontecido no país em relação a esse assunto. Tem havido uma ofensiva brutal em relação as
1763 nossas leis de proteção dos biomas, das florestas e por consequência dos recursos hídricos. Fico
1764 abismado com isso. Tenho participado de fóruns internacionais de discussão da questão do clima
1765 em vários países, na África, recentemente na Itália, em Siracusa. Reuniões aonde todos os países
1766 do mundo em vista do desastre climático anunciado o mínimo que se sabe é que vai aumentar a
1767 temperatura até o final do ano, são dois graus centígrados, se todo mundo fizer o dever de casa.
1768 Não vai acontecer isso, vai aumentar mais do que dois graus centígrados. O mínimo que vai
1769 acontecer se aumentar dois graus centígrados é uma elevação de 15 a 30 centímetros do nível do
1770 mar, então enquanto todos os países tentam ampliar as suas leis de proteção das florestas,
1771 valorizarem as suas florestas, incentivar os plantadores de florestas o que acontece no Brasil? O
1772 contrário. Há uma ofensiva para dizer que o nosso país é uma grande unidade de conservação, está
1773 tudo engessado, o grande problema são as florestas, o nosso problema não é que a gente tem
1774 proteção a menos, é que a gente tem proteção a mais e, portanto, vamos eliminar ou diminuir essas
1775 proteções. Inclusive alguns estados como é o caso de Santa Catarina resolveram diminuir a faixa
1776 de proteção dos rios em alguns casos de 30 metros para 5 metros, como se não bastassem os
1777 problemas seriíssimos que Santa Catarina enfrentou não só, mas também pelo desmatamento
1778 irregular das encostas e das faixas de proteção dos rios. Então na verdade foram dramas, tragédias
1779 sociais produzidas pela combinação de eventos climáticos extremos com lambanças ambientais
1780 que foi exatamente o desguarnecimento em matéria de cobertura vegetal das encostas e das
1781 margens protetoras dos rios. Então exatamente esse estado que devia apostar mais ainda na
1782 prevenção, de apostar mais ainda na defesa resolve abrir a guarda contrariando inclusive uma lei
1783 federal que não poderia em relação a esse ponto. E a preocupação maior é que outros estados
1784 parecem que querem ir no mesmo sentido. Eu quero só informar para vocês, concluindo então essa
1785 minha saudação aos conselheiros e as conselheiras e dizer o seguinte: nós verificamos que no
1786 Brasil a ofensiva em relação ao Código Florestal ela tem partido, sobretudo, de órgãos que
1787 representam o agronegócio e a grande produção, mas que tem feito reuniões com milhares de
1788 pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Triângulo Mineiro, em várias
1789 áreas; e tem simplesmente aterrorizado esses pequenos produtores dizendo que a lei é
1790 “incumprível”, eles vão perder milhões de empregos, vão ser tratados como criminosos ambientais
1791 e, portanto, o inimigo a ser abatido é o Código Florestal Brasileiro origem de todos os problemas.
1792 Bem, eu nas últimas duas semanas resolvi proceder a uma grande aliança dos ambientalistas com a
1793 agricultura familiar, isso está sendo bem sucedido e vou informar a vocês. Por que isso? A
1794 agricultura familiar ela ocupa 20% das terras, mas ocupa 90% da força de trabalho agrícola da
1795 população ativa na agricultura brasileira. São realmente pequenas extensões, tecnicamente se
1796 considera a agricultura familiar (inaudível), isso pode variar de 40 hectares a 400 hectares
1797 dependendo da região. Mas basicamente é uma agricultura que produz cerca de 70% dos alimentos
1798 do Brasil e ela naturalmente tem menos meios, ela está se conscientizando no sentido de partir para
1799 o plantio direto, adubação verde, recuperação de solos contra a erosão, reflorestamento de algumas
1800 áreas, até porque não dispõe de meios para comprar defensivos químicos caríssimos que acabam

1801 inviabilizando até o seu custo de produção. Então essa aliança é importante. Nós fizemos reuniões
1802 separadas com a CONTAG, com a FETRAF que representa a agricultura familiar pelo lado
1803 sindical da CUT, e o Movimento de Pequenos Agricultores que é o MPA que também tem outras
1804 vinculações. Reunimos separadamente com os três e na semana passada fizemos uma grande
1805 reunião envolvendo secretários estaduais de meio ambiente, como o Secretário José Carlos
1806 Carvalho de Minas Gerais, a Secretária Marilene Ramos do Rio e vários outros; vários senadores e
1807 deputados, dois ministérios, o MMA e o MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário que no
1808 fundo é quem de alguma maneira representa, articula e financia a produção familiar através da
1809 linha direta de financiamento da produção familiar. E nós traçamos a base do que seria uma grande
1810 aliança de ambientalistas com produção familiar para impedir a desfiguração do código, mas por
1811 outro lado tratar diferentemente a pequena propriedade. O que significa isso? Para a produção
1812 familiar somar reserva legal com APP garantindo em primeiro lugar, claro, a APP que é o que
1813 interessa mais e somar isso para constituir a reserva legal. Permitir a recomposição também, além
1814 de nativas com algumas espécies arbóreas frutíferas ou palmáceas que dêem algum rendimento
1815 para o pequeno agricultor; que diz que já não tem meios para plantar o seu arroz e a sua batata, o
1816 que dizer para plantar uma coisa que não vai dar nenhum retorno. E simplificar o averbamento da
1817 reserva legal, porque muitas vezes eles dizem que é impossível, ficam seis meses, um ano, e não
1818 conseguem averbar. Como o nosso amigo Pimentel na Previdência conseguiu fazer o que parecia
1819 impossível, passar de dois anos ou três anos para um mês, você entrar lá e informatizar e
1820 conseguir, então a gente também tem esse desafio de conseguir a mesma coisa na reserva legal. Eu
1821 considero que essa aliança é uma aliança histórica e vai colocar esse debate em outro patamar que
1822 tem muito a ver com os recursos hídricos. Eu fico muito contente Vicente Andreu, José Machado e
1823 Conselheiros, que este conselho tenha também tomado para si a discussão, que seria uma visão
1824 muito simplista: - código florestal cuida de floresta, o nosso negócio é rio, é lagoa, então não é o
1825 nosso assunto. Como não é? Se acabando com a cobertura florestal das nascentes e das margens
1826 você acaba com os recursos hídricos. Então eu acho de muito bom tom, muito necessário para esse
1827 momento difícil que o Brasil está vivendo, que está havendo um ataque sem precedentes contra a
1828 legislação ambiental brasileira em nome do progresso, de qual progresso? Eu acho muito oportuno
1829 que vocês tenham votado essa moção. Eu quero dizer que eu terei nessa quinta feira um encontro
1830 particular com o presidente Lula para discutir várias coisas importantes que dizem respeito a nossa
1831 pasta, inclusive os ataques que vem sendo feitos à legislação ambiental no Brasil. E vou levar em
1832 mãos para ele, independente da publicação de Diário Oficial como consta nos figurinos, vou levar
1833 em mãos para ele essa resolução que vocês tomaram aqui para mostrar para quantos setores
1834 importantes da sociedade interessa preservar as matas protetoras de mananciais, de nascentes de
1835 recursos hídricos; e que isso não pode ser ignorado num país que é detentor de tal quantidade de
1836 água doce, de reserva de água doce seja superficial seja subterrânea. Dito isso mais uma vez
1837 parabéns pelo trabalho, contem conosco onde couber. Saudações ecológicas e libertárias para
1838 vocês. Boa tarde. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado
1839 Ministro. Dando prosseguimento aos nossos trabalhos nós vamos conforme orientação do plenário,
1840 nós propusemos a alteração da pauta e nós então teremos uma apresentação do Sr. Luiz Amore,
1841 Secretário Geral do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema
1842 Aquífero Guarani que vai fazer a apresentação dos resultados finais do projeto e também fazer o
1843 lançamento da publicação “Avanços no Conhecimento do Sistema Aquífero Guarani – Relatórios
1844 Finais do Projeto”. Então eu convido o Sr. Luiz Amore para fazer uso da palavra. Enquanto ele já
1845 aguarda pronto para fazer sua apresentação eu queria informar que essa mesa além do Luiz Amore
1846 será composta também pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, a quem convido em
1847 seguida à apresentação para tomar lugar à mesa, o nosso Conselheiro José Machado. E também
1848 pelo Coordenador Representante do Serviço Geológico do Brasil, CPRM, o Sr. Marcelo Jorge
1849 Medeiros também que em seguida à apresentação eu solicito para que tome lugar à mesa para fazer
1850 uma saudação ao plenário. Então, por favor, Luiz Amore, por até vinte minutos. Este tema tão

1851 aguardado que já há duas reuniões aguardava a sua apresentação. Luiz Amore. **Sr. Luiz Amore.**
1852 **(Secretário Geral do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento do Sistema Aquífero**
1853 **Guarani).** Muito boa tarde, Ministro. Boa tarde a todos os conselheiros. Eu gostaria de contar
1854 rapidamente alguns avanços desse processo de cooperação que foi o projeto Aquífero Guarani
1855 entre quatro países. Gostaria de pedir desculpas porque a impressão do PEA propriamente não está
1856 pronta, ela deve chegar e na próxima reunião ser entregue a vocês, porém a gente tem uma série de
1857 materiais que a gente já gostaria de dar difusão e fazer a entrega aqui, que é o resultado desses seis
1858 anos de execução do projeto. O projeto começou em 2003 e termina agora. Esse projeto contou
1859 com fundos do GEF que foram gerenciados pelo Banco Mundial e cuja agência executora regional
1860 foi a Organização dos Estados Americanos. Foram investidos 22 milhões de dólares
1861 aproximadamente, metade dos quais dos países, contrapartidas nacionais que significou o
1862 envolvimento dos estados, dos técnicos, das instituições de gestão hídrica subterrânea, tanto a nível
1863 dos estados quanto a nível federal nos quatro países; e a outra metade são recursos do Fundo para o
1864 Meio Ambiente Mundial. Eu gostaria então de falar de alguns aspectos, eventualmente a
1865 apresentação tem uma ênfase maior na questão técnica, mas eu vou suavizá-la, mas acho que é
1866 importante na medida em que vocês tenham acesso à informação a apresentação estar completa. Eu
1867 vou saltar alguns aspectos, mas ela vai ser disponibilizada de maneira completa a todos vocês.
1868 Então eu quero começar fazendo umas considerações iniciais, primeiro porque água subterrânea é
1869 um recurso hídrico completamente distinto. Não é um mar subterrâneo, não é um rio subterrâneo, é
1870 água empapada na rocha. É água e rocha. Isso é o aquífero. É difícil até muitas vezes de fazer uma
1871 imagem disso, do que é água subterrânea para a maioria das pessoas, principalmente porque está
1872 debaixo dos nossos pés. O que os olhos não vêem o coração não sente. Não é verdade? Então
1873 muitas vezes não veio sendo colocado com a prioridade necessária do ponto de vista da gestão. Eu
1874 quero mostrar os avanços do conhecimento. Esses 32 volumes que estão sobre essa mesa serão
1875 entregues, um exemplar como esse... Isso aí é apenas um exemplar, vai ser entregue a cada uma
1876 das universidades da região, esses são todos os informes técnicos finais desenvolvidos e aprovados
1877 pelos países, entregue aos países que estão colocados nesses 32 volumes aqui ao lado. A gente vai
1878 distribuir isso nas universidades que muito mais proveito vai poder fazer do ponto de vista de
1879 investigação, de aprofundar teses de doutorado, de mestrado e etc.. Mas também eu quero falar
1880 sobre os instrumentos de gestão. Os instrumentos de gestão de água subterrânea do sistema
1881 Aquífero Guarani que foram desenvolvidos especificamente pelo projeto. Eu quero também falar
1882 do marco de gestão e cooperação que os países no final desse processo aprovaram e quero falar das
1883 ações prioritárias que foram desenvolvidas pelos países. A etapa imediata que começa agora com o
1884 término do projeto e os desafios colocados para o futuro. No início, antes de 2001, água
1885 subterrânea ou sistema Aquífero Guarani era completamente ignorado. Completamente ignorado
1886 pela sociedade. Os atores fundamentais desse processo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai
1887 tinham ações isoladas no Aquífero Guarani, e basicamente a maioria delas ações das próprias
1888 universidades que foram inclusive que propuseram a própria existência do projeto no seu início. E
1889 a água subterrânea nessa época tinha um lugar absolutamente marginal na agenda política e estava
1890 completamente fora da agenda pública. Esse desconhecimento é que sem dúvida nenhuma
1891 propiciou a existência de tantos hidro-mitos e de tantos temores associados à questão do guarani,
1892 de que vão roubar água, que vai secar o guarani por um poço só, quer dizer, tudo isso, todos esses
1893 hidro-mitos que a gente chama eles surgiram por conta desse desconhecimento. É natural e o
1894 projeto veio para cobrir essa lacuna. Em 2009 em contrapartida nós temos uma situação de que o
1895 Aquífero Guarani é conhecido pela sociedade, algumas capitais do MERCOSUL, Buenos Aires,
1896 por exemplo, se você entrar em um táxi e perguntar sobre o Aquífero Guarani o motorista mais do
1897 que conhece, ele tem opinião. Então o Guarani ficou inserido, a questão da água subterrânea ficou
1898 definitivamente inserida no conjunto da sociedade. Os atores. Hoje o Ministério do Meio Ambiente
1899 dos quatro países, as áreas de recursos hídricos dos quatro países, no caso inclusive do Brasil
1900 envolvendo a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos, e relações

1901 exteriores dos quatro países participaram intensamente, foi um processo enorme de reuniões, de
1902 orientação e de direção desse projeto. Esse projeto foi dirigido pelos quatro países através desse
1903 conselho, e isso foi à base dos consensos a que foram chegados aqui no âmbito do projeto. O
1904 contexto hoje, a água subterrânea está reposicionada e hoje tem uma presença crescente nas
1905 agendas públicas e políticas que é uma condição fundamental para a participação pública, que ela
1906 seja informada e qualificada. Não é verdade? O Aquífero Guarani para recordar ele abrange toda
1907 essa área, 1.100.000 Km², distribuídos em aproximadamente 70% dessa área no Brasil, e aí a
1908 distribuição dos estados. São oito estados, Mato Grosso, Goiás, Minas, Mato Grosso do Sul, São
1909 Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 8 estados envolvidos diretamente no processo
1910 de execução desse projeto. Esse mapa base que foi a conjunção de 191 cartas dos quatro países foi
1911 merecedor de um prêmio internacional no ano passado na Conferência do (inaudível). O Aquífero
1912 Guarani foi definido então, estratigraficamente quais são... O Aquífero Guarani nos quatro países
1913 passou a ser o que está em cima da descontinuidade do Permiano e abaixo dos Basaltos do Serra
1914 Geral, do grande derrame Basalto que constitui as terras roxas. Então isso ficou sendo consenso
1915 entre os quatro países do que nós estamos chamando de Aquífero Guarani. Foi feito o mapa
1916 hidrogeológico desse aquífero que nos permitiu definir que são enormes as reservas. As reservas
1917 de água são muito grandes. Nós temos 33.000 km³ de água que é a reserva permanente no
1918 Aquífero Guarani. É muita água. A gente tem na porção confinada a parcela bem menor, e na
1919 rocha drenável uma parcela bem significativa. Agora, é importante considerar os limites
1920 tecnológicos das perfurações. A quantidade de água no SAG aumenta com relação à profundidade
1921 da perfuração, se eu consigo perfurar só até 100 metros e tenho bomba só até 100 metros eu vou ter
1922 menos água. Se eu perfuro até 400 metros que é hoje o limite tecnológico e econômico da
1923 perfuração a gente vai ter então um volume de 2.000 Km³ disponível de água. Isso significa 6%
1924 daquela reserva toda. Então, quer dizer, o utilizável é muito, mas é muito menor do que existe
1925 armazenado pelas próprias características do Aquífero Guarani. Então o que é utilizável é esses
1926 6%. Isso em distribuição de área está mais ou menos aqui. Essa é a área confinada, essa é a área
1927 fortemente confinada. Essas são as áreas drenáveis. Essas áreas estão abaixo de 400 metros, não é
1928 possível tirar água daqui, já estão abaixo de 400 metros. Nós não temos tecnologia para isso. E
1929 essas são as áreas de afloramento que o Ministro a pouco se referiu. Para vocês terem idéia de um
1930 corte esquemático, quer dizer, o Aquífero Guarani é essa rocha arenítica que tem esse
1931 comportamento de norte a sul. Um aspecto interessante é que as cotas na porção leste são
1932 superiores as cotas na porção oeste, o que faz com que o Guarani forme vários rios do pantanal
1933 mato-grossense, ele é recarga de diversos rios que estão drenando para o pantanal. Apesar desse
1934 enorme volume de água esses são os volumes de água que se movem, é muito pouco, a água se
1935 move de maneira muito lenta. Em água superficial são metros por segundo, em água subterrânea
1936 são centímetros por dia, então é uma quantidade, os fluxos em água subterrânea são muitíssimo
1937 mais lentos do que águas superficiais. Então, por exemplo, essa porção aqui que liga o setor norte
1938 do aquífero com o setor sul do aquífero, por exemplo, tem uma estimativa de fluxo dessa ordem,
1939 enquanto somente no rio Paraná o que está escoando agora lá são dois mil. Então isso para se ter
1940 uma idéia do fluxo quão é lento, do quanto esse fluxo é lento no Aquífero Guarani. Outro aspecto
1941 importante para a gestão é que antes se pensava que todas as áreas de afloramento deveriam ser
1942 (inaudível) de parques. Não. Tem áreas de afloramento que são áreas de descarga e tem áreas de
1943 afloramento que são áreas de recarga. Inclusive para aquele próprio slide anterior você vê que toda
1944 essa área do Pantanal olha a descarga do Aquífero Guarani para formar os rios do Pantanal.
1945 Têm áreas de afloramento que são áreas de descarga, isso era um dos mitos anteriores de que se
1946 pensava que toda área de afloramento era área de recarga. Então aqui as regiões de contorno,
1947 inclusive você tem as janelas de recarga o próprio basalto onde tem a zona de recarga dentro do
1948 próprio basalto para o Aquífero Guarani. Então isso tudo está mapeado, isso tudo está definido.
1949 Hoje vocês estavam comentando sobre a questão florestal. Isso aqui mostra claramente a evolução,
1950 as florestas em verde em 1970, verde escuro, os bosques intactos e em verde claro os bosques

1951 alterados. Hoje a gente vê que tudo isso aqui, essa área clara é tudo zona agrícola. Houve um
1952 progresso muito intenso de 1970 para 2007 da agricultura. Um progresso da agricultura muito
1953 intenso nessa região. Essas são as zonas de gestão então que foram propostas que tem a ver com
1954 uso e ocupação que se faz de cada uma dessas áreas com as características do próprio aquífero.
1955 Então, quer dizer, que tipo de ação tem que ser destinada as áreas de recarga, as áreas de descargas,
1956 as de afloramento, as zonas confinadas, as zonas onde há interrupção de fluxos, tudo isso tem uma
1957 proposta em função do próprio Aquífero. O principal uso do Aquífero Guarani é abastecimento
1958 urbano, quase nada em agricultura. A gente estava falando agora, não se usa o Aquífero Guarani
1959 para irrigar, basicamente águas superficiais. Mas ele é muito utilizado para abastecimento, água de
1960 boa qualidade, de Ribeirão Preto, por exemplo, no interior de São Paulo para toda a zona do oeste
1961 paulista, todas as cidades se abastecem do Guarani. Todas as cidades se abastecem do Guarani.
1962 100% do abastecimento público de Ribeirão Preto é Guarani. E isso é assim em várias cidades
1963 como em Londrina no Paraná, isso é assim em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, onde a gente
1964 vai ver e um pouco mais a distribuição dos poços, porque eu vou falar dos instrumentos
1965 especificamente. O projeto não estudou só grandes áreas. O projeto foi no detalhe em quatro áreas
1966 piloto. A primeira delas é Ribeirão Preto, por motivos óbvios. Nos últimos trinta anos o Aquífero
1967 rebaixou nessa cidade 60 metros. 60 metros. O nível do Aquífero baixou nessa cidade 60 metros, e
1968 isso já começa... Aquele quadradinho que eu mostrei de Ribeirão Preto aqui e aqui já começa a
1969 alterar Sertãozinho. O município de Sertãozinho vizinho hoje já começa a pagar as consequências
1970 desse uso intensivo das águas subterrâneas em Ribeiro Preto. Vale lembrar que o uso per capita da
1971 água em Ribeirão Preto é 400 metros... (Intervenção fora do microfone). Trinta anos. É importante
1972 lembrar que Ribeirão Preto usa 400 litros/habitante/dia, que é absolutamente máximo em termos da
1973 distribuição de uso no Brasil. A média é 250. Em Ribeirão Preto são 400. Então essa é a... Outro
1974 aspecto importante, quer dizer, isso aí foi em Rivera Santana que foi outro piloto. Esse piloto, a
1975 cidade de Santana do Livramento para quem não se lembra ela está no Rio Grande do Sul e a
1976 cidade de Rivera é uruguaia, só que essa é uma zona metropolitana comum, apenas uma rua divide
1977 as duas cidades, é uma mesma conurbação. Eles só se diferenciam pelo futebol porque pelo resto
1978 estão todos irmanados. Agora, nessa região o que está sendo proposto para essa região é passar os
1979 poços que estão concentrados na zona urbana da cidade onde 50% não têm tratamento de esgoto, o
1980 Ministro salientou essa questão há poucos minutos atrás, isso é fundamental nessa zona. É um
1981 elemento de impacto concreto ao Aquífero Guarani, e está se propondo então levar para essa zona
1982 onde há uma maior condição de proteção inclusive com a criação de um parque transfronteiriço
1983 nessa área. Isso é uma das prioridades que foram elencadas pelos países dentro do plano
1984 estratégico de ação do projeto Aquífero Guarani. Essa é outra zona piloto e essa é em Concórdia,
1985 na Argentina, e Salto que é no Uruguai. Essa região é a região mais desenvolvida no uso de águas
1986 termais. De todo o Aquífero Guarani. Em 40 anos esse modelo matemático mostra com clareza que
1987 a instalação de 7 novos poços nessa região começa a gerar interferência, interferência entre os dois
1988 países. Isso é um assunto transfronteiriço que muito certamente não chega... As curvas não vão ser
1989 alteradas de modo a chegar a Montevideu ou de modo a chegar a Buenos Aires, não se trata disso.
1990 É um tema de gestão local. É fundamental que haja gestão local das águas subterrâneas. Esse é um
1991 primeiro ensinamento muito importante sobre o Guarani, porque antes a gente já tinha tudo isso na
1992 teoria, água subterrânea é diferente de água superficial, tem que ser muito mais enfatizada a gestão
1993 local em água subterrânea isso fica demonstrado aqui. Foi feito também um modelo geral para o
1994 Aquífero Guarani, um modelo de todo o funcionamento do Aquífero, esse material tem tudo isso
1995 disponível. Os modelos foram desenvolvidos em toda a zona e esses modelos foram construídos a
1996 partir de uma base de dados. Esses são os poços existentes na zona do Guarani hoje. São 7.500
1997 poços que estão basicamente distribuídos nas zonas de afloramento porque é mais raso, é mais
1998 barato perfurar obviamente. Estão principalmente nas áreas de afloramento, menos nas áreas
1999 confinadas. Aqui a gente vê a infinidade de cidades abastecidas em São Paulo, por exemplo. A
2000 distribuição de poços, a partir dessa rede foi constituída uma rede monitoramento, então os países

2001 constituíram no projeto uma comissão de monitoramento constituída por representantes das
2002 universidades e eles elegeram esses poços para que dê uma noção exata da quantidade e da
2003 qualidade de água no Aquífero Guarani para hoje e para sempre essa rede tende a ser monitorada.
2004 E quem tem que levar para frente essa rede? Obviamente os estados que vão alimentar esse
2005 sistema, é o sistema de informação do Aquífero Guarani que tem estações de trabalho já instaladas
2006 nos oito estados da federação, na CPRM, na Secretaria de Recursos Hídricos e na Agência
2007 Nacional de Águas que naturalmente é a coordenadora do sistema por ter essa atribuição
2008 constitucional. O sistema nos quatro países ele é independente, o Brasil só pode alterar
2009 informações do Brasil. No caso das informações brasileiras esse sistema está conectado ao
2010 SIAGAS da CPRM, onde é feita a alimentação dos dados do SISAG e nos outros três países não,
2011 mas toda a informação é espelhada, é replicada de um país ao outro como espelho pela simples
2012 conexão de internet. Esse sistema é público, toda a informação dos poços pode ser acessada pelo
2013 público interessado. Agora, obviamente alimentada pelas instituições gestoras nos estados. Então
2014 nos pilotos o principal avanço em Ribeirão Preto foi propor um zoneamento. Foi proposto um
2015 zoneamento, foi definida uma área onde não se podem perfurar mais poços novos, uma área onde
2016 só pode ter substituição, uma área onde só pode ter manutenção dos poços existentes, e uma área
2017 que é a destinada à manutenção da condição de recarga, que é exatamente em alguns casos zona de
2018 expansão urbana da própria cidade de Ribeirão Preto, atenção especial deve ser destinada a esse
2019 aspecto. Outro é no caso do Uruguai e da Argentina eles estabeleceram no Uruguai uma distância
2020 mínima de 2 km entre poços e a Argentina 10 km para que não haja interferência entre os poços. O
2021 piloto de Itapuá no Paraguai ele foi o motor da constituição do primeiro comitê de bacia no
2022 Paraguai, e depois como a gente vai ver a própria aprovação da Política de Recursos Hídricos do
2023 Paraguai. O caso de Santana Rivera teve um amplo acordo entre as prefeituras, foi executado todo
2024 um processo e que permitiu chegar a um arranjo institucional de gestão local que no caso do piloto
2025 de Ribeirão Preto é muito simples, porque está dentro do sistema estadual paulista de gestão de
2026 águas. O sistema está completamente definido, você tem o comitê do Pardo, você tem a câmara
2027 técnica de águas subterrâneas que vai estar apoiada pelo DAEE que vai estar apoiada pelas
2028 universidades, como já é. Aqui não tem invenção de nada, e o apoio financeiro do FIDRO. Então
2029 esse é o arranjo piloto de Ribeirão Preto. O arranjo piloto de Santana do Livramento e Rivera é um
2030 pouco mais complexo porque juntam dois países. Então aqui nós temos bem definido qual é o
2031 sistema de recursos hídricos em Santana que é o sistema gaúcho, principalmente a área está dentro
2032 do comitê de Santa Maria que então tem uma câmara técnica de águas subterrâneas que vai estar
2033 sendo apoiado pelo fundo de recursos hídricos do estado do Rio Grande do Sul e o apoio das
2034 universidades e o apoio operacional da Secretaria do Meio Ambiente. No caso de Uruguai o
2035 sistema é um pouco diferente, o Uruguai não é um país federativo, é um país unitário, então quem
2036 vai estar pilotando esse processo é a própria intendência, a própria prefeitura de Rivera, e que vai
2037 então estar tendo o apoio da DINASA que é a Divisão Nacional de Meio Ambiente, de Águas e
2038 Saneamento que está dentro do Ministério do Meio Ambiente de lá e com o apoio financeiro de
2039 fundos que estão por definir. Avanços recentes nos países. Bem, eu queria salientar dois programas
2040 nacionais no caso do Brasil dentro do Programa Nacional de Recursos Hídricos, e dentro do
2041 programa de apoio da Agência Nacional de Águas que foi criado para apoio à questão da água
2042 subterrânea especificamente. No Paraguai foi aprovada a lei de recursos hídricos que está em
2043 regulamentação. No Uruguai teve um plebiscito inclusive sobre a questão de recursos hídricos que
2044 tornou então a água um bem público também no Uruguai. Então é importante a gente perceber a
2045 importância de que toda essa baixa interferência entre poços, baixas velocidades de fluxo,
2046 determinam que a gestão da água subterrânea tenha que ser cada vez mais local. Tem que ser cada
2047 vez mais local. O PEA para isso definiu 10 eixos, o 11º seria o gerenciamento do próprio PEA que
2048 é o Sistema de Informação que tem que ser mantido, tem que ser alimentado; a rede de
2049 monitoramento que tem que ser implementada e colocada em funcionamento; o desenvolvimento
2050 da gestão local no caso dos pilotos; a difusão dos conhecimentos, todo esse conhecimento, essa

2051 massa de conhecimento precisa chegar à sociedade. Precisa do apoio da participação pública. Eu
2052 quero salientar inclusive os materiais do Fundo Guarani de Cidadania, foram 24 projetos
2053 financiados para ONGs, para fazer a tradução desse conhecimento técnico a conhecimentos de
2054 escolas, para a sociedade civil, teve atividades de circo, teve atividade de rádio, 400 programas de
2055 rádio, Minuto Água, sobre o Aquífero Guarani. Então todo esse material a gente está
2056 disponibilizando também porque a gente pretende que haja um próximo Fundo de Cidadania.
2057 Houve o desenvolvimento dos critérios de uso sustentável do Guarani, precisam ser
2058 implementados pelos países. Houve programas técnicos científicos específicos para o
2059 desenvolvimento dos temas estratégicos. Os estudos técnicos econômicos, quer dizer, quanto custa
2060 cada uma dessas ações. O plano tem preço e tem prazos, tem valores e prazos, e tem o
2061 desenvolvimento das capacidades legais institucionais para a gestão da água subterrânea e foi um
2062 aspecto reclamado por todos os países, por todas as instituições gestoras de recursos hídricos no
2063 Brasil e nos outros países também. E a estrutura operacional da cooperação que é essa aqui. Ela é
2064 muito parecida com a estrutura de direção do projeto. O projeto teve um conselho de direção do
2065 projeto acima, e esse conselho passa um conselho de cooperação dos países, o elemento
2066 fundamental é que cada país tem que implementar o seu PEA, porém a cooperação é um elemento
2067 fundamental para que esse processo siga adiante. Isso foi reconhecido pelos quatro países, à
2068 importância desse processo de cooperação. As unidades nacionais que no caso do Brasil congregou
2069 todos os setores: ONGs, universidades, instituições hídricas do estado. Elas passam então a estar
2070 conformada por unidades de apoio a gestão porque a água subterrânea tem tantas instituições que
2071 tem ingerência, que tem atribuições com relação ao uso das águas subterrâneas que tem que ter
2072 esse nível de articulação para essas instituições e foi proposta uma unidade de articulação em
2073 Montevideu dos quatro países para estar apoiando o processo de integração entre os quatro
2074 instrumentos selecionados. Foram priorizados quatro instrumentos de gestão. O instrumento do
2075 sistema de informação, de monitoramento e modelagem, o comitê dos pilotos de fortalecimento de
2076 ação local e o comitê de difusão e capacitação. Então é o que eu falei. Esse processo só foi possível
2077 desenvolver o modelo em Ribeirão Preto, se fosse um vereador a propor talvez ele fosse chamado
2078 de louco, propor um modelo matemático de funcionamento do Aquífero Guarani em Ribeiro Preto.
2079 Mas dentro do projeto esse projeto de cooperação proporcionou tudo isso. O desenvolvimento
2080 concreto a partir da cooperação regional. Cada um dos países tem atribuição nesse processo, tem
2081 responsabilidades nesse processo. O sistema de informação além da comissão do sistema de
2082 informação que é integrada por representantes da ANA no caso do Brasil e das outras instituições
2083 de informação hídrica nos países ele vai contar com o apoio operacional da Argentina. Esses
2084 softwares ficam velhos, em cinco anos esses softwares ficam velhos. Não é verdade? A máquina
2085 nem pensar, a rede de monitoramento, quem vai capitanear esse processo é o Brasil para que esses
2086 180 poços possam ser até mais, São Paulo já se manifestou, o Estado de São Paulo já se manifestou
2087 oficialmente que inclui todos os poços da rede de monitoramento de São Paulo dentro da rede do
2088 Guarani. É uma manifestação oficial já do Estado de São Paulo para isso. No caso cada um dos
2089 pilotos vai ser apoiado por um país, nessa fase de transição. O Brasil apoiará Ribeirão Preto. O
2090 Uruguai vai apoiar Rivera Santana. Capacitação e Difusão: vai ser apoiado pelo Paraguai.
2091 Fundamental esse processo de desenvolver capacitação e difusão não só no Paraguai, em todos os
2092 países. E o funcionamento da oficina. Essa oficina de articulação que vai funcionar no Uruguai, o
2093 Uruguai é a sede, mas já conta com recursos financeiros do Paraguai, do Brasil e da Argentina.
2094 Então esses são os principais desafios. Estou encerrando. Esse é o último slide. Esses são os
2095 principais desafios que é implementar todo esse material que foi escrito, todo esse PEA, todas
2096 essas ações que os países elaboraram conjuntamente com a representação das unidades nacionais
2097 de execução do projeto trabalharam transformar isso em realidade. Esse é o processo que se abre a
2098 partir de agora. Esse é o desafio que está colocado para os países. Essas foram às instituições
2099 responsáveis pela implementação do processo do projeto de execução dele e nessa página então
2100 todas essas informações estão disponíveis. Muito obrigado Vicente. Obrigado a todos. **Sr. Vicente**

2101 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, Amore, fique aqui conosco à mesa. Eu
2102 gostaria então de renovar os convites para que o Sr. José Machado, Diretor Presidente da Agência
2103 Nacional de Águas, tome assento, bem como, Marcelo Jorge Medeiros. Luiz Amore também.
2104 Agradecer imensamente a exposição, apesar de ter sido um pouco mais dos que os vinte minutos.
2105 Só deixar aqui um lugar para o Ministro quando ele retornar. Eu gostaria então de inicialmente
2106 passar a palavra para o Marcelo Jorge Medeiros, representante aqui do Serviço Geológico do
2107 Brasil, CPRM. Por favor, Marcelo. Por favor, Ministro. **Sr. Marcelo Jorge Medeiros. (CPRM).**
2108 Boa tarde a todos. Meus colegas de mesa, senhores conselheiros. Para nós não só como instituição
2109 de governo, mas como instituição de pesquisa é uma grande satisfação participar desse tipo de
2110 programa. Nós somos uma instituição de pesquisa, nós geramos conhecimento e dado básico para a
2111 sociedade e quando você vê um programa que gera tanto produto como políticas públicas de uso e
2112 conservação isso é a concretização da missão de uma entidade de pesquisa. E participar desse
2113 projeto não apenas na geração de dado da área direta do Guarani, nesse projeto a gente participou
2114 com a grande maioria dos dados, não só dados de posse, mas mapas geológicos, mapas
2115 hidrogeológicos, isso também tem levado a gente a participação em outros fóruns internacionais,
2116 que na América do Sul o Brasil é hoje indutor do conhecimento geológico. Hoje a gente não só
2117 trabalha no mapa geológico do Brasil, a gente também finaliza ano que vem o mapa
2118 hidrogeológico do país. Nós também somos responsáveis pela execução do mapa geológico da
2119 América do Sul. Isso é uma consolidação de uma capacidade técnica existente no país. A gente
2120 levar não só conhecimento aqui, mas também ao resto dos países, principalmente os quatro países
2121 do Guarani, então é um grande prazer para nós como instituição participarmos desse tipo de
2122 projeto. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Marcelo. Eu
2123 gostaria então agora de passar a palavra ao José Machado. **Sr. José Machado. (Ministério do**
2124 **Meio Ambiente).** Prezado Ministro. Eu queria cumprimentar o Marcelo da CPRM, o Luiz Amore,
2125 o Vicente, colegas conselheiros e as conselheiras. Eu acho que o Luiz Amore apresentou aqui o
2126 ponto culminante de um processo extremamente rico de trabalho e temos hoje uma ferramenta
2127 muito poderosa nas mãos que é o plano de ação estratégica para a proteção deste aquífero tão
2128 importante para os nossos países e em particular para o Brasil. Então me parece muito evidente do
2129 que se trata agora é de mobilizarmos energia política, sobretudo energia política para incrementar
2130 esse programa. Eu acho que agora o trabalho foi feito, o planejamento está pronto, as ações
2131 prioritárias, as responsabilidades de cada instituição, de cada país, e tendo em vista a relevância
2132 que esse tema tem o que precisa é mãos a obra, é materializarmos essas ações. Eu acho que a coisa
2133 mais frustrante para quem está na vida pública, para quem atua olhando o futuro do país, é que nós
2134 temos sido capazes de produzir planos interessantíssimos, planos extraordinários e depois a gente
2135 ter uma enorme dificuldade para implementá-lo. Então meu prezado ministro eu acho que o senhor
2136 com certeza pela sua influência pode de maneira muito clara contribuir decisivamente para colocar
2137 em prática esse planejamento. Um planejamento que foi feito com muita competência e agora nós
2138 temos ações a levarmos avante, a materializarmos e isso requer determinação, vontade de fazer. Do
2139 mesmo modo que o senhor anunciou aqui quando aprovamos o plano do Araguaia-Tocantins que
2140 agora é o cumpra-se, então agora nós estamos diante de um cumpra-se, como vamos agora inserir
2141 isso no planejamento de estado no Brasil, como vamos fazer isso entrar para dentro do processo de
2142 execução. Eu acredito que as nossas instituições estão motivadas para levar avante essa agenda. O
2143 que nós precisamos é dessa retaguarda institucional. É importantíssimo que isso está sendo
2144 apresentado para esse conselho, senhor Ministro, o senhor vem falando nisso, todos nós aqui
2145 estamos falando nisso, eu acredito que é uma vontade coletiva aqui de que este conselho seja
2146 realmente o centro importante de incremento das políticas de recursos hídricos, como órgão
2147 máximo do sistema. Então eu acho que a apresentação que o Luiz fez é muito revelador de algo
2148 muito possível de ser realizado. É claro que são quatro países, cada país não é a mesma coisa,
2149 alguns países ainda estão se instrumentalizando para fazer a política de recursos hídricos, mas nós
2150 temos que fazer a nossa parte, o Brasil tem que fazer a sua parte e jogar o seu papel de liderança

2151 nesse processo. O papel de liderança do Brasil é indiscutível e nós temos que exercitá-lo. Então
2152 estou muito feliz de estar aqui e vendo que as coisas caminharam e depois de 6 anos de trabalho
2153 nós temos algo muito concreto como guia para a nossa ação concreta. Muito obrigado. **Sr. Vicente**
2154 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado José Machado. Eu gostaria
2155 agora de passar a palavra ao nosso Ministro Carlos Minc. Só ressaltando Ministro conforme
2156 orientação que o senhor já havia passado para a Secretaria de que dada a importância e a relevância
2157 do tema, os quatro países na última reunião havida do PSAG tiveram como entendimento o
2158 prosseguimento desse trabalho em conjunto. E os países cada um buscou prestar a sua colaboração
2159 para a manutenção de uma secretaria de transição com vistas à obtenção de recursos no futuro para
2160 a manutenção de um programa estruturado que dê continuidade a esse programa que ora se
2161 encerra. O Ministério fez então o depósito de 90 mil dólares para manutenção dessa secretaria. A
2162 mesma contribuição foi feita pela Argentina. Foi utilizado o tratado da Bacia do Plata, o
2163 SICPLATA como o veículo para recepcionar esses recursos do Brasil e da Argentina e o Uruguai e
2164 o Paraguai na medida das suas possibilidades também estão prestando apoio à manutenção dessa
2165 secretaria de transição, vai ter uma reunião agora dia 5 em Buenos Aires para continuidade do
2166 projeto do Aquífero Guaraní nessa natureza de transição. Foi um acordo de solidariedade entre
2167 todos os países dado o reconhecimento do trabalho que foi desenvolvido, bem como a necessidade
2168 da sua manutenção. Então passo agora a palavra ao Ministro Carlos Minc. **Sr. Ministro Carlos**
2169 **Minc Baumfeld. (Ministro de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CNRH).** Na verdade
2170 nós temos muito material riquíssimo aqui, o Machado já levantou a palavra de ordem do cumpra-
2171 se. Eu digo o seguinte, Machado, de acordo, está topado aqui o compromisso, mas com uma pré-
2172 condição. Normalmente para você fazer um cumpra-se bem sucedido uma série de estudos, eles
2173 têm que ser traduzidos em coisas assim, quatro ou cinco medidas importantes que as pessoas
2174 entendam; os governantes, os prefeitos, a população: - olha pessoal tem um monte de gente boa
2175 estudando isso há muito tempo em vários países, centros de pesquisa, universidade,
2176 monitoramento, isso leva tempo e dinheiro, é complicado, mas a conclusão que se chegou é: para
2177 isso não colapsar, para isso ter longa vida, para isso servir para gerações e gerações, nós temos que
2178 entre outras tomar as seguintes medidas, 1, 2, 3, 4, 5. Isso exige gente, recursos, prioridade e que
2179 outros programas não solapem isso, como foi mostrado naquele mapa que eu fiquei abismado. Não
2180 é que eu não saiba disso, mas cada vez que você vê você não deixa de ficar... Qual era cobertura
2181 das fontes de proteção e reabastecimento do aquífero no ano 70 e no ano 2007. Eu não fiz a conta
2182 percentual, mas a olho nu em matéria de qual era a cobertura dessa área em 70 e qual passou a ser
2183 37 anos depois, a impressão a olho nu que dá é que sobrou 20%. Não sei se você fez a conta no
2184 papel, mas deve ser uma coisa dessa ordem. Eu acho que esse tipo de questão deve ser discutido
2185 inclusive na discussão do Código Florestal entre outras, eu não vou dizer só essa. Essa é chocante,
2186 é verdadeiramente chocante, e qual é o efeito que uma questão como essa pode ter nas recargas?
2187 Qual é o efeito que pode ter nas recargas uma área que tinha x de cobertura e que em 37 anos
2188 perdeu 80% dessa cobertura? Boa coisa não deve ser. Eu não sei se a gente já fez a conta de quanto
2189 essa perda de cobertura afeta recarga, mas teria talvez uma conta a ser feita. Eu não sei se os
2190 nossos modelos podem... Porque isso é importante a gente dizer: - fizemos isso, a implicação disso
2191 na recarga é tal. Uma coisa... Então Machado está aceita a sua posição, o Ministério vai cair dentro
2192 fortemente, mas para que isso tenha objetividade maior, produtividade maior, impacto maior, esse
2193 conjunto de mapas, estudos, fontes, dados, procedimentos têm que ser traduzidos em quatro ou
2194 cinco questões básicas que exijam tal cuidado, tal recurso, tal procedimento, tal atuação. Em cima
2195 disso é que vai se fazer o cumpra-se. Eu aproveito o Luiz Amore me entregou aqui as fontes, na
2196 verdade são as fontes de todo o sistema de informação sobre o aquífero, e eu queria passar então
2197 para a ANA essas fontes, Machado receba. Não fui eu que fiz, mas estou honrado em passar as
2198 suas mãos, e para o CPRM também a fonte de toda a informação do Aquífero. Naturalmente eu
2199 fico com uma também para levar lá para o Ministério. E também tem aqui uma série de
2200 documentos e publicações que pelo que está me informando o Vicente vão ser distribuídas para

2201 todos os conselheiros e para as conselheiras, mas simbolicamente passo também as mãos do
2202 Machado, só mencionando, antecipando o que vocês vão receber. Então essa publicação é do
2203 Uruguai, Fundo Guarani da Cidadania, Capacitação Docente, Educação, Aquífero Guarani. Isso
2204 aqui é um. Esse aqui é Paraguai, Manual de Educação Ambiental, “Conociendo el Aquífero
2205 Guarani”. Está escrito também em Guarani que é a língua predileta do José Machado. Esse aqui:
2206 Conversando sobre o Aquífero Guarani, suponho que seja nosso. ABAS. Então Renato Blate,
2207 Maria Anunciação Pinheiro, Antonio Brant, Prudêncio Rodrigo de Castro, Editora Entre Linhas.
2208 Conversando sobre o Aquífero Guarani. Está ganhando várias prendas aqui. Esse é a mesma coisa,
2209 Aquífero Guarani, Educação Ambiental para sua preservação na região do Planalto dos Guimarães,
2210 que, aliás, eu conheço bem e é uma maravilha a ser cuidada. O outro aqui: Por que proteger o
2211 Sistema Aquífero Guarani? As Águas subterrâneas. É Argentino. Ofélia Marta (inaudível), Monica
2212 (inaudível). Centro de Proteção a natureza, etc., Argentina. E agora El poder de la comunicacion
2213 por el agua. Jornalistas e ambientalistas de vários países, Argentina, MERCOSUL, todos
2214 participaram. Então está aqui o Poder da Comunicação pela água. Isso aqui já foi. É um jogo?
2215 Então abre aqui para a gente ver o que é. Todo mundo antecipar aqui as prendas de alto poder
2216 ecológico que vão receber. Vamos ver o que nos traz esse... Isso são kits para fazer aqueles jogos
2217 de memória de criança e tal. E aqui está a explicação do jogo. É um daqueles jogos de avance
2218 tantas peças: Movido por el Guarani. Você começa em Concórdia do Salto, Itapuá, Ribeirão Preto,
2219 Rivera, Santana do Livramento. É para entrar nas escolas, na criançada e tal. Você que como eu
2220 embora seja maduro não despreza as práticas da adolescência e da infância ganha também o jogo
2221 para ver se você consegue chegar ao fim sem poluir todo esse aquífero senão volta para trás e ainda
2222 cai no esgoto sem tratamento. Bem, amigos, eu vou ter que partir para outras atividades aqui. Vou
2223 ser sempre informado aqui dos passos seguintes do Conselho e naturalmente também vamos
2224 informando vocês dessas nossas tentativas de cumpra-se quer do Plano Araguaia-Tocantins, que é
2225 a bola da vez. Como eu disse deve haver essa semana uma reunião ministerial com o presidente
2226 sobre isso que era agora... Porque as pessoas ficam um ano, dois anos, três anos, estudando,
2227 pesquisando, viaja, reúne, não tem conclusão sobre uma coisa; chegam a um acordo sobre
2228 metodologia não tem dinheiro para fazer pesquisa, consegue e aí vai e volta, passa mais alguns
2229 anos, aí conclui e tem um instrumento poderoso, está mapeado, como é que é de onde vem, aqui
2230 sai descarga, aqui entra carga, aqui estava coberto, em Ribeirão baixa 60 metros o que fazer como
2231 fazer.. Quando você realmente sabe como é que aquilo funciona, como proteger, o que ameaça o
2232 problema é que o resto do mundo não tem uma idéia do esforço que foi para chegar aí, de quanta
2233 gente, quantas instituições, quantas reuniões, quantos recursos. E aí eu acho que o mínimo de
2234 responsabilidade é você tirar as consequências disso. Quer dizer, o recurso foi feito, o recurso foi
2235 obtido, o recurso humano foi entregue, os resultados foram testados, as pessoas estão de acordo.
2236 Não há pelo que eu entendi divergências estratégicas entre os países, entre as instituições, entre os
2237 cientistas e pesquisadores, então pelo que eu entendi, nós temos um bom mapeamento dos nossos
2238 potenciais, de recursos estratégicos isso pode fornecer para a população e para os países, quais são
2239 os riscos, as ameaças, os riscos de má gestão de contaminação, e o que fazer. Quer dizer, não usar
2240 isso eu acho que seria uma coisa quase criminosa, seria você desperdiçar anos e anos de equipes e
2241 equipes, recursos e recursos e colocar em xeque, colocar sob risco um potencial dessa ordem de
2242 grandeza, dessa importância estratégica. Então cabe a nós governantes se tivermos juízo, levar
2243 adiante essa recomendação e prestar contas em primeiro lugar para o Conselho e depois para a
2244 sociedade do que está sendo feito para levar adiante as recomendações produto de tanto trabalho e
2245 tantos anos. É o que nós vamos tentar fazer com o vosso generoso e solidário apoio. Tenho que ir,
2246 mais uma vez saudações ecológicas, boa continuidade do trabalho e depois eu quero que você me
2247 dê um joguinho como esse que eu dei para o Machado aqui, porque eu fiquei sem nenhum aqui na
2248 mão. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Ministro. Eu
2249 gostaria de saber se há alguma dúvida, alguma questão que algum Conselheiro julgue relevante
2250 fazer rapidamente para que o Luiz Amore possa responder se há alguma dúvida. A Rosa tinha

2251 levantado um questionamento a respeito da entrega dos equipamentos em relação aos estados
2252 brasileiros. Pois não? Por favor, use o microfone e rapidamente vamos vencer esse tema tão
2253 importante. Eu queria dizer o seguinte, terão direito a sacolinha todos aqueles conselheiros e as
2254 conselheiras com crachá e que entregaram o seu formulário devidamente preenchido. Vocês
2255 pensaram que ia sair batido não é? Vai olhar, tem formulário leva sacolinha, não entregou o
2256 formulário não leva o conjunto das publicações. Existe mais uma publicação que é o Fundo da
2257 Cidadania do Projeto Aquífero Guarani que seria lançado, eu não sei se teríamos mais um
2258 exemplar. **Sr. Luiz Amore. (Secretário Geral do Projeto de Proteção Ambiental e**
2259 **Desenvolvimento do Sistema Aquífero Guarani).** A pergunta dela era: se cada conselheiro vai
2260 receber toda essa informação em um CD ou vai receber um livro. Os conselheiros poderão receber
2261 os dois. Houve um atraso no processo de impressão que está na gráfica, todo esse material está na
2262 gráfica, quem venceu a concorrência da impressão é uma empresa aqui de Brasília, esse processo
2263 está na gráfica, mas houve um atraso e vai estar pronto no final dessa semana. Então para a
2264 próxima reunião do Conselho esse material vai estar disponível, tanto em papel, é uma publicação
2265 de 411 páginas que é o Programa Estratégico de Ação do Aquífero Guarani e ele vai estar
2266 disponível também de forma digital, um CD na contracapa. Também na página do projeto vão
2267 estar disponível todos os capítulos do plano estratégico para que os interessados possam baixar a
2268 informação digital via web. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
2269 obrigado. Mais algum conselheiro tem alguma dúvida? Rosa? A Rosa havia feito o questionamento
2270 a respeito da destinação dos equipamentos não é isso? Destinação e entrega dos equipamentos para
2271 as unidades nacionais. Por favor, Luiz Amore. **Sr. Luiz Amore. (Secretário Geral do Projeto de**
2272 **Proteção Ambiental e Desenvolvimento do Sistema Aquífero Guarani).** Sobre a entrega. Os
2273 equipamentos foram entregues a todos os estados, agora o que precisa é a formalização. Cada
2274 instituição gestora de recursos hídricos do estado recebeu uma máquina, uma central, um terminal
2275 específico que tem instalado o (inaudível), tem instalada uma série de softwares básicos de
2276 funcionamento desse sistema e o sistema está sendo instalado pela Agência Nacional de Águas,
2277 está em processo de instalação dele e replicação nos quatro países para que seja feita a instalação e
2278 replicação nos oito estados brasileiros. Também está se integrando a esse processo a CPRM com o
2279 SIAGAS, então todo o sistema ele é integrado. O repasse, a formalização da entrega das máquinas
2280 a gente vai fazer, a Organização dos Estados Americanos vai enviar uma carta ao Secretário Dr.
2281 Vicente doando esses equipamentos para o Brasil. Através dessa carta de doação que a
2282 Organização dos Estados Americanos vai enviar ao Vicente, o Vicente então vai fazer uma carta de
2283 repasse desses equipamentos aos estados que já tem esses equipamentos instalados, mas vão ter
2284 então a propriedade, o documento de propriedade dos equipamentos. Ok? (Intervenção fora do
2285 microfone). Sim, ele é acessível por uma interface web a todos os usuários, não depende de
2286 nenhum sistema proprietário ou nenhum software público ou nada do tipo. Ele funciona
2287 independentemente do sistema que está sendo usado porque ele funciona sobre uma base de
2288 internet. Então ele não depende de sistemas. As instituições para inserção da informação sim
2289 depende de sistemas, mas elas estão recebendo todos esses programas para poderem operar o
2290 sistema a nível do estado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Mais
2291 alguma dúvida? Não havendo eu queria então agradecer imensamente ao Luiz Amore, pela
2292 dedicação, pela apresentação, por todo o trabalho que foi realizado e em seu nome cumprimentar
2293 todos aqueles que militaram nesse precioso projeto para os países. Muito obrigado Luiz Amore. Eu
2294 queria dizer que apesar de poucas pessoas circularem aqui na mesa, foi esquecido aqui um Genius.
2295 É seu? Vamos sortear. Só para quem entregou o formulário. O horário Marley? Por favor, vamos
2296 retomar. 04h15min. Nós não temos o hábito de dar uma paradinha? Vocês entendem que era
2297 oportuno dar uma parada? Não? Segue adiante. Isso que é plenário. Todo mundo que está
2298 assistindo vocês precisavam ver a manifestação aqui do plenário para continuidade dos trabalhos.
2299 O pessoal quer acabar tudo hoje. Então retomando os trabalhos o item 4.1 da pauta que é de
2300 submeter à resolução de proposta que cria unidade de gestão de recursos hídricos nos rios de

2301 domínio da União – UGRHs, e estabelece as diretrizes e procedimentos complementares para a
2302 criação de comitês de bacia hidrográfica, encaminhada pela comissão técnica do plano nacional –
2303 CTPNRH. Eu gostaria de convidar o presidente da câmara, o Sr. Sidnei Gusmão Agra para fazer o
2304 encaminhamento da matéria, inclusive evidentemente um rápido e breve histórico a seu respeito.
2305 Verifica se está funcionando aí Sidnei, se não estiver...**Sr. Sidnei Gusmão Agra. (Presidente da**
2306 **CTPNRH – CNRH).** Boa tarde senhor Secretário. Boa tarde senhores conselheiros e demais
2307 presentes. Mais uma vez manifesto a minha satisfação de me dirigir a esse plenário do Conselho
2308 Nacional de Recursos Hídricos, dessa vez para tratar dessa matéria relativa à proposta de resolução
2309 sobre as unidades de gestão. Então na verdade isso estava na pauta do Conselho a duas reuniões, e
2310 foi sugerido então que se promovesse uma articulação para ampliar o debate acerca do mérito da
2311 resolução das propostas e mecanismos que estavam nela inseridos. Isso se materializou através de
2312 uma oficina realizada há duas semanas no dia 14 de maio. Então a oficina aconteceu no dia 14 de
2313 maio nesse mesmo auditório aqui onde estamos reunidos hoje. Então a proposta de resolução ela é
2314 oriunda da ANA e ela foi discutida em duas câmaras técnicas antes de vir a plenário. Na Câmara
2315 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e também na CTIL, e depois ela veio ao plenário
2316 do Conselho. E aí então por recomendação do próprio plenário o objetivo da oficina foi ampliar o
2317 debate acerca dos méritos e dos princípios inseridos na resolução, e foi à recomendação que tal
2318 oficina envolvesse os estados da federação e até se sugeriu também os comitês já instalados de
2319 bacias hidrográficas de rios de domínio da União em que pese que esses não eram afetados
2320 diretamente pela resolução. Esse mapa é só para mostrar a participação dos estados na oficina. Há
2321 que realmente reconhecer foi um processo bastante significativo, 16 unidades da federação
2322 representadas, 15 estados mais o Distrito Federal, e formalmente ainda a presença de um comitê de
2323 bacia, representação das indústrias e representação dos geradores de energia elétrica. Pelo menos
2324 esses se manifestaram ao longo dos trabalhos daquele dia. Há uma primeira parte da programação
2325 que consistiu de três apresentações, uma apresentação do Secretário Vicente resgatando um pouco
2326 o processo de tramitação da matéria e os objetivos da oficina no contexto no qual ela se realizava.
2327 Uma apresentação minha apresentando a nota técnica da câmara do plano quando avaliou a matéria,
2328 e finalmente uma apresentação da ANA apresentando todo o processo metodológico e todos os
2329 conceitos que embasaram a formulação da proposta de resolução. Depois os debates a gente
2330 poderia dizer que foram divididos naqueles momentos ali que eu só resgatei quem participou de
2331 cada momento. Primeiro houve uma questão relativa a questionamentos de ordem mais geral,
2332 depois numa segunda parte a gente fez um exercício de como seria a aplicação dos princípios da
2333 resolução num caso real, então a gente usou muito o exemplo do Piranhas-Açu, e muitos exemplos
2334 do Paraíba-Mundaú também com a participação daqueles estados contribuindo e fazendo seus
2335 questionamentos. Houve um intervalo para o almoço. Na parte da tarde então como nem todos os
2336 estados ainda tinham se manifestado, uma vez que ficou muito restrita àqueles lá a discussão, se
2337 sugeriu então fazer uma rodada com todos os estados presentes. Todos aqueles estados se
2338 manifestaram e mais o comitê PCJ e a representação da indústria, de modo que todo mundo pode
2339 dar a sua opinião sobre o mérito da resolução, a situação que ela encontrava e a situação quanto à
2340 maturidade para fazer essa discussão e avançarmos nesse processo. Foi um debate bastante rico,
2341 ocupou boa parte da nossa tarde e ao final dessa rodada estavam claros mais ou menos quais
2342 seriam os encaminhamentos que deveriam ser tomados, o que foi feito então na terceira parte a
2343 reunião. Dentre esses encaminhamentos como eu falava, após aquela rodada de manifestação de
2344 todos os presentes, pode-se sintetizar essas falas praticamente como um consenso. Há um consenso
2345 sobre a necessidade de se ter uma base territorial para fazer avançar a gestão em bacias de rios de
2346 domínio da União, precisa haver uma explicitação de como se dá o pacto pela alocação de água,
2347 isso é um dos mecanismos que está previsto na resolução, inclusive como condição para a criação
2348 do comitê de bacia. Há dúvidas manifestadas a respeito de se deveríamos insistir nessa
2349 classificação para algumas unidades serem de interesse nacional e outras de regional e local e qual
2350 o critério para criar essa classificação e depois mesmo se precisava ver se não deveríamos deixar

2351 todas no mesmo patamar. Todo mundo mencionava que a resolução, ou a grande maioria avançava
2352 no processo de descentralização, promovendo esse compartilhamento de responsabilidades entre o
2353 Conselho Nacional e os conselhos estaduais, algumas poucas observações relativas aos
2354 dispositivos previstos, sobretudo no artigo 5º da proposta de resolução que diz respeito a como se
2355 dá após a criação do comitê o acompanhamento das atividades do mesmo. Aí fica a dúvida se a
2356 gente não chegou lá porque o debate anterior era muito mais complexo ou se realmente não há
2357 contribuições para aquele momento. E finalmente chegou-se a conclusão que há um consenso
2358 sobre o conceito que está por trás da resolução, mas considera-se que ainda não há
2359 amadurecimento para tratar dessa matéria no plenário do Conselho Nacional. Desse modo os
2360 encaminhamentos da oficina apontam para esses quatro passos aí. Então o primeiro está sendo
2361 cumprido hoje. O presidente de câmara técnica que foi o relator da oficina apresenta o relatório da
2362 oficina no plenário do Conselho que está acontecendo agora, solicitando o pedido de retirada de
2363 pauta dessa matéria, o precisa ser endossado por um dos conselheiros uma vez que eu não o sou. A
2364 partir daí se sugere, foi sugestão da oficina, foi à conclusão da oficina de que seja formado um
2365 grupo de trabalho com a presença de alguns daqueles que participaram da oficina que vai trabalhar
2366 no aprimoramento do texto da proposta de resolução. Nesse plenário possivelmente no dia de hoje
2367 nós gostaríamos que se definisse a que instância esse grupo de trabalho fica vinculado, se pode ser
2368 um grupo de trabalho desse plenário ou um grupo de trabalho de uma das câmaras técnicas do
2369 conselho. Notadamente as duas no qual a matéria tramitou, numa das duas. E ao final das
2370 atividades então se sugere, se solicita uma nova oficina com os representantes dos estados mais
2371 uma vez para consolidar o trabalho que o GT fizer acerca do texto da resolução. Então esses foram
2372 os quatro pontos solicitados ou sugeridos pela oficina que eu materializo aqui formalizando o
2373 pedido de retirada da matéria da pauta do plenário. Esses são os membros do grupo de trabalho que
2374 foram sugeridos pela oficina, a sugestão aí também de que o grupo seja coordenado pela Martha
2375 Sugai, da região Sul, do Estado do Paraná que na oficina representava a ABRAGE e também nesse
2376 conselho? (Intervenção fora do microfone). Ok. Então a Marta como representante do Conselho
2377 Estadual do Paraná. (Intervenção fora do microfone). Não, eu acho que agora com a definição de
2378 onde o grupo fica vinculado aí ele vai ser composto formalmente, o que se espera é que aquelas
2379 pessoas participem, mas não só elas, o grupo vai ser criado na instância onde ele ficar vinculado.
2380 Se aqui no plenário ou numa das Câmaras Técnicas ele terá que ser formalmente criado na próxima
2381 reunião daquela Câmara Técnica. Como conclusão então se entende que a partir da realização da
2382 oficina pode se concluir que a mesma foi de extremo proveito, contando com a expressiva
2383 participação de unidades da federação garantindo um debate que pode gerar frutos, inclusive o
2384 aprimoramento da proposta de resolução através da composição desse grupo de trabalho e da
2385 solicitação da retirada da pauta da matéria desse conselho. Era essa a apresentação do relatório. Eu
2386 agradeço. Obrigado Secretário. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
2387 Obrigado Sidnei. Por favor, fique aqui conosco durante a apreciação dessa matéria. Matéria em
2388 discussão. Algum... Por favor, Sidnei, ela quer uma informação adicional. (Intervenção fora do
2389 microfone). **Sr. Sidnei Gusmão Agra. (Presidente da CTPNRH – CNRH).** Foram os estados
2390 presentes à oficina. (Intervenção fora do microfone). Isso. Só isso. (Intervenção fora do
2391 microfone). Não. É só um mapa para ilustrar a representação dos estados na oficina. **Sr. Vicente**
2392 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Da criação nem está aqui. Aqui são os que
2393 participaram da reunião. Algum outro comentário? Alguém gostaria de fazer uso da palavra? Então
2394 a Agência... Rosa gostaria? Por favor, Rosa. Lobato em seguida. Em seguida a Rosa você já pode
2395 se aproximar Lobato. Deixar o microfone ali no púlpito. Por favor, Rosa três minutos. **Sra. Rosa**
2396 **Maria Oliveira Machado Mancini. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo).**
2397 São duas observações rápidas. Na verdade é uma defesa que esse grupo fique vinculado ao próprio
2398 conselho porque é uma discussão que nasceu daqui. E a segunda coisa é que eu acho que nós não
2399 achamos que seja necessário fazer uma segunda oficina. Isso é custo, um custo grande, porque o
2400 deslocamento é enorme. Eu acho que deveria haver uma reunião desse grupo, não pode ficar

2401 também muito extenso senão a gente não consegue nem sequer trabalhar, basta uma reunião do
2402 grupo para se trabalhar e depois poderia circular pela internet a proposta até que chegasse aqui no
2403 conselho para evitar fazer mais uma oficina porque é mais trabalho e mais custo. **Sr. Vicente**
2404 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Lobato, depois a Conselheira
2405 também quer fazer uso da palavra, por favor. **Sr. Francisco José Lobato da Costa.**
2406 **(Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Senhor Secretário, componentes da mesa,
2407 conselheiros. Eu gostaria de fazer alguns comentários rápidos. O primeiro é que de fato esse tema é
2408 complexo e a criação desse grupo de trabalho me parece que pode levar adiante o aprofundamento
2409 dessa questão. Com o acompanhamento periódico do Conselho Nacional, com informes a respeito
2410 dos avanços que esse Conselho vai seguindo. Isso é fundamental porque se nós tivéssemos num
2411 país com a dimensão do Brasil, com a complexidade que nós temos que escolher um tema para o
2412 Conselho Nacional esse certamente seria um dos principais para fortalecer o nosso federalismo que
2413 teve uma origem diversa de países como Alemanha, Estados Unidos e tal, e que ainda precisa ser
2414 fortalecido; para fortalecer o sistema nacional pelos comentários que o Dr. Machado fez hoje pela
2415 manhã, ao transferir a responsabilidade para regiões os estados terão que responder as
2416 competências que lhes serão delegadas para gestão de recursos hídricos, portanto, seguir adiante
2417 com isso vai fortalecer os sistemas estaduais. Eu gostaria de mencionar que dificilmente nós
2418 chegaremos a uma resolução perfeita e absolutamente consensual no nosso âmbito. Em algum
2419 momento nós deveremos aprovar essa resolução e o exercício prático dela acompanhando pelo
2420 Conselho, com avaliações periódicas e ajustes periódicos é que vai permitir que a gente de fato
2421 descentralize sobre o princípio da subsidiariedade à gestão de recursos hídricos no Brasil, sem
2422 esquecer a manutenção de alguns temas bacias de âmbito nacional que aí tem que ficar de fato com
2423 a inserção do governo federal. Essas as observações. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
2424 **Executivo CNRH).** Muito obrigado Lobato. Agora a Conselheira Zita e nós vamos durante a sua
2425 fala encerrar as inscrições para esse tema. **Sra. Maria Zita Timbó. (Comitês, Consórcios e**
2426 **Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas).** A respeito da Bacia do Parnaíba que
2427 está aqui e que nós temos no Ceará uma sub-bacia do Poti Longa que é uma sub-bacia do Parnaíba
2428 que é exatamente uma bacia de domínio da União. Só que tem um critério no mapa anterior e que
2429 eu estou apenas pedindo para que isso seja revisto pelo grupo. É um critério de unidades nacionais
2430 e unidades regionais e o Parnaíba está aqui como regional. Eu não sei qual o critério que foi
2431 adotado para isso. O que é unidade nacional e o que foi unidade... Eu não sei se esse critério foi da
2432 ANA. Não entendi esse critério. Eu sei que o Parnaíba está aqui, inclusive a ANA junto com os
2433 órgãos regionais iniciou um trabalho, fez um marco regulatório nessa bacia e parou o trabalho.
2434 Então eu não entendi esse critério e por isso mesmo eu representando o Ceará gostaria de fazer
2435 parte de grupo de trabalho. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Está
2436 inscrito e acredito que possa prestar o esclarecimento que foi levantado aqui pela conselheira.
2437 Não? Então depois eu vou pedir então ao Rodrigo... (Intervenção fora do microfone). É, mas só um
2438 primeiro esclarecimento aqui... (Intervenção fora do microfone). Não precisa? Então seguindo a
2439 prudência das recomendações do plenário e em seguida constituído o grupo essa questão será um
2440 dos temas a ser tratado pelo grupo. Então o último inscrito é o Conselheiro José Machado. **Sr. José**
2441 **Machado. (Ministério do Meio Ambiente).** Primeiro porque na qualidade de Conselheiro já que
2442 foi solicitado eu encaminho pela retirada de pauta dessa matéria. Parece que isso estava sendo
2443 requisitado como uma solicitação por parte de algum conselheiro. Então eu formalizo o pedido de
2444 retirada de pauta dizendo que a ANA está muito convergente com as preocupações que foram
2445 colocadas de que ainda falta amadurecimento para que a gente possa deliberar sobre essa matéria.
2446 A segunda observação que eu gostaria de fazer é que fique definido um prazo para que essa
2447 matéria venha para deliberação. E aí me parece que o prazo que seria razoável seria a próxima
2448 reunião do Conselho. Eu não sei para quando está marcada a reunião ordinária. Daqui a dois
2449 meses? Segundo semestre, então eu acho que há tempo suficiente para que essa matéria seja
2450 devidamente preparada para deliberação do Conselho na sua próxima reunião. **Sr. Vicente Andreu**

2451 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito bem. Então feitas às observações então nós temos
2452 aqui os encaminhamentos com relação à chamada retirada de pauta, vou falar rapidamente sobre
2453 ela, a constituição do grupo de trabalho com duas recomendações, de circular o trabalho pela
2454 internet após a construção da proposta bem como o acompanhamento pelo plenário. E depois uma
2455 sugestão, nós vamos ter que ter aqui alguma resolução a respeito do prazo para que o assunto
2456 retorne para apreciação deste plenário. Está bem? Eu fui corrigido pelo Marley de que a
2457 formalidade da retirada de pauta do ponto de vista do nosso regimento e uma vez que essas
2458 matérias têm que ser solicitadas no início da reunião e que ninguém o fez, formalmente não
2459 compete o título de retirada de pauta. Mas é possível que esse plenário faça a devolução dessa
2460 proposta ao GT a ser constituído dentro da respectiva câmara técnica. Para mim que sou leigo é
2461 quase a mesma coisa, mas para os advogados faz uma diferença bastante grande. Então respeitando
2462 aqui o encaminhamento do nosso causídico nós então vamos devolver à Câmara. Eu gostaria de
2463 fazer o encaminhamento da devolução à câmara já solicitando que o grupo de trabalho fosse
2464 vinculado à Câmara do Plano. Alguém tem algum encaminhamento distinto desse? Solicitando
2465 também que ao final da votação desse tema as pessoas aqui, os conselheiros e as conselheiras que
2466 manifestaram interesse já conversem com o presidente da Câmara Técnica manifestando a sua
2467 solicitação para inclusão na reunião que vai discutir o tema. Então a votação que eu vou fazer
2468 encaminhando já é esse conjunto: a devolução à Câmara Técnica do Plano com a constituição do
2469 respectivo grupo de trabalho para apreciação dessa matéria. Tudo bem? Em regime de votação. Os
2470 conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a criação deste GT no âmbito da Câmara e a
2471 devolução da matéria, por favor, levantem os seus crachás. Muito obrigado, podem abaixar.
2472 Abstenções? Votos em contrário? Aprovado por unanimidade o retorno da matéria, a devolução da
2473 matéria à Câmara Técnica do Plano. Ficam aqui duas recomendações... (Intervenção fora do
2474 microfone). Depois eu queria participar, eu não consigo ouvir daqui... (Intervenção fora do
2475 microfone). Não deu tempo para você votar? (Intervenção fora do microfone). Então ficam aqui as
2476 recomendações de que dado o interesse dos estados e a necessidade de envolvimento dos estados
2477 que o material produzido circule e seja disponibilizado no *site*. E também sem perda da discussão
2478 que eu vou colocar em seguida que haja o devido acompanhamento pelo plenário como foi
2479 sugerido aqui pelo Conselheiro Lobato que não vejo agora neste momento. (Intervenção fora do
2480 microfone). Qual é o prazo? O prazo é a proposta que o José Machado coloca aqui e eu vou
2481 encaminhar em seguida. Em seguida a composição é decidida aqui também? Tem que referendar?
2482 (Intervenção fora do microfone). Não pode ser a Câmara Técnica ampliada dos conselheiros que
2483 aqui desejarem... Por favor, Marley. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao**
2484 **CNRH).** É porque o GT está sendo criado pelo plenário, então é mediante uma proposta feita pela
2485 oficina, então tem que haver uma formalização da criação deste GT aqui no plenário. E uma
2486 ratificação daquela composição, inclusive se alguém mais quiser participar, se for o caso ser
2487 incluído. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Então seguindo aqui as
2488 orientações do Marley, eu gostaria de saber quais são as solicitações de inclusão em relação ao GT
2489 já constituído? Zita. Quem mais gostaria de ser incluído? Rosa. Rio de Janeiro. Mais alguma
2490 inclusão? Não. Então Wilson, perdão eu me lembro, nós estávamos juntos no Aquífero Guarani,
2491 mas eu não me recordo, no Piauí, no comitê, perfeito. Seu nome? (Intervenção fora do microfone).
2492 Então com essas inclusões são cinco inclusões que foram feitas aqui eu coloco em votação no
2493 plenário a composição desse grupo de trabalho. Ficam esses nomes conduzidos, reconduzidos, mas
2494 as cinco inclusões aqui mencionadas em plenário, o Piauí, o Rio de Janeiro, Ceará, Wilson. São
2495 quatro. Mais o Ministério da Justiça quer fazer parte? (Intervenção fora do microfone). Já está. **Sr.**
2496 **Carlos Hugo Suarez Sampaio. (Ministério da Justiça).** Se eu não me engano SRHU e ANA
2497 também fazem parte desse grupo de trabalho ou eu estou enganado? **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
2498 **(Secretário Executivo CNRH).** Marley, a Secretaria e a ANA fazem parte do grupo? Tem
2499 representação? (Intervenção fora do microfone). **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio. (Ministério**
2500 **da Justiça).** A Coordenação é da Martha. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**

2501 **CNRH**). No âmbito da Câmara Técnica. (Intervenção fora do microfone). Então tudo bem. A
2502 Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Ok? Posso
2503 encaminhar então a aprovação desse grupo de trabalho? Esses nomes mais os quatro conselheiros
2504 aqui já nomeados, mais um representante da ANA e um representante da Secretaria. Em regime de
2505 votação. Os conselheiros e as conselheiras que forem favoráveis, por favor, levantem os crachás.
2506 Muito obrigado. Podem abaixar. Abstenções? Voto contra? Então aprovada à constituição do GT.
2507 O prazo para sua apresentação em plenário. Esse é o último ponto. Há uma proposta do
2508 Conselheiro José Machado de que esse GT tenha o tempo da próxima reunião ordinária do
2509 Conselho prevista para o mês de Agosto. Ordinária? Ordinária no final de novembro. Então são
2510 previstas mais duas ordinárias durante o ano e mais uma ordinária no final. Então se há um acordo
2511 Machado, a previsão seria na reunião ordinária, com data prevista para o mês de novembro. Isso
2512 atende a Agência Nacional de Águas, ao Conselheiro? Há uma consulta. Além de novembro tem
2513 alguma outra data? Alguém quer adiantar? Não há? Então a única proposta. A proposta de que seja
2514 na próxima reunião ordinária do Conselho e a data prevista para essa reunião do conselho é o mês
2515 de novembro. Há concordância com a proposta? (Intervenção fora do microfone). 08 de setembro
2516 está bom para todo mundo? Só para lembrar a vocês que é o meu aniversário. Podemos fixar 8 de
2517 setembro que a reunião do conselho aconteça antes? (Intervenção fora do microfone). Retirada a
2518 proposta dadas as exigências apresentadas aqui em plenário. Então na primeira reunião que
2519 acontecer no segundo semestre deste ano. Está bem assim? Na primeira reunião ordinária ou
2520 extraordinária do segundo semestre deste ano. Regime de votação. Conselheiros e as Conselheiras
2521 que tem concordância com a data de primeira reunião ordinária ou extraordinária no segundo
2522 semestre de 2009 levantem os crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Abstenções? Votos
2523 contrários? Com o registro de três votos contrários a proposta foi aprovada. Então o grupo foi
2524 constituído, aliás, o tema volta a Câmara Técnica do Plano, o grupo foi constituído com as
2525 inclusões aqui mencionadas e o prazo para sua deliberação é a primeira reunião do segundo
2526 semestre de 2009. Passamos agora ao item 4.2 da pauta que é de submeter ao plenário a
2527 deliberação de proposta de resolução que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta
2528 orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício
2529 de 2010, encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho com aprovação da Câmara Técnica
2530 de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL. Eu convido o Conselheiro João Bosco Senra que
2531 também é Diretor do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério para encaminhar a matéria.
2532 Terá dez minutos para sua apresentação. Eu convido já de antemão o Gerente de Planejamento e
2533 Orçamento da SRHU, Gilberto Xavier para nos acompanhar aqui a mesa para eventuais
2534 esclarecimentos na sequência. Por favor, João Bosco, dez minutos. **Sr. João Bosco Senra.**
2535 **(Ministério do Meio Ambiente)**. Caros Conselheiros, principalmente os conselheiros novos, está
2536 previsto no Artigo 46 da Lei 9433 em seu inciso V que a Secretaria Executiva deve elaborar o seu
2537 programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-las a aprovação do
2538 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, portanto, é uma questão legal, prevista em lei
2539 essa resolução que todo ano a Secretaria Executiva apresenta a esse plenário para sua aprovação.
2540 Esse orçamento previsto para dar apoio ao conselho Nacional, a sua operacionalização, ele vem
2541 sendo construído e aperfeiçoado a cada ano fruto das demandas que o próprio Conselho demanda,
2542 traz para a Secretaria seja de apoio as reuniões plenárias, apoio às reuniões das câmaras técnicas, a
2543 eventos organizados para debater os temas que são julgados importantes e enfim, os recursos
2544 previstos eles são distribuídos dessa maneira. Assim também como o apoio ao pagamento das
2545 passagens do setor da sociedade civil ao Conselho, então ele é distribuído dessa maneira. Então o
2546 orçamento todos vocês receberam a deliberação e uma série de questões que estão aí no anexo e
2547 que vai dizendo, eu não vou me estender aqui, mas é que são tarefas definidas pelo próprio
2548 Conselho em relação ao dia a dia da equipe. A nossa equipe no Conselho Nacional de Recursos
2549 Hídricos é que acompanha cada câmara técnica, faz as atas, faz a convocação, colabora com o
2550 presidente da câmara técnica no processo de convocação dessas reuniões, que dá os

2551 encaminhamentos colocados. Todo o procedimento de cada resolução dessas depois é processado e
2552 vai à consultoria jurídica para a publicação, ao ministro para assinar para sua publicação, então
2553 toda essa demanda desse procedimento para fazer com que essas resoluções aqui definidas
2554 efetivamente cheguem aos devidos lugares. E também a questão da própria manutenção do site do
2555 Conselho para que as informações elas possam chegar também a toda sociedade brasileira. Então a
2556 proposta orçamentária apresentada ela contempla a parte de pessoal, quanto se gasta de diárias e
2557 passagens, tem uma discriminação mais no final, serviços gráficos porque às vezes há algum
2558 folheto que precisa ser produzido, há produção das normas legais que sempre há uma necessidade
2559 de ser atualizada, a gravação de todas as reuniões que não só da plenária, mas também das câmaras
2560 técnicas, e algum apoio a alguns eventos. Então dá esse total de 1.150.000, que nós apresentamos
2561 que é o recurso que em aprovado por esse conselho vai ser submetido na lei orçamentária para que
2562 o Ministério encaminhe ao Ministério do Planejamento para ser aprovado na lei orçamentária do
2563 próximo ano. Eu só queria fazer uma pequena, foi uma pergunta que o Conselheiro João Clímaco
2564 fez. Ele perguntou como é que se operacionalizava porque às vezes algum conselheiro a passagem
2565 vem e de onde saia o recurso porque a gente usa às vezes o acordo de cooperação técnica com a
2566 OEA. Na verdade é esse mesmo recurso. É recurso da União, apenas usamos o acordo de
2567 cooperação técnica para facilitar e dar agilidade em algumas atividades, ou seja, um evento ou
2568 mesmo essas passagens. O recurso é o mesmo, a fonte é a mesma, então aprovando essa proposta,
2569 essa proposta que é encaminhada é do Orçamento Geral da União; não é nenhum aporte de uma
2570 entidade internacional dessa maneira como ele estava compreendendo nessa perspectiva. Eu só
2571 queria fazer esse esclarecimento em função dessa pergunta que ele nos fez anteriormente. É isso.

2572 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Por favor, fique
2573 conosco João Bosco. Antes de abrir ao plenário para colocar a matéria em discussão um informe
2574 importante. Houve como todos acompanharam pela imprensa, houve um contingenciamento de
2575 recursos do governo federal e esse contingenciamento atingiu o Ministério e atingiu também a
2576 nossa Secretaria. O contingenciamento é da ordem de 53% é isso? 53%, 57%, 43% estão
2577 disponíveis para empenho, porém há uma decisão política da Secretaria, uma vez que cabe a
2578 Secretaria alocar tanto o empenho quanto de que forma esse contingenciamento vai se expressar
2579 dentro do nosso orçamento, e do ponto de vista da decisão política é de manter na íntegra todos os
2580 recursos previstos para a manutenção e funcionamento do Conselho Nacional. Isso implicará
2581 internamente na Secretaria que algumas áreas terão valor contingenciado ou até algumas ações não
2582 serão executadas nesse ano, mas do ponto de vista político do Ministério e da Secretaria a
2583 continuidade do funcionamento integral do Conselho Nacional foi definido como prioritário e por
2584 isso esses recursos não terão contingenciamento. Está ok? E o valor, o João Bosco está adiantando,
2585 o valor foi o valor aprovado para o ano de 2009, aprovado em 2008. Então abertas às inscrições.
2586 Matéria em discussão. Em não havendo inscrição eu vou encaminhar rapidamente a sua aprovação.
2587 Então em regime de votação. Todo mundo está votando, ajudando a Rosa a votar. Então em regime
2588 de votação. Os conselheiros e as Conselheiras que são favoráveis a essa proposta que aprova o
2589 programa de trabalho e a proposta orçamentária para 2010, por favor, levantem os seus crachás.
2590 Muito obrigado, podem abaixar. Abstenções? Votos em contrário. Então aprovado por
2591 unanimidade o programa de trabalho e a proposta orçamentária para 2010. Muito obrigado.

2592 Passamos agora ao item 5.1 da pauta que trata de moção. A moção recomenda a formação de uma
2593 estrutura nacional para de forma continuada... João Bosco, meninas, por favor. Recomenda a
2594 formação de uma estrutura nacional para de forma continuada e articulada em especial com os
2595 estados abrangidos pelo Aquífero Guarani, coordenar e acompanhar o processo de cooperação
2596 nacional e regional, e as ações e atividades geradas pelo projeto de proteção ambiental e
2597 desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani, PSAG. Ela foi encaminhada pela
2598 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Eu convido então o presidente da Câmara Técnica de
2599 Águas Subterrâneas, o Sr. Everton Luis da Costa Souza para encaminhar a matéria por até dez
2600 minutos para sua apresentação inicial. **Sr. Everton Luis da Costa Souza. (CTAS – CNRH).**

2601 Muito obrigado senhor Secretário. Boa tarde a todos. Agradecer a oportunidade de vir aqui trazer
2602 uma contribuição da CTAS com relação às atividades, a continuidade das atividades do Projeto
2603 Sistema Aquífero Guarani. A minha tarefa eu acredito que foi bastante facilitada tendo em vista a
2604 apresentação que o Luiz Amore fez onde ele apresenta muito claramente os quatro instrumentos
2605 que nós entendemos dentro da Câmara Técnica que exigem essa organização; essa reorganização
2606 do que seria a antiga unidade nacional de execução do projeto, com os seus rebatimentos nos oito
2607 estados brasileiros. Essa é uma das moções, então que se crie realmente essa estrutura e possa
2608 efetivamente de forma articulada com os estados acompanhar os trabalhos relativos ao sistema de
2609 informações, eu acho que está todo mundo com a apresentação do Luiz Amore bem acesa.
2610 Inclusive eu tinha preparado uma apresentação que alguns dos slides que eu utilizaria estavam
2611 dentro da apresentação dele, e foi ótimo esse atraso no fim das contas para a nossa defesa da
2612 moção. Então uma das moções diz respeito a essa estrutura articulada que deve tratar do sistema de
2613 informações; deve tratar da rede de monitoramento, particularmente dos dois pilotos que dizem
2614 respeito ao Brasil, Ribeirão Preto e Santana do Livramento e Rivera, e também no que diz respeito
2615 ao que entendemos de suma importância que é a questão da difusão e capacitação; que é uma
2616 vertente também, uma ferramenta que o projeto também nos deixa como herança. Então a gente
2617 entende que o exercício nesses anos todos da unidade nacional com os seus rebatimentos nas
2618 unidades estaduais, com as composições plurais dessas unidades estaduais também, contribuíram
2619 de uma forma bem acentuada com os resultados que o projeto apresentou e que teve sua conclusão
2620 agora em janeiro de 2009. A outra moção diz respeito ao que nós entendemos dentro da Câmara
2621 Técnica que seria, vamos dizer, o fortalecimento de investimentos de ciência e tecnologia em
2622 projetos estratégicos dentro do Aquífero Guarani que fossem de interesse de detalhe, de interesses
2623 mais locais. Compreendemos todos à importância que o projeto teve e a importância dos resultados
2624 que ele nos apresenta hoje, infelizmente uma parte dos trabalhos ainda não puderam ser entregues,
2625 mas estão sendo disponibilizados aí na sequência, mas, no entanto, a escala de trabalho, a escala
2626 regional que atenderia os oito estados e os quatro países ainda não atenderia problemas mais locais,
2627 problemas mais de detalhe mesmo, escala de detalhe de trabalho. Então nós entendemos que o
2628 Ministério de Ciência e Tecnologia com os fundos estaduais de meio ambiente, recursos hídricos,
2629 as fundações estaduais de ensino e pesquisa podem perfeitamente direcionar recursos para essa
2630 finalidade. Então de uma maneira conjunta eu tentei fazer a defesa porque é assim que nos
2631 expressamos inclusive na nota técnica buscando realmente valorizar essa questão da continuidade
2632 dos instrumentos que o projeto nos deixa como herança. E também esse aspecto da escala de
2633 trabalho que o projeto concluiu e que em determinadas situações mais locais nós particularmente
2634 no Paraná temos situações de certa complexidade e que demanda estudos mais locais para que haja
2635 um melhor entendimento do Aquífero como um todo. Então eu me coloco à disposição para
2636 esclarecimentos. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado
2637 Everton. Por favor, fique aqui conosco. Então eu conversei um pouco aqui, você já fez o
2638 encaminhamento das duas? **Sr. Everton Luis da Costa Souza. (CTAS – CNRH).** Permita
2639 Secretário. Justamente porque na nota técnica nós fizemos essa abordagem das duas tendo em vista
2640 que os assuntos se interrelacionam, é muito mais dada ênfase na nota técnica à criação da estrutura
2641 articulada por conta dos quatro instrumentos que o projeto nos deixa e a vinculação da segunda
2642 moção diz respeito exclusivamente à questão da escala de trabalho. Quer dizer, o Projeto Aquífero
2643 Guarani nos dá um conhecimento numa escala regional, o que nós estamos procurando com essa
2644 moção é incentivar estudos locais que proporcionem um melhor entendimento do Aquífero em
2645 situações localizadas. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Você
2646 recomenda que as falas possam ser, porque formalmente eu tenho que colocar moção por moção
2647 em discussão. Eu vou encaminhar a votação moção por moção que é como o regimento prevê, mas
2648 caso as inscrições desejem tratar de um ou de outro tema as falas serão livres e depois no
2649 encaminhamento eu faço moção por moção a partir das contribuições eventuais dos conselheiros
2650 ou das conselheiras. Ok? Caso desejem pode falar sobre qualquer uma das moções dos itens 5.1 e

2651 5.2 da pauta e depois nós fazemos o encaminhamento das respectivas moções. Em discussão.
2652 Inscrições? Não havendo inscrição. Eu recebi agora a pouco a recomendação de que eu não estou
2653 vendo o fundão para votar. O fundão não está se inscrevendo também não? Em não havendo
2654 nenhuma inscrição eu vou encaminhar. Em votação a proposta de moção que recomenda a
2655 formação de uma estrutura nacional para de forma continuada e articulada em especial com os
2656 estados abrangidos pelo Aquífero Guarani coordenar e acompanhar o processo de cooperação
2657 nacional e regional, e as ações e atividades geradas pelo projeto de proteção ambiental e
2658 desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani. Em regime de votação. Conselheiros e
2659 as Conselheiras que são favoráveis a essa proposta de moção, por favor, levantem os seus crachás.
2660 Muito obrigado. Podem abaixar. Abstenções? Não há abstenção. Votos contrários? Também não
2661 há nenhum voto contrário. **Sr. Everton Luis da Costa Souza. (CTAS – CNRH).** Secretário, só
2662 uma questão que eu achei que poderia até ser levantada por alguns dos conselheiros. Houve aqui a
2663 moção, a proposta de moção que trata da estrutura nacional articulada e continuada ela tem um
2664 erro na ementa. É um erro de digitação. Na verdade é acompanhar... Na ementa porque na moção
2665 em si ela está correta. É acompanhar o processo de cooperação nacional e regional e não o
2666 processo de coordenação. Então se a gente fizer uma comparação com a própria moção que está no
2667 final à moção está correta que fala em acompanhar o processo de cooperação nacional e regional.
2668 Foi um erro de digitação mesmo na ementa. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
2669 **CNRH).** Com essa observação apresentada pelo presidente da Câmara... Pois não Wilson? É sobre
2670 o tema? **Sr. Wilson.** Só uma observação sobre o tema. Eu volto a insistir no destinatário das
2671 moções. Está aí ao Ministério, então ou a gente encaminha ao Ministro, porque moção ao
2672 ministério eu acho que fica meio complicado, eu acho que a gente tem que identificar a pessoa a
2673 quem se dirige a moção. É só essa correção. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
2674 **CNRH).** Tudo bem Everton? Então com essa precisão, é moção ao Ministro. Muito bem. Aos
2675 ministros. Ministério de Relações Exteriores... Eu não vou refazer a votação dado o nível de
2676 aprovação do plenário. O item 5.2 da pauta também apresentado pela Câmara Técnica de Águas
2677 Subterrâneas, que trata da recomendação... Recomenda a aplicação de investimentos em ciência e
2678 tecnologia para conhecimento estratégico das potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades
2679 do Sistema Aquífero Guarani, no âmbito dos estados abrangidos pelo Aquífero. Em regime de
2680 votação. Conselheiros e as conselheiras que são favoráveis a essa moção, por favor, levantem os
2681 seus crachás. Muito obrigado. Abstenções? Votos contrários? Aprovada por unanimidade. Muito
2682 obrigado Everton, muito obrigado Marley. Com isso nós vencemos a agenda proposta para o dia de
2683 hoje. Os temas que ficam para a manhã de amanhã. Inclusive mesmo tendo alguns minutos nós não
2684 teríamos condições de encaminhá-los são: o item 6 da pauta que trata da avaliação dos temas
2685 prioritários para a composição da pauta do CNRH para 2009, matéria que está sendo tabulada a
2686 partir da definição de prioridades de vocês e será apresentada amanhã. E amanhã nós teremos duas
2687 apresentações referentes à questão das mudanças climáticas, os impactos das mudanças climáticas
2688 em recursos hídricos. O primeiro o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, será apresentado pela
2689 Sra. Andréa Souza Santos, coordenadora de mudança do clima e sustentabilidade da SMCQ do
2690 MMA, e também do Professor Francisco Assis de Souza Filho que o tema será os efeitos das
2691 mudanças climáticas nas cidades litorâneas. Depois dessas apresentações teremos a sessão de
2692 informes. Então estamos rigorosamente dentro do horário, pois não João Bosco? Por favor, João
2693 Bosco. Depois eu gostaria de encaminhar ao Conselheiro José Machado para fazer o encerramento
2694 como é minha praxe aqui de que um Conselheiro faça formalmente o encerramento da reunião. Eu
2695 vou passar a palavra. Eu sempre escolho um conselheiro. Quem gostaria de fazer? O Cybis vai
2696 fazer então o encerramento da nossa reunião. Pois não João Bosco. **Sr. João Bosco Senra.**
2697 **(Ministério do Meio Ambiente).** Secretário eu queria só fazer uma solicitação. Amanhã às 14
2698 horas teremos a nossa oficina e nós prevemos na abertura dos trabalhos com a presença do
2699 Secretário, do Presidente da ANA e a gente queria uma palavrinha dos representantes dos usuários
2700 da Água, dos conselhos estaduais, das organizações civis e dos comitês de bacia. Eu gostaria que

2701 os setores pudessem definir quem pode representá-los nessa mesa de abertura amanhã da oficina e
2702 amanhã cedo se puder passar o nome para mim ou para a equipe nossa da Secretaria Executiva
2703 para na abertura da oficina às 14 horas poder falar. É a oficina de planejamento estratégico do
2704 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então a gente pediria aos setores que possam conversar
2705 entre si e amanhã se possível trazer o nome de quem vai representar nessa mesa de abertura os
2706 usuários de água, os conselhos estaduais, as organizações civis e os comitês de bacias. Era isso. **Sr.**
2707 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Lembrando que só tem
2708 prenda quem entregar o formulário e ainda têm conselheiros que ainda não entregaram. Então, por
2709 favor, Cybis para o encerramento da sessão de hoje do Conselho Nacional. Cybis. **Sr. Luiz**
2710 **Fernando de Abreu Cybis. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Conforme pedido.
2711 Eu acho interessante a gente fazer antes de mais nada uma rápida consideração que pode demorar
2712 uns 15 a 20 minutos, vocês não se importam com isso? Essa é a primeira reunião do novo
2713 Conselho de Recursos Hídricos. E uma consideração a ser feita é que talvez seja a mais longa que
2714 eu participei até o momento. O que leva a consideração de que os assuntos do conselho estão
2715 tomando uma seriedade que necessita ser tratada com mais tempo dentro das premissas que foram
2716 estabelecidas pela nova direção dessa mesa e já foi colocada algumas vezes. Então eu me
2717 congratulo com a mesa e amanhã continuamos. É isso? **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
2718 **Executivo CNRH).** Amanhã às 9 horas todos aqui. Muito obrigado Cybis. **26 de Maio de 2008 -**
2719 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Se projetar ali eu posso acompanhar.
2720 Não precisa mais dar aquela volta. O ideal é que tivesse uma TV para que a mesa pudesse
2721 acompanhar, mas proximamente teremos essa televisão. Vamos dar início à nossa reunião.
2722 Agradecer a presença de todos. Hoje eu comentava que nós vamos ter assim uma concorrência de
2723 audiência por conta de que dois diretores da Agência Nacional de Águas estão sendo sabatinados
2724 no Congresso com vistas a sua recondução. O Bruno e o Dalvino, e algumas pessoas já tinham
2725 assumido o compromisso também de prestigiar esse evento e se encontram lá no Congresso o que
2726 vai reduzir um pouco o nosso quórum do dia de ontem que contou com 44 conselheiros. Nós
2727 cumprimos a agenda referente às questões de natureza deliberativa e a manhã de hoje ela trata do
2728 item 6 que é a avaliação dos temas prioritários para a composição da pauta que é o tema seguinte, e
2729 na sequência duas apresentações a respeito do tema mudanças climáticas e recursos hídricos. Uma
2730 é a apresentação do Plano Nacional que será feita pela Coordenadora de Mudanças do Clima e
2731 Sustentabilidade Andréa Souza Ramos da SMCQ, e a segunda apresentação Os efeitos das
2732 Mudanças Climáticas nas Cidades Litorâneas que será apresentada pelo Professor da Universidade
2733 Federal do Ceará e Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Francisco Assis de
2734 Souza Filho. Em relação ao tema que nós vamos tratar agora que é a Avaliação de Temas
2735 Prioritários para a composição da pauta era importante esclarecer que essa metodologia foi fruto de
2736 uma sugestão havida na oficina realizada no final de 2008 com os representantes, com os
2737 componentes das diversas câmaras técnicas. Então foi feita uma avaliação e um balanço a respeito
2738 do funcionamento do Conselho por esse conjunto de pessoas. Nessa oportunidade entre uma série,
2739 um elenco de sugestões, muitas delas estão sendo encaminhadas no âmbito da própria Secretaria
2740 Executiva, do aumento da relação entre os diversos segmentos que compõem o SINGREH
2741 especialmente com os estados, e um elenco grande de sugestões foi apresentada à proposta de que
2742 nós buscássemos construir uma agenda das câmaras técnicas a partir de uma decisão de plenária.
2743 Essa idéia de formulação da agenda ela tem a finalidade de fortalecer o plenário para que ele possa
2744 exercer efetivamente o seu papel de órgão máximo no sentido de ordenar e buscar priorizar os
2745 temas que o plenário considera relevantes de serem tratados pelas câmaras técnicas; e também dar
2746 uma uniformidade que fortaleça inclusive a própria agenda política do Conselho. Porque na
2747 medida em que ele delega, ele transfere às câmaras técnicas a responsabilidade sobre alguns desses
2748 temas, e isso não significa engessar ou tratar de toda a temática referente ao Conselho, esses temas
2749 definidos pelo plenário que serão tratados pelas câmaras técnicas evidentemente comporão uma
2750 agenda para o ano seguinte, uma agenda política e esses temas poderão ser aprofundados e tratados

2751 num âmbito bem maior. Então há uma idéia de que além da melhoria e da agilidade de temas mais
2752 relevantes isso também fortalece a agenda política do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
2753 Como essa sugestão foi apresentada no final do ano passado e para que nós fizéssemos um
2754 aprendizado em relação a essa sugestão, nós para o ano de 2009 ainda encaminhamos a todos os
2755 membros do conselho um formulário no começo desse ano. Eu acho que o prazo de entrega foi
2756 março, para que os conselheiros, os conselhos estaduais e os comitês de bacia apresentassem
2757 sugestões de temas que deveriam ser abordados e estudados pelas câmaras técnicas. Evidentemente
2758 que o que surgiu foi um leque amplo de sugestões de composição de pauta e aí esse elenco foi
2759 entregue a cada um de vocês no dia de ontem para que nós definíssemos um rol de prioridades.
2760 Então a partir da pontuação que cada um de vocês deu para os diversos temas nós compusemos e
2761 vai ser apresentado aqui em seguida, nós compusemos por câmara técnica, por tema e por câmara
2762 técnica uma ordem de prioridades, sendo que a nossa sugestão é que nós para o ano aqui de 2009
2763 fixássemos duas prioridades por câmara técnica, mas evidentemente essa é uma discussão a ser
2764 feita aqui no âmbito do conselho. As prioridades a serem definidas evidentemente que se buscará
2765 com que elas possam ser tratadas adequadamente e seja fruto de uma resolução, uma proposta de
2766 resolução por cada uma das câmaras técnicas para o envio ao conselho, mas evidentemente isso
2767 não é uma condição obrigatória, mas essa é a idéia. E aí aproveitando essa experiência e esse
2768 aprendizado que nós vamos fazer a respeito desse mecanismo que nós estamos usando para 2009, a
2769 ideia é fazê-lo de forma mais abrangente para o ano de 2010. Iniciando esse processo de consulta
2770 talvez ainda mais abrangente do que foi feito, em setembro, provavelmente setembro/outubro deste
2771 ano, provavelmente setembro para que a gente tenha tempo de que isso seja bastante massificado.
2772 Depois nós vamos recolher essas sugestões e no final na última reunião do ano de 2009 fixarmos
2773 então o conjunto de prioridades do conselho para as câmaras técnicas para o ano de 2010. Então
2774 nós estamos fazendo um processo aqui para o ano de 2009 durante o próprio ano de 2009,
2775 praticamente no meio de 2009, mas como um processo de aprendizado no sentido de construir
2776 coletivamente essa nova metodologia. Bem, como eu mencionei quem entregou o formulário
2777 recebeu uma sacolinha. Você entregou e não recebeu a sacolinha ou recebeu a sacolinha e não
2778 entregou? (Intervenção fora do microfone). Não recebeu sacolinha, mas tem uma ainda com todos
2779 os materiais a respeito da Aquífero Guarani. Eu vou pedir para que o João Bosco me auxilie,
2780 apesar de a gente já ter aqui essa apresentação, mas que o João Bosco me auxilie aqui na
2781 apresentação dos temas e do processo de tabulação que ele acompanhou durante a noite de ontem.
2782 Está claro? Mais uma questão importante, as matérias não serão de natureza deliberativa, nós
2783 estaremos como plenário indicando para que as câmaras técnicas priorizem esses temas como os
2784 temas que nós consideramos relevantes para o ano de 2009. Está bem? Então feitas essas
2785 observações algum comentário inicial? Então João Bosco, por favor. **Sr. João Bosco Senra.**
2786 **(Ministério do Meio Ambiente).** Bom dia a todos e todas. Apenas para dar uma explicada em
2787 relação a essa formatação. Então foram coletadas as sugestões de ontem e foi tabulado sendo que o
2788 que aparece de grau de prioridade em primeiro lugar é o que foi definido pela maioria como sendo
2789 o primeiro tema. O proponente no caso aí foi o Ministério do Meio Ambiente e também o
2790 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, então quando tem mais de um é porque
2791 vieram propostas de mais de uma representação. Então como o Secretário disse foram os
2792 conselheiros, todos foram consultados para apresentar essa proposta e também as câmaras técnicas
2793 porque no seminário do ano passado se definiu que uma das propostas é que pudesse refletir aí a
2794 relação que essas questões e seria o papel que conselho poderia estar trabalhando em relação ao
2795 Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então essa coluna relação com o Plano Nacional de
2796 Recursos Hídricos se refere a isso, quer dizer, são temas que estão no Plano Nacional de Recursos
2797 Hídricos em fase de implementação e que se julga ser importante priorizar dentro dos vários temas
2798 que têm no Plano Nacional essa implementação. Então essa coluna de relação com o Plano
2799 Nacional tem essa relação. Então como é que foi feito? Foi pontuado a partir das sugestões que
2800 vieram e nós recebemos de todos os conselheiros ontem, e tivemos essa sequência aí. Então

2801 algumas câmaras tinham... A gente agrupou por câmara técnica até para facilitar a priorização por
2802 câmara técnica, então vai ser apresentado por câmara técnica. E a idéia é que essa é uma primeira
2803 apresentação, não dá na nossa avaliação para a gente discutir todas que foram elencadas, a gente
2804 passaria aqui dias e dias, mas a idéia é que a gente pudesse definir e aí Secretário é que talvez
2805 pudéssemos... Vamos discutir às cinco primeiras que podem inclusive ter um rearranjo de acordo
2806 com o plenário, quer dizer, esse é um indicativo para facilitar uma identificação e um debate aqui.
2807 E a proposta é que as câmaras técnicas, nós temos uma reunião depois de amanhã com os
2808 presidentes das câmaras técnicas depois que terminar a oficina, e isso vai ser levado aos
2809 presidentes de câmara técnica, é para que os dois temas se foram os dois prioritários ou três, isso é
2810 uma questão para ser discutida aqui. A gente chamou atenção para dois até porque como é 2009
2811 achamos que se a gente colocasse muito a gente podia até efetivamente não fazer uma priorização,
2812 ficar muito difuso, para que os temas que aparecerem como prioritários eles sejam prioritários na
2813 agenda das câmaras técnicas; além sem prejuízo dos demais temas que estão sendo discutidos nas
2814 câmaras técnicas, mas que nas pautas das câmaras técnicas deste ano esses temas que foram eleitos
2815 aqui pelo plenário como prioritários que eles sejam pauta prioritária obrigatória nas reuniões das
2816 câmaras técnicas para avançar em relação a esse tema. A gente vai observar que algumas têm
2817 podem refletir em resolução e outras podem refletir em debates, e aí a proposta é que a câmara
2818 técnica possa pensar como que esse debate dependendo da importância dele possa vir inclusive até
2819 para o próprio plenário para debater. Então como eu vi, a título de exemplo, tinha um aqui que
2820 alguém sugeriu: matriz energética e a relação com recursos hídricos. Então pode ser. Aí o trabalho
2821 da câmara técnica seria pensar como que esse tema que não é matéria de resolução, mas como esse
2822 tema poderia ser priorizado em um debate, em uma discussão no âmbito do plenário, como
2823 formatar ou faz uma discussão prévia e discute como poderia formatar porque nesse sentido o
2824 conselho está entendendo que é um tema de debate, de discussão aqui para o conselho. Então a
2825 ideia, a orientação um pouco foi essa e essa organização das tabelas foi nesse sentido. Então vamos
2826 discutir câmara técnica por câmara técnica e a proposta é que se for necessário que quem
2827 apresentou a proposta venha dizer: - esse tema nós colocamos e apresentamos como sugestão de
2828 pauta por isso, e por isso. Uma coisa rápida para facilitar a compreensão de todos, como é o caso
2829 do primeiro tema ou o Ministério ou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo vem
2830 aqui e fala...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** É uma informação
2831 secundária, mas para mim eu acho assim importante, na tabela não consta. Eu tenho aqui o mapa
2832 esse produto é o produto da soma da pontuação que cada um de vocês deu então, por exemplo,
2833 para o tema alguém deu prioridade um, o outro deu prioridade três, então somamos quatro pontos.
2834 O outro deu prioridade dois, temos seis pontos. Então esse total de pontos é que determinou na
2835 ordem do menor para o maior a prioridade. Então aquelas propostas que tiveram menor total de
2836 pontos foram às propostas que mais vezes foram colocadas como prioritárias em relação às demais.
2837 Então só para um exemplo, para ficar claro, para mim está claro porque eu tenho a tabela aqui.
2838 Essa primeira proposta ela teve 111 pontos, a implantação do cadastro nacional de usuários de
2839 recursos hídricos. A proposta seguinte teve 129 pontos, ou seja, a primeira teve mais apontamentos
2840 como agenda prioritária tanto é que seu número ficou menor porque mais vezes ela recebeu um
2841 peso menor do que as demais. A terceira recebeu 142 e assim progressivamente. Então foi esse o
2842 método para que esse ordenamento fosse composto ao final. Está bem? Então João, por favor,
2843 agora eu não interrompo mais prometo. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).**
2844 Mas eu acho que é isso e acho Secretário só a título de sugestão, eu acho que era importante ver
2845 com o plenário se nós vamos discutir as cinco primeiras ou as quatro primeiras e se vamos elencar
2846 efetivamente duas. Isso foi só uma sugestão para as câmaras técnicas. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
2847 **(Secretário Executivo CNRH).** Vamos fazer o encaminhamento seguinte: A gente lê as cinco
2848 primeiras, faz a leitura das cinco primeiras e encaminha as duas que obtiveram o menor total de
2849 pontos, fazendo essa sugestão de que quem foi o proponente da proposta de resolução possa
2850 apresentar o tema durante um minuto, um minuto e meio, sinteticamente ao plenário e aí nós

2851 vamos compondo esse elenco de prioridades. Conselheiro Lobato, por favor. **Sr. Francisco José**
2852 **Lobato da Costa. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Secretário Vicente e demais
2853 colegas eu tenho algumas dúvidas e eu não sei se a gente devia cair direto já na discussão de
2854 câmara a câmara ou... Porque ontem eu confesso que tive alguma dificuldade para preencher
2855 aquela planilha, e já tinha lido com atenção em Curitiba. Então a minha primeira dúvida é a
2856 seguinte: todas as câmaras técnicas contribuem com o mesmo peso para a pauta do Conselho
2857 Nacional? Será que não existem câmaras técnicas com temas muito específicos e que, portanto,
2858 devem cair no detalhe enquanto outras têm temas mais abrangentes e estratégicos? E por outro
2859 lado se há vinculação entre Plano Nacional e funcionamento do sistema e por consequência
2860 funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos como é que a gente explica o fato de
2861 que mesmo na planilha da Câmara Técnica do Plano Nacional não estarem alguns estudos que são
2862 evidentemente ou nitidamente estratégicos, como, por exemplo, contexto macroeconômico global?
2863 E nós estamos no meio de uma crise que tem rebatimentos em todos os setores produtivos usuários
2864 de recursos hídricos e nós não vamos debater isso? Então eu confesso que ainda tenho dúvidas
2865 sobre o procedimento de como nós vamos hierarquizar essas pautas. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
2866 **(Secretário Executivo CNRH).** O Conselheiro Lobato faz uma série de considerações pertinentes,
2867 mas Lobato, primeiro essa uma proposta de mecanismo de construção de uma agenda, ela não
2868 retira desse plenário em função de uma eventual necessidade de inclusão de alguma proposta que o
2869 plenário entenda que seja prioritária e ela ultrapasse o processo de consulta. O processo de consulta
2870 é para que você tenha certo envolvimento perto de um comprometimento de todos os agentes no
2871 sentido da formulação dessa proposta, mas ela não congela que aqui a gente possa inclusive incluir
2872 pontos que não foram sugeridos durante o período de consulta. Segundo, quanto mais abrangente e
2873 participativo for o processo de consulta menos isso que você aponta vai ocorrer. Por quê? Porque o
2874 processo de consulta e foi por isso que a gente quis fazer o aprendizado o processo de consulta teve
2875 um retorno muito pequeno, não foi um retorno que a gente diria assim: foi magnífico. Não foi. Foi
2876 um retorno pequeno. Eu não sei você chegou a retornar as suas sugestões de proposta de agenda.
2877 **Sr. Francisco José Lobato da Costa. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Sim, sem
2878 dúvida. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Mas não foi assim uma
2879 proposta muito grande. Então quanto mais participativo for o envolvimento, a participação das
2880 pessoas, dos setores na formulação da agenda esse problema tende a ocorrer menos. Então isso em
2881 relação às agendas. Em relação às câmaras técnicas tem que começar por alguma evidentemente, e
2882 essa proposta que foi ordenada aqui foi uma proposta que foi ordenada durante a noite, tarde noite
2883 de ontem sem essa consideração que você apresenta. Como a idéia aqui era percorrer todas, então
2884 esse problema nós acreditamos que não aconteceria porque a gente percorreria todas as câmaras
2885 técnicas, mas evidentemente o processo mais adequado talvez a gente consiga fazer isso aqui no
2886 plenário eu acho difícil, mas para a próxima é de que a gente possa elencar não só as prioridades,
2887 mas também o conjunto de prioridades a serem apresentadas por câmara. Em relação aos estudos aí
2888 eu não saberia dizer por que provavelmente o autor desses estudos não sugeriu a sua inclusão como
2889 ponto relevante a ser incluído na agenda. **Sr. Francisco José Lobato da Costa. (Organizações**
2890 **Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Eu só faria uma única recomendação sem querer interromper o
2891 procedimento da mesa, é que haja também uma hierarquização entre as pautas das câmaras
2892 técnicas, quer dizer, qual é a câmara técnica que tem maior relevância para a agenda do Conselho
2893 Nacional. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu queria até colocar em
2894 plenário isso é uma discussão que às vezes a gente acaba esbarrando e já passo a palavra que é no
2895 grau de interferência da Secretaria Executiva na montagem dessa agenda. Eu penso que é muito
2896 importante que esse plenário até reafirme e delegue para a Secretaria Executiva essa condição de
2897 poder fazer um primeiro processo. Ele vai ser discricionário para que a gente apresente a vocês
2898 aquelas que são conclusões da Secretaria Executiva que não necessariamente serão aquelas que o
2899 plenário decidir, mas isso evitaria porque aí a gente acaba nesse processo de interferir pouco a
2900 gente acaba também perdendo um pouco na qualidade e na hierarquização das propostas. Mas se

2901 for entendido assim como sugestão do Lobato a Secretaria Executiva tomaria esse cuidado de que
2902 na montagem para o ano de 2010 a gente pudesse inclusive já até a partir da própria posição da
2903 Secretaria elencar um conjunto de prioridades de câmara técnica e prioridade de temas. E aí a gente
2904 faria uma consulta que já seria mais restritiva em relação aos temas e não dessa forma como foi
2905 feito agora. Conselheiro e depois o Floriane. Eu queria ver se a gente podia entrar no método e
2906 logo depois ao final do método a gente recolhesse as sugestões em relação a ele, senão a gente vai
2907 gastar um tempo aqui discutindo o método inicialmente e não vamos conseguir entrar na discussão
2908 das propostas. Por favor. **Sr. Byron Prestes Costa. (Ministério da Justiça).** O Secretário está
2909 conduzindo perfeitamente esse trabalho. Eu acompanho o Conselheiro Lobato, sem dúvida
2910 nenhuma. Por quê? Observem os senhores se nós formos equiparar uma prioridade da CTIL com a
2911 prioridade de qualquer das câmaras técnicas nós estaríamos pecando, porque a CTIL é induzida a
2912 atender as prioridades das câmaras técnicas, isto é, ela não precisa necessariamente ter prioridade
2913 perante as câmaras técnicas. É um aspecto. O segundo aspecto: vejam os senhores, nós estamos
2914 organizando o nosso sistema de controle, sem dúvida nenhuma interno, entretanto essa parte
2915 transfronteiriça ela é de uma prioridade enorme, sem dúvida nenhuma, porque não adianta termos
2916 sucesso investindo no país se não tivermos efetivamente um entendimento do controle hídrico
2917 transfronteiriço. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
2918 Obrigado Byron. Floriane e em seguida Patrícia. Durante a fala do Floriane eu vou recolher ainda
2919 inscrições a respeito do encaminhamento e depois nós vamos seguir. Por favor. **Sr. Cláudio**
2920 **Ramos Floriane Júnior. (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e**
2921 **Esgotamento Sanitário – CASAN).** Eu queria propor Secretário que mantivesse a proposta inicial
2922 de definição dos temas prioritários, e queria que a gente tivesse um cuidado, não é a primeira vez
2923 que nesse conselho eu ouço a questão de categorização. Já teve um momento que a gente teve uma
2924 fala num sentido de: vamos ver quem é que está no conselho, quem é que está representando a
2925 instituição, se é o Ministro da Justiça ou se é o companheiro Byron. Eu diria sem demérito ao
2926 Ministro que eu prefiro o Byron que tem acompanhado e tem participado. Só que daí a gente
2927 começou a fazer gracinha, eu sou um conselheiro de primeira, de segunda, de terceira. Eu imaginei
2928 que fosse de quinta. Então a gente fez gracinha em relação a esse tipo de coisa, então eu acho que
2929 não dá, não cabe, e eu aprendi desde pequeno que sempre que você compara alguém sai perdendo.
2930 Eu acho que o objetivo aqui é somar forças, é construir e crescer o conselho, levantar, e a gente
2931 conseguir que esse conselho seja respeitado e seja conhecido no país inteiro. Então essa questão de
2932 ver qual é a câmara técnica que é mais importante ou mais estratégica eu acho que é um equívoco.
2933 O Conselho tem que definir questões estratégicas para o Conselho e qual a câmara técnica que vai
2934 tratar é a câmara técnica pertinente, já está definido isso. Então eu acho que a gente tem que ter
2935 cuidado com esse tipo de coisa porque senão daqui a pouco nós vamos... E aí quando vai fazer a
2936 chamada das pessoas que são os conselheiros o conselheiro titular não é o Ministro, mas ontem não
2937 estava aqui, ou, não é o presidente da minha empresa, mas não estava aqui. Então a gente tem que
2938 ter esse cuidado, quem está aqui está a fim de trabalhar e está a fim de construir a gestão de
2939 recursos hídricos. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
2940 Muito obrigado Floriane. Patrícia. Mais alguma inscrição? Marcelo. (Intervenção fora do
2941 microfone). Então Patrícia é a última inscrita. **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson.**
2942 **(Indústrias).** Bom dia a todos. Eu queria aqui não só somar a fala do Lobato como acrescentar
2943 mais uma questão. Ontem o Ministro esteve aqui e ele disse uma coisa que marcou. Ele disse que
2944 quando o conselho aprovou aquele Plano Estratégico do Tocantins-Araguaia ele estabeleceu uma
2945 pauta de respeitabilidade, porque o respeito se dá na medida em que você define políticas que
2946 realmente vão ser cumpridas, que afetam outras políticas e se intercambiam com outras políticas.
2947 Contrariamente ontem nós aprovamos uma série de moções, eu não acredito em uma gestão com
2948 instrumento moção. Isso não dá nenhum sentido. Então quando o Lobato esteve aqui se o Lobato
2949 me permitir uma interpretação, ele está dizendo é: qual a Câmara que dá ao conselho o substrato
2950 para fazer Política Nacional de Recursos Hídricos e não puxar a orelha de um e puxar a orelha de

2951 outro, porque a água importante; porque não viu a água; porque educação não trata da água;
2952 porque a água é isso, a água é aquilo. Não. Faz uma Política Nacional de Recursos Hídricos
2953 interferindo inclusive em pautas do planejamento, em pautas setoriais, em pautas de meio
2954 ambiente, de agricultura, na pauta da indústria, na pauta do setor hidrelétrico, em todas as pautas
2955 para respeitar o que nós aprovamos como Política Nacional de Recursos Hídricos. É isso que traz o
2956 respeito ao Conselho Nacional, não o fato de estar o presidente, estar o ministro, estar aquele ou
2957 outro. O que traz respeito ao Conselho é a política. E dentre essa série de coisas e aí eu entro no
2958 mérito que me confunde acrescentando mais um ponto que também eu tive a maior dificuldade
2959 Lobato, tem uma série de assuntos que como cidadão eu acho importante, mas que o Conselho
2960 Nacional de Recursos Hídricos não tem competência para tratar sobre eles. Não é competência de
2961 o conselho tratar sobre eles, os instrumentos de gestão de recursos hídricos postos, não alcançam
2962 aquilo desejado. Eu não trato de certos assuntos que estão ali com outorga, com enquadramento,
2963 com o plano, não trato, trato com outras coisas, eles estão postos de maneira equivocada. E nisso
2964 uma revisão e aí era a minha expectativa, pode ser uma expectativa extrapolada da metodologia é
2965 de avaliar mesmo quais câmaras técnicas devem permanecer, devem continuar. Eu fico muito
2966 espantada no CONAMA, por exemplo, tem dez câmaras técnicas, e o CONAMA trata de água solo
2967 e ar, aqui tem dez e só trata de água. É um custo de transação enorme que prejudica o sistema,
2968 desanima o sistema. Pautas vazias, pautas que não dão substrato para uma Política Nacional de
2969 Recursos Hídricos, pautas que não se interferem em outras políticas, você tira o respeito, quem
2970 respeita? Ninguém respeita. É respeitado quando a pauta é determinante, quando a pauta cai dentro
2971 de um ministério ou dentro de uma política setorial de maneira direcional. Vai mudar, eu não posso
2972 fazer dessa forma porque existe uma resolução do conselho que me obriga a fazer de forma
2973 diferente. Isso é uma pauta. Agora, eu não vou fazer dessa forma porque saiu uma moção
2974 mandando prestar atenção na água? Não dá. Isso aí não dá. Então eu também acho que nós
2975 teríamos que ter talvez Vicente uma segunda etapa para avaliar se é competência do conselho tratar
2976 desse tema, muitos eu vi que não era. Não tinha o menor cabimento o Conselho, e outras para ver a
2977 questão da relevância sim. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
2978 Muito obrigado Patrícia. Você faz uma série de considerações, talvez o planejamento, as oficinas
2979 que acontecerão à tarde podem contribuir a respeito até da própria organização e estruturação do
2980 Conselho Nacional e do funcionamento das suas câmaras técnicas. Eu queria me ater à
2981 preocupação de todos os conselheiros que falaram aqui independentemente da questão das câmaras
2982 técnicas que é buscar temas de relevância, e que elas tenham inserção na sociedade. Eu acho que
2983 essa foi, é uma fala presente em cada uma das quatro pessoas que se manifestaram aqui. Fica aqui
2984 como uma primeira sugestão que era importante, já pensou a gente aguardar o ano de 2009 e fazer
2985 no final de 2009 para 2010 e enfrentar esses problemas, então esse aprendizado é importante.
2986 Então já fica aqui uma sugestão de que para 2010 a gente trate por tema, e aí dentro do tema a
2987 câmara técnica a qual for pertinente, mas aí você vai estar tratando do tema e evidentemente o
2988 tema e a câmara são duas coisas que caminham absolutamente juntas, atendem a preocupação que
2989 o Lobato manifesta, você não precisa priorizar a câmara técnica para depois priorizar o tema e
2990 também contempla a preocupação que o Floriane também levanta de preocupação com o tema e
2991 também da Patrícia e do próprio Byron. Então uma sugestão que fica para o final do ano é que a
2992 gente apresente a vocês já uma sugestão de prioridades para o Conselho Nacional e depois a
2993 câmara técnica vai vinculada a isso. Pode acontecer de que entre as prioridades do plenário do
2994 Conselho não haja nenhum tema a ser abordado pela câmara técnica, por uma determinada câmara
2995 técnica, mas aquilo não é que a câmara deixa de existir, aquilo não é prioridade porque essa agenda
2996 não é a agenda única do conselho. É a agenda prioritária do conselho porque as câmaras inclusive
2997 durante o processo podem encontrar necessidade de tratar de algumas questões que não foram
2998 contempladas na definição de priorização. Dá para ter esse entendimento então? Fica essa
2999 recomendação de que a gente busque não a relevância por câmara, mas a gente busque a relevância
3000 dos temas que nós consideramos importantes e aí em função disso as câmaras técnicas

3001 correspondentes; podendo inclusive alguma câmara técnica ficar fazendo aqui se nós tivermos dez
3002 prioridades nós podemos ter uma câmara técnica com as dez prioridades, dá um limite, e as outras
3003 nove câmaras técnicas com nenhuma prioridade. Isso não significa que as câmaras deixam de
3004 existir. O processo de câmara técnica é um processo de balanço da estrutura do Conselho Nacional.
3005 Podemos encaminhar dessa forma? Há um entendimento das pessoas que dá para tratar dessa
3006 maneira? Patrícia? Lobato? Byron? Então eu vou fazer aqui uma pergunta rápida. É o seguinte: se
3007 cada um desses temas a gente faz a leitura... Eu acho que uma vez que tem essa metodologia o
3008 melhor é a gente percorrer e evidentemente quanto menos importante for o tema mais rapidamente
3009 a gente vai acabar passando por ele nessa sinalização. Mas para não complicar a metodologia que
3010 já foi criada, eu acho que eu não teria condições de fazer diferente aqui na mesa, a idéia é passar
3011 câmara por câmara nesse momento, mas trabalharemos da maneira que eu acabei de mencionar
3012 para o próximo processo de definição de pauta. Tudo bem? Então vamos. A CTPOAR... Pois não?
3013 (Intervenção fora do microfone). Eu falo todas. Eu tenho aqui eu menciono. (Intervenção fora do
3014 microfone). Até a quinta. Eu vou ler até a quinta. Eu leio até a quinta e debatemos sobre as duas e
3015 eu dou a pontuação a vocês. Está bem? Então na CTPOAR: implementação do cadastro nacional
3016 de usuários de recursos hídricos. Eu não vou ler a relação com plano. O Proponente foi o
3017 Ministério do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. E o total
3018 de pontos dessa proposta foi 111. A segunda: implementação do sistema nacional de informação
3019 sobre recursos hídricos de forma integrada. Os proponentes foram os mesmos, MMA e o Conselho
3020 de São Paulo. E o total de pontos foi de 129. O terceiro tema é uma proposta de resolução que:
3021 dispõe sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos
3022 hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos d'água
3023 superficiais. Foi a CTPOAR e o Conselho de São Paulo. O total de pontos 142. O próximo tema, o
3024 quarto, a quarta proposta por esse mecanismo foi a de resolução que: estabelece diretrizes gerais
3025 para definição de vazões mínimas remanescentes. Conselho Estadual de São Paulo. E o total de
3026 pontos foi de 147, muito próximo ao anterior que foi 142. E a quinta foi a de indicadores para
3027 avaliação de implementação e rediscussão dos instrumentos de gestão como a cobrança, a outorga,
3028 e o enquadramento dos corpos d'água. O proponente foi do segmento de Indústrias e o total de
3029 pontos foi de 176. Então a idéia era em função desses cinco... Vocês receberam a listagem
3030 completa que foi passada com todos eles? Então enquanto a gente vai... Vamos pedir para ver se a
3031 gente consegue produzir vai ser cópia para... (Intervenção fora do microfone). Depois mandar por
3032 e-mail? Depois seguirá por e-mail para todos os conselheiros. Bem, então a idéia era de dar um
3033 minuto, um minuto e meio para o Conselho Estadual e para o Ministério para apresentarem essas
3034 duas propostas, as duas iniciais, sem prejuízo e aí o plenário definir se a gente considera essas duas
3035 como prioritárias para essa câmara técnica. Pois não Floriane? (Intervenção fora do microfone).
3036 Está bem. Na verdade não seria a defesa era uma apresentação, mas a sua pergunta é pertinente
3037 porque aí faz com que ande mais rapidamente e a gente chegue naquelas questões que o plenário
3038 entender como mais relevantes. Há discordância em relação a essa pontuação? Patrícia, por favor.
3039 **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson. (Indústrias).** Não é uma discordância é um
3040 esclarecimento. Quando a gente fala de implementação do Cadastro Nacional de Usuários, a
3041 pergunta é qual o papel da câmara técnica nessa implementação e qual é o papel do Conselho nessa
3042 implementação? Considerando que isso aqui não é um conselho executivo, mas um conselho
3043 consultivo, e que a câmara técnica é assessora a essa função consultiva do conselho. Então qual é o
3044 papel na implementação da câmara? Eu prefiro que não seja uma moção dizendo que tem que fazer
3045 cadastro nacional. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, João
3046 Bosco rapidamente. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Bom, aí já entrando
3047 justificando um pouco essa questão do cadastro nacional, a proposta apresentada pela Secretaria,
3048 pelo Ministério foi no sentido de promover, quer dizer, o papel que esse conselho pode ter político
3049 de promover um pacto nacional. É cadastro nacional não é cadastro federal de recursos hídricos,
3050 não é cadastro só que a Agência Nacional vem trabalhando, mas é que possa trazer a discussão da

3051 importância, porque infelizmente a gente tem hoje muitas unidades da federação que, por exemplo,
3052 nem têm cadastro. Não coloca isso como prioridade, quer dizer, como é que você vai fazer uma
3053 política de águas sem conhecer os usuários? Dá essa importância. Então a proposta é no sentido de
3054 que esse Conselho Nacional ele possa trazer e construir uma proposta de pacto federativo em
3055 relação ao cadastro nacional, assim como a questão do sistema de informação. Como o Presidente
3056 da Agência ontem dizia da importância política que esse conselho pode ter nesse espaço de
3057 construir esse pacto federativo para avançar nessa questão de gestão das águas. Então a
3058 apresentação dessa proposta que está no subprograma do plano foi no sentido de que o conselho...
3059 Não é fazer moção, mas que ele possa a partir de uma discussão que a câmara técnica possa
3060 promover preliminarmente, trazer para esse plenário as propostas que efetivamente possam
3061 construir esse pacto federativo onde esse cadastro a gente possa traçar que tenha uma uniformidade
3062 do ponto de vista de informação para facilitar. A mesma coisa vale para o segundo, o sistema de
3063 informação, que há já um trabalho da agência nesse aspecto dessa integração do sistema de
3064 informação, mas infelizmente ainda a gente tem uma série, não tem um quadro geral do país, não
3065 temos ainda essa informação consolidada e esse pacto que é necessário porque o cadastro e a
3066 informação é base para a política. Então por isso que foi apresentado nessa perspectiva como nós
3067 dissemos aqui, não só pensando em resolução, mas também pensando em gestão efetiva e ação
3068 política que o conselho pode trazer nessa perspectiva de construção desses pactos. Seria a razão. A
3069 Rosa Mancini apresentou, mas a nossa foi essa. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
3070 **Executivo CNRH).** Muito obrigado. Por favor, Conselheiro Lobato. **Sr. Francisco José Lobato**
3071 **da Costa. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Muito rapidamente para referendar
3072 inclusive a posição do Secretário Vicente, talvez eu não tenha me expressado bem. Não é priorizar
3073 uma câmara técnica de outra, mas cruzar as pautas todas para daí estabelecer a prioridade de temas
3074 como o Secretário propôs. Nesse sentido eu acho que dá para cruzar inclusive dentro da própria
3075 câmara técnica. Então essa proposta que ficou em quinto lugar eu acho que ela pode ser
3076 incorporada na que ficou em segundo, desde que o sistema de informações tenha também
3077 indicadores de avaliação e desempenho. Um sistema de informação ele não é meramente um banco
3078 de dados, ele tem que ter inclusive certa avaliação do desempenho dos instrumentos de gestão de
3079 recursos hídricos. Eu acho que essa é uma questão importante e fundamental. E lembro para
3080 encerrar que há duas reuniões atrás quando foi apresentado aquele documento elaborado pela
3081 ANA, chamada Conjuntura de Recursos Hídricos, ali já é de certa maneira a explicitação do que
3082 temos de informações, portanto, o segundo programa, e até de cadastro de usuários de recursos
3083 hídricos. Então estamos indo no caminho correto. A sugestão então prática é que o sistema de
3084 informações incorpore não somente dados, mas também indicadores. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3085 **(Secretário Executivo CNRH).** Propõe indicadores. Está bem. Bom, alguém mais gostaria de
3086 falar sobre o tema? Eu como mencionei tenho buscado não emitir, omitir as minhas opiniões, mas
3087 eu penso que a observação apresentada pela Conselheira Boson em que pese às ponderações
3088 também corretas do Conselheiro João Bosco e aqui somadas inclusive pelo Marley entre as
3089 atribuições do Conselho Nacional está a de promover a articulação entre os diversos segmentos e
3090 os sistemas de planejamento. Agora, há que se buscar uma forma efetiva de que essas questões
3091 sejam contempladas, porque senão você pode ter um conjunto de reuniões e depois, fazendo coro
3092 aqui com a Patrícia que eu também concordo, de ao final uma moção. Quer dizer, produzimos
3093 muito pouco. Então é preciso que nessa tentativa e nessa definição que ninguém nega que é uma
3094 questão super relevante, a primeira apontada aqui; mas que ela possa ter efetividade no âmbito do
3095 Conselho Nacional e que ela não seja apenas um processo que depois não possa ser medido, até
3096 usando a segunda prioridade, de que depois ela não possa ser medida com critérios objetivos. Nós
3097 promovemos a implementação do cadastro nacional: fizemos cinco seminários, quatro reuniões,
3098 conversamos com os governadores. Bom, mas como é que você mede se ela teve efetividade?
3099 Então eu acho que esse é um processo de amadurecimento do próprio Conselho, eu queria fazer
3100 essas observações aí fazendo também coro com quem se manifestou. Tem que ter efetividade em

3101 relação àquilo que a gente considera como um tema e que o produto disso não possa ser no final
3102 uma recomendação frágil a qualquer ente do governo do aparelho institucional. Então vamos
3103 adiante, fica implementação do cadastro nacional de usuários, e a segunda é a implementação do
3104 sistema incorporando aqui à proposta de número 5 de que o sistema nacional de informação ele
3105 deve produzir também indicadores de avaliação a respeito. Pois não Cybis? Claro por favor. Está
3106 sendo gravado, depois o Marley também me ajuda. **Sr. Luiz Fernando de Abreu Cybis.**
3107 **(Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Talvez seja extemporâneo, mas eu acho que em
3108 benefício da continuidade do trabalho talvez seja bom tirar uma dúvida que eu fiquei. **Sr. Vicente**
3109 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Pois não.

3110 **Sr. Luiz Fernando de Abreu Cybis. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Quando
3111 se fala, o colega Lobato e foi colocado por outras pessoas aqui também, de priorizar temas para as
3112 câmaras técnicas, priorizar temas. Eu não sei, faz tempo que eu estou no Conselho e não vejo o
3113 conselho emperrado porque têm temas esperando para ser tratados. Se nós temos uma estrutura de
3114 câmaras técnicas o que nós temos que fazer é distribuir temas para as câmaras técnicas. Alguém se
3115 lembra de nós ficarmos emperrados aqui porque não conseguimos processar algum tema
3116 premente? Eu não sei, eu acho que eu não entendi a colocação de priorizar temas porque parece,
3117 deu a entender a colocação de que nós estamos com falta de pernas, não temos como atender tantos
3118 temas que nós estamos tratando. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu
3119 penso que esse é o produto de uma avaliação, e aí tem o desejo e a prudência. A prudência me diz
3120 para não tratar dessa questão. O desejo me diz o seguinte: eu quero manifestar a vocês, essa é a
3121 quarta reunião que eu conduzo. A pauta do Conselho é determinada pela capacidade de produção
3122 das câmaras técnicas e essa produção não é acompanhada por nós. Essa é a agenda da próxima
3123 reunião. Qual é a agenda da próxima reunião do conselho? O plenário não tem, eu não tenho. Vai
3124 ser o quê? Vai ser aquilo que nesse processo as câmaras técnicas eventualmente consigam elaborar
3125 e apresentar através depois da CTIL para que elas sejam apresentadas à próxima reunião do
3126 conselho. Então essa fragilidade existe. Não se trata de dizer que as câmaras técnicas não
3127 trabalham; que as pessoas não estão envolvidas e que os temas tratados pelas câmaras técnicas não
3128 seriam relevantes. Eu enfrentei esse debate inclusive na câmara técnica quando eu sugeri a
3129 constituição de câmaras temáticas, idéia inclusive que eu já nem estou mais discutindo que era o
3130 seguinte: a câmara se constitui por um determinado tema, esse tema resolvido a câmara cumpriu o
3131 seu papel. Essa era a minha formulação do ponto de vista de estágio do conselho, não significa
3132 como posição permanente. Tem momento que uma comissão permanente é importante e tem
3133 momento que uma comissão é importante para tratar de um determinado tema. Agora, eu sinto isso
3134 como Secretário Executivo, e a minha obrigação é dizer a vocês que a montagem da pauta ela
3135 acaba sendo condicionada a partir de uma produção da própria câmara técnica na condução de seus
3136 trabalhos. Isso é real. Então a tentativa de fazer esse esforço Cybis não é de fazer uma avaliação do
3137 envolvimento, mesmo porque ontem eu me diverti vocês todos estão assumindo um encargo e é
3138 exatamente isso, não é o cargo de conselheiro, é o encargo de conselheiro. As pessoas fazem isso
3139 de forma voluntária, espontânea porque isso está na sua militância, isso está no convencimento
3140 dele e das organizações que eles representam. Então não se trata aqui de fazer um juízo, uma
3141 avaliação dessa atuação, mas se trata de avaliar concretamente como é que um aparato, o conselho
3142 que tem o papel e a importância que tem pode ser mais efetivo perante a sociedade. É essa a
3143 questão que nós temos que resolver, e em certa medida a produção das câmaras técnicas é por
3144 espasmos, e isso acaba fazendo com que o plenário do conselho seja por espasmos. Nossa agenda
3145 de ontem foi uma agenda importante muito menos relevante do que a agenda das reuniões
3146 anteriores e nós não sabemos qual é a agenda da próxima reunião. Esse problema precisa ser
3147 resolvido por nós. Então essa tentativa de colocar as câmaras técnicas trabalhando sobre questões
3148 que o plenário considera relevante, isso não significa engessar a câmara técnica, mas dar a ela uma
3149 orientação daquilo que o plenário considera relevante e um prazo correspondente a cada uma delas,
3150 visa fortalecer a agenda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então esse foi o motivo

3151 inclusive pelo qual nós fizemos a oficina do ano passado, esse é o motivo inclusive que nós
3152 colocamos como prioridade aos consultores que estão trabalhando a oficina que vai acontecer na
3153 tarde de hoje e amanhã em relação ao próprio SINGREH para quê? Para que a gente tenha uma
3154 agenda efetiva. Então não se trata aqui de juízo de mérito em relação ao envolvimento,
3155 comprometimento e qualidade do trabalho dos conselheiros, mas se trata em relação à efetividade
3156 da nossa agenda. Esse problema eu gostaria, me permitam dizer, é a minha opinião. Eu tenho
3157 procurado não colocar a minha opinião em plenário, mas essa é a minha opinião. Nós temos uma
3158 agenda instável. Momentaneamente uma agenda ultra-relevante, em alguns momentos uma agenda
3159 frágil, e se não fosse pela necessidade que nós temos de nos reunir e isso é muito importante, eu
3160 gostaria inclusive que as reuniões do conselho acontecessem com mais frequência, em alguns
3161 momentos é o caso de falar em vez de fazer uma reunião agora vou fazer uma reunião em
3162 setembro, porque a agenda acaba sendo uma agenda pequena. Nós uma vez resolvidos o problema
3163 de ontem que foi das UGRHs que era um tema extremamente relevante e estruturante para o
3164 sistema de recursos hídricos, mas que foi feita uma opção de devolver para a câmara técnica, o
3165 restante da nossa agenda é uma agenda de informação muito importante. Conhecemos o Aquífero
3166 Guarani, vamos debater a questão de mudanças climáticas, mas é uma agenda de informação, não é
3167 uma agenda de deliberação. Essa é a minha opinião, peço desculpas se ultrapassei aqui a minha
3168 competência. Eu queria então seguir. Nós elencamos as duas prioridades da CTPOA que é a
3169 implementação do cadastro nacional com efetividade e a implementação do sistema nacional de
3170 informação incorporando aí também a produção de indicadores que possam tratar adequadamente
3171 dessas informações produzidas. Podemos ir adiante? Alguém gostaria, eu não quero também,
3172 alguém gostaria de fazer alguma fala, eu usei mais de cinco minutos aqui, alguém gostaria de fazer
3173 um comentário ou podemos seguir adiante? Está bem. Muito obrigado. Próximo slide, por favor.
3174 CTCOST. Eu vou ler como fiz na inicial, as cinco primeiras mencionando a pontuação. CTCOST.
3175 Proposta de resolução que estabeleça diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de
3176 recursos hídricos de regiões que contenham trechos de zona costeira. Foi à própria CTCOST como
3177 proponente e ela obteve 194 pontos. Proposta de resolução, a segunda, que discipline a outorga de
3178 direito de uso de recursos hídricos em zona costeira. Os proponentes foram a CTCOST, CTPOA e
3179 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. Essa proposta teve 244 pontos. A
3180 proposta número 3 é uma proposta de resolução de integração dos instrumentos de gestão de
3181 recursos hídricos com as diretrizes e os instrumentos de gestão costeira. O proponente foi a
3182 CTCOST e representante dos conselhos do Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais. A proposta
3183 número 3 obteve 247 pontos. A anterior 244. Proposta de resolução que aprove o detalhamento do
3184 programa 9 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, gestão de recursos hídricos integrados ao
3185 gerenciamento costeiro incluindo as áreas úmidas. Proponente foi a CTCOST e o total de pontos
3186 266. E a proposta cinco, proposta de resolução que disciplina a elaboração e execução de um
3187 programa de sensibilização ambiental relacionado à ocupação de APPs, bem como, de recuperação
3188 e preservação de matas ciliares. O proponente também foi a CTCOST e o total de pontos desse
3189 tema foi de 323. Em discussão. Não havendo nenhuma inscrição nós consideramos então que os
3190 dois temas a serem apresentados a CTCOST são as duas primeiras resoluções aqui na tela.
3191 Próximo por favor. Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. As propostas. As cinco primeiras
3192 propostas foram: concepção sobre bases do Programa Nacional de Reuso. Proponente a Câmara
3193 Técnica de Ciência e Tecnologia. Total de pontos 142. A segunda foi à proposta de resolução sobre
3194 reuso para uso agrícola e florestal. O total de pontos dessa segunda proposta foi de 152. A terceira
3195 foi concepção sobre bases do programa de uso racional de água. A prioridade três, total de pontos
3196 160. A quatro foi o edital do CTHIDRO apoio a tecnologias poupadoras de água. Moção 45.
3197 Também o proponente é a câmara técnica, prioridade 4, total de pontos 166. E o item número cinco
3198 foi discussão sobre mudanças no clima e seus reflexos na gestão de recursos hídricos. O grau de
3199 prioridade 5 e o total de pontos sendo 185. Essas aqui foram votações bem apertadas. Aberto o
3200 ponto em discussão. Alguma inscrição? Por favor, Hugo. **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio.**

3201 **(Ministério da Justiça)**. É só uma dúvida. Porque tem uma resolução do CONAMA que trata de
3202 reuso, inclusive para uso agrícola e florestal de resíduos de esgoto. Então a gente trataria de reuso
3203 de outras águas? Eu não sei exatamente qual é a abordagem. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3204 **(Secretário Executivo CNRH)**. Algum representante da câmara técnica proponente? Alguém que
3205 queira ajudar nessa resposta? Quem? Pois não? Aureliano? E depois a Lourdes. (Intervenção fora
3206 do microfone). A pergunta, por favor, Hugo. **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio. (Ministério da**
3207 **Justiça)**. É porque há uma resolução do CONAMA que trata do uso para fins agrícolas e florestais
3208 de esgoto, de água de esgoto. Então tem todo o procedimento, em que tipo de cultura se pode usar,
3209 qual o tipo de tratamento necessário antes e etc., etc., isso já tem uma resolução do CONAMA que
3210 trata disso. Eu queria saber se essa daqui seria de outras águas já usadas que não sejam de esgoto
3211 que a gente devia tratar como a gente faria essa combinação com a resolução do CONAMA que já
3212 existe? **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH)**. O nosso coordenador disse
3213 que não tem condições, Maria de Lourdes pode nos ajudar nessa resposta, por favor? **Sra. Maria**
3214 **de Lourdes Pereira dos Santos. (IBRAM – Indústrias)**. Bom dia. Maria de Lourdes do IBRAM.
3215 A condução desse assunto para retornar à câmara quando ele chegou a CTIL foi no sentido de que
3216 houve um questionamento do porquê sendo que na Resolução 54 há um elenco de reuso, de
3217 tipificação de reuso primeiramente porque tinham agregado e foi a Resolução 54 que fez isso,
3218 agrícola e florestal. Pelo tratamento que foi dado e em uma discussão que durou dois anos e não
3219 houve questionamento me pareceu uma coisa meio complicada, juntaram agrícola com florestal e
3220 colocaram os mesmos parâmetros. Aí nós questionamos sobre esse ajuntamento vamos dizer
3221 assim. Em seguida houve um questionamento nosso do por que se a Resolução 54 fala que cada
3222 tipo daquele citado vai ser tratado pelo órgão competente por que isso veio para o conselho? E
3223 entendemos como o Hugo falou agora que o tratamento, por exemplo, colocaram parâmetros
3224 microbiológicos discutindo a questão de parâmetros microbiológicos para reuso de água para fins
3225 agrícolas que não é nossa competência. Da mesma forma acredito que para cada tipo que está lá
3226 elencado na Resolução 54 deve ser remetido para as áreas de competência. Nesse sentido a minha
3227 resposta é a seguinte: acho que a CTCT deveria, quer dizer, a Resolução 54 já estimula a
3228 racionalização do uso da água, já incentiva e já induz a isso e cada tipo como a resolução diz deve
3229 ser remetida para seu órgão competente. A resposta é essa. Nós nem teríamos que discutir e ir a
3230 fundo nesse Conselho com relação ao reuso. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
3231 **CNRH)**. Muito obrigado. Marley, por favor, gostaria também de dar algum esclarecimento? **Sr.**
3232 **Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH)**. Só relembro aqui quando da
3233 aprovação por esse conselho da Resolução 54, ela estabeleceu algumas modalidades de reuso e
3234 essa resolução foi uma resolução que teve um caráter um pouco de diretrizes gerais, e o
3235 encaminhamento dado foi que posteriormente cada uma das modalidades de reuso seria
3236 regulamentada por uma resolução específica. Então assim, o que a Conselheira Maria de Lourdes
3237 acabou de colocar é algo que tem que ser avaliado. Realmente como se dará à implementação de
3238 uma regulamentação sobre esse tema. Mas o que o Conselho e creio, eu não conversei com quem
3239 fez a autoria da proposta, mas o que eu entendi é se avançar naquela lógica construída quando da
3240 aprovação da Resolução 54, ou seja, passasse a regulamentação de cada uma das modalidades
3241 específicas de reuso, e aí evidentemente considerando o que a Maria de Lourdes acabou de
3242 colocar. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH)**. Bem, sob pena de não ter
3243 uma compreensão exata a mim me parece que a fala do Marley reforça a ponderação feita pela
3244 Maria de Lourdes e na mesma direção inicial do questionamento feito pelo Hugo, quer dizer, é um
3245 tema relevante, tanto é que mereceu os dois primeiros itens aqui por parte dos conselheiros. Esse é
3246 um tema socialmente importante, a questão do aproveitamento de água de reuso, da sua utilização,
3247 mas me parece que nós teríamos aí certo vazio de cumprimento das suas propostas. O Floriane se
3248 inscreveu. Eu queria fazer uma proposta na condição de participante da reunião de propor uma
3249 prioridade para essa câmara e seguir adiante, sem prejuízo dessa pontuação obtida. Por favor,
3250 Floriane. **Sr. Cláudio Ramos Floriane Júnior. (Prestadores de Serviço Público de**

3251 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CASAN).** Eu queria propor que a concepção
3252 sobre as bases do programa de uso racional da água que ficou como terceira proposição subisse
3253 para a primeira, porque quando você trabalha o uso racional da água não só do ponto de vista da
3254 utilização, mas você demonstra a questão do cuidado e a necessidade de preservação e a visão
3255 sobre a questão do recurso hídrico. Então ela tem uma abrangência no nosso entendimento maior.
3256 Então se você aprende e se conscientiza do uso racional da água você vai reduzir em tese o seu uso
3257 porque você está pensando na preservação desse recurso hídrico. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3258 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. A minha sugestão ao plenário era de também
3259 colocar como uma prioridade, aí não é uma prioridade no sentido de uma resolução. Mas é uma
3260 prioridade no sentido de fomentar essa discussão que eu acho que é ultra-relevante tanto é que ela
3261 compõe a nossa agenda aqui no dia de hoje, que é priorizar também, colocar entre os dois
3262 primeiros formatar uma metodologia do debate acerca dos impactos da mudança de clima em
3263 recursos hídricos. Então seria essa a minha sugestão para que a gente contemplasse aqui o
3264 Programa de Uso Racional. Eu tenho um receio, tem um representante da ANA aqui? (Intervenção
3265 fora do microfone). Ele não está aqui. Não está aqui mais. Ele saiu, eu acho. Eu não estou vendo.
3266 Eu passo para você em seguida Patrícia. Mas a mim me parece que nós teríamos aí um conflito
3267 também já de programa em andamento, não sei qual seria o papel do Conselho aqui nessa direção.
3268 Eu queria ouvir a Patrícia e em seguida eu faço o encaminhamento. Por favor, Patrícia. **Sra.**
3269 **Patrícia Helena Gambogi Boson. (Indústrias).** É só uma proposta talvez de encaminhamento
3270 Secretário que talvez ao elencar aqui os temas prioritários a gente tenha que deixar um espaço para
3271 saber como eles serão tratados. Porque a gente tem dificuldade, quer dizer, aquela questão do
3272 cadastro, por exemplo, o João Bosco colocou aqui e o senhor inclusive manifestou também a sua
3273 angústia que não seja só uma moção dizendo vamos fazer. Se fosse um (inaudível) eu até toparia,
3274 mas é muita moção para o meu gosto. Então só para não vir uma moção para poder dizer como é
3275 que faz. Então, quer dizer, não precisamos de por esse tema agora. Eu acho que é só colocar a
3276 relevância e depois eu proponho aos organizadores que a gente tenha um segundo momento de
3277 como, o que se espera do papel do conselho e qual o resultado dessa discussão que pode ser dentro
3278 de cada câmara ou em outra oficina, em outro momento e deixemos só o tema porque senão a
3279 gente vai ficar... Agora, tendo sempre o cuidado e aí não pode ficar isso em aberto em relação à
3280 competência. O Conselho e o sistema trabalham com água bruta, a água usada não é matéria desse
3281 Conselho, ele trabalha com água de rio e água subterrânea. Água usada não é matéria desse
3282 conselho. Água usada é matéria do CONAMA e da ANVISA que estabelece padrões e esse tipo de
3283 coisa. Nós trabalhamos com a outorga de água captada no rio, interferência e não trabalhamos com
3284 água usada, isso não existe. Não existe outorga de água usada, por exemplo, você não controla
3285 você não faz gestão de água usada. Não existe isso. (Intervenção fora do microfone). Lançamento
3286 de efluentes. Eu estou falando é que na captação...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
3287 **Executivo CNRH).** Nada como uma boa polêmica. **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson.**
3288 **(Indústrias).** Eu falo em questão de reuso. Reuso é você captar uma água usada para usar de
3289 novo, e isso não... (Intervenção fora do microfone). Não tem controle sobre isso. **Sr. Vicente**
3290 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, Patrícia, por favor, Cybis. Com
3291 relação à competência do Conselho tem aqui um entendimento da Patrícia muito relevante, mas
3292 todos nós temos o papel de conselheiros e temos o papel à luz da lei das nossas competências e
3293 cabe esse entendimento a cada um. Eu queria me apropriar viu Patrícia da sua gestão então de
3294 aprovar esses dois temas que eu acabei de mencionar e depois delegar para que haja um
3295 detalhamento de como isso será feito e da sua efetividade. Pode ser Patrícia? Você acompanhou?
3296 (Intervenção fora do microfone). Seriam essas duas: concepção sobre as bases do programa de uso
3297 racional da água e mudanças do clima e seus reflexos na gestão de recursos hídricos. Seriam esses
3298 dois temas prioritários. Pode ser isso? Muito obrigado. CTAP. Perdão eu não sei qual que é. CTAP
3299 é a minha. CTEM. Os cinco itens prioritários em relação à CTEM foram: elaboração da proposta
3300 de resolução dispondo sobre a divulgação de informações sobre comitês de bacias hidrográficas e

3301 suas respectivas agências de água. Prioridade um. 188 pontos. Proposta de deliberação da proposta
3302 de informação da qualidade dos corpos d'água que representam risco a saúde humana. Também 2,
3303 com 219 pontos. Integração do Plano Nacional com o Plano Nacional de Saneamento Básico
3304 PLANSAB, em fase de elaboração; relação das diretrizes do PAMSS e o PNEA. Perdão, mas o
3305 Plano de Melhoria do Setor de Saneamento e o outro? (Intervenção fora do microfone). Educação
3306 Ambiental. Plano Nacional de Educação Ambiental? Programa Nacional de Educação Ambiental,
3307 a educação em saúde e a política de recursos hídricos. Prioridade três. Total da soma 221. E o tema
3308 quatro: consumo consciente o papel do poder público como exemplo de ações em recursos
3309 hídricos. Foi proposto pelo Conselho de São Paulo. As três primeiras pela própria câmara. Teve
3310 228 pontos. E elaboração de proposta de resolução que propõe operacionalização da educação
3311 ambiental, da capacitação nos conselhos de recursos hídricos. Também proposto pela câmara
3312 técnica. Ela obteve 243 pontos. Em discussão. Então com as observações já aqui apresentados da
3313 efetividade, do detalhamento e efetividade em relação a cada um desses temas ficam aprovados
3314 então os dois aqui ordenados prioritariamente. Próximo, por favor. Câmara Técnica do Plano. Em
3315 relação à Câmara Técnica do Plano os cinco temas prioritários foram: revisão da resolução 17 que
3316 estabelece diretrizes para a elaboração de planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas. A
3317 proponente é a própria câmara. Prioridade um. Obteve 137 pontos. O segundo tema é o
3318 saneamento básico e o Plano Nacional de Saneamento Básico. O proponente foi o Ministério das
3319 Cidades e o total de pontos 151. O tema três: o Plano Nacional de Recursos Hídricos e sua
3320 interface com os demais instrumentos da política. Grau de prioridade 3. 158 pontos. A integração
3321 do plano com o Plano Nacional de Saneamento. É o mesmo tema apresentado também na educação
3322 ambiental. Proponente a própria câmara. Prioridade 4. 160 pontos. E pauta prioritária do Conselho
3323 Nacional de Recursos Hídricos vis-à-vis as metas, objetivos do Plano Nacional de Recursos
3324 Hídricos. O proponente foi o segmento das indústrias. O grau de prioridade 5. Total de 161 pontos.
3325 Eu só queria dizer que entre a segunda com 151, a terceira com 158, a quarta 160 e da quinta com
3326 161 pontos. Ainda a sexta teve 163 pontos e a sétima teve 164 pontos, o que denota aí uma
3327 proximidade entre todas elas. Em discussão. Pois não Sidnei. **Sr. Sidnei Gusmão Agra.**
3328 **(Presidente da CTPNRH – CNRH).** Bom dia a todos. Na qualidade de presidente da Câmara
3329 Técnica do Plano me causa estranheza que o tema de acompanhamento da implementação do
3330 próprio plano esteja no quinto nível de prioridade dada por esses conselheiros. Essa é a nossa
3331 atribuição principal. Eu peço aos conselheiros, eu não sou conselheiro, mas que revejam aquilo ali
3332 porque o que está colocado em quinto lugar é a minha agenda prioritária, uma vez que a câmara
3333 técnica foi criada inicialmente para isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
3334 **CNRH).** Alguém? Lobato, por favor. Bem, lembrando que nós não trabalhamos com números
3335 mágicos e questões absolutamente congeladas, elas são referenciais. Por favor, Lobato. **Sr.**
3336 **Francisco José Lobato da Costa. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Secretário e
3337 demais conselheiros. Só para lembrar que de fato existem alguns itens dessa câmara sobrepostos a
3338 outros. E se olharmos a observação do Sidnei em relação ao sistema de informação e aqueles
3339 indicadores de desempenho, dentre os indicadores de desempenho sem dúvida metas e objetivos do
3340 Plano Nacional serão os mais importantes ou dos mais importantes. E gostaria só de reforçar uma
3341 política que me parece que o Ministro Minc sempre reforça que o grande passivo ambiental que
3342 nós temos no país é advindo do setor de saneamento, coleta e tratamento de esgotos sanitários;
3343 portanto, a interface entre a Política de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Saneamento me
3344 parece que é uma das nossas prioridades do país. Portanto só para reforçar eu acho que a gente
3345 poderia até agregar alguns dos itens para colocar essas duas questões como relevantes: metas e
3346 objetivos do plano, que a gente pode casar lá com aquele outro de indicadores do sistema de
3347 informações e aí interface com o Plano Nacional de Saneamento. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3348 **(Secretário Executivo CNRH).** Inscrições abertas. Por favor, Rosa, Arlete, perdão. É Rosa
3349 (Intervenção fora do microfone). Bom dia Arlete. **Sra. Maria Arlete Rosa. (Prestadores de**
3350 **Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário).** Bom dia. Maria Arlete

3351 Rosa do Setor de Saneamento. Só para reafirmar o que o Lobato colocou aqui, e acho importante
3352 nós avançarmos nessa discussão e nessa integração, e avançarmos também na concepção de fazer a
3353 gestão do saneamento por bacia hidrográfica. Nós lá no Paraná fizemos e essa é uma prioridade de
3354 política de governo, todas as políticas de governo nós estamos alinhando no território da bacia
3355 estabelecendo a prioridade e a prioridade é o saneamento. Então eu acredito que a defesa que o
3356 Francisco fez aqui que nós pudéssemos estabelecer Secretário à prioridade do que nós temos
3357 colocado do setor de saneamento, o senhor participou inclusive semana passada lá com todas as
3358 empresas de saneamento, no sentido de avançarmos porque efetivamente 85% da população está
3359 concentrada nos centros urbanos, e o maior desafio é efetivamente o saneamento. Então eu gostaria
3360 de ver como uma prioridade. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
3361 **CNRH).** Muito obrigado. A proposta que nós... Pois não Patrícia? Patrícia moção... (Intervenção
3362 fora do microfone). Mas eu compartilho das suas opiniões a esse respeito. **Sra. Patrícia Helena**
3363 **Gambogi Boson. (Indústrias).** A primeira que foi colocada como primeira que a revisão da 17 ela
3364 já está em andamento, então eu acho que não fica bem, ela já está em andamento e já foi priorizada
3365 ela vai terminar. Então nós colocaríamos como prioridade essa questão do saneamento que eu
3366 concordo inteiramente com as falas aqui anteriores a respeito desse assunto, e colocaríamos
3367 efetivamente a questão que está lá em quinto que é a questão do acompanhamento, até reforçando
3368 essa questão dos indicadores e tudo mais. Eu costumo dizer que esse conselho é privilegiado por
3369 ter um plano e aí tem uma ordem pré-estabelecida em termos de prioridade em relação ao conselho
3370 irmão que não tem plano nenhum e é um caos. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
3371 **CNRH).** Muito obrigado. Então encaminhamos nessa direção à proposta. Número um ficaria o
3372 saneamento básico e o Plano Nacional de Saneamento e a proposta número 2, a que tem o grau de
3373 prioridade 5, também apresentada pelo Sidnei e pela Patrícia. Tudo bem? Só lembrando que com
3374 as ponderações do Lobato é mais uma, por exemplo, se a pauta prioritária são todas as metas e os
3375 objetivos do plano a de saneamento é uma delas, mas para reforçar a posição do presidente da
3376 câmara e porque a câmara tem produzido um material bastante importante aqui também. Próximo,
3377 por favor. Cobrança. Os cinco itens prioritários são: descontingenciamento dos recursos
3378 provenientes do setor elétrico. 141 pontos. Estabelecimento de prioridades para aplicação dos
3379 recursos da cobrança, acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança, o primeiro foi
3380 proposto pela CTCOB. A segunda também por duas câmaras técnicas e pelo GTAC. O que é o
3381 GTAC? É grupo de trabalho? Não sei. Pelo Conselho Estadual de São Paulo, acompanhamento da
3382 cobrança então tem a câmara técnica e o grupo de trabalho de acompanhamento de cobrança e
3383 também pelo Conselho de São Paulo. O primeiro obteve 141 e este obteve 175 pontos. O terceiro:
3384 a segurança jurídica da cobrança, marco regulatório, fonte 116. CTCOB. E ele obteve 176 pontos.
3385 Um ponto apenas de diferença do número 2. A quarta: estudos relacionados aos fundos estaduais...
3386 (Intervenção fora do microfone). A quarta: métodos e critérios especiais para a cobrança pelo uso
3387 dos recursos hídricos, com 210 pontos. Não. É que aqui está errado na tela. Como vocês não têm a
3388 pontuação, para vocês isso é transparente, mas a proposta 5 teve 210 pontos. A proposta 4 aqui
3389 colocada como 4 teve 222 pontos. Então, portanto, a ordem correta é a proposta 4: métodos e
3390 critérios especiais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e a proposta 5 que consta como
3391 4, mais um erro.... Tem a 9, então a proposta 4, nada como a transparência, não é? Vocês não têm
3392 essa informação não conseguem acompanhar. A proposta 4 teve 210. E a proposta cinco é que aí
3393 está com número 9 que obteve 212 pontos que é: forma de aplicação dos recursos arrecadados com
3394 a cobrança. A proposta também apresentada pelo Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São
3395 Paulo que teve 212 pontos. Então eu vou só reler. A de número 5 é a proposta de grau de
3396 prioridade 4. Você consegue sem mexer na tabela só colocar ali, não precisa reordenar. E a
3397 proposta 9 é a proposta com grau de prioridade 5. Só põe o número. Tira o 4 da 4. Não precisa pôr
3398 número nenhum. Tira o 4 daí, está como figura, está bem. Então o plenário tem esse entendimento?
3399 A 5 é a de número 4 e a 9 é a de número 5. Em discussão. Lobato e em seguida Patrícia. **Sr.**
3400 **Francisco José Lobato da Costa. (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa).** Qual o

3401 conceito de cobrança pelo uso da água? O conceito teórico? É um instrumento econômico de
3402 gestão que deve ser localmente discutido. Ele é uma negociação absolutamente local à bacia
3403 hidrográfica, e ali é que se definem as prioridades para aplicação de recursos da cobrança. Então eu
3404 acho que o que está como segundo item é uma intervenção que contraria o princípio da
3405 subsidiariedade do Conselho Nacional. Isso não deve ser resolução e definição do Conselho
3406 Nacional. Isso tem que ser algo que venha da capilaridade do sistema e aqui a gente referenda,
3407 avalia e vê se não tem nenhuma irregularidade em relação ao sistema. Então eu acho que é um
3408 equívoco a gente ter colocado isso como prioridade. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
3409 **Executivo CNRH).** Patrícia Boson. **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson. (Concessionárias**
3410 **Indústrias).** Olhando todos os temas propostos pela CTCOB Secretário e conselheiros eu
3411 identifiquei três temas que estão colocando nomes repetitivos. Você tem um tema que é a fonte
3412 134 que realmente precisa ser resolvido isso e que tem uma determinação. Tem um terceiro tema
3413 que chama fluxo financeiro da cobrança, é você avaliar negócio de caixa único, para onde vai, para
3414 onde deixa de ir, a facilidade que está tendo ou não no repasse desse dinheiro para as agências.
3415 Quem vive o problema das agências, a (inaudível) que eu vivi mais de perto, por exemplo, as
3416 pessoas têm 8 horas de trabalho e elas gastam 6 horas prestando contas ao dono de dinheiro e 2
3417 horas trabalhando na bacia; porque ele tem que prestar contas ao TCU, ao Ministério Público, a
3418 não sei mais quem, a Corregedoria de não sei da onde, a própria ANA, ao MMA, ao Ministério da
3419 Fazenda, enfim são 6 horas prestando contas e 2 horas trabalhando na bacia, e isso precisa ser
3420 resolvido. Isso tem que ter algum encaminhamento nesse sentido e o outro ponto seria a questão
3421 dos fundos de recursos hídricos. Então para mim as coisas estão colocadas assim com nomes
3422 diferentes chamando de aplicação, chamando disso, mas na verdade é fluxo financeiro, quer dizer,
3423 você avaliar o fluxo financeiro de um dinheiro público que é repassado a uma entidade de direito
3424 privado. Você tem que estudar isso como é que faz isso da maneira mais adequada, mais ágil e
3425 melhor. A fonte de 134 que é descontingenciamento mesmo desse dinheiro, nós temos que pensar
3426 num meio de trabalhar isso, e a questão dos fundos de recursos hídricos. Nesse fluxo financeiro eu
3427 só acrescentaria uma coisa que não foi colocada, mas que eu também chamaria de fluxo financeiro
3428 é a questão do reembolsável, quer dizer, a aplicação do recurso da cobrança pelo uso da água de
3429 forma reembolsável. Isso é uma coisa que tem que ser resolvida porque até então o setor usuário
3430 privado, a indústria, por exemplo, ela não recebe o dinheiro da cobrança. Ela não consegue para o
3431 bem dela, para aplicação, por exemplo, a gente tem um programa muito interessante que é o de
3432 produção mais limpa, aonde o consultor vai lá e faz o diagnóstico dos problemas em relação ao
3433 desperdício de água e indica o que deve ser feito e se o que deve ser feito precisa de grana não vai
3434 ter grana para isso. Os caras estão com a corda no pescoço, e não tem onde buscar essa grana. E ele
3435 não pode buscar na cobrança pelo uso da água. Ele ainda não pode buscar porque não tem como
3436 transferir para o privado um equipamento, uma coisa que vai ficar lá, o saneamento trabalha isso
3437 muito bem, pode ser transferido por isso que a maioria do dinheiro vai para ETE, vai para essas
3438 questões. Para cobrança para o privado, para a indústria não vai. Não tem como fazer esse repasse.
3439 Então era também dentro do fluxo financeiro. Então Secretário eu colocaria três prioridades: fluxo
3440 financeiro do dinheiro da cobrança pelo uso da água; a fonte 134; e a questão dos fundos de
3441 recursos hídricos que também deve ser trabalhada. (Intervenção fora do microfone). Não é só a
3442 forma. É tudo, é o reembolsável, se pode fazer reembolsável é o dinheiro ir mais rápido é tirar pelo
3443 menos, se tem 8 correndo atrás da (inaudível), põe só dois cachorros, para que oito cachorros
3444 correndo atrás da coitada. Então, quer dizer, tem que melhorar esse fluxo financeiro. Achar uma
3445 saída para esse fluxo financeiro e não adianta dizer que é dinheiro público não porque aí eu volto
3446 com a minha ladainha, nós temos aí o Sarah Kubitschek e que é um dinheiro público que é passado
3447 para uma entidade privada sem nenhum desses controles horrorosos que uma (inaudível) que
3448 recebe um milésimo do que o Sarah recebe tem sobre ela. Então, quer dizer, saída tem, tem que
3449 saber debruçar sobre isso e saber qual é essa a saída, porque saída tem. **Sr. Vicente Andreu**
3450 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por favor, Cybis. Pois não Martha.

3451

3452 **Sra. Martha Sugai. (CTAP – CNRH).** Eu queria fazer um esclarecimento com relação ao item 2.
3453 Na verdade o item 2 se refere ao estabelecimento de prioridades para aplicação do 0,75 de
3454 cobrança do setor de hidroeletricidade. Esse ponto foi inclusive colocado ontem que há
3455 necessidade de aprimoramento do processo e a competência do GTAC é exatamente o
3456 acompanhamento da aplicação desses recursos. Então não é o recurso da cobrança local, e sim das
3457 prioridades de aplicação do recurso do 0,75 que nós aprovamos a resolução ontem e que a gente
3458 viu claramente que há necessidade de que esse processo seja aprimorado. **Sr. Vicente Andreu**
3459 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Perfeito. Levantou a mão aqui eu já estou... Eu vou fazer
3460 um esforço para ver se eu consigo atender as preocupações aqui colocadas com buscas a uma
3461 definição mais adequada, mas nós teríamos aqui em relação aos fundos de recursos hídricos... Por
3462 favor, Patrícia, eu queria a sua atenção em especial, você que fez a proposta. A proposta que consta
3463 como número 4 que é estudos relacionados ao fundo aqui não se trata só de estudos, mas seria de
3464 uma análise proposta em relação aos fundos estaduais de recursos hídricos. É uma das questões
3465 que você menciona. Então a de número 4 seria uma das selecionadas aqui. A que trata da fonte 134
3466 nós vamos tratar... (Intervenção fora do microfone). Bom, eu vou pedir para o Marley me ajudar
3467 aqui no ordenamento a partir dessa discussão e depois eu volto a essa câmara técnica aí. Marley
3468 destrincha. Eu queria apresentar a vocês também muito rapidamente, eu tenho uma tese em relação
3469 a isso, tenho trabalhado e depois eu acho que a gente precisaria até discutir essa questão de fonte
3470 134, fonte 116, que é uma divisão do ponto de vista do orçamento público que no meu
3471 entendimento não corresponde à devida natureza da cobrança desse recurso estabelecido em lei.
3472 Nós temos o instrumento da cobrança e depois a necessidade de aplicação desses recursos
3473 cobrados nacionalmente do setor elétrico repassados para a Agência Nacional da Água que eu acho
3474 que é fundamental, mas a mim me parece que aí existe sim alguma inconsistência ou não há uma
3475 total clareza do marco legal a esse respeito. Queria adiantar que nós estamos fazendo um grande
3476 esforço e aí quero me penalizar por não ter apresentado ao conselho, mas muito rapidamente, nós
3477 estamos fazendo um grande esforço junto ao MME e a ANEEL no sentido de que as PCHs passem
3478 a contribuir com 0,75. Aí também há uma divergência do ponto de vista da interpretação legal. No
3479 nosso entendimento não há necessidade de alteração da lei, a lei é clara, evidentemente é uma
3480 interpretação em relação a ela, e uma preocupação que em uma vez obtido o recurso da cobrança
3481 do setor elétrico das PCHs que ele seja revertido integralmente aos comitês de bacias onde existir
3482 comitê de bacia, diferente da cobrança do setor elétrico nacional. Então há uma negociação, uma
3483 tratativa em relação a essa questão, e pretendemos também discutir com Itaipu Binacional o
3484 pagamento de 0,75 que Itaipu não paga. Itaipu paga royalties no mesmo valor da compensação
3485 financeira que é de 6% com os mesmos critérios de distribuição, porém ela não faz uma
3486 contribuição em relação ao 0,75 porque obviamente há um tratado internacional, binacional entre
3487 Brasil e o Paraguai e alterações nesses valores implicariam na alteração entre o tratado desses dois
3488 países ainda mais no momento crítico aonde essa questão vem sendo colocada pelo governo
3489 paraguaio. Porém há um entendimento de várias pessoas que atuam no setor de que Itaipu foi
3490 esquecida e a contribuição referente à Itaipu seria da ordem de 10 a 15 milhões de reais/ano se
3491 houvesse também o pagamento pela cobrança pelo uso de recursos hídricos em Itaipu. Então são
3492 algumas questões que eu queria apontar aqui rapidamente como atividades que nós estamos
3493 desenvolvendo e eu me comprometo dentro da câmara técnica de apresentar o que tem sido
3494 encaminhado pelo Ministério a respeito desse tema. Enquanto o Marley busca uma síntese mesmo
3495 porque eu gostaria... Nós já estamos chegando às 11 horas e eu queria aproveitar depois o restante
3496 da nossa reunião com uma apresentação que vai ser muito relevante sobre o Plano Nacional de
3497 Mudanças Climáticas e os efeitos já verificados da mudança do clima especialmente nas áreas
3498 costeiras. Eu queria passar a CTIL rapidamente e depois eu retorno aqui à cobrança. CTIL. As
3499 prioridades foram: número um, integração da política de recursos hídricos com outras políticas
3500 públicas, por exemplo, saneamento. 181 pontos. Definição do curso d'água, isso é uma proposta do

3501 segmento de irrigantes com 213. O terceiro são as unidades de gestão de recursos hídricos em rios
3502 de domínio da União, lembrando que a de número 2 e a de número 3 elas estão em discussão. Então
3503 relembro aqui também uma contribuição que a Patrícia apresentou em relação ao tema anterior,
3504 que já são temas em discussão. Foi proposto pela ANA com 221 pontos. O item 4, as escalas de
3505 ação na gestão de recursos hídricos, nacional, estadual e municipal, a descentralização, a
3506 integração. Isso foi proposto pelo Conselho Estadual de São Paulo. 243 pontos. E o quinto é a
3507 gestão de recursos hídricos em regiões metropolitanas com 246 pontos. Em discussão. Bem, a
3508 minha proposta seria de que os itens 2 e 3 eles sejam suprimidos em função da ponderação já feita
3509 pela Patrícia porque eles estão em discussão, portanto a discussão permanece, e nós então teríamos
3510 a discussão do item 4 e do item 5, e a mim e me parece que o item 5 poderia ter mais objetividade
3511 por parte do conselho. Então se vocês me permitem para agilidade eu teria a proposta número 1
3512 proposta pelo Conselho de São Paulo, as propostas 2 e 3 elas são mantidas, e a proposta 5 que são
3513 regiões metropolitanas como a 2ª proposta prioritária da câmara técnica. Em não havendo
3514 discordâncias são essas as recomendações. Eu agradeço aí a compreensão e a participação no
3515 plenário também para a agilidade dos trabalhos. A próxima é águas subterrâneas. Você já chegou a
3516 um consenso em relação ao tema anterior Marley? Quer apresentá-lo, por favor, então antes de
3517 águas subterrâneas. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de Apoio ao CNRH).** A
3518 proposta apresentada pela Conselheira Patrícia é de que o primeiro item seja o fluxo financeiro da
3519 cobrança pelo uso da água, aí considerando a captação, o repasse e a aplicação, como que se
3520 aplicam os recursos advindos da cobrança pelo uso da água. O segundo item é a fonte 134,
3521 descontinuação e aplicação, quer dizer, já aproveitando aqui a própria ideia já priorizada
3522 como item 1. E o terceiro item que está hoje no grau de prioridade número 4 são os estudos
3523 relacionados aos fundos estaduais de recursos hídricos. Ok Patrícia? (Intervenção fora do
3524 microfone). **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Na verdade são dois
3525 pelo seguinte: particularmente em relação ao descontinuação há uma ação de natureza
3526 política que é o convencimento junto à Fazenda e ao Ministério do Planejamento de que esses
3527 recursos não podem ser contingenciados. Penso que aí caberia também eventualmente uma ação da
3528 Secretaria e da ANA no sentido da produção de um parecer jurídico mais forte para justificativa
3529 desse pedido do descontinuação, então que nós trabalhássemos na esfera da natureza
3530 política e o descontinuação na questão jurídica como uma prioridade para a ANA e para a
3531 Secretaria no sentido da formulação de um parecer que dê sustentação a essa argumentação. E nós
3532 estaríamos informando ao plenário a respeito do andamento desse tratamento. Nós ficaríamos
3533 então com fluxo financeiro e com os fundos estaduais de recursos hídricos como prioridade e como
3534 uma ação conjunta da ANA e do Ministério no sentido do descontinuação de recursos. Pode
3535 ser? Por favor, Cybis. Rapidinho. (Intervenção fora do microfone). Está bom. Tem uma questão
3536 formal aí na tela. (Intervenção fora do microfone). Por favor, João Bosco, para caminhar...**Sr. João**
3537 **Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Eu só queria fazer uma sugestão. Eu acho que a
3538 proposta que a Patrícia traz apesar de não ser quatro, ser 6, mas é porque ontem... O que está em
3539 discussão aí que a CTCOB pôs foi aprovada moção ontem. Eu acho que o que é importante é o
3540 acompanhamento dessa moção, o retorno e efetivamente se for o caso fazer uma discussão aqui. É
3541 na perspectiva de propor um pacto federativo em relação a isso, quer dizer, ver com os estados e a
3542 nível nacional a relação dos fundos, com planejamento, quando é que se pensa colocar, vai se
3543 colocar ou não vai, qual é o prazo para que se tenha um acompanhamento uma perspectiva de
3544 pacto federativo efetivamente. Eu acho que essa que seria a demanda a ser levada para a CTCOB,
3545 para que ela pudesse trabalhar a questão a partir da moção esse acompanhamento e como se
3546 constrói um pacto federativo para que os fundos de recursos hídricos efetivamente o recurso seja
3547 aplicado em recursos hídricos e não em pavimentação e outras coisas. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3548 **(Secretário Executivo CNRH).** Como é que fica então João? **Sr. João Bosco Senra. (Ministério**
3549 **do Meio Ambiente).** O mesmo texto só que tirando essa parte final: os fundos estaduais. Um
3550 pacto federativo para a viabilização dos fundos estaduais de recursos hídricos. Construção de um

3551 pacto federativo eu mudaria...**Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Tira a
3552 aprovação da moção. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Tira aprovação da
3553 moção porque já foi aprovado, quer dizer, o objetivo é esse: como construir um pacto federativo
3554 para que os fundos estaduais de recursos hídricos efetivamente apliquem os recursos da cobrança.
3555 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Eu queria 30 segundos da paciência
3556 de vocês. Eu esqueci na questão do setor elétrico nós vamos viver também uma situação imposta
3557 pelo sistema de concessão, mas que é o vencimento das concessões de várias usinas brasileiras. Em
3558 parte elas foram renovadas, e em parte elas começam a vencer a partir de 2014, se tiver o
3559 representante do setor elétrico aqui pode até me ajudar. Por favor, essas usinas elas todas elas têm
3560 concessão a concessão é variável, mas em torno de 30 anos e especialmente elas começam a vencer
3561 a partir de 2014, portanto todo o montante de recursos que hoje remunera o capital em torno da
3562 construção dessas usinas elas desaparecem, ou seja, essa remuneração passa a ser apropriação
3563 social desse recurso. É um valor muito significante e nós estamos também junto ao Ministério de
3564 Minas e Energia e junto a ANEEL apresentando o pleito que no vencimento da concessão haja
3565 uma maior contribuição para o sistema de recursos hídricos e adicionalmente que esse recurso
3566 adicional seja priorizado na bacia hidrográfica onde se encontram as grandes usinas nacionais
3567 também. Então esse é um tema em discussão. Eu só quero fazer aqui o anúncio e depois eu me
3568 comprometo a apresentar na câmara técnica o andamento dessa discussão que é no vencimento da
3569 concessão aumentar a participação do setor elétrico para o setor de recursos hídricos com uma
3570 priorização de aplicação desses recursos na bacia de onde eles são provenientes. Quais são as
3571 bacias onde essas concessões vão vencer? Fundamentalmente as bacias do Paraná, as usinas na
3572 bacia do Paraná e nas bacias do Rio São Francisco. Próxima. Então com essas observações
3573 venceremos também a de cobrança. A próxima agora é de águas subterrâneas. Rapidamente
3574 discussão de resolução sobre diretrizes para o monitoramento de águas subterrâneas proposta pela
3575 própria câmara, 168 pontos. O segundo o Plano Nacional de Águas Subterrâneas. Debate. Está mal
3576 formulado aqui. O terceiro me ajude João Bosco e Marley. O terceiro é monitoramento de água
3577 subterrânea encaminhado pela ANA, teve 177 pontos. O que? (Intervenção fora do microfone). A
3578 quarta e a primeira são... (Intervenção fora do microfone). A terceira e a primeira, eu quero que
3579 vocês me ajudem na redação da segunda. A primeira é a terceira é a mesma. A quarta é o estudo e
3580 regulamentação de recarga artificial de aquíferos, proposto pelo Conselho de São Paulo, 181
3581 pontos. O debate que trata do cadastramento de usuários de águas subterrâneas. Então o que eu
3582 estou vendo aqui é: um trata do Plano Nacional do Monitoramento quali-quantitativo e o outro
3583 trata do cadastramento de usuários de água subterrânea, e uma vez que o item 3 está contemplado
3584 no item 1 vou ler a número 6: diretrizes para gestão de recursos hídricos transfronteiriços
3585 principalmente projetos do sistema Aquífero Guarani, programa (inaudível) América e parte
3586 transfronteiriça do Plano Nacional de Águas Subterrâneas, proposta pela própria câmara e obteve
3587 197 pontos. Em discussão. Pois não? Hugo, depois Patrícia depois João Clímaco. Só pediria que
3588 vocês se aproximassem, por favor, para a gente ganhar agilidade. **Sr. Carlos Hugo Suarez**
3589 **Sampaio. (Ministério da Justiça).** Só um esclarecimento com relação a essas diretrizes para
3590 gestão de recursos hídricos transfronteiriços porque a Câmara Técnica de Gestão de Recursos
3591 Hídricos Transfronteiriços está trabalhando exatamente sobre essas diretrizes. Tem um grupo de
3592 trabalho que está terminando o relatório, deve apresentar alguma coisa já na próxima reunião da
3593 CTGRHT. Nós não estamos tratando de águas subterrâneas, porque é um assunto diverso do que a
3594 gente tem tratado com as diretrizes. Então o meu esclarecimento é: se isso vai tratar
3595 especificamente de gestão de recursos hídricos transfronteiriços subterrâneos ou se é alguma coisa
3596 mais geral? Se for uma coisa mais geral eu acho que é competência da Câmara Técnica de Gestão
3597 de Recursos Hídricos Transfronteiriços e não da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, e mesmo
3598 que seja só de águas subterrâneas eu acho que tem uma interface importante com a Câmara
3599 Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3600 **(Secretário Executivo CNRH).** Muito bem. Só antes de passar a Patrícia no elenco de propostas

3601 para a Câmara Técnica de Gestão de Recursos Transfronteiriços, recursos hídricos, exatamente o
3602 número um é: diretrizes para gestão de recursos hídricos no geral transfronteiriços, e aqui estaria
3603 trabalhando especificamente sobre águas subterrâneas. Por favor, Patrícia. **Sra. Patrícia Helena**
3604 **Gambogi Boson. (Indústrias)**. Eu também lendo essas propostas Secretário e conselheiros, eu
3605 estou entendendo que há uma proposta e até aqui roubando um pouco as palavras do João Bosco,
3606 eu acho que a gente precisa trabalhar a construção de um pacto federativo para gestão
3607 compartilhada das águas subterrâneas. Se você vai fazer monitoramento, se você vai fazer
3608 capacitação se você vai fazer cadastramento, tudo você depende do domínio das águas que são dos
3609 estados. Então eu acho que a gente podia substituir toda essa questão de monitoramento,
3610 cadastramento, todas essas questões de ação em relação à gestão de recursos hídricos e substituir
3611 pela construção de um pacto federativo para gestão compartilhada das águas subterrâneas. E nesse
3612 pacto teria o monitoramento, a capacitação e teria todas essas ações embutidas nisso aí, porque
3613 você não vai agir em nada em águas subterrâneas se eu não tiver a participação do estado que tem
3614 a dominialidade dessas águas. Então nada se fará à revelia, então é preciso primeiro estabelecer a
3615 construção desse pacto federativo. Corroboro com as palavras do Hugo, a gente fala sempre em
3616 integração da água subterrânea e água superficial, então as diretrizes transfronteiriças estariam com
3617 a Câmara Transfronteiriça que creio que não faz só gestão de recursos hídricos superficiais. Ela
3618 trabalha com a gestão de recursos hídricos de uma maneira integrada, então é levar esse tema lá
3619 para Câmara Transfronteiriça podendo até chamar atenção para o Aquífero Guarani e naquele
3620 quadrinho que vai ser preenchido de como fazer e a que resultado chegar uma indicação de
3621 trabalhar conjuntamente com as águas subterrâneas por conta da questão da especialidade do
3622 domínio do conhecimento colocado dentro da Câmara de Águas Subterrâneas. **Sr. Vicente**
3623 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH)**. Muito bem, João Clímaco. Em seguida João
3624 Bosco. E eu vou encaminhar, faltam duas câmaras técnicas, eu vou tentar vencer rapidamente. **Sr.**
3625 **João Clímaco Soares de Mendonça. (Organizações Não Governamentais)**. Eu acho que as
3626 idéias aqui colocadas não são excludentes entre si. É questão do formato, da concepção da
3627 intervenção política que o Conselho está propondo, contudo eu queria objetivar mais que tudo isso
3628 que foi colocado, sem prejuízo tanto do pacto como do monitoramento, não existem condições de
3629 você fazer monitoramento melhor se não tiver um guarda-chuva institucional político que facilite
3630 melhor isso. Então nada é excludente, tudo depende de capacidade, força e boa vontade política
3631 para se fazer. Contudo nós tivemos durante esses últimos três anos na CTAS uma demanda
3632 objetiva que tem a ver com monitoramento e tem a ver com tudo isso é, mas é bem objetiva porque
3633 diz respeito a problemas que populações localizadas no país sentiram por ocasião de alguns
3634 eventos críticos no que diz respeito à água subterrânea. Como foi discutido há dois anos atrás que
3635 se colocariam diretrizes para aproveitamento e estudo sobre aquíferos cársticos como se chama,
3636 onde há concentração de populações que estão demandando essas águas. Evidentemente que isso
3637 não está fora do que está proposto aí de monitoramento e tudo mais, mas tendo em vista que isso
3638 foi um assunto colocado com a demanda dos companheiros do Paraná, e não foi objetivamente
3639 contemplado nesses elencados aí, eu queria considerar que fosse levado em conta a questão dos
3640 aquíferos cársticos, não só no Paraná, mas em todo o país que tem um problema que acontece
3641 onde há exploração de água para consumo de comunidades e tem às vezes acidentes que
3642 precisavam ser olhados, esperar que haja uma articulação política, depois monitoramento até
3643 chegar no cárstico a gente vai esperar mais alguns anos e os problemas são visíveis. Obrigado. **Sr.**
3644 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH)**. João Bosco, último inscrito. Depois
3645 Arlete. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente)**. A intervenção é só um pouco
3646 para corroborar com essa preocupação que o Hugo traz porque nós recebemos recentemente, foi
3647 aprovado no âmbito das Nações Unidas como resolução em relação à questão das águas
3648 subterrâneas. Então nós ainda nem encaminhamos para as câmaras técnicas e vamos encaminhar
3649 essa resolução, foi discutido no final do ano passado no âmbito das Nações Unidas e eu acho que é
3650 mais prudente talvez aguardar essa discussão para se fundamentar inclusive nessa proposta a nível

3651 internacional. Então eu entendo que nesse caso específico eu acho que seria mais interessante
3652 aguardamos talvez para o próximo ano, então, mas não com certa urgência em função dessa
3653 resolução aprovada a nível internacional. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo**
3654 **CNRH).** Arlete é a última inscrita. **Sra. Maria Arlete Rosa. (Prestadores de Serviço Público de**
3655 **Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário).** Só para reafirmar essa questão que o João
3656 colocou aqui da questão dos aquíferos cársticos. Nós estamos em um processo de licenciamento. É
3657 um licenciamento que nós estamos construindo a metodologia de licenciamento participativo
3658 exatamente pela complexidade que são esses aquíferos. Então eu gostaria que fosse dada uma
3659 relevância a essa questão até em decorrência dos problemas que nós temos no país e em
3660 decorrência dos problemas que tivemos no Paraná fomos obrigados a avançar e a buscar construir
3661 uma metodologia nesse processo de licenciamento que é feito inclusive junto com o IBAMA e
3662 com todos os órgãos do governo fazendo uma gestão integrada nesse processo de gestão de
3663 monitoramento. Enfim, dessa política que nós temos que ter em relação a toda a gestão das águas
3664 subterrâneas. Então é isso. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
3665 Bem, eu vou pedir também a ajuda ao Marley, por favor, me acompanhe aqui no raciocínio. Há
3666 uma proposta, ela não está transcrita dessa forma, mas que ela foi sintetizada pela Patrícia que me
3667 parece que dá conta de grande parte das preocupações apresentadas que é o pacto federativo para
3668 gestão de águas subterrâneas. Ela mencionou o monitoramento e capacitação, mas evidentemente
3669 dentro do item de gestão teria também diretrizes para o aproveitamento, diretrizes gerais, visto que
3670 águas subterrâneas são de domínio dos estados. Então nós estaríamos aí com essa dificuldade,
3671 muito embora tenha a PEC 43, aliás, o Conselho Nacional não tem posição a respeito da PEC 43
3672 que eu saiba e que trata da questão da dominialidade de águas subterrâneas. Transita no Senado e
3673 trata da questão de dominialidade de águas subterrâneas. Mas sem fazer confusão, uma proposta
3674 seria a construção do pacto federativo em função da constituição hoje existente, pacto federativo
3675 para gestão de águas subterrâneas, compreendendo na questão da gestão monitoramento, diretrizes
3676 para aproveitamento e capacitação. Está claro? Isso daria uma síntese significativa. O segundo
3677 item que eu não sei como tratar é na questão do licenciamento que é um ponto específico que você
3678 apresenta e eu não consegui aqui interpretar em relação às prioridades e em relação aos aquíferos
3679 cársticos que eu também não sei como tratar essa questão. Aí eu pediria uma ajuda... (Intervenção
3680 fora do microfone). Com destaque ao Guarani? (Intervenção fora do microfone). Então o guarani
3681 nós temos uma etapa importante agora que foi apresentada, mas não detalhada que é o PEA - Plano
3682 Estratégico de Ação que conclui a etapa anterior. Foi trabalhada entre ANA SRHU com as
3683 competências que são dos estados e eu acho que aí o Aquífero Guarani ele tem ainda um conjunto
3684 grande de questões a serem apresentadas. Além do que o Ministro pediu que a gente faça uma
3685 síntese do Aquífero Guarani para ele ter essas prioridades do PEA também como um ponto da
3686 agenda dele que será feita na reunião de quinta-feira com o Presidente Lula. Mas eu queria
3687 solucionar porque o item 1 ficou tão abrangente, tão forte e tão consistente em minha opinião que
3688 eu já não sei como tratar a questão do que seria o segundo item. Pois não João. **Sr. João Bosco**
3689 **Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** Não sei se tem alguém da CTAS. Porque o Daniel estava
3690 me dizendo que a Resolução 92 eu acho que já trata da questão do cárstico, então não sei se seria o
3691 caso de discutir melhor a Resolução 92. Eu não sei se seria o caso... Não é o caso. Então o pessoal
3692 está dizendo que não é o caso. Mas em relação ao Aquífero Guarani Secretário eu acho que o
3693 Plano Estratégico de Ação ele era para ter sido lançado, a gráfica é que não conseguiu entregar a
3694 tempo ontem para distribuição aqui para todos, e provavelmente, segundo o Luiz Amore está
3695 ficando pronto ainda para a próxima semana. A gente vai encaminhar para todos os conselheiros e
3696 nós vamos chamar uma reunião com os oito estados brasileiros do Aquífero Guarani para definir
3697 um pouco essa metodologia, já é uma questão mais executiva prática de implementação do próprio
3698 PEA. Então não sei se é o caso de entrar no ponto de vista de resolução e tal, isso pode até nessa
3699 reunião sair alguma questão, mas no momento eu acho que era melhor que a gente pudesse ter essa
3700 reunião com os oito estados, a partir do PEA e aí sim a gente definir se tem alguma atividade que a

3701 gente poderia trazer aqui para Conselho Nacional. Mas nesse momento eu penso que seria uma
3702 questão mais específica, então eu não colocaria como prioridade. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3703 **(Secretário Executivo CNRH).** Obrigado João Bosco. Eu queria fazer um encaminhamento sem
3704 número mágico e também dado que esse é um assunto, a questão de águas subterrâneas é um tema
3705 cada vez mais relevante na gestão de recursos hídricos. Então eu concentraria, faria aqui a proposta
3706 que a gente tivesse a construção dessa gestão do pacto federativo de águas subterrâneas com esses
3707 aspectos colocados como atividade apresentada prioritariamente do plenário para essa câmara
3708 técnica. Ficaríamos com esse foco sem a perda das contribuições aqui apresentadas, das
3709 populações, dos cársticos do Aquífero Guarani em especial. Tudo bem? Muito obrigado. O
3710 próximo é? Gestão de recursos hídricos transfronteiriços são cinco pontos. Eu queria só fazer um
3711 detalhe, o primeiro inclusive é aquele que obteve a menor pontuação de todos os pontos das
3712 agendas apresentadas, ou seja, ela sinaliza uma grande compreensão de priorização por parte dos
3713 conselheiros e das conselheiras que responderam esse questionário. Quer dizer, é uma grande
3714 produção de consenso em torno disso. A diretriz para gestão dos recursos hídricos transfronteiriços
3715 é prioridade um, deu 103 pontos. Intercâmbio de experiências em gestão de recursos hídricos. Deu
3716 prioridade 2. 134 pontos. Debate sobre diretrizes para a gestão dos recursos hídricos
3717 transfronteiriços, acompanhamento da moção 9, de número 9 a número 29. Está fundamentalmente
3718 dentro da primeira. 141 pontos. Identificação de iniciativas de capacitação e gestão de recursos
3719 hídricos transfronteiriços é a 4, com 146 pontos. E procedimentos para monitoramento das
3720 deliberações afetas a câmara técnica, moções do Conselho 9, 14 e 29. Em debate. Pois não João
3721 Clímaco. Em seguida Hugo, em seguida Floriane. Pois não João. **Sr. João Clímaco Soares de**
3722 **Mendonça. (Organizações Não Governamentais).** Senhor Secretário e demais companheiros da
3723 plenária, a proposta que nós gostaríamos de acrescentar tendo em vista que nós tivemos cinco
3724 meses de muita atribulação, campanha política, e não deu para a gente aprofundar todas as agendas
3725 que o Conselho nos colocou nesse processo desses últimos cinco meses. Nós gostaríamos
3726 imensamente de ter tido uma concentração nas propostas, nos encaminhamentos que foram
3727 encaminhados pela plenária, mas a gente não vai fugir da nossa responsabilidade de colocar
3728 algumas questões que não estão sendo contempladas no que diz respeito a isso. A nossa meta e
3729 precisamos, estamos consolidando já a partir de várias discussões é que nós estamos querendo
3730 propor uma resolução de alterar os objetivos da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos
3731 Transfronteiriços; assim como fizemos com a Câmara do Plano, a CTIL recentemente quando
3732 fizemos à medida que a demanda, que a discussão que o estado da arte, a visão, a ideologia
3733 daquele tema fica sendo subsidiada por fatos e conjunturas locais e nacionais a gente tem que rever
3734 a nossa visão para não ficarmos com aquela velha idéia sobre tudo como diz Raul Seixas e aí as
3735 coisas terminam tomando decisões equivocadas. Eu acho que na questão de gestão de recursos
3736 hídricos transfronteiriços o nosso Conselho está carente de ter essa visão mais atualizada, tanto é
3737 porque, quando eu falo a palavra gestão eu estou falando em tomada de decisão. Recursos hídricos
3738 transfronteiriços é o aspecto da gestão quando se pensa maior, quando se pensa a questão da
3739 política de recursos hídricos. E aí eu estou vendo o seguinte: hoje se coloca uma conjuntura onde o
3740 Brasil está não só preocupado com a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços, mas como uma
3741 construção de uma concepção de gestão a nível internacional. E o digam os nossos pares que estão
3742 lá na Turquia, Zaragoza, num festival de alegorias hídricas muito salutar para alma, que temas
3743 importantes para a sociedade brasileira não são levados para esses locais. Então para mim essa
3744 câmara devia pensar muito mais alto não só na operacionalidade do gerenciamento dos recursos
3745 hídricos, mas na concepção estratégica e no posicionamento do que é a tomada de decisão em
3746 relação a questão de recursos hídricos em especial sobre temas importantes. Então a nossa proposta
3747 é que a própria Câmara de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços altere o seu objetivo e
3748 sua finalidade no âmbito da política pública de recursos de hídricos e passe a ser uma câmara de
3749 relações internacionais na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. Relações internacionais,
3750 tendo em vista os posicionamentos que o Brasil está sendo levado a tomar que não estão sendo

3751 debatidos de maneira convergente e orgânica com o debate que está tendo na sociedade. Agora
3752 mesmo tivemos a questão da água como direito humano onde o governo foi para um lado e a
3753 sociedade foi para outro, e toda uma temática que eu estou vendo que nós não podemos deixar de
3754 subsidiar o governo em assuntos que também o governo deveria trazer para esse conselho. E nós
3755 não ficarmos só vendo a festa depois que aconteceu com as suas luxúrias e seus prazeres na Arábia
3756 e no mediterrâneo. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
3757 obrigado. Eu pediria pelo horário, são 25 para o meio-dia, nós temos duas apresentações de vinte
3758 minutos cada, era fundamental que essas apresentações pudessem suscitar um debate qualificado
3759 entre os membros aqui do conselho, peço a todos e a mim também para o exercício máximo do
3760 poder de síntese. Então Floriane depois o Hugo. **Sr. Cláudio Ramos Floriane Júnior.**
3761 **(Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário –**
3762 **CASAN).** Eu acho que pedir poder de síntese para italiano é sacanagem, mas tudo bem. Eu queria
3763 fazer uma proposta de unificar o item 1 com o 3 porque ela dá conta da tarefa, e o 2 com o 4, e aí
3764 queria lembrar os colegas porque foi tão claro o que nós estamos fazendo na câmara técnica:
3765 porque os itens 1 e 3 dão conta do parágrafo 3º do artigo 2º que é atribuição da câmara técnica, que
3766 é propor diretrizes para gestão de recursos hídricos transfronteiriços e fronteiriços. Os itens 2 e 4
3767 dão conta da primeira, do 1º inciso lá, propor mecanismos de intercâmbios técnicos legais
3768 institucionais entre países vizinhos nas questões relacionadas com a gestão de recursos hídricos
3769 transfronteiriços. Isso no 4. E o 2 é analisar e propor ações conjuntas visando minimizar e
3770 solucionar eventuais conflitos. E aí é bom que, eu vou aproveitar essa oportunidade bem curtinha
3771 com aquele poder de síntese, e vou dizer assim: fundamentalmente o que a câmara técnica tem
3772 feito nesses anos, eu estou na câmara técnica há cinco anos, o Hugo está a mais do que eu, o Byron
3773 também, estamos aprendendo, o Marcelo também é da câmara técnica, o que nós temos feito é
3774 discutir diretrizes e tentar ter isso claro. E digo para vocês: cinco anos é muito tempo? Eu acho que
3775 é pouco. Por quê? Quando nós começamos a discutir e começamos a aprofundar a gente viu quão
3776 delicada era à questão da relação com outros países. A nossa câmara técnica é presidida pelo
3777 representante do Ministério das Relações Exteriores e toda essa discussão resultou em vários
3778 seminários que a câmara técnica já fez de gestão transfronteiriça seja com Brasil e Bolívia; Brasil e
3779 Peru; Brasil, Bolívia e Peru juntos; Brasil e Argentina; Brasil e Paraguai; Brasil e Uruguai e assim
3780 por diante, para que a gente pudesse discutir in loco os problemas que as comunidades da bacia
3781 estão vivendo para poder estabelecer essas diretrizes. Então eu acho que eu queria fazer essa
3782 proposta e isso dá conta das tarefas da câmara, e os procedimentos que a gente colocou ali para
3783 monitoramento das deliberações eu entendo Secretário que inclusive deveria ser uma atribuição de
3784 cada câmara técnica. É estar tendo meios de acompanhar as decisões que tomam, senão fica como
3785 a Patrícia falou, fica tomando decisão e não sabe o que deu na decisão que tomou. E com relação à
3786 questão, só voltando um pouco das águas subterrâneas, nós já discutimos isso que precisa a câmara
3787 técnica transfronteiriça sentar com a câmara técnica de águas subterrâneas para que a gente faça
3788 essa discussão específica dos aquíferos transfronteiriços. Desculpe me alongar. **Sr. Vicente**
3789 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Floriane. Só uma pequena
3790 brincadeira, eu quero recomendar ao plenário que não use o poder de síntese, vamos ver se assim...
3791 **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio. (Ministério da Justiça).** Só falando rapidamente. Só trazer
3792 um pouco a atenção para a importância desse tema. Em um país que tem 60% do seu território
3793 abrangido por bacias transfronteiriças e 18.000 km de fronteiras em 11.000 km de águas, que são
3794 rios. Então esse é um assunto que eu acho que vai crescer de importância não só na política
3795 nacional como também nos temas que o conselho vai tratar. É um tema que a gente pode evitar
3796 momentaneamente, mas que vai ter que enfrentar com bastante seriedade em um futuro não muito
3797 distante. Eu acho importante que a gente comece a debater essas diretrizes, deve vir para o
3798 Conselho proximamente, eu então só queria realmente destacar a importância desse tema que é um
3799 tema que não tem estado muito presente aqui nas plenárias do Conselho. **Sr. Vicente Andreu**
3800 **Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Mais alguém gostaria de falar sobre o

3801 tema, por favor? **Sr. Ivo Melo. (Usuários de Recursos Hídricos – Irrigantes).** Eu estou
3802 debutando, iniciando aqui como conselheiro, mas acompanho já o trabalho da Câmara Técnica de
3803 Recursos Hídricos Transfronteiriços há muito tempo, inclusive nós protagonizamos um desses
3804 seminários lá em Uruguaiana, na nossa região. E eu queria até por várias coisas que foram
3805 colocadas, a gente está aprendendo iniciando, o pessoal fala que a moção não serve muitas vezes
3806 para muita coisa, mas no caso da moção 29 ela está quebrando um senhor de um galho para os
3807 irrigantes no Estado do Rio Grande do Sul hoje. Porque dois comitês de bacias que não tinham
3808 como a gente criar no Rio Grande do Sul, apesar da mobilização ser protagonizada e tudo, através
3809 da moção 29 eles foram possíveis de serem criados. Os comitês das águas estaduais que drenam
3810 para o corpo hídrico de domínio da União. No caso a Bacia da Lagoa Mirim, canal de São Gonçalo
3811 e Rio Jaguarão e o Rio Quaraí, e essa vamos dizer foi uma oportunidade em que os comitês de
3812 bacia estão funcionando e agora tem assim a possibilidade de conversar alguma coisa. Eu gostaria
3813 de chamar a atenção eu acho que dentro dessas diretrizes como colocou o Hugo. Eu acho que aí
3814 exatamente o Hugo e o Floriane colocaram, que estão sendo geradas, gestadas agora é exatamente
3815 o próximo passo e vai proporcionar a criação do comitê federal que possa dialogar dadas as regras
3816 que são muito complicadas. No Rio Quaraí existe um tratado que o hidrólogo que colocou alguns
3817 parâmetros lá deixou muita dificuldade para que a Agência Nacional de Águas pudesse fazer as
3818 outorgas na calha do rio. Então isso é um desafio grande e eu tenho certeza que isso já foi
3819 empurrado vamos dizer assim a gente já teve oportunidade de dar passos a frente. Então eu
3820 gostaria de dizer assim que de repente a gente através dessa nova proposta que está sendo colocada
3821 aqui nessas diretrizes a gente possa realmente então através de uma resolução ou criação dos
3822 comitês do Paraíba, (inaudível) e São Gonçalo, dar mais passos à frente. Obrigado. **Sr. Vicente**
3823 **Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Agradecer aí, mais alguém
3824 gostaria de fazer uso da palavra? Bom, eu penso inclusive que até a pontuação que eu mencionei
3825 no início, foi a que teve a menor número de pontos, ou seja, foi elencada com maior nível de
3826 consenso em relação à prioridade, ela sinaliza nessa direção apontada aqui por vários conselheiros
3827 que eu sintetizo aqui na fala do Conselheiro Hugo. A proposta que nós temos sobre a mesa é juntar
3828 o item 1 com o 3 e o 2 com o 4 e uma recomendação geral dos procedimentos de monitoramento
3829 como uma recomendação cotidiana das câmaras técnicas. E um tema muito importante, mas que eu
3830 penso que deve ser fruto das oficinas seguintes, apresentado pelo Conselheiro João Clímaco que é
3831 qual é o espaço adequado para tratamento da questão de relações internacionais nesse sentido o
3832 posicionamento do Brasil em fóruns internacionais como órgão técnico de assessoramento para
3833 esse posicionamento que cabe evidentemente ao Ministério de Relações Exteriores. Mas que esse
3834 posicionamento seja fruto de um posicionamento interno brasileiro e essa é a contribuição que o
3835 Conselheiro João Clímaco traz aqui, então eu registro que a gente aproveite isso para o tratamento
3836 na oficina como construção desse posicionamento que pode ser dentro dessa câmara como ele
3837 recomenda ampliando seu escopo, mas eventualmente pode ser em outro espaço do Conselho
3838 Nacional. Mas é um tema de bastante relevância. Fica como sugestão inicial que seja dentro dessa
3839 câmara, mas aí é um debate sobre a própria competência das câmaras técnicas. Então a proposta
3840 concreta e é: 1 e 3, 2 e 4. A última câmara técnica é a CTAP, de acompanhamento do plano, e as
3841 quatro prioridades foram: análise da matriz energética, Conselho Estadual de São Paulo. 112
3842 pontos. PL 3009/97 e PLS 209/2007 que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas
3843 em barragens. 110 pontos. Perdão. Aqui já está corrigido. Que bom. Então o item 1 é a discussão
3844 do PL 3009/2007 do PLS 209/2007 que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas de
3845 barragens. Número 2 é a análise da matriz energética, proposta pelo Conselho de São Paulo.
3846 Número 3 é aplicação do inciso III do caput do artigo 35 da Lei 9433/97 que trata da necessidade
3847 de deliberação pelo Conselho Nacional sobre os projetos de recursos hídricos cujas repercussões
3848 extrapolem o âmbito dos estados em que são implantados. Isso foi sugerido pelo Ministério dos
3849 Transportes. Teve 121 pontos. E número 4: conflitos Tijuco Alto Estreito de Santa Isabel também
3850 proposto pela câmara técnica de acompanhamento do plano, análise de projeto que teve 133

3851 pontos. Eu vejo P penso em palmeiras e faço essas confusões todas. Então em discussão. Pois não.
3852 Perdão? Martha, depois Patrícia e depois João Clímaco, por favor. **Sra. Martha Sugai. (CTAP –**
3853 **CNRH).** Eu entendo que esse tema análise da matriz energética na verdade ele deveria ser com
3854 relação ao planejamento do setor elétrico, e a competência não seria dentro da CTAP. A CTAP
3855 cabe analisar projetos que extrapolam o âmbito dos estados. Isso não é uma questão. Isso é uma
3856 questão de planejamento, ela deveria ou vir direto para o plenário pela relevância por questão do
3857 planejamento do setor elétrico ou seria um tema relevante na nossa avaliação para a Câmara
3858 Técnica do Plano Nacional. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Por
3859 favor, Patrícia, em seguida João Clímaco. Por favor, se aproxime João Clímaco. **Sra. Patrícia**
3860 **Helena Gambogi Boson. (Indústrias).** Com relação ao encaminhamento das propostas, além
3861 daquele quadrinho de como e quais são os resultados para a gente saber exatamente a forma de
3862 trabalhar, porque têm muitos temas que são de discussão, genéricos e tudo mais, para evitar as
3863 moções, eu achava que devia ter uma coluna de competência legal. Muitas vezes não raro já
3864 chegou a este Conselho resoluções do qual não tinha competência legal para o conselho tratar
3865 daquele tema. Nós ficamos na discussão da resolução que saiu até muito bem, da água mineral com
3866 as águas comuns, e tudo esbarrava na competência legal, quer dizer, ficamos anos rodando em
3867 torno da questão legal, no dia que vem um parecer em seis meses resolveu o problema. O dia que
3868 veio um parecer da CONJUR do MMA, da CONJUR do MME e depois um da AGU porque os
3869 dois eram divergentes, então precisou da Advocacia Geral da União se manifestar, não se perdeu
3870 mais tempo com isso, porque as questões técnicas não estavam em jogo. O que estava em jogo era
3871 competência, quer dizer, ao falar que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos vai discutir matriz
3872 de energia elétrica o lhe cabe dentro dessa discussão? Tem que estar muito bem posto, muito bem
3873 apreciado. É assim na CTCOST também. Ao falar que a outorga de água de zona costeira o que é
3874 que pode em termos legais? O que está posto? O que está dito? A questão de reuso também que
3875 gerou tanta polêmica, o que é e o que pode? Então tem que ter antes, porque muitas vezes espera: -
3876 não, deixa a câmara técnica discutindo para na CTIL ficar com o fardo de dizer que aquela coisa
3877 não é legal, ferindo todos os sentimentos técnicos de quem passou dois, três, quatro anos em cima
3878 de uma proposta de deliberação para chegar lá na CTIL e dizer: - não, o Conselho não pode
3879 trabalhar esse tema. Não é assim. Eu acho que não deveria ser assim. Eu acho que a Secretaria
3880 Executiva devia utilizar a CONJUR do MMA e já dizer nesse quadrinho esses temas todos
3881 polêmicos que a gente não sabe exatamente qual é o papel do conselho, está lá definida qual a
3882 legalidade daquilo. Qual é o papel do conselho dentro do aspecto legal posto para o sistema
3883 nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
3884 **(Secretário Executivo CNRH).** Obrigado. Agradecer ao João Clímaco por ter aguardado aí ao
3885 lado. Depois o João Bosco e ficam encerradas as inscrições. **Sr. João Clímaco Soares de**
3886 **Mendonça. (Organizações Não Governamentais).** Eu queria dar um testemunho que esta câmara
3887 ela tem tido um papel importante no âmbito desse conselho. Acho até que ela tem servido para
3888 aproximar esse conselho da sociedade brasileira de setores organizados que por algum motivo ou
3889 por alguma leitura às vezes circunstancial enxerga nessa câmara o caminho para trazer a esse
3890 conselho a missão, de fazer esse conselho cumprir a missão que ele tem constitucional e legal. Pelo
3891 que eu vi se a gente for começar a trabalhar eu mesmo comecei isso aqui hoje, discutindo o próprio
3892 papel da câmara eu tenho que ter o espírito aberto para aceitar esse argumento para todas as
3893 câmaras. Eu comecei a falar isso sobre a Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços.
3894 Como você disse tem um momento da oficina que pode ver isso, mas eu sinto que essa câmara ela
3895 tem pelo regulamento é bem claro o que ela pode fazer e o que ela tem feito e como tem feito. Essa
3896 câmara tem sido a caixa de ressonância de algumas demandas que não estão resolvidas no âmbito
3897 de conflitos pelo uso mútuo d'água. E nós temos tratado isso com muito respeito, com muita
3898 cordialidade sob a presidência do Dr. Marley até então com muita competência a gente tem
3899 conseguido encaminhar soluções. Então os conflitos sobre o uso de recursos hídricos em várias
3900 partes do país no caso dessa proposta aí ficou reduzido a Tijuco Alto, Estreito e Santa Isabel. Eu

3901 penso que pode ser uma prioridade em relação a esses temas que já estão em discussão no
3902 Conselho. Mas na verdade a gente tem que olhar aqui pelo menos nessa nova gestão nossa a
3903 tendência é que essa câmara fique muito demandada e importante, mais importante do que ela já é
3904 para a sociedade. Então eu não estou querendo dar prioridade às coisas que já estão no conselho e
3905 eu peço perdão por não ter feito para as outras questões que dizem respeito a conflitos por uso de
3906 recursos hídricos até porque eu sei que a gente nem tem tempo para dar conta de tanto problema.
3907 Mas esse espírito de democracia, de admissibilidade que essa câmara tem adotado em relação aos
3908 problemas de conflito no país que consta no seu regimento e costa aí nessa nossa bíblia azul, ele
3909 tem que manter. Eu quero dizer aqui que aquele item 4 ali não se refere só aquilo não, tem muito
3910 mais coisas que nós vamos resolver nesses próximos anos de maneira competente como tem sido
3911 levada e dando uma impressão positiva desse conselho. Eu agradeço a atenção, mas eu queria que
3912 fosse levado em conta isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
3913 obrigado. Último inscrito é o João Bosco. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio**
3914 **Ambiente).** Só queria registrar esse item 3, aplicação do inciso III. Eu acho que é importante
3915 porque isso está na Lei 9433. Nós precisamos regulamentar essa questão, então eu acho que é
3916 fundamental ela ser priorizada apesar de estar em discussão, mas eu acho que ela devia ser
3917 priorizada dentro da câmara técnica para que isso venha a plenário. Nós aprovamos recentemente
3918 outra deliberação da CTAP também nesse sentido de regulamentação da Lei 9433. É um dos
3919 poucos itens ainda que temos da Lei 9433 a ser regulamentado. Então eu queria defender que ela
3920 fosse priorizada para que venha a plenário essa questão. E era isso só para chamar a atenção e pedir
3921 a priorização desse item porque eu acho que ele é fundamental aí em relação a esse processo de
3922 regulamentação da 9.433. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
3923 obrigado João Bosco. Então tentar produzir aqui uma síntese. A análise da matriz energética ela
3924 tem duas questões que são relevantes sobre a competência do Conselho de fazê-lo e em que local
3925 fazê-lo, que foi apresentada pela Martha e se feita deveria estar melhor colocada na Câmara
3926 Técnica do Plano Nacional. Então remetemos essa discussão em seguida. Então nós ficamos com
3927 os três pontos: discussão do PL 3009, os conflitos e aplicação. O João Bosco faz uma solicitação
3928 de que muito embora isso esteja em discussão seja dado a ele pela importância que tem ainda o
3929 caráter de prioridade, e aí fica a discussão sobre o PL e os conflitos. Na verdade muito embora aqui
3930 estejam focados em 3 conflitos a própria questão de construção de barragens e eclusas ele tem um
3931 conteúdo de conflito em relação ao setor elétrico não em relação aos seus projetos, eu acompanhei
3932 inclusive uma reunião de Secretários Executivos do Ministério de Minas e Energia e o nosso
3933 tratando sobre a responsabilidade de fazê-lo e a oportunidade de fazê-lo. Então se a gente pudesse
3934 tratar do conflito no sentido mais amplo que a gente pudesse elencar quais são aqueles que são
3935 considerados prioritários e a câmara técnica em torno desses conflitos pelo uso da água pudesse
3936 tratá-los como prioritários. Estou dizendo isso porque eu não sei se todos os Conselheiros têm a
3937 informação, mas Santa Izabel retornou a agenda política, há um posicionamento bastante firme por
3938 parte do Ministério de Minas e Energia no sentido de que essa é uma concessão que foi feita no
3939 modelo anterior do setor elétrico, portanto não exigindo licenciamento prévio e que essa concessão
3940 já foi passada a empreendedores privados. Então é uma concessão existente, e há uma orientação
3941 decorrente do plano estratégico que nós aqui aprovamos da Agência Nacional de Águas que faz
3942 uma recomendação não especificamente sobre Santa Isabel, mas faz uma recomendação geral
3943 sobre a bacia do Araguaia-Tocantins especialmente sobre o Araguaia e essa usina tem uma
3944 implicação bastante grande. Eu penso que um posicionamento do conselho, uma análise da câmara
3945 técnica e um posicionamento do conselho a respeito desses empreendimentos começando por
3946 Santa Isabel e também sem dúvida nenhuma sobre a questão de eclusas de barragens vai contribuir
3947 significativamente até para como já foi apontado aqui por diversos conselheiros e pelas
3948 conselheiras para que a gente entre na agenda política relevante posta nacionalmente. Então a
3949 minha proposta seria: incluir o item 1 e 2 e eles seriam englobados, e que a gente priorizasse
3950 aqueles pontos sobre os quais requer urgência um posicionamento do conselho, a manutenção do

3951 item 4 como aqui... É o número 3 aí, o número 4 é o meu. Item 3: aplicação do inciso II como uma
3952 matéria extremamente relevante para a continuidade. Pode ser esse o encaminhamento? Está claro?
3953 Então remetemos ao setor elétrico para análise da competência do conselho e em havendo para que
3954 isso seja muito embora a gente tenha uma moção aqui apresentada, um trabalho apresentado há
3955 duas reuniões pela própria Martha, em sendo nossa competência, na competência na Câmara do
3956 Plano, foi essa a recomendação e esse ajuste que eu acabei de mencionar em relação aos demais
3957 itens. Tudo bem? Pode ser isso? Agradeço a compreensão e está aprovado. (Intervenção fora do
3958 microfone). Perdão. Eu só queria encerrar esse ponto dizendo o seguinte: dá para perceber que esse
3959 esforço é necessário e que nós ainda estamos longe de encontrar uma metodologia adequada que
3960 dê conta de um ordenamento ágil aqui do conselho no sentido da busca dessa agenda que nós
3961 estamos construindo. Por favor, só... É que nem a piada do sofá, gente, eu estou falando com
3962 vocês, vocês conhecem a piada? Não, então depois eu conto em particular. Eu só queria fazer essa
3963 relevância eu acho que é importante a busca dessa construção da agenda. Eu acho que isso fica
3964 como bastante ressaltado nesse debate que nós fizemos, o conselho precisa ter essa agenda e pautar
3965 essa agenda para dentro das câmaras técnicas para que elas retornem de forma consistente ao
3966 conselho. E cabe então à Secretaria Executiva a partir dessas experiências que a gente formule uma
3967 nova metodologia que seja mais ágil e produtiva no debate. Algum conselheiro ou alguma
3968 conselheira quer fazer algum comentário sobre isso? Por favor, Zita. (Intervenção fora do
3969 microfone). O contexto geral. E em seguida nós passaríamos ao encaminhamento das
3970 apresentações. Muito obrigado. **Sra. Maria Zita Araújo. (Conselho Estadual de Recursos**
3971 **Hídricos – Ceará).** Eu gostaria de uma informação já que nós estamos tomando posse em
3972 categorias diferentes, por exemplo, eu era suplente agora sou titular e eu vejo que 30% do
3973 Conselho foi renovado? É isso? 30% dos conselheiros? Como serão as indicações das câmaras
3974 técnicas? São novos conselheiros e nós temos que pensar nisso e isso é um item importantíssimo
3975 para nós, e eu gostaria de esclarecimento de quando vai ser isso para exatamente a gente poder
3976 cumprir esse plano que está aí. Muito obrigado. **Sr. Marley Caetano de Mendonça. (Gerente de**
3977 **Apoio ao CNRH).** Só respondendo. A indicação é a partir desse momento. A partir do momento
3978 que vocês tomaram posse vocês podem fazer novas indicações se não quiserem ratificar aquelas
3979 indicações já realizadas anteriormente. A Secretaria Executiva vai consultar aos novos
3980 conselheiros, mas vocês podem se antecipar em formalizar por escrito para a Secretaria Executiva
3981 do Conselho. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** A renovação de
3982 conselheiros a estatística for cerca de 30% e a renovação de instituições em torno de 15%. Foi isso
3983 que você apresentou. Muito obrigado. Passamos agora ao item 7.1 e 7.2 da pauta que são duas
3984 apresentações a primeira sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a Andréa Souza Santos
3985 da SMCQ, e a segunda do Professor Francisco Assis de Souza Filho. Nós recebemos aqui a
3986 informação de que a Sra. Andréa... (Intervenção fora do microfone). Ela está aqui? Ela vai
3987 apresentar? Eu estava pensando em liberá-la Andréa. A Andréa está com um estado febril. Procure
3988 a ANVISA. Tem um computador aqui, você pode acompanhar. Então Andréa por até vinte
3989 minutos e em seguida Francisco de Assis. **Sra. Andréa Souza Santos. (SMCQ - MMA).** Deixa
3990 ver se é boa tarde ou bom dia ainda. Bom dia porque ninguém almoçou ainda. Eu queria agradecer
3991 o convite feito em nome da Dra. Suzana Kahn, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade
3992 Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Infelizmente eu peço desculpa talvez até tenha dado
3993 uma pressão um pouco para que se iniciassem as palestras, mas como comentado eu estou um
3994 pouco adoentada. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima eu acho que todos têm acompanhado
3995 as discussões no âmbito das políticas federais e que têm norteador outras ações de governo,
3996 principalmente se buscando a sinergia desse plano com ações desde Revisão de Agenda 21;
3997 também a questão da identificação da sinergia de mudanças climáticas e recursos hídricos, então
3998 eu acho que é pertinente a gente trazer esse tema, o plano nacional e posteriormente a apresentação
3999 do Professor Assis sobre a questão da variabilidade em cidades litorâneas. O Plano Nacional de
4000 Mudança do Clima ele se constitui como um marco relevante para integração e harmonização de

4001 políticas públicas. Então ele segue as diretrizes gerais da Política Nacional sobre Mudança do
4002 Clima que foi encaminhado ao Congresso Nacional no ano passado. Então de fato o plano acabou
4003 saindo primeiro, foi lançado no final do ano passado e a política ainda se encontra em tramitação e
4004 a gente espera que em breve ela seja aprovada. O plano ele foi dividido nesses quatro eixos. O eixo
4005 um que é mitigação das mudanças climáticas que é basicamente ações voltadas a reduções de
4006 emissões à mitigação da mudança do clima. O eixo dois: impactos, vulnerabilidade e adaptação à
4007 mudança do clima. O eixo 3 trata da questão de pesquisa e desenvolvimento, e o 4 que eu
4008 considero que é um eixo bastante transversal que trata da educação, da capacitação e da
4009 comunicação. Esse gráfico eu acho que todos devem até estar um pouco cansados de ver, os dados
4010 eles ainda são do primeiro inventário nacional das emissões brasileiras que são dados de 94 ainda.
4011 O segundo inventário nacional vai ser divulgado ainda até o final desse ano, mas de fato ele traz
4012 para a gente a diferença do Brasil em um cenário internacional com relação aos outros países no
4013 contexto de emissões de gases de efeito estufa, no caso CO₂. Então particularmente o Brasil no
4014 contexto de emissões ele tem um padrão diferente porque nossas emissões vêm do desmatamento
4015 basicamente e do setor de mudanças de uso do solo como vocês podem perceber, em torno de 52%
4016 de emissões de CO₂ pela mudança e uso do solo, florestas e a agropecuária em torno de 23%.
4017 Agora eu queria apresentar para vocês que o Plano Nacional de Mudança do Clima ele está
4018 dividido em sete objetivos macros. Então nesses objetivos a gente traz algumas ações relevantes
4019 que eu vou apresentar em seguida a cada objetivo, mas o objetivo um ele trata da questão do
4020 aumento de eficiência como um todo, então dos diversos setores e que é fomentar aumento de
4021 eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance de melhores
4022 práticas. Então esse gráfico ele traz na verdade a trajetória que seria sem as medidas constantes no
4023 Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e traz a trajetória, quer dizer, com as medidas
4024 constantes, com a implementação dessas medidas um ganho de eficiência. E algumas ações para o
4025 objetivo um a gente tem um destaque para ações em eficiência energética que é prevista uma
4026 economia de 106.000 gigawatts em 2030, então na verdade eu queria comentar que as metas... O
4027 Brasil como todos sabem, nós não temos obrigatoriedade, nós não temos metas quantificáveis e
4028 obrigatórias de redução de emissões. O Brasil ele ainda se encontra, eu não sei, a gente não sabe as
4029 negociações futuras, mas hoje todas as ações elas são no âmbito voluntário. E o plano foi lançado
4030 no final do ano passado na última conferência das partes sobre mudança do clima que em Poznan e
4031 ele ganhou uma repercussão muito positiva, porque o Brasil na verdade apesar de não ter metas
4032 obrigatórias ele está digamos se esforçando para fazer alguma coisa nesse cenário internacional. As
4033 metas elas são de fato metas audaciosas então eu sempre faço questão de comentar aqui para
4034 muitas ações a gente sabe que o esforço vai ser grande para a gente conseguir o alcance dessas
4035 metas voluntárias. Então para eficiência energética essa economia vai representar uma emissão de
4036 cerca de 30, uma redução de emissão de 30 milhões de toneladas de CO₂ para esse período. A
4037 gente tem também ação relacionada à substituição de geladeiras que é a troca de um milhão de
4038 geladeiras por ano em dez anos. E também prevista a coleta dos gases que agridem a camada de
4039 ozônio, aí é relativo ao Protocolo de Montreal, não Kyoto. E é prevista também a redução de 3
4040 milhões de toneladas de CO₂ equivalente/ano. Então vocês podem observar que as metas são de
4041 fato audaciosas e o que se espera no ganho de redução de emissão também é considerável. Então
4042 nós temos solar térmica, estima a utilização de sistemas de aquecimento solar, redução no consumo
4043 de energia esperado em 2015 de 2,2 mil gigawatts hora/ano de energia; substituição de gases
4044 refrigerantes, que eu já comentei. Com relação às práticas de cana-de-açúcar é esperada a
4045 eliminação gradual do emprego do fogo que é a queima da palha; acordos com o setor produtivo e
4046 com os estados; além do monitoramento das áreas sujeitas à queima; resíduos sólidos urbanos
4047 também a gente está tratando isso até aqui com a SRHU. A meta também ela é ambiciosa, é
4048 esperado um aumento para 20% de reciclagem até 2015, é uma questão até mais delicada que a
4049 gente vem trabalhando não só com foco no mecanismo de desenvolvimento limpo que os senhores
4050 devem conhecer e a senhoras, são projetos que visam crédito de carbono, mas a gente tem que

4051 atuar em toda a cadeia da geração de resíduos sólidos. O objetivo dois ele trata da manutenção da
4052 elevada participação de energia renovável na matriz elétrica, então o Brasil ele já tem certa
4053 competitividade em relação aos outros países e nosso cenário é positivo porque a gente tem uma
4054 matriz relativamente limpa de energia hídrica basicamente, mas o plano ele traz essa questão de a
4055 gente manter essa elevada participação. A gente sabe, é prevista a introdução de outras fontes de
4056 inclusive fósseis, mas é importante a gente trabalhar na linha de manter a participação hídrica,
4057 garantir essa característica peculiar do Brasil. Para algumas ações a gente tem co-geração, aumento
4058 na oferta de energia elétrica de co-geração, principalmente do bagaço de cana para 11,4% da oferta
4059 total de energia elétrica do país até 2030. A gente tem redução nas perdas não térmicas.
4060 Desculpem. Redução das perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica, então é uma
4061 questão também que a gente observa que é crítica às perdas em água e energia, a gente precisa
4062 atacar nessa linha também. Então representará redução no desperdício de eletricidade de cerca de
4063 400 gigawatts hora por ano. Hidroeletricidade que é agregação ao sistema de 34 gigawatts
4064 provenientes de novas hidrelétricas, então fortalecendo essa questão de manter a participação das
4065 hidrelétricas. Energia solar fotovoltaica; aumento e expansão da indústria fotovoltaica nacional, e a
4066 utilização dessa fonte de energia em sistemas isolados e conectados à rede do sistema interligado
4067 nacional. Energia eólica e bagaço de cana que até 2010 serão instalados mais de 7 gigawatts de
4068 energia. O objetivo três eu não sei, eu sempre gosto de trazer alguns exemplares do plano nacional,
4069 mas quem tiver interesse ele está disponível no site do Ministério do Meio Ambiente para a versão
4070 em PDF do plano completo e do sumário executivo, e o objetivo três do plano ele fomenta o
4071 aumento sustentável da participação dos biocombustíveis na matriz de transporte nacional. Então
4072 algumas ações no âmbito dos biocombustíveis a gente tem fomento à indústria com vistas ao
4073 aumento médio anual no consumo do etanol de 11% nos próximos dez anos. Isso deverá evitar a
4074 emissão de gases em torno de 508 milhões de toneladas de CO₂ nesse período de dez anos. Nós
4075 temos também algumas ações com foco em biodiesel, estudo em curso para antecipar de 2013 para
4076 2010 a obrigatoriedade da adição de 5% ao diesel, do biodiesel; estímulo a formação de um
4077 mercado internacional de etanol; cooperação técnica com países em desenvolvimento visando na
4078 verdade toda a desconcentração da oferta do etanol. Os objetivos quatro e cinco do plano eu
4079 considero os objetivos mais importantes e mais críticos no sentido de que ataca a principal causa
4080 de emissão no contexto do Brasil que é o desmatamento. O objetivo quatro ele busca a redução
4081 sustentada das taxas de desmatamento em todos os biomas brasileiros até que seja atingido o
4082 desmatamento ilegal zero. Então a especificação desse objetivo na verdade isso já foi revisado,
4083 inicialmente eram metas de quatro anos agora são metas quinquenais de redução do desmatamento
4084 da Amazônia e para cada período de cinco anos é esperado 42% de redução. Agora, o primeiro
4085 período de cinco anos que é de 2006 a 2010 ele é relativo à média do período de referência do
4086 Fundo Amazônia. Esse fundo eu até acompanhei a discussão ontem que foi apresentada no
4087 Ministério do Meio Ambiente ele trata da questão, na verdade é um fundo que é uma parceria, um
4088 acordo de cooperação entre o BNDES e o Ministério do Meio Ambiente e ele visa financiar ações
4089 principalmente de redução de desmatamento, reflorestamento na Amazônia. Com o alcance desse
4090 objetivo irá significar uma redução de 80% até 2020 comparando o período de referência. Então
4091 poderão ser evitadas emissões de gases de efeito estufa na ordem de 5 bilhões de toneladas de CO₂
4092 equivalente no período de 2006 a 2020, considerando a ordem de grandeza da tonelada de carbono
4093 em 100 toneladas de carbono sequestrado por hectare. Então algumas ações nessa linha. Nós temos
4094 ordenamento territorial fundiário, fomento a atividades produtivas sustentáveis, monitoramento de
4095 alta precisão que é a implementação do programa de monitoramento do desmatamento por satélite
4096 não só na Amazônia, mas o INPE agora vem monitorando, iniciou esse monitoramento em outros
4097 biomas e é previsto atingir todos: a caatinga, o cerrado, a mata atlântica, pampa e o pantanal. O
4098 aumento da fiscalização que a gente sabe que ações de comando e controle elas também são
4099 necessárias, e acordos com setores produtivos: soja, madeira, entre outros. Então o Fundo
4100 Amazônia como eu comentei ele foi criado em 2008 e visa captar recursos na verdade são doações

4101 voluntárias para redução do desmatamento, uso sustentável e conservação principalmente na
4102 Amazônia, quer dizer, inicialmente o foco é a Amazônia. O Fundo Clima que também está em
4103 tramitação no Congresso Nacional, foi enviado em 2008 entre outros fins o Fundo Clima visa
4104 financiar ações voltadas à mitigação e ações de adaptação, extrativismo, política de preço mínimo
4105 fixado para produtos do extrativismo como fortalecimento das cadeias produtivas e exploração
4106 sustentável de florestas. O objetivo cinco continuando ainda porque é um objetivo enfim
4107 complementar seguindo a linha do objetivo 4 que é eliminar a perda líquida da área de cobertura
4108 florestal no Brasil até 2015, A especificação deste objetivo que além da conservação florestal
4109 dobrar a área de florestas plantadas de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares em até
4110 2020, sendo 2 milhões de hectares, 2 milhões desses hectares deverão ser florestas com vegetação
4111 nativa. Então algumas ações para o objetivo cinco: Florestamento, ações de florestamento e
4112 reflorestamento, medidas para tornar essas atividades mais atraentes incluindo áreas para a
4113 produção de carvão vegetal sustentável, inventário florestal nacional que também enfim, o
4114 inventário como eu comentei até o final do ano deve estar sendo lançado com a segunda
4115 Comunicação Nacional do Brasil. O Brasil por ser parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas
4116 sobre mudança do clima ele tem a obrigatoriedade de comunicar suas ações e suas emissões
4117 também; estímulo à recuperação de áreas degradadas de reserva legal e de preservação
4118 permanente. Eu acho interessante na verdade o plano ele é muito grande aqui eu trago um resumo.
4119 Mas identificar nas ações que a gente sabe que vai ter enfoque com a questão dos recursos
4120 hídricos, principalmente recuperação de áreas degradadas e reserva legal, preservação de área
4121 permanente – APP, eu acho que cabe ser discutido porque hoje eu vejo que o plano ele vem sendo
4122 amplamente discutido e ações como eu comentei de governo visam trabalhar a sinergia desse
4123 plano. Esse plano ele é um plano considerado da sociedade não é um plano só de governo. O
4124 objetivo seis eu já estou terminando para os senhores que eu sei que já deve estar cansativo, mas é
4125 fortalecer ações intersetoriais voltadas para a redução das vulnerabilidades. Eu estava conversando
4126 antes de começar a reunião com o Professor Assis de que não só ações de mitigação que a gente
4127 sabe que é fortemente trabalhada, a gente têm que investir em ações de adaptação e identificação
4128 das nossas vulnerabilidades. Principalmente a questão dos estados, a realidade local, para esse
4129 objetivo é previsto o fortalecimento de medidas de saneamento ambiental, fortalecimento do
4130 sistema de defesa civil, elaboração de planos de prevenção e resposta a emergências de saúde
4131 pública, tem uma parceria também do Ministério do Meio Ambiente e INPE que visa à
4132 implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação. Então mais um, eu estou
4133 falando, mas estou tentando buscar a sinergia com a questão de recursos hídricos. E o objetivo 7 e
4134 último do plano é identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar
4135 o desenvolvimento de pesquisas científicas visando estratégias de adaptação. Então fortalecimento
4136 da Rede Clima, eu não sei se vocês tiveram oportunidade de conhecer, mas o INPE que vem
4137 coordenando essa rede clima, o desenvolvimento de cenários regionais de mudança de clima, e por
4138 fim o painel brasileiro de mudanças climáticas. Na verdade a criação desse painel ele saiu por
4139 decreto há pouco tempo eu acho que tem duas semanas, que institui o painel brasileiro de
4140 mudanças climáticas. É um painel científico como funciona no âmbito internacional é o IPCC que
4141 é o painel de cientistas internacionais. A idéia do Brasil é criar um painel brasileiro de cientistas
4142 com o intuito de fomentar pesquisas, a gente trabalhar no sentido da identificação das nossas
4143 vulnerabilidades a adaptação com foco na realidade local. Então esse painel agora a gente está
4144 trabalhando na estruturação do regimento interno. Ele vai funcionar na mesma estrutura do IPCC
4145 internacional. Eu gosto sempre de deixar claro que vai ser um painel científico, não é político,
4146 universidades, os grupos de trabalho provavelmente vão estar alocados em universidades do país.
4147 A gente tem buscado também a questão da equidade das regiões porque na primeira indicação de
4148 cientistas para o painel alguns já são cientistas que participam do IPCC, mas a gente está buscando
4149 a equidade dos estados, então trazer Nordeste, trazer Amazônia também para compor esse painel
4150 de cientistas. E por fim os próximos passos. O plano nacional ele vai ser implementado em fases,

4151 como vocês podem perceber é algo macro, é muito amplo. A idéia da gente eu não sei se eu
4152 comentei no primeiro slide, eu acho até que eu pulei, mas ele traz como foi instituído, quer dizer,
4153 como foi elaborado o plano. Tem um decreto presidencial, decreto 6263/2007 que institui o comitê
4154 interministerial sobre mudanças do clima composto por todos os ministérios, e o seu grupo
4155 executivo que é composto por seis ministérios mais o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.
4156 Então todas as ações, o GEX e o CIM. Aqui no Brasil é comum colocar sigla para quase tudo, a
4157 gente já apelidou, o GEX que é o comitê ele trata da implementação desse plano, da avaliação e do
4158 monitoramento. Então nas próximas fases deverão ser incluídos mecanismos de avaliação do
4159 desempenho das ações em curso. A gente sabe que muitas dessas ações constantes no plano já são
4160 ações de governo que já vinham, quer dizer, antes da implementação desse plano, e algumas ações
4161 elas são novas e provavelmente ações futuras virão a complementar para atingir o alcance dos
4162 objetivos do plano. Então serão também apresentadas as ações e instrumentos complementares
4163 incluindo pactos com os estados e instrumentos econômicos. Então para finalizar o Plano Nacional
4164 sobre Mudança do Clima é, portanto um plano dinâmico ele vai ser reavaliado constantemente
4165 como eu comentei, muitas ações novas poderão vir a surgir e ele vai ser implementado em
4166 consonância com os desejos da sociedade brasileira. Então é isso que a gente traz o plano ele é da
4167 sociedade brasileira. Por fim eu queria agradecer a paciência de todos e deixo aqui o meu contato,
4168 eu não sei se está previsto algum debate Secretário, mas eu me ponho à disposição e agradeço a
4169 todos. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
4170 obrigada Andréa. Eu passaria então rapidamente para o Professor Francisco Assis de Souza Filho
4171 para sua apresentação se quiser fazê-la de pé ou aqui junto conosco à mesa, e na sequência então a
4172 gente abriria para uma rodada de debates no plenário, por favor, professor à vontade. **Sr.**
4173 **Francisco Assis de Souza Filho. (Universidade Federal do Ceará).** Boa tarde a todos. Eu queria
4174 agradecer inicialmente aqui a honra de estar aqui nesse conselho falando sobre um tema tão
4175 relevante. É um prazer estar aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de fato essa
4176 apresentação aqui não é a mesma que eu ia falar na semana, no momento anterior. Eu modifiquei
4177 inclusive em função da apresentação que ia ser feita pela Dra. Andréa. Eu estou querendo aqui hoje
4178 nesse Conselho levantar basicamente quatro questões. A primeira diz respeito... Todas elas
4179 obviamente associadas a questões de cidades litorâneas, mas algumas de caráter mais geral sobre a
4180 questão da mudança climática. A primeira delas é a sensibilidade das cidades costeiras a mudanças
4181 climáticas em sua dupla pressão, incerteza dos recursos que vão ocorrer nessas cidades e a questão
4182 da mudança no regime dos oceanos. Uma segunda questão diz respeito a que a mudança climática
4183 deve ser entendida do contexto da história do clima no planeta, e da variabilidade climática. Se a
4184 gente não fizer isso a gente pode inclusive não entender qual é o sentido da mudança climática.
4185 Um terceiro ponto seria que há incertezas no cenário dos modelos de mudança climática que
4186 necessitam ser incorporadas na tomada de decisão. E finalmente é que se faz necessária uma
4187 estratégia de gestão de risco climático devendo essa ser incorporada no planejamento e no
4188 gerenciamento de recursos hídricos. São essas quatro, esses quatro pontos que eu gostaria de
4189 discutir hoje com vocês. Inicialmente aqui já tentando fazer um intróito inicial normalmente, a
4190 Andréa mostrou as metas do Brasil em redução de gases de efeito estufa. Eu gostaria de
4191 inicialmente dizer o seguinte: nós só estamos vivos neste planeta aqui por conta dos gases de efeito
4192 estufa se não fossem esses gases de efeito estufa a temperatura da terra seria -15°C, temperatura
4193 média. Em função desses gases de efeito estufa é que a gente tem uma temperatura média do
4194 Planeta Terra de 18°C. São esses graus de efeito estufa que fazem com que o ambiente nosso seja
4195 um ambiente passível de ter vida. O problema todo é exatamente que existem equilíbrios que
4196 existem dentro do planeta. A Terra funciona como um termostato de controle de CO₂ na escala
4197 geológica e outras escalas. O que a gente está fazendo de certa forma é mudando esse equilíbrio
4198 que existia com relação à questão do CO₂. Isso é um ponto que é extremamente importante. Esses
4199 gases do efeito estufa, para que a gente possa fazer um nivelamento já inicial eles estão associados
4200 fortemente ao quê? A radiação de onda longa que é o seguinte: o sol ele chega a Terra em torno de

4201 342 watts por m², na superfície da Terra, e essa radiação que vem do sol é uma radiação de onda
4202 curta o comprimento de onda é inversamente proporcional a temperatura e a temperatura do sol em
4203 torno de 6.000°. A Terra absorve, uma parte dessas é refletida e uma parte a Terra absorve desses
4204 raios e a Terra como tem uma temperatura que falei de 18°C ela emite radiação de onda longa.
4205 Uma parte dessa radiação de onda longa é absorvida pela atmosfera da Terra e tem um feedback de
4206 volta para a superfície. Esse feedback é que faz com que a gente tenha esse aumento de
4207 temperatura, se não fosse isso de novo a gente teria uma temperatura muito baixa. Os gases do
4208 efeito estufa normalmente são quais? CO₂, metano, sulfetos, mas o principal gás de efeito estufa
4209 sabe qual é? Água. O vapor de água na atmosfera que pode variar de 0 a 4°, de 0 a 4% da
4210 quantidade de vapor de água na atmosfera. E uma das grandes dificuldades que tem no processo de
4211 modelagem do clima na Terra e dessa mudança climática está exatamente em quantificar quanto de
4212 vapor de água vai existir na atmosfera, aí alguns cálculos termodinâmicos dizem que já fazem uma
4213 relação, o aumento de 1° significa aumento em tantos por cento na temperatura, o aumento de 1°
4214 na temperatura da Terra significa o aumento de tantos graus de água na atmosfera. Só que isso é se
4215 a Terra fosse estática. Existem fluxos de umidade que vão funcionar no planeta, existem regiões de
4216 alta pressão que vão ser sumidouros de água que vão trazer água para outras regiões, e em função
4217 disso esse balanço não é tão simples. É por isso que é necessário que haja modelos. Então o
4218 primeiro ponto que eu gostaria até antes de começar a falar especificamente aqui no que a gente vai
4219 querer tratar é o seguinte: os gases de efeito estufa eles são bons, o problema é que a gente está
4220 desequilibrando o termostato que existia de controle na Terra. Para reequilibrar esse termostato a
4221 gente vai precisar de elevação de (inaudível) para poder criar intemperismo e fixar CO₂, a gente vai
4222 precisar de uma série de outros mecanismos que a natureza tem só que não é na escala de vida da
4223 gente, é na escala de vida geológica. É isso que de certa forma está acontecendo. Então o primeiro
4224 ponto que a gente vai tratar hoje, me ajude aqui um pouco porque eu estou nesse aqui...
4225 (Intervenção fora do microfone). Toda vez eu aperto o que ele mandou, mas não funciona. Então
4226 vamos começar aqui falando um pouco das cidades costeiras. Nesse tema das cidades costeiras um
4227 artigo extremamente interessante que foi escrito por Carlos Neves e Dieter e que foi publicado nas
4228 Parcerias Estratégicas do CGEE, uma parte até eu vou utilizar um pouco no início essas
4229 transparências e algumas outras. (Intervenção fora do microfone). Então o primeiro ponto é o
4230 seguinte: o que é faixa costeira? A definição de faixa costeira é aquela faixa que vai da linha
4231 praiana a 50 km adentro do continente e tem 12 milhas náuticas na costa. A gente tem hoje uma
4232 população em função do censo de 80 e 91 em torno de 20% da população está na faixa costeira.
4233 Boa parte, por exemplo, dos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, tem uma
4234 localização na faixa costeira, mas alguns estados populosos como é o Paraná e São Paulo não tem
4235 uma concentração mais forte na faixa costeira, mas está em torno de 20% da população brasileira
4236 está nessa região costeira. Com relação a essa questão da faixa costeira a gente vai ter diferentes
4237 níveis de exposição e vulnerabilidade, dessa faixa costeira a questão é das mudanças climáticas. A
4238 partir desse estudo de Neves e do Dieter dividiu aqui a densidade de população na faixa costeira
4239 menor do que 1000 habitantes por quilômetro, entre 1000 e 5000, entre 5000 e 10000 e mais de
4240 10000 habitantes por quilômetro. De fato essa população que a gente vai ter que se preocupar de
4241 forma mais intensiva é onde você tem uma densidade populacional acima de 1000. Na densidade
4242 populacional abaixo de 1000 habitantes por quilômetro a preocupação central seria uma
4243 preocupação de qual será o uso de ocupação do solo futuro, proteger as áreas de, por exemplo, de
4244 foz de rio e regiões estuarinas que são normalmente áreas mais vulneráveis e a gente ter algum tipo
4245 de planejamento do território para o processo de ocupação futura. Acima de 1000 habitantes, nessa
4246 faixa de 1000 a 5000 e de 5000 a 10.000 e acima de 10.000 há necessidade de se operar já algum
4247 tipo de ação mitigadora e essas ações mitigadoras e essa preocupação nessas áreas são de diversas
4248 ordens. Vai desde a infra-estrutura que está hoje colocada, como a gente vai ver, por exemplo, tem
4249 sistema de portos que hoje 90% da exportação brasileira é feita através dos portos do Brasil; você
4250 tem dimensionamento dessas infra-estruturas de portos que usaram algumas características de nível

do mar para ver os calados dos navios; você tem a questão, por exemplo, de até mesmo qual é a
onda significativa, que altura da onda significativa para os projetos de mole e quebra mares de
obras de proteção desses portos que se houver uma mudança do nível de mar e se houver uma
mudança nas alturas significativas das ondas essas infra-estruturas terão que ser re-analisadas para
saber se aquelas pedras que são colocadas de duas, três, quatro ou cinco toneladas elas vão ser
suficientes para poder fazer com que crie, por exemplo, a região de águas tranquilas para operação
portuária e também para o próprio equilíbrio da costa, do balanço de sedimentos, a parte de
progradação e de erosão costeira. Então nessas regiões você tem uma sensibilidade maior, na
primeira você tem que ter uma análise aí para poder fazer uma proteção das áreas e nessa segunda
região a ação ser uma ação inclusive de reflexão sobre o que fazer nessas regiões e ter um projeto
de adaptação e uma estratégia mais robusta. Só para vocês terem uma idéia essa preocupação não é
só brasileira, na Holanda, por exemplo, algumas cidades porque o porto concentrador de toda a
Europa, da Comunidade Europeia é o Porto de Rotterdam. No Porto de Rotterdam todas as cargas
internacionais chegam ao Porto de Rotterdam nessa navegação mais de longo curso e a partir de lá
é que é feita a distribuição para os demais portos na Europa. O Porto de Rotterdam, a cidade de
Antuérpia e etc., poderiam em algum cenário de uma elevação do nível do mar em torno de 80 cm
e etc., eles teriam já um problema de inundação. O governo da Holanda definiu um programa em
torno de 5 bilhões de dólares para começar a ter algum tipo de intervenção nessa estratégia de
adaptação. O outro ponto é quais são os potenciais impactos e quais são as variáveis que são
relevantes nesse processo. O que pode mudar e o que é sensível do ponto de vista climático nessas
regiões? A primeira é a questão de regime de ventos. O regime dos ventos ele tem diversas
influências e diversos impactos potenciais. A partir, por exemplo, do regime de ventos se houver
uma mudança no regime de ventos você vai poder modificar inclusive o regime de ondas. O
processo de geração de ondas está associado ao processo do regime de ventos, e aí não só na escala
local, mas na escala global você tem o comprimento do vento que é o FET, uma velocidade de
vento. E a partir daí é que você vai formar a altura das ondas, e essas alturas das ondas se houver
uma modificação no regime de ventos em uma escala maior você vai modificar o regime de ondas.
E, além disso, no próprio dimensionamento de um porto os canais de acesso que você vai ter em
um porto e você vai utilizar como sendo um dos elementos de estimativa do comprimento desse
canal é o próprio vento. Então o vento ele é um fator importante e modifica inclusive o regime de
ondas. Esse regime de ondas vai ser exatamente aquela energia que vai ter que ser dissipada, por
exemplo, quando você está trabalhando em uma estrutura portuária. Os moles ou os quebra-mares
eles têm uma função básica que é exatamente você dissipar a energia da onda, ou com uma parede
vertical refletindo essa onda para o largo ou então dissipando essa onda na própria estrutura, e para
isso essas alturas de onda podem se modificar e a partir daí você pode ter algum tipo de impacto.
Mudança na pressão a gente vai ver o seguinte: se você muda a pressão atmosférica o nível do mar
ele se modifica como se fosse um barômetro invertido, a cada (inaudível) que você diminui da
pressão atmosférica você tende a aumentar alguns milímetros no nível do mar. Isso inclusive é uma
das variáveis que a gente vai já mostrar para vocês que impacta essa relação de quanto é que
poderia ser essa modificação dos níveis do mar. A modificação do nível do mar não se daria só por
efeito de derretimento de gelo, tem outros fatores que influenciariam o processo e a gente vai
sinalizar para vocês um pouco. Então mudança de pressão, a própria variação do nível do mar que
tem a ver com mudança térmica, a mudança, o aumento da temperatura da atmosfera vai significar
um aumento na temperatura do mar. Esse aumento na temperatura do mar vai ter expansão térmica
que é uma das dimensões do aumento do nível; o outro a potencial mudança de pressão, e o
terceiro o próprio derretimento do gelo. Então a água, o nível do mar potencialmente aumentaria
não só por conta da questão do derretimento do gelo. Outra questão extremamente relevante e
outro processo que estaria afetado em função dessa questão associada ao clima e uma potencial
mudança climática tem a ver com questão de transporte de sedimento costeiro, boa parte das
cidades, a gente vai mostrar um exemplo disso, elas têm problemas, por exemplo, no Nordeste no

4301 Brasil, São Paulo, no Sul do Brasil também, no Rio Grande, você tem problemas de quê? De
4302 processos de erosão costeira. E esse processo, esse equilíbrio costeiro ele é um equilíbrio dinâmico
4303 e ele está relacionado a diversos fatores como o próprio transporte de ventos associado às dunas;
4304 com o transporte de sedimentos que é levado na costa através, por exemplo, do transporte feito
4305 pelas correntes marítimas, à corrente do Brasil e a corrente que vai para o Norte quando você tem
4306 ali uma circulação que leva a corrente mais para o Norte, então você tem um sistema de transporte
4307 de sedimento na Costa. Você tem um processo que vem também do próprio sedimento que está
4308 chegando através dos rios, isso é outro tipo de impacto que vai chegar na costa. Então o transporte
4309 de sedimento costeiro é também sensível aos níveis que a gente vai ter dessas ondas, a esse
4310 processo de equilíbrio total. Além disso, outro vetor que não está na parte costeira, mas que vai
4311 modificar também o equilíbrio dessa região, da região praiana e da faixa costeira que diz respeito à
4312 própria precipitação e o regime fluvial dos rios, porque o regime fluvial dos rios vai definir o
4313 aporte de sedimentos, de nutrientes também, que você vai chegar na região estuarina e a partir daí
4314 toda a dinâmica de chegada de nutrientes e chegada de aporte de sedimentos pode vir a ser
4315 modificada, se for modificado o regime de chuvas. E o regime também de chuvas intensas, porque
4316 o transporte de sedimentos também está associado a chuvas intensas. Então esses fatores são os
4317 fatores que ligam a ocorrência do clima com potenciais modificações desse padrão de variação do
4318 clima com relação aos ambientes costeiros. Então em função dessas variáveis quais são os
4319 potenciais impactos que a gente poderia ter? Um: erosão e progradação costeira que é exatamente a
4320 modificação no processo de erosão costeira. Outro são os danos nas obras de proteção costeira que
4321 eu falei aqui nos diques e nos moles que servem, por exemplo, para fazer a proteção do porto, mas
4322 da mesma forma que faz a proteção do porto como eu citei o exemplo fazem proteção também da
4323 costa. E essas obras teriam que ser re-analisadas. Outro ponto: o prejuízo estrutural e operacional
4324 nos portos e nos terminais. O Brasil está fazendo um esforço muito grande nessa direção. Há um
4325 grande programa brasileiro no sentido de fazer dragagem e aumentar calado de porto para poder
4326 viabilizar como sendo uma estratégia de infra-estrutura para o desenvolvimento das exportações do
4327 Brasil e etc.. Então isso potencialmente teria que ser analisado também sobre as incertezas dessas
4328 ações. Os danos de obras de urbanização de cidades litorâneas. A questão dos próprios emissários
4329 submarinos que poderiam ter danos estruturais ou mudança de prejuízos operacionais essas obras
4330 de saneamento. A questão de intrusão salina. Você tem, por exemplo, na costa muitas vezes lagoas
4331 em dunas e essas lagoas é relação do aquífero com o nível do mar. Essas lagoas elas têm um
4332 equilíbrio hidrostático entre as lagoas e a parte costeira, se você modifica vai existir uma
4333 tendência, uma carga maior que vai fazer com que haja uma modificação nesse equilíbrio da
4334 (inaudível) salina. Algumas cidades brasileiras como é o caso de Recife já tem problemas graves
4335 em relação a essa questão de intrusão salina nos portos em função já do uso da água. Isso pode
4336 intensificar um pouco mais esse tipo de problema e danos na questão dos ecossistemas de recifes e
4337 corais. Um exemplo aqui dessa questão desse equilíbrio costeiro e desse problema de erosão
4338 costeira eu citei logo aqui o exemplo da cidade de Fortaleza, para vocês verem quão tênue e quão
4339 dinâmico são esses equilíbrios. Aqui é Fortaleza, esse aqui é o porto do Mucuripe, porto construído
4340 na década de 50. Agora não dá para aparecer aí, mas você tem aqui o mole do Titãzinho que foi o
4341 mole que foi feito para poder exatamente... Aqui tem uma alta pressão que é próxima à África, e
4342 essa alta pressão induz os ventos alísios, e esses ventos alísios geram uma corrente, quando eles
4343 chegam aqui na costa do Brasil aproximadamente ali na altura do Rio Grande do Norte essa
4344 corrente ela bifurca, vem uma parte para o Sul que depois vai formar a corrente do Brasil, e outra
4345 parte vai para o Norte. Essa aqui é exatamente essa parte que vai para o Norte para esse processo
4346 de transporte de sedimento costeiro. Na hora que construiu, por exemplo, aqui o mole do
4347 Titãzinho o que foi que terminou acontecendo? Você teve aqui um processo de progradação. Na
4348 nossa linguagem aqui mais de recursos hídricos um assoreamento, e aqui você já tem até um
4349 processo de ocupação dessa região. O que aconteceu? Quando passa esse sedimento ele não é mais
4350 transportado para o lado de cá, água limpa é água com fome e ela começa a fazer um processo de

4351 erosão costeira, com isso você vai ter vários moles que foram construídos para poder fazer
4352 exatamente a estabilização desse processo dessa costa. Então, por exemplo, se a gente modifica
4353 essa dinâmica esse processo de erosão costeira ele pode de novo se reativado. Você tem uma
4354 ativação inclusive dentro desse processo. Então toda essa estrutura que é feita de proteção não só
4355 para a construção do porto e o porto apesar de hoje ser um elo na cadeia logística, como uma
4356 definição melhor, mas ele continua também, do ponto de vista clássico, sendo uma região de
4357 proteção para atracação dos navios e você teria problema não só no porto, mas problema de erosão.
4358 Esse é um equilíbrio dinâmico, esse equilíbrio dinâmico ele pode ser quebrado em função da
4359 mudança daquelas variáveis que a gente comentou anteriormente. Então o que vai acontecer?
4360 Agora vamos fazer o link com relação à questão da mudança climática. Esse aqui é uma evolução
4361 no hemisfério Norte das temperaturas, então você vai ver o seguinte: esse processo aqui é como é
4362 que se comportavam as temperaturas aqui nos últimos 1000 anos. No ano 1000, 1500, aqui na
4363 época do descobrimento e depois disso você vai ter aqui um aumento e essa é uma informação
4364 clássica que a gente tem. Essa banda aqui é o nível de incerteza desses dados. Por quê? Porque
4365 para recuperar essa base de informação o que você utiliza? Você utiliza informações de
4366 paleoclima. O que é paleoclima? Paleoclima você não tem série histórica você vai utilizar, por
4367 exemplo, com relação com anéis de tronco das árvores, você tem árvores em algumas regiões que
4368 são milenares na Sibéria, por exemplo. Então você pega aquelas árvores a produção de biomassa
4369 da árvore em um dado ano é função de quê? É função da quantidade de água e de temperatura. A
4370 partir daí você utiliza essa base de informação correlaciona com o presente que você tem
4371 informação e você volta no tempo; utiliza informações de corais para poder fazer isso, utiliza
4372 alguns outros mecanismos de datação e com isso você volta com a informação no tempo, mas essa
4373 informação também tem incerteza, mas aí é exatamente o primeiro ponto que é importante: que as
4374 temperaturas do século XX foram as mais altas dos últimos 1000 anos, mesmo considerando aqui
4375 aquela banda de incerteza que a gente teve, mas não é para se assustar não porque uma coisa que
4376 eu vou já mostrar é que o clima da Terra tem história. E a gente vai ter que entender esse processo
4377 de mudança climática dentro da história do clima da Terra. Essas daqui são as tendências dos
4378 cenários do IPCC, quanto é que seriam os equilíbrios, porque na realidade para poder chegar a essa
4379 informação, então ali a gente estava, seria ali os dados observados e anteriormente essa questão das
4380 informações paleoclimáticas, ali juntou os dois, as projeções do cenário do IPCC são essas aí. O
4381 IPCC na realidade não é previsão, é construção de cenários, ele constrói cenários de potencial
4382 concentração que vai existir de CO₂ na atmosfera e de outros gases de efeito estufa, e a partir daí
4383 faz simulação utilizando modelos acoplados, modelos atmosféricos acoplados com modelos
4384 oceânicos. Então ele tem vários cenários. Um cenário de maior intensidade de desenvolvimento é
4385 aquele cenário A-2, outro cenário com desenvolvimento mais controlado e mais equilibrado, então
4386 essas aqui são as temperaturas de equilíbrio que a gente teria, então está se falando aí em torno de
4387 um aumento no planeta como um todo de 1, 2° e talvez até num cenário mais pessimista em torno
4388 de 3°. Obviamente esse aumento de 3° no planeta você não vai ter, não teria mesmo nos modelos
4389 do IPCC uma modificação igual no planeta como um todo, 3° uniformes no planeta como um todo.
4390 Você vai ter, por exemplo, em altas latitudes, próximo aos pólos você teria um aumento muito
4391 maior. Na faixa tropical a modificação não seria tão significativa e até ainda é objeto de disputa de
4392 qual seria mais intensamente essa modificação que a gente teria nessa faixa mais tropical porque
4393 até você pegando informações do cretáceo da época dos dinossauros você vai ver que a
4394 temperatura era muito mais elevada do planeta como um todo. Mas a mudança de temperatura na
4395 faixa equatorial era muito menor do que você tinha nos trópicos, nas altas latitudes, nos pólos. Nos
4396 pólos poderia chegar a mais, não tinha gelo nos pólos. Eu vou já mostrar para vocês isso, naquela
4397 época não tinha, eram mais de 30° de temperatura, era em torno de 0°, então esse seria o aumento.
4398 Esse aqui seria uma estimativa de elevação do nível médio do mar. Essa elevação do nível médio
4399 do mar nos modelos eles consideram várias coisas. Uma é a expansão térmica que existiria em
4400 função do aumento da temperatura do ar e com isso você teria um aumento da temperatura da

4401 água, e esse aumento da temperatura da água faria com que houvesse uma expansão térmica da
4402 água. O outro é associado ao degelo. O outro seria associado ao degelo de vários lugares e
4403 mudança de pressão. Então a gente teria em função dos diferentes cenários do IPCC alguma coisa
4404 em torno de 40 cm, de 20 a 40 cm seria a ordem de grandeza que a gente teria de modificação do
4405 nível. Obviamente isso vai modificar de região para região e quanto isso vai significar em termos
4406 de avanço na linha de costa é função de especificidades concretas. Por exemplo, o Nordeste do
4407 Brasil a gente tem uma plataforma continental com uma declividade muito pequena, diferente já
4408 mais do Sul, então uma mudança no nível do mar no Nordeste do Brasil significaria um aumento
4409 na linha de costa maior do que no Sul. Mas esses são cenários, cenários que estão sendo
4410 construídos e esse aí seria esse aumento. Vou tentar acelerar. Esse aí seria a modificação do nível
4411 do mar em função da própria dinâmica a gente teria modificações em várias regiões, maior
4412 inclusive nos pólos do que na região equatorial. Outro ponto importante é o seguinte: é lembrar
4413 que a pressão que é feita nas cidades litorâneas ela não vem só do mar. Ela também vem da terra,
4414 com a modificação e o clima tem alguns recursos não só associados, por exemplo, ao transporte de
4415 sedimentos como eu falei dos rios que podem impactar a região estuarina. A questão mesmo da
4416 disponibilidade de água nas regiões interiores que podem reduzir alguns tipos de recursos como é o
4417 caso, por exemplo, da água e de energia que podem vir a ser mais conflituosos ou não em função
4418 de como vai se dá esse cenário de mudanças climáticas. Resumindo aqui. Primeiro é há um padrão
4419 de variação climática que pode produzir impactos significativos na oferta e na demanda de água
4420 principalmente nessa questão das bacias hidrográficas. Faz-se necessário conhecer como esse
4421 padrão de variação ocorre e podem ser alterados pela ação do homem. As cidades costeiras têm
4422 uma dupla restrição, um duplo impacto. Um feito por restrição dos recursos naturais, por exemplo,
4423 água e energia em função do que há na mudança na parte interior, e o segundo em função de
4424 processos costeiros, exibindo aí uma dupla sensibilidade às alterações do clima o que faz
4425 necessidade, e a gente vai comentar, de uma política de gerenciamento de riscos climáticos em
4426 recursos hídricos. Agora eu vou para o segundo ponto aqui e vou ser mais rápido nesse aqui. É
4427 com relação à questão de que a mudança climática deve ser entendida no contexto da história do
4428 clima no planeta. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Professor nós já
4429 estamos com quase 40 minutos, está excelente, mas evidentemente a gente já tem... (Intervenção
4430 fora do microfone). Está ótimo. Eu só estou preocupado com vocês. **Sr. Francisco Assis de Souza**
4431 **Filho. (Universidade Federal do Ceará).** Eu vou tentar dar uma acelerada aqui. Um ponto
4432 importante aqui é o seguinte: a gente podia imaginar que o clima na Terra era um clima na Terra
4433 que Deus criou a Terra num dado dia e estabeleceu um dado clima; e esse clima é o clima que
4434 existiu até hoje e que os seres humanos agora estão modificando esse clima. De fato não é assim. É
4435 isso que eu vou mostrar rapidamente porque a gente vai ter que entender esse processo de mudança
4436 climática no contexto dessa variabilidade climática porque a mudança é a mudança nos padrões de
4437 variação natural que existiam. Então o primeiro ponto aqui é o seguinte: a Terra tem 4,5 bilhões de
4438 anos e o clima da Terra, as épocas geológicas são determinadas em função dessas mudanças
4439 climáticas. Cada estrato que você vai definir aqui é um estrato é quando você tem algumas
4440 espécies de animais que existiam ali, aí você vai ver outra era geológica você não tem mais aquele
4441 estrato, isso se caracteriza por quê? Porque o clima na Terra não é contínuo e você não tem
4442 mudanças homeostáticas no clima da Terra. O clima na Terra ele teve mudanças que são mudanças
4443 naturais que aconteceram no passado. Pode ser um meteorito que caiu e que acabou com os
4444 dinossauros, que possibilitou a nós mamíferos estarmos aqui hegemonizando o planeta e sendo
4445 protagonistas dessa reunião; ou então pode ser algum tipo de outro evento, mas a Terra ela tem em
4446 diversas escalas ela tem uma história que a gente precisa reconhecer esse padrão dessa história. E
4447 essa história pode ser contada em diversas escalas. Uma escala que a gente pode contar essa
4448 mudança do clima na Terra é na escala tectônica, que tem a ver com o quê? Com mudança nas
4449 placas tectônicas, ativação de vulcões, e um funciona como sendo um termostato do outro. Tem
4450 épocas de grande atividade tectônica que vai gerar mais vulcão, e nessa época de grande atividade

4451 tectônica vão surgir mais montanhas, aí a montanha vai gerar intemperismo, o intemperismo da
4452 montanha vai fixar o CO₂, então é por isso que mesmo tendo grandes modificações, o clima da
4453 Terra nunca mudou de uma variação de 10°C por conta do quê? Desse termostato que existe. Só
4454 que esse termostato que existe ele existe em uma escala tectônica. E aí você vai ter épocas muito
4455 mais quentes do que hoje e épocas mais frias. Se você contar a história da Terra na escala aí de
4456 alguns milhões de anos a Terra hoje está em um processo inclusive de resfriamento cíclico, e tem a
4457 ver com o ciclo de (inaudível), tem a ver com a inclinação que a Terra tem que ela faz no plano
4458 que gira em torno do sol; ela tem com relação à questão, por exemplo, da mudança na
4459 excentricidade da rotação, da elipse que a Terra faz em torno do sol. E esses ciclos modificam a
4460 quantidade de radiação solar que chega a Terra, em função disso você também tem ciclos. E esses
4461 ciclos que a gente tem aí já são na escala orbital e tem uma justificativa aí mais astronômica. E
4462 você tem também na escala dos últimos 50.000 anos, a gente tem períodos de glaciação, os últimos
4463 55 milhões de anos a Terra tem esfriado. A gente está exatamente hoje operando, modificando o
4464 que estava acontecendo no padrão de ocorrência da Terra, estamos modificando ao aumentar o
4465 CO₂, e essa modificação é no padrão de que a Terra estava num processo de resfriamento que eu
4466 vou mostrar para vocês. Mas você também tem modificações, e até na escala milenar que a gente
4467 mostrou os últimos anos existia, por exemplo, quando os europeus chegaram aqui na América eles
4468 chegaram aqui com uma época de clima na Europa que é chamado Little Ice Age, pequena idade
4469 do gelo, por quê? Porque era uma época mais fria do que a gente tem hoje. O que a gente tem que
4470 entender do ponto de vista da mudança climática é como é que a mudança climática ela altera esses
4471 padrões de ocorrência natural do clima. Não é um clima estático, o nosso clima é não estacionário,
4472 a gente tem que entender o nosso clima de forma não está acionário. Isso gera muitos impactos de
4473 recursos hídricos porque todas as nossas obras de recursos hídricos foram feitas, dimensionadas
4474 considerando a nossa análise frequencialista para um clima considerado estacionário. Mesmo sem
4475 ter mudança climática nosso clima é não estacionário, com a mudança climática gera mais
4476 incerteza ainda no padrão de variação que a gente tem no nosso clima. E aí eu vou ser mais rápido.
4477 Isso é só para mostrar os últimos 55 milhões de anos que a gente está esfriando. Há 50 milhões de
4478 anos atrás não tinha gelo na Antártida, só para dizer. Esse padrão de variação ele ocorre em vários,
4479 como eu citei muito exemplo de fora, eu peguei logo a série histórica de Fortaleza de 1849 a 2002,
4480 e vocês vão ver o seguinte: variação interanual que é essa azul, média móvel de 10 anos, que a
4481 gente vai ter padrões de variação que a variação é interanual, é variação de um ano para o outro.
4482 Essa variação de um ano para outro, por exemplo, a gente do ponto de vista de recursos hídricos
4483 construiu um transportador de água no tempo que é o reservatório que resolve bem isso aí. Mas
4484 esse padrão de variação decadal, décadas secas e décadas úmidas isso nós não temos ainda
4485 mecanismos, e a gente tem que reconhecer como é que o padrão e a mudança climática modificam
4486 esse padrão de ocorrência e que tipo de instrumentos de gestão a gente vai ter para poder operar
4487 sobre isso. A mesma coisa para dizer que só (inaudível) de chuva, a questão de vazão, isso é a
4488 vazão do Reservatório Oros, você tem variedade interanual grande e variabilidade decadal grande.
4489 Só para vocês terem uma idéia desse impacto, entre 60, que é um dos reservatórios que abastece
4490 até Fortaleza, na década ali de 20 a média móvel de 10 anos era em torno de 70 m³ por segundo,
4491 um litro por segundo por hectare você teria 70.000 hectares em dez anos garantidos, (inaudível)
4492 mais sabido, porque ao invés de sete anos enxergasse dez para frente dava 70.000 hectares de
4493 outorga. Vinte anos depois a média móvel de 10 anos e de 20 m³ por segundo, só tinha água dos
4494 70.000 hectares para 20.000, e os outros 50.000 aquela infra-estrutura ficou instalada e não tinha
4495 água. Esse é o padrão de variação decadal e a gente vai ter que começar a entender esse padrão de
4496 variação decadal. Então as mudanças que a gente tem no clima, têm que ser entendidas dentro
4497 desse padrão de variação. Como é que esse padrão de variação vai se modificar? Quais são as
4498 nossas estratégias de adaptação, por exemplo, esses padrões de variação decadais e esses padrões
4499 de variação interanual, como vai se modificar isso em função de uma potencial mudança
4500 climática? Esse é o ponto. Eu citei o Ceará, mas para não dizer que é muito regional, eu acho que

na próxima transparência eu coloquei aqui a bacia do Paraná. A bacia do Paraná se você pegar aqui os dados de antes da década de 70 e depois da década de 70, você tem uma mudança de vazão, por exemplo, em alguns rios de 49% de aumento. Pode ser parte disso de uso e ocupação do solo e parte disso foi o quê? Mudança na precipitação. Em função de que essa mudança na precipitação? Tem a ver não só com o clima local, isso aconteceu lá no Ceará também e se modificou, tem a ver sabe com o quê? Com o degrau que você tem na década, em torno de 1976, no padrão de ocorrência do El Niño, que é uma variabilidade de larga escala. Tem que reconhecer como é que o El Niño vai variar em função da mudança climática. Isso é uma questão em aberto. Resumo 2. Isso é importante. O clima da Terra é não estacionário nas diversas escalas temporais: tectônica, orbital, milenar, centenária, década, interanual e sazonal. O entendimento desses padrões de variação é decisivo para entender alteração climática devida à ação antrópica. A gente tem que entender a mudança climática e como é que ela modifica esses padrões para poder ter estratégia de gestão e capacidade de adaptação, compatíveis com essas escalas. A existência de séries históricas longas é fundamental para sabermos o que é variabilidade de baixa frequência e o que é tendência. Por exemplo, tem coisas que a gente diz: aconteceu um evento extremo. Isso é mudança climática. Não sei, por exemplo, eu peguei uma série histórica, eu não vou nem chegar no 3, eu acho que já me estendi demais na boa vontade, mas, por exemplo, eu peguei uma série histórica lá em Lees Ferry, que é a série afluentes, Lees Ferry é uma barragem que define o alto Colorado e o baixo Colorado, que define toda a alocação de Arizona, Colorado, todo aquele baixo rio Colorado, se você pegar a série histórica você vai ver o seguinte: na década de 90 foi uma década muito seca, mas se você pegar a série histórica que eles fizeram a reconstrução de 1490 até agora você vai ver o seguinte: que o século 17 e o século 18 tiveram secas muito mais intensas do que tem hoje. Então a questão é saber o seguinte: como é que o processo de mudança climática modifica esse processo de variação do ponto de vista de longo prazo. Isso que é o desafio, e para isso a gente vai ter que construir o quê? Estratégia de adaptação desse processo. Outro ponto é que há incerteza do cenário de mudança climática. Eu vou passar bem rápido nisso. Os modelos evoluíram com relação à década de 70 e o que a gente tem hoje, o último modelo do IPCC até química da atmosfera está sendo operada. Esses modelos têm gente até que às vezes diz assim: um bom modelo de previsão climática sazonal é bom para a mudança climática. Errado. Por quê? A estrutura que vai ter um modelo climático muda a composição da atmosfera e você vai ter que fazer um modelo acoplado oceano/atmosfera. Na parte quando você tem um modelo sazonal a forçante de temperatura da superfície do mar é tida como conhecida, então os componentes que merecem ser modelados nesse modelo vão ser diferentes. Então é por isso que você tem lá dezessete tipos de modelo, vários tipos de modelos do IPCC com diferentes rodadas por conta de quê? Que a estrutura do modelo é o nível de incerteza que tem e você tem que representar essa estrutura de incerteza de modelo utilizando vários modelos para poder fazer a avaliação. Vamos para frente. Eu não vou comentar isso não, pode passar. Isso é só para mostrar, volta uma só, isso é para mostrar o seguinte: tudo isso aqui são modelos diferentes do IPCC, diferentes rodadas e aqui quantos % aumentou do século XX em relação ao século XXI no Nordeste do Brasil nesse cenário AB-1. Tem um modelo que diz que vai ser muito mais chuvoso, e muitos deles dizem que vai ser muito mais seco e outros vão ficar em torno da média e a gente vai ter que fazer o quê? Construir uma análise multi-modelos que permita a gente capturar um pouco essa base de informação. Mas isso aí é loucura? Não. É incerteza que a gente está tendo. A mudança climática ela incorpora mais incerteza e em função disso a gente vai ter que saber trabalhar melhor com incerteza. Ter uma melhor estratégia de gerenciamento do risco. Ter uma maior capacidade de adaptação dos nossos sistemas. Isso aqui é só para mostrar uma das questões mais polêmicas que a gente tem hoje ainda, que é como é observado o El Niño e como o modelo simula o El Niño. O El Niño tem a ver exatamente com o quê? Tem uma coisa importante no El Niño que é a célula de Walker, que é exatamente uma circulação que sai aqui e vem nessa direção e cai aqui no Peru. Essa célula de Walker inibe precipitação. O El Niño é quando essa massa de água mais quente fica aqui, essa aqui é a Austrália, Ásia e aqui você tem uma

4551 mancha de água muito quente, temperatura muito quente aqui nessa região. Quando essa região
4552 aqui a água fica mais quente que aqui essa célula de Waker ao invés de descer no Peru desse no
4553 Nordeste do Brasil e Amazônia fazendo com que as frentes frias não subam produzindo mais
4554 chuva no Sul e produzindo o quê? Seca no Nordeste e na Amazônia. Esse processo aqui é como foi
4555 observado, e essa aqui é a representação do modelo. E uma das coisas que tem é o seguinte:
4556 aquecimento global, mesmo no aquecimento global essa célula de Waker ela agora vai ter o
4557 mesmo padrão que tinha anteriormente ou não? Então existem incertezas que a gente precisa
4558 incorporar no nosso processo de análise. A mudança existe? Existe. Existe o efeito estufa? Existe.
4559 Por isso que a gente está aqui, a gente está mudando esse padrão. O que está acontecendo? A gente
4560 vai ter que entender e começar a conviver com o nível de incerteza maior no nosso processo de
4561 planejamento. Vamos para frente. Resumo 3. O efeito estufa é essencial no equilíbrio térmico do
4562 planeta, o sistema climático ocorre em escala planetária transportando calor e umidade dos trópicos
4563 para as altas latitudes, e a gente vai ter que entender como é que essa dinâmica e como essa
4564 dinâmica pode ser alterada. Há mecanismo de retroalimentação positiva e negativa nesse sistema
4565 climático com degelo e etc., então o aquecimento não é linear. Eu tirei até essa transparência, mas
4566 ele não é linear, tem momentos de aceleração em função do próprio processo dinâmico que existe
4567 no sistema climático da Terra envolvendo aí criosfera, hidrosfera, a parte de terra e a parte
4568 atmosférica mesmo. O clima nas diversas regiões do planeta é condicionado pela dinâmica da
4569 circulação oceano/atmosfera, a gente vai ter que entender como é que se dá essa dinâmica. Não é
4570 trivial, mas os modelos já começam a sinalizar em alguma direção. Os modelos com diferentes
4571 características e estruturas podem simular diferentes escalas temporais de ocorrência do clima, e a
4572 gente vai ter que se apropriar dessa base de informação para poder minimizar o nosso nível de
4573 incerteza. Finalmente eu queria dizer o seguinte: se faz necessária uma estratégia de gestão de
4574 risco. Essa estratégia de gestão de risco não é só em função de uma crise, é em função de uma
4575 oportunidade. Alocação de risco na sociedade é feita inclusive em função da alocação de poder que
4576 é feita na sociedade. Existe uma questão de justiça ambiental e na hora que a gente puder trabalhar
4577 essa questão de gerenciamento do risco pode ser inclusive uma oportunidade para realocar
4578 diferentes riscos entre setores sociais, quem fica na margem de rio é normalmente o mais pobre.
4579 Então a estratégia de gestão de risco eu acho que ela tem que ter duas dimensões. Uma dimensão é
4580 exatamente reduzir a vulnerabilidade dos sistemas e uma segunda dimensão quem sabe é repensar
4581 um pouco a alocação de risco na sociedade como um todo. E aí eu só queria ir bem rápido aqui.
4582 Dizer que na engenharia a gente normalmente se preocupa com o risco de redução de eventos de
4583 catástrofes. Eu acho que o novo gerenciamento de risco vai ter que tentar minimizar catástrofes,
4584 mas também vai ter que tentar maximizar as oportunidades, e aí utilizar inclusive quando a
4585 natureza nos der mais a gente retirar mais dela e ao mesmo tempo em que a gente tenta reduzir
4586 catástrofes. Eu acho que tem uma mudança de lógica conceitual aí. A gente tem que melhorar a
4587 nossa análise de risco e aí incorporar essa questão da variabilidade da mudança climática no
4588 processo de planejamento. Nós temos que trabalhar e projetar sistemas sócios naturais mais
4589 resilientes. E aí não o conceito de resiliência nosso da engenharia que é o tempo que sistema volta
4590 depois de uma falha para o seu estado natural, mas mais próximo do conceito de resiliência
4591 utilizado aí por (inaudível) a partir de um artigo que ele escreveu em 1976 e que depois disso abriu
4592 toda uma linha de resiliência como sendo o seguinte: o sistema pode até mudar dinamicamente, o
4593 sistema sócio-natural, mas desde que ele mantenha as suas funções ativas e suas relações. A gente
4594 tem que pensar o sistema sócio-natural dessa maneira e como a gente constrói sistemas resilientes
4595 melhores e saber que crises há de haver e que a gente tem que ter planos de contingência para
4596 poder operar sobre essas crises. Nesse processo todo, essa resiliência é para aumentar a nossa
4597 capacidade de adaptação. Aqui eu peguei um ponto da (inaudível), um artigo que ela escreveu na
4598 Science, ela disse o seguinte: que aumentar a adaptação significa fornecer informação, governança
4599 adaptativa em sistemas complexos. Tem que fornecer informação e saber tratar com os conflitos e
4600 induzir os cumprimentos de regra, prover infra-estrutura e estar preparado para as mudanças. Eu

4601 adicionaria um ponto a mais aí, eu ousaria fazer isso, que seria a gente incorporar dentro disso um
4602 processo de gerenciamento do risco climático e dos demais riscos, mas focando aqui na questão do
4603 gerenciamento do risco climático. Essa estratégia de adaptação ela vai ter em recursos hídricos e
4604 nessa parte de ambiente costeiro ela vai ter que operar aumentando a mobilidade que é uma
4605 estratégia espacial; estocagem; diversificação; flexibilidade de sistema. Como é que a gente agrupa
4606 recursos para poder fazer uma alocação melhor e ter soluções mais inteligentes, desenvolver redes
4607 sociais, desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e sistema de conhecimento que é um
4608 processo aqui de retroalimentação do sistema social. Do ponto de vista... Essa é a última
4609 transparência. Para finalizar essa questão o que eu tentei mostrar foram outras dimensões que a
4610 gente precisava incorporar não só por necessidades costeiras, mas recursos hídricos. E do ponto de
4611 vista do gerenciamento de risco climático nas cidades costeiras e nos recursos hídricos eu acho que
4612 um ponto importante é que a gente tem que introduzir no planejamento de recursos hídricos uma
4613 estratégia de gerenciamento do risco climático nas suas diversas manifestações, na mudança
4614 climática e nos processos de variabilidade. A gente tem que começar a produzir informações para
4615 poder quantificar inclusive informações de paleoclima, aqui no Brasil tem poucos grupos que
4616 trabalham nisso e as informações são muito tênues. A gente tem que desenvolver instrumentos
4617 econômicos, isso é extremamente importante, novos instrumentos econômicos para poder tratar
4618 essa questão do gerenciamento de risco. Pensar em seguro na área de recursos hídricos, a cobrança
4619 pelo uso da água inclusive pode estar associada a algum mecanismo de seguro porque vão existir
4620 ofertas diferentes do tempo e aí a cobrança inclusive, alguns estados usam rateio de custo e aí teria
4621 problema, teríamos que pensar em mecanismos de seguro, até porque o risco é alocado diferente
4622 entre os diferentes setores usuários. A gente tem que começar a fazer a construção de infra-
4623 estrutura que permita maior flexibilidade do sistema e a gente tem que pensar em mecanismos de
4624 alocação de água mais flexíveis e mais eficientes. Era isso que eu tinha a dizer. Desculpem ter
4625 passado do tempo. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito
4626 obrigado. Por favor, Professor fique aqui conosco à mesa para o encaminhamento. A gente devia
4627 começar as reuniões do conselho do fim para o começo, próxima vez vocês vão propor: - inverte a
4628 pauta. Foram duas exposições muito importantes, conhecimento do plano nacional, essa verdadeira
4629 aula em tempo recorde aqui feita pelo professor. Então assim, se algum conselheiro quiser tecer
4630 algum comentário a respeito dessa questão, por favor, pode fazer. **Sr. (Não Identificado).** Já que a
4631 idéia é aproveitar para que a gente faça agendas comuns, primeiro parabenizar o convite dos dois
4632 que as aulas foram muito boas, e também dizer que de repente a gente podia ter mais proveito
4633 disso porque tem tudo a ver. Mas em relação ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas eu
4634 gostaria de colocar... Eu represento os irrigantes aqui dentro do Conselho Nacional de Recursos
4635 Hídricos e diria que uma agenda de criação... Nós tivemos um seminário na semana passada do
4636 Ministério da Integração Nacional e Ministério da Agricultura inclusive com a participação da
4637 Agência Nacional de Águas onde já está mais do que consolidado de que a melhor forma de evitar
4638 a expansão em áreas agrícolas novas e evitar desmatamentos proibidos e etc. é através da
4639 potencialização das áreas que já estão abertas e consolidadas com a irrigação. Então isso seria uma
4640 pauta bastante comum, claro, irrigação com mecanismo de gestão, com outorga, com planos de
4641 bacia e etc., e vai contribuir com certeza para que diminua a troca de uso da terra que é o que mais
4642 contribui para gás de efeito estufa no Brasil. Eu queria colocar só mais uma observação que
4643 também pode ser uma agenda comum a nossa, é em relação que aquela agropecuária a maior parte
4644 dela é emissão de metano, e metano é 23 vezes ou 21, 23 vezes maior que a tonelada de CO₂ como
4645 gás do efeito estufa. E a maior parte da bacia do Paraná hoje é onde existe a maior emissão de
4646 metano do Brasil por conta de lavouras de arroz irrigadas por inundação que já tem algumas outras
4647 tecnologias que diminuem a emissão, e as estatísticas estão todas baseadas em estatísticas da Ásia
4648 que são bem diferentes do Brasil, não são corretas. Isso seria um ponto e outro ponto é exatamente
4649 da transformação dos resíduos dos animais que aí é a segunda fonte maior, talvez a maior fonte de
4650 emissão de metano, que ela acaba contaminando as águas dos reservatórios e aquele reservatório

4651 como ele não têm fluxo de água, as águas são paradas, aquele metano ele acaba emitindo metano
4652 naquele reservatório. Então poderíamos criar uma estratégia, uma política para que essas criações
4653 de animais transformassem seus resíduos em metano, vamos dizer biogás, biocombustível, e isso
4654 evitaria, nós estaríamos contribuindo de uma forma muito positiva para a gestão de recursos
4655 hídricos na não poluição dos reservatórios principalmente dos reservatórios das hidrelétricas. **Sr.**
4656 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Em Santa Catarina a 5
4657 metros do rio esses chiqueiros todos que ele comentou. Por favor, eu queria ver se mais alguém
4658 gostaria de... João Bosco gostaria de fazer uso da palavra rapidamente. Depois eu vou retornar à
4659 mesa para comentários finais aqui dos expositores e rapidamente a sessão de informe e
4660 encerramento da reunião. **Sr. João Bosco Senra. (Ministério do Meio Ambiente).** O meu é
4661 rápido. Eu queria parabenizar os nossos dois palestrantes e apenas dar um informe que a gente está
4662 agora também discutindo com o CTHIDRO e a idéia é na revisão do plano fazer a discussão da
4663 mudança climática e integração do Plano Nacional de Mudança Climática o Plano Nacional de
4664 Recursos Hídricos estamos trabalhando já com apoio do CTHIDRO nessa discussão. Então eu
4665 queria agradecer, eu acho que essas contribuições foram muito importantes nesse sentido. E o foco
4666 da questão litorânea eu queria só lembrar que foi uma demanda que o Ministro fez da reunião do
4667 Conselho Nacional que ele pediu porque achava que era importante trazer esse tema, essa
4668 discussão. Queria aproveitar e fazer uma carona Secretário que é o seguinte: ontem eu pedi, nós
4669 estamos precisando do representante dos usuários de água, dos conselhos estaduais, das
4670 organizações civis e dos comitês que vão fazer a fala na abertura da oficina. Até agora não chegou
4671 quem vai representar esses setores na abertura da oficina, então eu queria se o pessoal puder me
4672 passar isso antes de iniciar a oficina pelo menos para a gente poder compor a mesa e fazer a
4673 discussão da oficina logo na abertura. Obrigado. **Sra. Elisa Monteiro Malafaia. (Ministério do**
4674 **Planejamento, Orçamento e Gestão).** Meu nome é Elisa Malafaia, eu sou Conselheira suplente
4675 do Ministério do Planejamento quero parabenizar as duas apresentações e destacar que na minha
4676 visão são dois pontos diferentes. O Plano Nacional de Mudança do Clima na área de mitigação o
4677 que o governo e a sociedade brasileira pretendem fazer para mitigar o aumento de gás carbônico na
4678 atmosfera por parte do Brasil. Agora, independente disso têm estimativas que o Brasil contribui
4679 com apenas 3% na mudança climática. Então a parte de adaptação é fundamental e na nossa visão
4680 o Conselho, o governo brasileiro, os governos estaduais não estão preparados para isso, para
4681 adaptação, não conhecem e a gente não tem idéia do que vai precisar ser feito, qual vai ser a
4682 mudança ou do clima ou da série histórica porque para adaptação, quer dizer, é indiferente. A
4683 gente vai ter que se adaptar as duas coisas juntas, mas é muito importante eu acho que a
4684 aproximação do governo federal, dos governos estaduais, do conselho aos cientistas para tentar
4685 mudar o planejamento de recursos hídricos e de infra-estrutura com base nisso. Obrigado. **Sr.**
4686 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado. Mais alguém gostaria
4687 de fazer uso da palavra? Eu vou passar à mesa, aos dois expositores, três informes rapidíssimos e
4688 depois eu vou convidar a Patrícia para fazer o encerramento da nossa reunião aqui no dia de hoje.
4689 Então, por favor, Andréa, e em seguida o Professor Francisco. **Sra. Andréa Souza Santos.**
4690 **(SMCQ - MMA).** Eu queria agradecer pelos comentários e só tentando fechar a questão do
4691 primeiro Conselheiro que comentou sobre a importância da gestão dos recursos hídricos. Aí eu
4692 queria trazer algumas iniciativas no âmbito dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo
4693 para a questão do que a gente chama de suinocultura, mas são dejetos que são tratados de forma de
4694 gerar energia, o chamado biogás. Isso eu vejo como uma contribuição positiva no próprio processo
4695 de gestão. Então você evita contaminação de corpos d'água. Com relação à integração dos planos
4696 dos recursos hídricos e o Plano Nacional de Mudança do Clima como eu comentei de início eu
4697 acho que a ocasião ela foi bastante oportuna no lançamento do plano no final do ano passado. E de
4698 fato eu tenho acompanhado no âmbito dos ministérios e de políticas públicas a inserção na verdade
4699 do Plano Nacional de Mudança do Clima e a busca da identificação de sinergias para os outros
4700 planos de governo. Então eu só reafirmo aqui que isso é extremamente fundamental. É importante,

4701 e eu acho que cabe essa discussão que é válida, é um tema bastante amplo e complexo e como a
4702 gente pode observar na apresentação do Professor Assis e eu acho que tem que estar sempre
4703 buscando essa sinergia da questão dos planos de governo. Por fim não terá mais nenhum
4704 comentário eu me ponho à disposição mais uma vez, o contato já foi disponibilizado, e o canal eu
4705 acho que está aberto aqui do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Secretaria de Mudanças
4706 Climáticas e Qualidade Ambiental, sempre que for preciso podem contar conosco. Muito obrigado.
4707 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).** Muito obrigado Andréa. Professor
4708 Francisco. **Sr. Francisco Assis de Souza Filho. (Universidade Federal do Ceará).** Então
4709 agradeço imensamente. Eu só queria dizer para Elisa que eu concordo com você, há uma
4710 necessidade de aprofundar nessa linha de adaptação e possivelmente uma boa estratégia para fazer
4711 a adaptação da mudança climática é adaptar-se a variabilidade decadal. Tem até um termo que está
4712 começando a surgir que é: Near Term Climate Change, que é mudança climática de curto período.
4713 O que vai acontecer nos próximos vinte, trinta anos em função dessa variabilidade decadal e etc..
4714 Eu acho que a gente tem que ter estratégias, a gente tem que começar, isso inclusive vai significar
4715 instrumentos de gestão diferentes em recursos hídricos. No caso até seguros, outros mecanismos
4716 que deem maior flexibilidade ao processo de operação. A gente tem que começar a incorporar isso.
4717 E uma das questões mais importantes é a seguinte: adaptação em parte é tecnologia, mas a grande
4718 parte da adaptação é gente. De forma como as pessoas se relacionam. Eu acho que essa mudança
4719 de conceito para uma estratégia da adaptação é chave. Finalmente agradeço de novo aqui essa
4720 oportunidade e acho que o Conselho está de parabéns inclusive por puxar esse tema que eu acho
4721 que é um tema extremamente relevante para o país. Eu acho que é o papel deste Conselho dar
4722 diretrizes e formular políticas. Eu acho que essa é uma política importante de ser formulada, essa
4723 relação de água e clima. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo CNRH).**
4724 Muito obrigado. Eu agradeço novamente aos dois expositores. Evidentemente há um conjunto de
4725 novas responsabilidades para tratar do tema no âmbito do conselho. Três informes rapidíssimos. O
4726 primeiro foi aprovado no dia 14 de maio o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso, é
4727 o primeiro plano estadual desse tema, recursos hídricos, na Amazônia legal. O segundo é uma
4728 recomendação da observância de normas para prazo da Instrução Normativa referente ao custeio de
4729 passagem e diária para participação em reuniões, se aplica aos conselheiros do segmento das
4730 organizações civis. E por último informar que a Secretaria Executiva do Conselho está
4731 providenciando a publicação da Portaria que substitui o secretário interino da diretoria provisória
4732 do comitê da bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu que passa a ser a Sra. Cibele Frazão Costa
4733 Braga, Diretora Presidente da Agência Executiva de Gestão de Águas - AESA que é de grande
4734 importância para a instalação desse comitê. Eu agradeço a todos. Agradeço a equipe do conselho
4735 que mais uma vez possibilitou que a nossa reunião acontecesse a contento, e como mencionei
4736 sempre um conselheiro que faça o encerramento das nossas reuniões eu faço esse convite então a
4737 Patrícia para que faça suas considerações e o encerramento desta nossa reunião. Por favor, Patrícia.
4738 **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson. (Indústrias).** Bom, dando parabéns aí aos dois
4739 palestrantes pela palestra. Eu só espero que não fiquemos só na palestra. Eu acho que foi colocado
4740 aqui, foi muito bem colocado aqui anteriormente que a gente precisa trabalhar uma revisão do
4741 Plano Nacional de Recursos Hídricos à luz dessas questões que foram colocadas sobre o impacto
4742 que pode ter. E ver no plano inclusive especialmente aquele que trata das zonas costeiras que tem
4743 um subprograma sobre zona costeira que leve em consideração essa questão. Outro ponto
4744 importante que foi colocado aqui pelo Ministério ao apresentar o plano é a questão do etanol, quer
4745 dizer, o fomento ao etanol requer água. Eu quero saber que bacia que vai receber esse fomento; se
4746 tem água; se os usos prioritários pelos comitês estão associando a esse fomento. Quer dizer, você
4747 não pode decidir pelo fomento esquecendo que esse fomento vai recair sobre uma bacia
4748 hidrográfica e ao contrário ao invés de ser a ligação mais forte com áreas reabilitadas, APP não, eu
4749 acho que a ligação mais forte com recursos hídricos está nesse fomento aí ao etanol e a gente tem
4750 que estar aí preparado em saber. Porque se você fomentar numa região onde o Assis prevê no seu

4751 sistema que não vai ter água nós vamos ficar em um desequilíbrio de metas entre as duas propostas
4752 postas. Então bom almoço para todos. Que horas secretário? **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
4753 **(Secretário Executivo CNRH).** Que horas voltamos? Às 14h30min. Voltamos 14h30min para a
4754 oficina. **Sra. Patrícia Helena Gambogi Boson. (Indústrias).** Então voltamos aqui às 14h30min
4755 para oficina. Estejam todos aqui às 14h30min. Obrigado.